

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Leticia de Luna Freire

*Próximo do saber, longe do progresso:*  
**história e morfologia social de um assentamento urbano  
no *campus* universitário da Ilha do Fundão -RJ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Antropologia da Universidade Federal  
Fluminense, como requisito parcial para obtenção  
do Grau de Doutor.

Linha de Pesquisa: Etnografia Urbana

Niterói  
2010

## **Banca examinadora**

---

Profº Dr. Marco Antonio da Silva Mello (Orientador)

Universidade Federal Fluminense

---

Profº Dr. Pablo Cesar Benetti

Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Profº Dr. Rafael Soares Gonçalves

Universidade Pontifícia Católica do Rio de Janeiro

---

Profª Drª. Neiva Vieira da Cunha

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

---

Profª Drª. Simoni Lahud Guedes

Universidade Federal Fluminense

---

Profª Drª. Laura Graziela Gomes

Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Hélio R. Silva (suplente)

Universidade Federal de Santa Catarina

Universidade Cândido Mendes

Ao Seu Ary, que partiu pouco antes da conclusão deste trabalho

Ao Fabio, que acompanhou de perto todas as suas etapas

À Luisa, que nasceu quase junto com ele

## Agradecimentos

Durante o longo período que envolveu a gestação desta tese, tive a sorte de contar com diversas pessoas que, das mais diferentes maneiras e nos mais diferentes ambientes por onde circulei, me ajudaram a prosseguir em cada etapa, possibilitando que o “parto” fosse, enfim, bem sucedido.

Na Universidade Federal Fluminense (UFF), instituição onde escolhi gerar esta tese, muitos foram aqueles que colaboraram para que eu pudesse concluir esse ciclo de formação e aos quais gostaria aqui de explicitar a minha gratidão.

No Programa de Pós-Graduação em Antropologia, agradeço, em primeiro lugar, ao professor Marco Antonio da Silva Mello. Nesses mais de quatro anos, tive a felicidade de contar com o incentivo e a atenciosa orientação desse verdadeiro mestre do ofício. Sua imensa generosidade em compartilhar seus conhecimentos com seus alunos e orientandos e a sensibilidade para compreender suas dificuldades, ajudando a superá-las, tornou-se, pra mim, fonte de inspiração constante. Se com o professor Mello iniciei-me em minha primeira pesquisa antropológica - o que me faz reconhecer sua co-autoria neste trabalho, ao menos em suas qualidades - o professor Fabio Reis Mota foi quem me apresentou esse universo então desconhecido, quando ainda éramos estudantes de graduação (eu, de Psicologia; ele, de Ciências Sociais) e passei a acompanhá-lo em seu trabalho de campo na Ilha da Marambaia. Nesses onze anos que se passaram nossa afeição foi cada vez mais se expandindo por outros campos. Ao Fabio, meu parceiro na vida, agradeço todo amor, amizade, carinho e colaboração nas trilhas que ousei, com seu estímulo, desbravar. Pelo impecável desempenho à frente da coordenação do PPGA e incentivo constante aos alunos, agradeço à professora Simoni Lahud Guedes. Pela presteza e simpatia com que sempre me auxiliavam nas burocracias acadêmicas, agradeço às secretárias do PPGA Ilma e Vanessa.

Ainda na UFF, tive a oportunidade de ter o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP) como um prestimoso espaço de interação e interlocução. Ao seu coordenador, professor Roberto Kant de Lima, agradeço a oportunidade de participar da rede que consolidou à sua volta com tanta competência e generosidade, sobretudo em

torno do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INCT-InEAC), congregando mais de cem pesquisadores de diversos estados, países e níveis de formação. À sua equipe administrativa, composta por Lúcio Pinho Duarte, Virgínia Taveira e Roberto Carlos Borghi, agradeço o apoio logístico dispensado. Ao professor e ex-diretor do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SINTUFRJ) Lenin dos Santos Pires, agradeço as informações concedidas em entrevistas sempre revestidas de agradáveis conversas, que me ajudaram a melhor compreender a história e as disputas políticas internas da UFRJ. Ao professor e também ex-diretor do SINTUFRJ Ronaldo Lobão, agradeço os comentários e sugestões que sempre elucidavam questões importantes da pesquisa. Por extensão, aproveito para agradecer o carinho de sua esposa Soninha, amiga para toda hora. À doutora Lucía Eilbaum, agradeço pela competência na administração de muitos dos projetos coletivos e pela amizade cultivada, que certamente se estenderá através de nossas filhas. Aos demais pesquisadores do NUFEP, em particular os professores Ana Paula Mendes Miranda, Kátia Sento-Sé Mello, Solange Cretton, Vívian Ferreira Paes, Gláucia Mouzinho e José Colaço Dias Neto, agradeço a amizade e o incentivo.

Em grande parte, esta tese também foi gerada no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), onde pude me beneficiar do acolhimento e do diálogo constante com os pesquisadores do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro). À professora Neiva Vieira da Cunha, que tem me acompanhado desde o início do doutorado, agradeço o estímulo e as valiosas contribuições realizadas não apenas nas bancas de defesa do projeto e de qualificação da tese, mas durante todo o caminho percorrido até aqui. Sou grata também ao professor Hélio Silva por sua dedicada escuta e a oportunidade de dividir não apenas idéias, mas também nossos mais recentes campos de pesquisa. A visita ao Fincão, na Colônia Juliano Moreira, ofereceu-me um interessante contraponto à etnografia da Vila Residencial, que pôde ser explorado por nós no encontro que promovemos entre moradores de ambas as localidades. À professora Soraya Silveira Simões, agradeço o interesse permanente em compartilhar idéias, leituras e experiências, o que me revelou uma amiga sensível e animada parceira de trabalho, fazendo deste uma atividade sempre prazerosa. Ao colega de doutorado Felipe Berocan Veiga, agradeço sua generosa disposição para a labuta coletiva, em particular a parceria na realização de uma das

visitas guiadas com moradores da Vila Residencial em área da antiga Ilha do Catalão. Sua tripla competência como fotógrafo, cinegrafista e etnógrafo muito enriqueceu meu olhar sobre o campo. Ao doutor Pedro Paulo Thiago de Mello, agradeço pela maneira sempre respeitosa e carinhosa de tratar os colegas e a sua prestativa colaboração na pesquisa com material jornalístico. Ao professor Rafael Soares Gonçalves, agradeço pela parceria e auxílio em compreender os meandros jurídicos que envolvem os processos de regularização fundiária. Agradeço ainda ao professor Arno Vogel, que mesmo de longe tem acompanhado o meu trabalho, incentivando o empreendimento acadêmico-científico ora em curso sob a direção do professor Mello. À Maria de Fátima Farias, Marcos Aurélio Lacerda da Silva e Pedro Guilherme Freire, à época bolsistas de extensão da UFRJ, agradeço o apoio em minhas primeiras incursões pela Vila Residencial, assim como às bolsistas que vieram depois, Carolina Feitoza Doria Cardoso, Ana Paula Massadar Morel e Luísa da Cunha Teixeira, pela colaboração conjunta em algumas das atividades realizadas no campo. Aos demais pesquisadores do LeMetro/IFCS-UFRJ – a colega de doutorado Iara Bulhões, a professora Mônica Dias de Souza, Débora Gonçalves de Bento, Pricila Loretti, entre tantos outros – sou grata pelas trocas de idéias e o amigável convívio dentro e fora da Sala 417. E ao professor Mello, novamente, por ter me convidado a fazer parte desse time.

Uma parte dessa gestação também foi vivida em Paris, onde pude igualmente contar com o apoio de diversas pessoas durante estágio doutoral através do Convênio CAPES-COFECUB nº447/04.

Ao coordenador francês, professor Daniel Cefai, agradeço o afetuoso acolhimento, as estimulantes discussões em suas aulas na *Université de Paris X* e as ricas conversas nos *caffés* da universidade, nos *dîners* caseiros onde pude testemunhar seu talento culinário e em tantas outras ocasiões. Ao professor Pedro José García Sánchez, agradeço o incentivo e o convite para participar de atividades com seus alunos do curso *La condition urbaine: métamorphoses, épreuves* - na *Université de Paris X*, em particular o inesquecível encontro com o professor Aaron Cicourel, da *University of California* de San Diego (EUA), na *Maison Suger*. À professora Anne Raulin, agradeço pela gentileza de ter me aceitado como aluna em seu curso *Approche grandes métropoles*, na *Université de Paris X*, e as sugestões de leituras. À professora Martine Segalen, pela agradável conversação mantida num jantar promovido por Pedro José García Sánchez, durante a missão de trabalho de meu orientador em Paris. Ao professor

Dominique Vidal, da *Université de Lille 3*, pela disponibilidade para o diálogo durante nosso encontro em Paris. À professora Lícia do Prado Valladares, da *Université de Lille 1*, agradeço a tarde que passamos em Belleville, na qual fui ofertada com um agradável passeio etnográfico pela área nobre do famoso *quartier*. À professora Roselyne de Villanova, sou grata pela cordial recepção no *Institut Parisien de Recherches: Architecture, Urbanisme et Société (IPRAUS)* e à professora Agnès Déboulet, da *École d'Architecture de La Villete*, pelas trocas acadêmicas estreitadas após sua recente estadia no Rio de Janeiro, inclusive pela visita que fez comigo ao meu campo de estudo. Aos professores Marie-Caroline Saglio-Yatzimirski e Nicolas Bautes, agradeço o convite ao diálogo no âmbito do programa de pesquisa *Social Exclusion, Territories and Urban Processes*, vinculado ao *Centre d'Etudes de l'Inde et d'Asie du Sud (CEIAS)*, na *École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS)*. Na mesma instituição, tive ainda a honra de ser recebida no seminário *Action pluriel du proche au public* e no *Groupe de Sociologie Politique et Morale (GSPM)* pelo professor Laurent Thévenot, ao qual faço um agradecimento especial, estendido aqui à sua esposa Joële Affichard, pelo gentil convite para passar um final de semana em sua residência na pequena cidade medieval de Cherrueix, na região da Bretanha, juntamente com os professores Marco Antonio da Silva Mello e Fabio Reis Mota. Ao Thévenot, agradeço ainda a paciência e a generosidade com que se dispôs a comentar meu trabalho no *Séminaire de Recherche Brésil, France et Portugal dans une perspective comparé*, promovido por Fabio Reis Mota e coordenado por Daniel Cefai na *Maison du Brésil*, do qual também participaram os professores Pedro José García Sánchez e José Manuel Resende. A este último, sou grata pelas diversas sugestões e a maneira afetuosa com que me tratou todas as vezes que nos encontramos em Paris, depois em Braga, durante o Xº Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais e, mais recentemente, aqui em Niterói, durante sua missão de trabalho como coordenador do Convênio CAPES-FCT recém-firmado entre a UFF e Universidade Nova de Lisboa. Ao professor Marc Breviglieri, agradeço as dicas e boas conversas mantidas nas imediações da *Maison Auguste Comte* e ao redor de uma mesa, saboreando suas deliciosas iguarias. Ao professor Pierre Teisserenc, da *Université de Paris 13*, pela atenção e gentileza de sempre dispensada. À antropóloga Colette Pétonnet, agradeço a generosidade com que me recebeu diversas vezes em sua residência – uma delas juntamente com minha colega Soraya Silveira Simões e outra com meu orientador -, despertando-me, com sua aguçada sensibilidade, para a

importância dos gestos mais cotidianos produzidos no campo. Aos colegas Gabriel Feltran, Alexandre Werneck e Biaggio Avena, também em estágio doutoral, pelo prazer de desfrutar de suas companhias nessa trilha por terra estrangeira. Aos muitos amigos que lá cultivei, em especial Jean-Claude Torris, Mona Ghames, Ons Debbech, Moïse Udino, Eddy Rhoda, Nikoleta Kerinska e Sophie Diemert, que me mostraram como o carinho e a amizade são capazes de transpor as diferenças culturais e a distância. Meu *séjour d'études* em Paris não teria sido tão proveitoso sem vocês.

Após retornar ao Brasil e iniciar o trabalho de campo na Vila Residencial da UFRJ, tive a felicidade de contar com a colaboração de muitas outras pessoas.

No âmbito institucional, agradeço ao prefeito da UFRJ Hélio de Mattos Alves o apoio manifestado tanto em entrevista quanto em atividades por mim organizadas com moradores da localidade, na Cidade Universitária. À técnica-administrativa Aldenise Souza da Fonseca, pela elucidativa entrevista concedida sobre o período em que atuou como sub-prefeita da Vila Residencial. Do mesmo modo, agradeço ao ex-reitor da UFRJ, professor Carlos Lessa, a gentileza de me receber em sua residência para uma entrevista sobre o período em que dirigiu a universidade. Ao funcionário do arquivo histórico do Escritório Técnico da Universidade, Augusto Gonçalves de Lima, que me ajudou a suprir lacunas sobre a constituição da Cidade Universitária. Seu desempenho individual na valorização da história da UFRJ merece todo o meu reconhecimento. Ao professor José Antônio Barbosa de Oliveira, do Projeto Memória do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ, e aos bibliotecários Andréia Cortes e José Tavares, do Fórum de Ciência e Cultura, agradeço a colaboração na pesquisa documental e arquivística sobre a história da universidade. Ao diretor do Parque Tecnológico do Rio, Maurício Guedes, e ao estagiário Arthur Naressi, sou grata pela atenção dispensada todas as vezes em que solicitei informações para a pesquisa. Ao professor Helmuth Gustavo Treiller, engenheiro residente à época da construção da Cidade Universitária, agradeço a gentil e esclarecedora entrevista concedida em sua residência. Aos servidores aposentados Afonso Rodrigues e Oswaldo Fonseca Almeida, agradeço as agradáveis horas de conversa nas quais compartilharam comigo suas histórias vividas na universidade.

No âmbito do Programa Inclusão Social – Vila Residencial da UFRJ, agradeço imensamente aos seus coordenadores - professores Selene Alves Maia, do Instituto de Matemática, e Pablo Cesar Benetti, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – pela

confiança e apoio prestado das mais diversas formas durante a realização da pesquisa. À professora Maria Julieta Nunes de Souza, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), cujas contribuições foram fundamentais para a compreensão das etapas do processo de regularização fundiária da localidade. Ao professor Ubiratan de Souza, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e à professora Regina Célia Gollner Zeitone, da Escola de Enfermagem Anna Nery, agradeço o interesse e a disponibilidade em colaborar com a pesquisa, compartilhando informações e materiais. Aos demais professores e estudantes integrantes do programa de extensão, agradeço tudo o que aprendi ao longo desses três anos de convivência.

No SINTUFRJ, agradeço o apoio do diretor Francisco de Assis dos Santos, o Chiquinho, manifestado em diversos encontros, tanto na sede do sindicato quanto na Vila Residencial, e a ajuda providencial da jornalista Regina Rocha na pesquisa às antigas publicações sindicais.

Na Vila Residencial da UFRJ, onde passei a maior parte do tempo da pesquisa, tive a felicidade de encontrar muitas pessoas dispostas a ouvir, falar e interagir comigo. Gostaria de agradecer especialmente à Vera Lúcia Valente de Freitas, pois se não fosse por ela provavelmente nem teria conhecido a Vila Residencial. Seu acolhimento e interlocução constante foram valiosos para tornar a pesquisa possível. À Joana Angélica Pereira, agradeço toda a colaboração gentilmente ofertada. Espero que este trabalho confira o devido reconhecimento ao papel que ela desempenhou na história que procurei aqui narrar. Ao Marcello Cantizano dos Santos, agradeço a confiança e o apoio sempre dispensado. À Rejane Lúcia Loureiro Gadelha, as dicas e recomendações ao longo da pesquisa. Ao seu pai, Moacir Gadelha, o Moa, agradeço as trocas de informações e impressões sobre muitos dos eventos ocorridos na localidade. Nosso interesse comum em registrar, de maneiras e com objetivos distintos, a vida da localidade tornou o trabalho de campo certamente muito mais divertido. Aos irmãos Rubem e Manoel Arnóbio Lopes Vianna sou grata por tê-los encontrado no caminho. Nunca esquecerei a generosidade com que me cediam seu tempo e compartilhavam suas histórias naquelas agradáveis tardes de conversa na varanda. À filha do seu Rubem, Wânia Lopes Vianna, agradeço a amizade e as muitas contribuições que ofereceu à pesquisa. Em especial, ter me apresentado à Sandra Rosa Passos, Nadir e seu filho Luís Gosselin, aos quais sou muito grata por me possibilitarem preencher lacunas e enriquecer a presente etnografia. À esposa de seu Arnóbio, Lurdes da Silva Vianna, de seus filhos Roberto e Rogério, sua

nora LÍlian e seu neto Daniel, agradeço toda a colaboração gentilmente dispensada. Ao seu Ary da Rocha Tristão (*in memorian*), agradeço por ter me presenteado com suas histórias, fotografias e memórias, esperando que este trabalho ajude a mantê-las sempre vivas. Ao seu Altino Rodrigues dos Santos Filho, pelas boas conversas na soleira de sua casa sobre “antigamente”. À dona Alvelina de Paula Rosa, pela doçura e simpatia com que sempre me recebeu para um bate-papo em sua varanda, sob a sombra da velha mangueira. À Marli Lima e sua sobrinha Sandra Maria de Oliveira, agradeço pela colaboração e a forma carinhosa com que sempre me receberam. À dona Regina Maria de Oliveira Avelino, pela maneira singular com que compartilhou comigo sua história e momentos íntimos de sua vida. Ao Antônio Pereira da Silva, o Tuniquinho, pelo interesse permanente em contribuir com a pesquisa. À Neide Batista, agradeço o tratamento afetuoso e os deliciosos empadões e empadinhas presenteados. À sua cunhada, Tânia Márcia Corrêa, e seu respectivo marido, Reginaldo Machado Amaro, agradeço a colaboração e as providenciais refeições no seu restaurante entre as jornadas de trabalho na localidade. Ao Tílson Coelho, agradeço pelo generoso apoio expresso de diferentes maneiras ao longo da pesquisa. Ao Mílton Brasil, pelo interesse e o respeito manifestados. À dona Salete Bezerra da Silva e sua filha Maria, pela confiança em me apresentar seu álbum de família. À Maria Alves, a São, pelas conversas amigáveis obtidas sob a marquise de sua barraca de doces. À Maria de Fátima Bergamini, agradeço pela colaboração para que pudesse acompanhar seu trabalho no cadastramento dos moradores. Ao pastor Manoel Teixeira da Silva e à freira Maria Daniela Lopes da Silva sou grata pela oportunidade de conhecer a história de algumas das instituições religiosas mais importantes da localidade; e ao José Alaílton de Freitas, o Liu, pela chance de conhecer os anseios de um grupo de moradores organizados em torno de um projeto cultural. À Alexandre Baldessarini, agradeço a preciosa entrevista a mim concedida durante uma de suas estadias na localidade. Ao Francisco de Assis Freitas, agradeço pelas dúvidas gentilmente esclarecidas; ao Genísio Viana Menezes, pela esclarecedora conversa realizada na Rua das Margaridas. À Vanda de Castro Vasconcellos (*in memorian*), sua filha Inaura e seu vizinho José Justino, agradeço por terem confidenciado a mim suas histórias de vida, esperando aqui tê-las reproduzido com respeito e justiça. À Carla Francisco de Oliveira, Antônio Brito e sua esposa Fátima, pela gentileza com que me abriram a porta de suas casas, permitindo-me conhecer mais de perto o cotidiano dos moradores da “Vila dos Solteiros”. De modo

semelhante, agradeço ao Mário Luís Tosta da Silva e à sua irmã Terezinha, pela maneira sincera e generosa com que me expuseram a história de sua família, revelando-me um cantinho da Ilha do Fundão até então desconhecido. Por último, mas de modo algum menos importante, deixo aqui meu agradecimento ao senhor Jonatas Dias Pereira por ter me recebido como inquilina de um quarto em sua casa, experiência que possibilitou aprofundar o trabalho de campo e nos fez tanto aprender sobre a arte de conviver e compreender o outro.

Falando em “casa”, não poderia deixar de agradecer também à minha família. À minha mãe, Martha, agradeço por ser quem é. A ela devo grande parte de minha inspiração e quase tudo o que sou. À minha avó Thereza, por ter me ensinado que nunca é tarde para aprendermos e vivenciarmos coisas novas em nossas vidas. À minha avó Nevinha (*in memoriam*), por ter me ensinado que a felicidade está nos pequenos gestos cotidianos. Ao meu pai, Estevão, agradeço o apoio, mesmo à distância, aos meus estudos. Aos meus irmãos Pedro, Rafael e Isabel, pela solidariedade e, em especial, porque me fizeram tia da Laura e da Lívia. Ao Fabio, novamente, pelo companheirismo e a possibilidade de viver ao seu lado os momentos mais belos de minha vida. À nossa filha Luisa, por tudo que já estamos vivendo juntas.

Finalmente, como os não-humanos também constituem parte essencial da prática científica, gostaria de agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa-sanduíche que me possibilitou realizar o estágio doutoral no exterior e me dedicar ao trabalho de campo e à escrita da tese nos dois últimos anos do doutorado. Ao meu computador, meu gravador e minha máquina fotográfica, agradeço por não terem me deixado na mão quando mais precisei.

## Resumo

A partir do método etnográfico, a pesquisa busca compreender a história e a morfologia social da Vila Residencial da UFRJ, com vistas a analisar os recursos que os moradores mobilizam para reivindicar o direito de permanecer no *campus* universitário da Ilha do Fundão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Neste objetivo geral, inserem-se três eixos de questões interligadas. O primeiro eixo refere-se à história local e aos quadros sociais da memória coletiva da Vila Residencial; o segundo refere-se à etnografia dos modos de habitar que caracterizam a vida local e, finalmente, o terceiro refere-se à análise do drama social que motivou a demanda pela regularização fundiária da localidade.

**Palavras-chave:** Vila Residencial da UFRJ, Ilha do Fundão, etnografia, drama social

## Abstract

Through the ethnographic method, this research tries to understand the history and social morphology of *UFRJ's Vila Residencial* in order to analyse the resources that its residents mobilize to claim the right to live on the university campus at the Ilha do Fundão, in Rio's North zone. In this general goal, there are three sets of interrelated issues. The first one refers to local history and social frameworks of Vila Residencial's collective memory; the second one is related to the ethnography of ways of living that characterizes the local life; and finally, the third one refers to the analysis of the social drama that motivated the demand for the recognition of property rights.

**Key-words:** UFRJ's Vila Residencial; Ilha do Fundão, Ethnography, Social Drama

## **Lista de siglas**

ACT - Acordo de Cooperação Técnica  
AMAVILA – Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ  
ANDES - Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior  
ASUFRJ – Associação dos Servidores da UFRJ  
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento  
CCDC – Centro Comunitário de Defesa da Cidadania  
CCJE – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas  
CCMN - Centro de Ciências da Matemática e da Natureza  
CCRN – Consórcio Construtor Rio-Niterói  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CENPES – Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras  
CEPEL – Centro de Pesquisas em Energia Elétrica  
CEPU – Comissão de Estudos do Plano da Universidade  
CETEM – Centro de Tecnologia Mineral  
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
CHP – Centro de Habitação Provisória  
CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola  
CLA – Centro de Letras e Artes  
CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas  
CNRS - Centre Nationale de Recherche Scientifique  
CONSUNI – Conselho Universitário  
COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia  
COPPEAD – Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração  
COPPETEC - Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos  
COPU – Comissão de Organização do Plano da Universidade  
CRJ – Centro de Referência da Juventude  
CSPE - Comissão Supervisora do Planejamento e Execução da Cidade Universitária  
CT – Centro de Tecnologia  
CTPD – Comitê Técnico do Plano Diretor

CUEM – Concessão de Uso Especial para fins de Moradia  
DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público  
DEP – Divisão de Edifícios Públicos  
DETRAN – Departamento de Trânsito  
DNER – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem  
DVST – Divisão de Saúde do Trabalhador  
ECEX – Empresa de Construção e Exploração da Ponte Presidente Costa e  
Silva/Empresa de Engenharia e Construções de Obras Especiais  
ECO – Escola de Comunicação  
EEAN - Escola de Enfermagem Anna Nery  
EHES - École des Hautes Études en Sciences Sociales  
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental  
ESS – Escola de Serviço Social  
ETU - Escritório Técnico da Universidade  
ETUB - Escritório Técnico da Universidade do Brasil  
FASUBRA - Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras  
FAU – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
FUJB – Fundação José Bonifácio  
GRPURJ - Gerência Regional de Patrimônio da União no Rio de Janeiro  
HUCFF – Hospital Universitário Clementino Fraga Filho  
IES – Instituições de Ensino Superior  
IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais  
INJC – Instituto de Nutrição Josué Castro  
IPPMG – Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira  
IPPUR – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional  
LIpE – Laboratório de Informática para a Educação  
LeMetro Laboratório de Etnografia Metropolitana  
MC – Ministério das Cidades  
MES – Ministério da Educação e Saúde  
MP – Ministério Público  
NCE – Núcleo de Computação Eletrônica  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDBG – Programa de Despoluição da Baía da Guanabara  
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional  
PLP – Partido de Liberação Proletária  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PR-5 – Pró-Reitoria de Extensão  
PRE – Plano de Reestruturação e Expansão  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil  
SINTUFRJ – Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ  
SEASDH - Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos  
SPU – Secretaria de Patrimônio da União  
UB – Universidade do Brasil  
UDF – Universidade do Distrito Federal  
UEU – Usucapião Especial Urbano  
UFF – Universidade Federal Fluminense  
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
URJ – Universidade do Rio de Janeiro  
ZEIS – Zona de Especial Interesse Social

# Sumário

## Capítulo 1:

<b>Como cheguei, olhei, ouvi e escrevi</b> .....	18
1.1. Primeiras palavras .....	19
1.2. Chegando .....	20
1.3. Olhando .....	25
1.4. Ouvindo .....	28
1.5. Escrevendo .....	33

## Capítulo 2:

<b>Ilhas de histórias</b> .....	39
2.1. Um breve percurso pela história da UFRJ .....	40
2.2. Os debates em torno da localização da Cidade Universitária .....	44
2.3. As ilhas antes do aterro .....	61
2.4. O processo de construção da Cidade Universitária .....	74
2.5. O <i>campus</i> universitário da Ilha do Fundão .....	86

## Capítulo 3:

<b>Do aterro sanitário da Ilha da Sapucaia a Vila Residencial da UFRJ</b> .....	101
3.1. A construção da Ponte Rio-Niterói .....	102
3.2. O surgimento da Vila Residencial da UFRJ .....	106
3.2.1. Os primeiros moradores .....	106
3.2.2. Os irredutíveis .....	127
3.2.3. Os que chegaram depois .....	135
3.3. Como alguém se tornava funcionário da UFRJ .....	150
3.4. Os <i>estabelecidos</i> e os <i>outsiders</i> .....	156

#### **Capítulo 4:**

<b>Um “pedacinho do céu”: a morfologia social e os modos de habitar o lugar .....</b>	<b>165</b>
4.1. Situando o lugar .....	166
4.2. Uma etnografia das ruas .....	168
4.3. Os moradores e suas casas .....	186
4.4. Rede de serviços e comércio .....	192
4.5. Lazer e religião .....	200
4.6. Meio-ambiente .....	208
4.7. A Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial .....	211
4.8. Vizinhos .....	214
4.9. As representações sobre o lugar .....	222

#### **Capítulo 5:**

<b>Ser ou não ser “da UFRJ”, eis a questão .....</b>	<b>227</b>
5.1. O começo de uma relação .....	228
5.2. O mundo social invade a universidade .....	231
5.3. A conflagração da crise .....	235
5.4. A ação reparadora .....	251
5.5. O desfecho do drama .....	262
5.6. O começo do futuro .....	286

<b>Considerações finais .....</b>	<b>296</b>
-----------------------------------	------------

<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>302</b>
---	------------

## **Capítulo 1:**

### **Como cheguei, olhei, ouvi e escrevi**

## **1.1 Primeiras palavras**

Uma tese nada mais é, diz Umberto Eco (1986), que um objeto físico, prescrito por lei, composto de um determinado número de páginas datilografadas, que se supõe tenha alguma relação com a disciplina em que o candidato pretende laurear-se. Fazê-la, por sua vez, implica um trabalho metódico de pôr ordem nas próprias idéias e ordenar os dados da pesquisa com a qual o candidato pretende demonstrar ser capaz de fazer avançar a disciplina a que se dedica.

Tarefa aparentemente simples não fosse o caso, em se tratando de uma tese de antropologia, de que o pesquisador, ao entrar numa interação complexa com o objeto pesquisado, passe a fazer parte do seu próprio campo de estudo. Nesse sentido, escrever uma tese exige um trabalho de reflexão e elaboração da sua experiência vivida na interação com o outro o qual pretendeu compreender, sendo o texto produto dessa relação dialógica em que a questão do conhecimento se torna mais crítica. Como aponta Cardoso de Oliveira (2000), no caso do conhecimento antropológico, o ato de escrever é precedido por outros dois atos cognitivos - o olhar e o ouvir – e, juntos, formam uma unidade irredutível do trabalho do antropólogo.

Tendo em vista que uma tese de doutorado é também resultado de uma formação intelectual e que o capítulo introdutório é, com frequência, o lugar em que os bastidores da pesquisa podem e devem ser apresentados, permitindo ao leitor apreender o processo através do qual o conhecimento foi construído, começo por expor o percurso que me levou a enveredar pela antropologia e, conseqüentemente, por aquele que passou a ser o campo onde se deu minha iniciação para, em seguida, descrever como se deu o processo de desenvolvimento da pesquisa a partir das três etapas estratégicas que compõem a produção do conhecimento antropológico.

Finalmente, é entendendo que minha formação intelectual como antropóloga não se encerra aqui e que o material que substancializou esta tese poderá ser muitas vezes ainda revisitado que sugiro que estas centenas de páginas sejam lidas.

## 1.2. Chegando

Minha aproximação com as Ciências Sociais começou no mestrado em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), quando passei a integrar o grupo de estudo coordenado pelo professor Ronald Arendt em torno da possibilidade de se constituir uma *psicologia simétrica*, que, tal como propõe Bruno Latour (1994) em relação à antropologia do mundo moderno, não tenha que optar entre pender a balança ora para o pólo *indivíduo* ora para o pólo *sociedade*<sup>1</sup>. Se o debate em torno do binômio natureza-cultura a partir das contribuições de um autor contemporâneo como Latour não era o caminho mais simples para me introduzir no campo da antropologia, foi através da pesquisa empírica que desenvolvi sobre o processo de implantação do Programa Favela-Bairro em Acari (Freire, 2005) que pude, aos poucos, melhor compreender e pôr em prática esta perspectiva<sup>2</sup>.

Dado o objeto da dissertação, passei a participar, em 2005, como ouvinte, do curso de Antropologia Urbana ministrado pelo professor Marco Antonio da Silva Mello no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA-UFF). Além de permitir que eu me apropriasse da extensa literatura produzida nessa área a respeito das políticas públicas direcionadas às favelas, o curso foi determinante para que eu encontrasse depois um terreno seguro para fertilizar minhas inquietações acadêmicas, cada vez mais distantes da psicologia.

Nesse mesmo ano, fui convidada a participar do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) que Mello, como prefere ser chamado, coordena no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ), onde também é professor. A partir de então, comecei a beneficiar-me de uma maior interlocução com os estudos de Antropologia Urbana e com toda a rede de pesquisadores, de diferentes níveis de formação, que integram o laboratório<sup>3</sup>. Participando simultaneamente de atividades acadêmicas em instituições e campos de

---

<sup>1</sup> Ao longo de toda a tese, o formato itálico será utilizado para marcar expressões em língua estrangeira, termos conceituais, títulos e/ou nomes próprios, enquanto o formato entre aspas será utilizado sobretudo para identificar expressões, trechos de falas, citações extraídas de fontes bibliográficas e documentais.

<sup>2</sup> Nesse diálogo entre as disciplinas, tive à época a oportunidade de organizar o livro *Teoria Ator-Rede e Psicologia*, recentemente publicado, em parceria com os professores Ronald Arendt (UERJ), Arthur Ferreira (UFRJ) e Márcia Moraes (UFF).

<sup>3</sup> Para maiores informações sobre o LeMetro, visitar a página eletrônica: [www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/](http://www.ifcs.ufrj.br/~lemetro/)

conhecimento distintos, sentia-me, como o próprio Latour (2004), um “sujeito híbrido”; ou uma “psicóloga”, como passei, por instantes, a me autorrepresentar.

Aguçada pela vontade de dar novo rumo à pesquisa realizada no mestrado, decidi inscrever-me, em 2006, no curso de doutorado em Antropologia da UFF. O retorno à instituição onde havia iniciado, dez anos antes, minha graduação em Psicologia tinha, desta vez, um sabor de descoberta que perduraria todo o período de meu doutoramento sob a cuidadosa orientação do professor Mello.

Como desdobramento da descrição da rede de atores (humanos e não-humanos) tecida em Acari em torno do processo de intervenção urbana que tinha como objetivo “transformar a favela em um bairro”, buscava, ao ingressar no doutorado, analisar os efeitos dessa política pública nas formas de apropriação dos espaços pelos moradores de Acari, uma vez que, como evidenciam diversos estudos, inclusive a já clássica etnografia realizada por Mello, Vogel e Santos (1981) sobre o processo de renovação urbana do Catumbi, o impacto dessas políticas geralmente transcendem a mera transformação física do sistema construído, ecoando sobre a maneira dos indivíduos perceberem, se apropriarem e se vincularem afetivamente a ele.

Estimulada por meu orientador, candidatei-me a uma bolsa de estágio doutoral na França no âmbito do Convênio CAPES-COFECUB nº447/04, à época coordenado pelos professores Roberto Kant de Lima e Daniel Cefaï, a fim de aprofundar meus estudos e promover minha internacionalização acadêmica.

Ao longo de um ano, participei de cursos, seminários e eventos com vários dos pesquisadores que integravam a rede institucional já consolidada entre o PPGA-UFF e o Departamento de Sociologia da *Université de Paris X* (atual *Université Paris Ouest Nanterre - La Défense*), agregando outros laboratórios e instituições, como o *Centre d'Étude des Mouvements Sociaux* (CEMS) e o *Groupe de Sociologie Politique et Morale* (GSPM) da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS)<sup>4</sup>. Com relação ao meu campo de estudo específico, coletei um rico material bibliográfico e iconográfico sobre as favelas francesas, em particular descoberto na exposição *Bidonvilles: histoire et représentations*, realizada em Seine Saint-Denis, região historicamente marcada por esse fenômeno urbano entre as décadas de 1950 e 1970. Além disso, encontrei-me diversas vezes com Colette Pétonnet, autora dos primeiros

---

<sup>4</sup> Daniel Cefaï (Université Paris X, CEMS-EHESS), Pedro José Garcia Sanchez, Anne Raulin, Martine Segalen (Université Paris X), Dominique Vidal (Université Lille 3), Roselyne de Villanova (IPRAUS), Marc Breviglieri e Laurent Thévenot (GSPM-EHESS), entre outros.

estudos etnográficos sobre o tema e uma das fundadoras do *Laboratoire d'Anthropologie Urbaine* do *Centre Nationale de Recherche Scientifique* (CNRS), quem, aliás, tivemos a oportunidade de trazer recentemente ao Brasil como conferencista do *Colóquio Aspectos Humanos da Favela Carioca: ontem e hoje*, promovido pelo LeMetro no IFCS-UFRJ<sup>5</sup>.

Ao retornar da França, em dezembro de 2007, trouxe na bagagem não apenas a experiência acadêmica vivida nas instituições francesas, traduzida em alguns trabalhos posteriormente publicados<sup>6</sup>, mas todo o processo de aprendizado de novos códigos linguísticos e corporais inerente à experiência de ter residido e estudado em outro país. Ao propiciar a relativização de meus próprios pontos de vistas, pode-se dizer que esta experiência consistiu numa espécie de “rito de passagem contemporâneo” (Segalen, 2002), o primeiro dos muitos que comporiam minha formação como antropóloga.

Ainda sob efeito dessa experiência, que me levava a exotizar atividades antes banais e corriqueiras, logo fui convidada pelo meu orientador a participar de um projeto de extensão que ele coordenava na Universidade Federal do Rio de Janeiro, com a colaboração da professora Neiva Vieira da Cunha.

Articulado à linha de pesquisa do LeMetro *A cidade e seus bairros: morfologia social dos lugares e políticas de urbanização*, o projeto havia sido criado em 2007 com o nome “História de Morador, Histórias de Ocupação: etnografia e história da Vila Residencial da UFRJ”, tendo como objetivo coletar e organizar material etnográfico sobre essa localidade situada em área do *campus* universitário da Ilha do Fundão. Em 2008, o projeto, que contava com a participação de três bolsistas de extensão<sup>7</sup>, além da estudante de Ciências Sociais, servidora da UFRJ e membro da associação de moradores local Vera Lúcia Valente de Freitas, fazia parte de um dos maiores programas de extensão então existentes na universidade, o *Programa Inclusão Social - Vila Residencial da UFRJ*<sup>8</sup>. Ao coordenar este projeto, Mello, assim como eu, que

---

<sup>5</sup> O evento, realizado entre os dias 19 e 21 de maio de 2010, comemorou os cinquenta anos do primeiro grande estudo sobre as favelas do Rio de Janeiro “Aspectos Humanos da Favela Carioca”, realizado pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas dos Complexos Sociais (SAGMACS), sob a coordenação técnica do sociólogo José Arthur Rios e publicado em dois suplementos especiais do jornal *O Estado de S. Paulo*.

<sup>6</sup> A saber, dois artigos publicados em periódicos (Freire, 2008; Gonçalves, Simões e Freire, 2010) e dois capítulos de livro (Mello, Simões e Freire, 2010; Freire, 2010).

<sup>7</sup> Os graduandos de Ciências Sociais da UFRJ Eduardo Lacerda Mourão, Marcos Aurélio Lacerda da Silva e Maria de Fátima Farias.

<sup>8</sup> Cabe dizer que, ao ser reformulado nos anos seguintes, o projeto adquiriu outros nomes, correspondendo aos seus novos focos de pesquisa: “Modos de habitar, conflitos e dramas sociais: o processo de

passei então a integrá-lo enquanto colaboradora, não imaginava, entretanto, as consequências que isso traria.

A primeira delas era a incorporação de um outro projeto a ele vinculado, resultante de um convênio inédito recém-firmado entre a UFRJ, através do referido programa de extensão, e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), cuja história será descrita mais adiante na tese. Como grande parte dos projetos de extensão então desenvolvidos na Vila Residencial, caberia à equipe de antropologia replicar a experiência em outras localidades da região metropolitana, contribuindo para dar novo formato aos antigos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDC's) e Casas da Paz, a serem transformados pelo atual governo em Centros de Referência da Juventude (CRJ's).

Como Acari era inicialmente uma das áreas a serem atendidas, coube a mim organizar uma visita da equipe, no dia 1º de fevereiro de 2008, à localidade, quando então retornei ao campo onde iniciei minha trajetória como pesquisadora<sup>9</sup>. A forte presença de um tráfico de drogas armado e os recorrentes tiroteios ocasionados pelas ações de repressão policial, já evidenciados durante o mestrado, impunham-se, entretanto, como grandes dificuldades à circulação dos estudantes na localidade, mesmo na companhia de lideranças comunitárias com as quais ainda mantinha contato<sup>10</sup>. O encontro promovido por meu intermédio concentrou-se, assim, em uma longa conversa, realizada no quintal da casa de uma moradora, a respeito da Vila Residencial da UFRJ, do convênio com a SEASDH e da experiência do CCDC instalado em Acari nos anos 1980, o que me permitiu melhor me familiarizar com o contexto histórico e institucional no qual estava me inserindo.

Ao mesmo tempo em que assumia a função de assistente de coordenação do professor Mello, auxiliando-o na condução das atividades dos seis estudantes<sup>11</sup> que

---

regularização fundiária da Vila Residencial da UFRJ” (2008), “História de Morador, Histórias de Ocupação II: narrativas fundacionais e paisagens da memória na Vila Residencial da UFRJ” (2009-2010). Do mesmo modo, outros estudantes desempenharam posteriormente atividades como bolsistas no projeto: Pedro Guilherme Freire, Carolina Feitoza Doria Cardoso, Ana Paula Massadar Morel, Luisa da Cunha Teixeira, Yasmin Monteiro e Daniel Teixeira.

<sup>9</sup> Antes do mestrado, já havia desenvolvido, por mais de dois anos, atividades de pesquisa na localidade como bolsista de iniciação científica do projeto intitulado “Drogas e Complexidade: a ressonância do fenômeno das drogas nas redes sociais de jovens de contextos desfavorecidos”, coordenado, na UFF, pela professora Teresa Cristina Carreiro.

<sup>10</sup> Nessa ocasião, fomos recepcionados pela agente comunitária Vanda Pedro e pelo animador cultural Deley de Acari, a quem ratifico aqui meu agradecimento.

<sup>11</sup> Embora o projeto fosse institucionalmente vinculado ao Departamento de Antropologia do IFCS, a equipe de estagiários era composta por graduandos de diversas universidades e áreas de formação: Daniel

faziam parte do projeto subsidiado pela SEASDH, este sondava meu interesse em tomar a Vila Residencial como meu campo de estudo, permitindo-me realizar, com maior autonomia, o exercício antropológico sem os constrangimentos que a realidade violenta de Acari me colocava. Sugestão que, confesso, resisti bravamente em aceitar, até conhecer a Vila Residencial, vinte dias depois da visita à Acari.

Seguindo as orientações dadas por Vera, mais conhecida como Verinha, dirigi-me, com relativa curiosidade, para uma área da Ilha do Fundão nunca antes por mim frequentada. Chegando ao final da rua situada ao lado do suntuoso prédio da Reitoria da UFRJ, em direção às margens da Baía de Guanabara, surpreendi-me imediatamente com a realidade com a qual me deparei: uma vila de moradores com uma vida social pulsante que se opunha totalmente à visão empobrecida que tinha da Ilha do Fundão.

Ao adentrar a localidade, logo encontrei o galpão onde se realizava o seminário interno do programa de extensão, que tinha como objetivo promover a interdisciplinaridade entre os diferentes projetos desenvolvidos na localidade, através da proposição de atividades conjuntas. Acolhida por Verinha, fui apresentada a outros integrantes da AMAVILA e alguns dos mais de vinte estudantes e professores da UFRJ presentes. Representando o projeto de antropologia, integrei-me, com ela, a um dos grupos de trabalho organizados no seminário, o que me possibilitou tomar ciência de algumas das preocupações e dificuldades vivenciadas pelas equipes, assim como de alguns dos problemas que perpassavam a localidade, em particular aqueles que afetavam o processo de regularização fundiária então em curso. As formas de apropriação dos espaços, os processos de remoção a serem colocados em prática, os conflitos de vizinhança e aqueles relacionados a atividades comerciais e à transferência de propriedades foram alguns dos temas evocados no seminário que despertaram, já nessa primeira ida à localidade, meu interesse em conhecer mais de perto aquela realidade social.

Na companhia de Verinha, minha “Doc”<sup>12</sup>, passei a frequentar a Vila Residencial e a observar empiricamente muitas das questões trazidas pelos participantes do seminário. Movida por um sentimento misto de surpresa e curiosidade, tomei

---

Medina da Silva (História-UFRJ), Débora Santos Gonçalves de Bento (Ciências Sociais-UCAM), Maria de Fátima Farias (Ciências Sociais-UFRJ), Leonardo Campelo Gonçalves (Ciências Sociais-UFRJ), Lúcia de Fátima Gonçalves de Jesus (Serviço Social-PUC) e Pedro Guilherme Freire (Ciências Sociais-UFRJ).

<sup>12</sup> Doc é como Willian Foote Whyte, em sua clássica etnografia *Sociedade de esquina* (2005 [1943]), apelidou o informante privilegiado que foi seu anfitrião em suas primeiras incursões pelo bairro pobre de imigrantes italianos em Boston.

coragem de tentar descobrir mais coisas sobre a história e o cotidiano daquela localidade, transformando-a em “objeto” desta etnografia. Aos poucos, fui construindo minha própria trajetória e meu próprio olhar sobre o campo, o que me levou a compreender, meses depois, que estava, de fato, diante do que meu orientador chamava de “um *bijou* sociológico”.

### **1.3. Olhando**

Como atividade perceptiva, a etnografia não é, diz Laplantine (2004), da ordem do imediatamente visto, mas da visão mediada, distanciada, diferenciada e reavaliada. O olhar do etnógrafo não é um olhar qualquer, mas um olhar questionador, que vai em busca da significação das variantes, um olhar que demora no que vê.

Seguindo a análise de Cardoso de Oliveira (2000), pode-se igualmente dizer que a surpresa e a curiosidade despertada por tudo o que vi e ouvi nas primeiras idas a campo não foi motivada por uma apreciação ingênua do que, à primeira vista, me parecia exótico, mas já era resultado do processo de “domesticação teórica” de meu olhar ao prisma da Antropologia. Ainda que parecesse um ato natural e familiar, minha maneira de ver e me interessar por aquela realidade já evidenciava, de certa forma, a incorporação do esquema conceitual da disciplina que vinha sendo construída a partir das leituras de outros trabalhos monográficos de sociologia e antropologia urbana produzidos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros, sobretudo daqueles que tratam dos modos de vida em assentamentos urbanos afetados por processos de remoção, urbanização ou renovação urbana.

Em particular, inspirava-me nas pesquisas desenvolvidas por Lícia Valladares (1978, 2005) sobre as favelas cariocas e sua contribuição para desmitificar alguns dos “dogmas” construídos a respeito delas que, ao reiterarem preconceitos, impedem que se tenha um olhar sociologicamente mais refinado sobre esses aglomerados urbanos. Para se analisar as dimensões simbólicas dos espaços da Vila Residencial, tomando-a como uma unidade espacial e ideológica, a citada etnografia realizada por Mello, Vogel e Santos (1981) sobre o bairro do Catumbi, fornecia-me a base mais sólida com a qual pude, por diversas vezes, dialogar. Do conjunto de idéias que perpassam o trabalho, extraí, por exemplo, a de que a etnografia de um espaço social não pode ser

desvinculada do que se passa efetivamente nele, uma vez que “um sistema de espaço só existe em conexão com um sistema de valores, ao passo que ambos são impensáveis sem a correlação necessária com um sistema de atividades” (*ibid.*: 67). Outra referência importante eram as etnografias produzidas por Colette Pétonnet (1968, 1979) sobre os modos de vida de um conjunto habitacional (*cit  de transit*), destinado a ex-moradores das *bidonvilles* francesas<sup>13</sup>. Fiel ao método de paciente deciframento dos espaços por ela definidos como “nebulosos”, Pétonnet debruça-se sobre os fatos e gestos do cotidiano dos moradores exibindo uma notável sensibilidade antropológica que pôde ser pessoalmente testemunhada por mim durante meu estágio doutoral em Paris e que tem, desde então, sido uma fonte de inspira o.

Ainda que meu olhar para a Vila Residencial fosse parcialmente inspirado pelos olhares que estes pesquisadores, entre tantos outros, dedicaram a seus campos de estudo e pelas questões por eles suscitadas, buscava, em minhas primeiras incursões, exercitar aquilo que Pétonnet (1982),   semelhança do dispositivo psicanalítico criado por Freud<sup>14</sup>, chamou de *observation flottante*, colocando-me disponível em toda circunstância, sem mobilizar minha aten o sobre um objeto preciso, mas deixá-la “flutuar” de maneira que as informa es penetrassem sem filtro, até o momento em que pontos de referência e convergências aparecessem, evocando-me regras subjacentes.

Antes de iniciar o trabalho de campo, minha resistência em tomar a localidade como objeto de investiga o resultava, contrariamente, de um olhar *a priori* preconceituoso e bastante distanciado daquela realidade. Como muitos moradores da região metropolitana, a Ilha do Fundão resumia-se, para mim, na Cidade Universitária. Como muitos moradores de Niterói, a percebia como uma região erma, perigosa e distante, um mero espaço de passagem de estudantes e trabalhadores da UFRJ.

Tal como relata Leitão (2003: 7) sobre a força das representa es e estereótipos associados   Ilha de Paquetá, a Ilha do Fundão, por razões distintas daquelas que

---

<sup>13</sup> As *cit s de transit* eram conjuntos habitacionais criados nos anos 1970 na França para abrigar provisoriamente os indivíduos (em sua maioria, estrangeiros) tidos como incapazes de morar diretamente nas unidades de habita o de aluguel moderado (HLM). A sele o era feita pelo órgão responsável pela ressor o das zonas decretadas como insalubres após a *enquête* social sobre as aspira es e atitudes das casas numa  tica de promo o pela moradia. As *cit s de transit* tinham não apenas a fun o de transi o desses moradores pelo prazo máximo de dois anos, mas também de sua “educa o”, promovida por uma equipe de a o sócio-educativa.

<sup>14</sup> Por *aten o (uniformemente) flutuante*, Freud designou o modo como o analista deve escutar o analisando: “não deve privilegiar *a priori* qualquer elemento do discurso dele, o que implica que deixe funcionar o mais livremente possível a sua própria atividade inconsciente e suspenda as motiva es que dirigem habitualmente a aten o” (Laplanche; Pontalis, 1998: 40).

adjetivam a primeira como “pitoresca”, “bucólica” e “romântica”, também não costuma ser concebida como um local de moradia. Esta representação pôde ser revelada nas primeiras conversas que mantive com amigos e parentes que, como eu, somente conheciam a Ilha do Fundão “de passagem”. Ao falar da Vila Residencial, eles demonstravam desconhecê-la totalmente ou, no máximo, a confundiam com o alojamento estudantil, local de moradia visto, por definição, como provisório.

Tal situação chegou a se repetir mesmo com aqueles que tinham, em algum momento de suas vidas, frequentado o *campus* com certa regularidade, em função de um curso ou uma oportunidade de trabalho. Tomando de empréstimo as palavras de Marc Augé (1994), pode-se dizer que a Ilha do Fundão é, portanto, representada como um “não-lugar”, ou seja, como um espaço que não se define nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico. Nesse sentido, oposto ao “lugar antropológico” que, de fato, interessaria ao cientista social.

Esta não era, sem dúvida, a visão que os moradores da Vila Residencial tinham da Ilha do Fundão, da qual passei, evidentemente, a compartilhar. A própria existência desse aglomerado urbano de mais de mil moradores evidenciava, como pretendo mostrar, o quanto aquela região, a despeito do projeto utópico modernista para o qual foi planejada (a construção da Cidade Universitária), também se constituía em um *lugar* que era simbolizado, habitado e recriado pelos indivíduos (Briggs, 1972).

As primeiras observações realizadas no campo e o uso da fotografia como extensão de minha capacidade de olhar, possibilitando-me ter uma percepção diferenciada da realidade (Guran, 2000), só vieram a confirmar esta idéia, revelando aspectos pouco conhecidos, inclusive por muitas das milhares de pessoas que frequentam diariamente a Cidade Universitária.

#### **1.4. Ouvindo**

Para melhor compreender o que observava na localidade era preciso simultaneamente ouvir o que os moradores tinham a dizer sobre ela, ou seja, atentar para as explicações fornecidas por eles que me permitiriam acessar aquilo que constitui a natureza do entendimento antropológico: “o ponto de vista nativo” (Geertz, 1999).

O ato cognitivo de ouvir, como chama a atenção Cardoso de Oliveira (2000: 21), é, contudo, complementar ao ato de olhar, participando das mesmas precondições, na medida em que deve eliminar todos os ruídos que lhe pareçam insignificantes, isto é, “que não façam nenhum sentido no *corpus* teórico de sua disciplina ou para o paradigma no interior do qual foi treinado”. Nesse sentido, não se trata de um ouvir qualquer, mas de “um ouvir todo especial” o qual se deve aprender a fazê-lo.

No meu caso, este aprendizado se deu ao longo do próprio trabalho de campo, experiência que consistiu em um segundo rito de passagem, aqui entendido como “a possibilidade de redescobrir novas formas de relacionamento social, por meio de uma socialização controlada” (DaMatta, 1987a: 152). Ainda que não estivesse me dedicando a estudar grupos ou sociedades com costumes e idiomas, para mim, totalmente estranhos, a maior dificuldade que enfrentei nesta etapa consistiu na “diferença de idiomas culturais” entre o mundo do qual eu fazia parte e o mundo dos nativos no qual pretendia penetrar (Cardoso de Oliveira, 2000: 22). Mesmo que falasse a mesma língua e vivesse há menos de trinta quilômetros de distância da Vila Residencial, não compartilhava os mesmos valores e o estilo de vida de seus moradores. Tampouco minha familiaridade com o ambiente universitário me fazia vivenciar como naturais as interações construídas entre moradores, professores e estudantes da UFRJ, através dos projetos de extensão existentes na localidade.

Mais do que encará-las como um obstáculo à pesquisa, busquei reconhecer essas diferenças sem traduzi-las numa interação assimétrica com os moradores, mas possibilitar uma relação dialógica que pudesse, como sugere Cardoso de Oliveira (2000: 24), transformar o confronto entre os dois mundos em um “encontro etnográfico”.

Para tal, juntamente com a observação direta dos modos de vida na localidade, passei a lançar mão da *observação participante*, técnica na qual o pesquisador interage com os sujeitos pesquisados participando do cotidiano deles no seu cenário natural, com vistas a captar uma série de fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas ou documentos quantitativos, já que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real (Malinowski, 1978[1922]). Ao integrar-se com os nativos – o que não significa tornar-se um deles – o pesquisador passa a fazer parte do contexto sob observação, o que certamente lhe coloca diversos problemas práticos, tais como a sua identificação pelos sujeitos, os papéis que ele pode assumir e o apoio ou proteção que ele pode conseguir de certos indivíduos no

grupo estudado, como bem analisaram Willian Foote-Whyte (2005[1943]) e Aaron Cicourel (1990[1969]). Longe de representarem sinal de fraqueza ou incompetência, assumir estas dificuldades fornece a base apropriada para discutir como a situação de pesquisa pode tornar-se ao mesmo tempo fonte de dados e um dado em si mesmo.

Compartilhando dessa perspectiva, Berreman (1990[1962]) descreve o trabalho de campo como uma experiência humana na qual o pesquisador se vê imediatamente confrontado com duas tarefas: a sua própria apresentação diante do grupo que pretende conhecer e a compreensão e a interpretação do seu modo de vida. Como em toda interação social, ambas as tarefas envolvem o controle e interpretação de impressões, nesse caso mutuamente manifestadas pelo etnógrafo e pelos nativos.

As impressões decorrem de um complexo de observações e inferências, construídas a partir do que os indivíduos fazem, assim como do que dizem, tanto em público, isto é, quando sabem que estão sendo observados, quanto privadamente, quando pensam que não estão sendo observados. As tentativas de dar a impressão desejada de si próprio, e de interpretar com precisão o comportamento e as atitudes dos outros são um componente de qualquer interação social e são cruciais para a pesquisa etnográfica (Berreman, *op.cit.*: 125).

No caso da Vila Residencial, ao mesmo tempo em que minha genérica identificação como alguém “da universidade” favorecia minha aproximação com determinados grupos de moradores já habituados a se relacionar com os professores e estudantes da UFRJ que ali desenvolviam atividades de extensão, provocava resistências em outros moradores que viam os representantes da UFRJ como ameaçadores em função de uma experiência passada traumatizante: a tentativa de remoção da localidade pela Reitoria em 2001. Aos poucos, percebi, tal como Foote-Whyte (1943) em sua pesquisa em Cornerville, que minha aceitação na localidade dependia, porém, muito mais das relações pessoais que desenvolvesse com os moradores do que das explicações que pudesse dar a respeito de meus interesses estritamente acadêmicos.

Embora, diferentemente da aldeia camponesa no Baixo Himalaia estudada por Berreman, os moradores da Vila Residencial não vivessem isolados, também busquei ampliar minhas possibilidades de observação e interação passando à condição de residente por dois meses (de outubro a dezembro de 2008), período em que aluguei um quarto na residência de um morador. Como grande parte das residências da localidade, a

janela do meu quarto, situada à beira da calçada, oferecia-se ao olhar, estabelecendo diálogos entre o espaço interior e o exterior<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo em que ela me expunha ao *voyerismo* dos transeuntes, me possibilitava um olhar estratégico sobre o cotidiano da rua, sua vida noturna, as atividades mais rotineiras dos vizinhos, as festas nos finais de semana, etc. Na qualidade de moradora, pude conquistar a confiança de muitos interlocutores, neutralizando incertezas a respeito de minha pessoa (Luhmann, 2006)<sup>16</sup>.

Através de minha interação com os moradores, passei então a tomar contato com a história da localidade e sua estreita relação com a história da Ilha do Fundão e, por conseguinte, com a história da própria UFRJ. Mais do que uma curiosidade historiográfica, as narrativas que começaram a ser tecidas em torno dessas histórias expressavam, com toda a sua dramaticidade, a resignificação de um passado vivido pelos moradores a partir da situação presente da localidade, servindo como principal forma de justificação e reivindicação de seu pertencimento local. Os tipos e circunstâncias em que tais narrativas eram produzidas tornaram-se, assim, um dos focos de minha atenção.

Para saber ouvi-las, levei comigo para o campo algumas teorias sociais que me possibilitassem manejar este tipo de material etnográfico.

As contribuições de Maurice Halbwachs (1994, 2004) foram, nesse aspecto, fundamentais para compreender a memória como um fenômeno dinâmico que visa estabelecer uma relação dialética entre o passado e o presente. Para o autor, o passado só existe enquanto reconstruído continuamente no presente, tendo como referência o tempo e o espaço vivenciado por aquele que relembra, da mesma forma que se constitui como referencial orientador para o presente.

Já a obra do filósofo alemão Wilhelm Schapp (2007) me fez entender o contar e ouvir histórias como atividades humanas intimamente vinculadas. Ainda que as histórias se encontrem ligadas à história universal, é quase inconcebível, diz o autor, que esta não tenha, como ponto de partida, histórias no plural. Considerando o estatuto da narrativa na pesquisa antropológica, Mello e Vogel (2000), estendem a perspectiva de

---

<sup>15</sup> Enquanto instrumento arquitetônico, a janela tem uma natureza ambígua. Como diz Jorge (1995: 103), “da janela vê-se o mar, o vizinho, o quintal, a rua, a cidade, a multidão. Da janela não se vê coisa alguma, mas penetra-se na vertigem dos pensamentos. Desvendam-se espaços contíguos”.

<sup>16</sup> A confiança, define o autor, é um mecanismo de redução da complexidade social. Num certo sentido, significa nada mais que uma simples esperança (*simple espoir*), como uma mãe que confia seu filho a uma babá e passa a esperar dela uma série de coisas: que tudo se passará bem, que ela seja gentil com a criança, que ela não a impeça de dormir com uma música alta, etc. (Luhmann, *op.cit.*: 26)

Schapp em sua etnografia sobre o povoado de Zacarias (Maricá, RJ), mostrando que as narrativas nunca são, entretanto, desinteressadas. Segundo os autores, uma das mais relevantes motivações do narrador para contar uma história é o seu desejo de mobilizar aliados, adeptos ou seguidores dos quais espera apoio ao pleito que perpassa sua narrativa, impulsionando-a na direção de um fim almejado. Os atos de contar e o ouvir adquirem, assim, um significado particular, visto que têm como objetivo explícito a continuidade das histórias, a busca de sua projeção para um futuro na esperança do desfecho que ainda não encontraram. Nesse sentido, as narrativas também podem ser interpretadas como registro oral de gestos verbais instauradores e legitimadores de direitos. Conforme percebi ao longo da pesquisa, no caso da Vila Residencial, tal qual em Zacarias, tais narrativas vindicavam o direito da posse do lugar.

Priorizando apreender a Vila Residencial da perspectiva dos seus moradores, realizei ainda durante o trabalho de campo quatro visitas guiadas, envolvendo adultos e crianças. Inspirada no *método dos itinerários* e no *método dos percursos comentados* desenvolvidos, respectivamente, por Jean-Yves Petiteau (2002) e Jean-Paul Thibaud (2002, 2008) no *Centre de Recherche sur l'Espace Sonore et l'Environnement Urbain* da *École Nationale Supérieure d'Architecture de Grenoble*, esta estratégia metodológica consistia basicamente em tornar os moradores meus guias, cabendo a eles instituírem um percurso sobre determinado território e enunciarem tudo o que lhes ocorresse sobre o espaço percorrido. A mim cabia acompanhá-los, registrando tudo o que me era relatado a cada momento do percurso.

Tal como entre ouvir e contar histórias, as visitas guiadas partiam do pressuposto de que há uma estreita relação entre andar, perceber e descrever. Como Thibaud (2002) chama a atenção, se percebemos algumas coisas e não outras é porque dispomos de uma linguagem particular que nos permite categorizar e organizar as coisas em questão. Do mesmo modo, se toda percepção mobiliza movimento, ao propor aos moradores que me guiassem em um determinado percurso, era o próprio caminhar que possibilitava a descrição que eu almejava alcançar. Ao apelarem à capacidade reflexiva dos moradores, as visitas guiadas, acompanhadas do registro fotográfico e audiovisual, permitiam, ainda, desenvolver uma espécie de *arqueologia urbana* (Mello; Vogel, 1984) ou *etnografia retrospectiva* (Cunha, 2005), que me possibilitava, por exemplo, restituir a antiga configuração física e social da região, formada por um conjunto de oito ilhas.

Para melhor compreender muito do que via e ouvia no campo no que tange as características históricas e geofísicas daquele espaço e suprir determinadas lacunas na posterior organização dos dados, não pude me eximir de realizar uma pesquisa bibliográfica e documental em diversas instituições, tais como Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Museu da Maré, Arquivo Histórico do Escritório Técnico Universitário da UFRJ e Biblioteca Pedro Calmon.

Paralelamente à minha participação nas reuniões e atividades em torno do programa de extensão, do convênio com a SEASDH, de eventos políticos e culturais na Vila Residencial e na UFRJ, também estabeleci diálogos – por vezes no formato de entrevistas semi-estruturadas - com alguns personagens importantes das histórias que visava reconstituir, como antigos e atuais funcionários do Escritório Técnico Universitário, antigos e atuais diretores do Sindicato de Trabalhadores em Educação da UFRJ, antigos e atuais diretores da AMAVILA, professores e coordenadores do Programa Inclusão Social - Vila Residencial, antigo e atual prefeitos da UFRJ, antigo e atual reitor da UFRJ. Não obstante a natureza da relação existente entre o entrevistador e o entrevistado interfira diretamente naquilo que é dito e ouvido, as entrevistas semi-estruturadas – isto é, aquelas que partem de um roteiro preliminar de perguntas, mas cuja situação concreta dá ao entrevistador a liberdade de acrescentar outras com o objetivo de aprofundar pontos que considere relevantes ao seu estudo (Deslandes *et alli*, 1994) – tinham como principal vantagem me permitir, na impossibilidade da observação participante, obter tanto dados objetivos quanto subjetivos.

Parafraseando Cardoso de Oliveira (2000: 21), as atividades do olhar e do ouvir serviram-me como “muletas” que me ajudaram a caminhar, ainda que tropeçadamente, na estrada do conhecimento, caminho este sempre sujeito a muitas quedas.

### **1.5. Escrevendo**

Conforme indica o autor, enquanto no olhar e no ouvir realiza-se a nossa percepção, é no ato de escrever que o nosso pensamento exercita-se da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio da disciplina antropológica. Nas palavras de Laplantine (2004: 10),

É na descrição etnográfica que entram em jogo as qualidades de observação, de sensibilidade, de inteligência e de imaginação científica do pesquisador. É aí que esperamos a revelação do etnólogo (...). É enfim a partir desse ver organizado em um texto que começa a se elaborar um saber: o saber característico dos antropólogos.

Embora, na prática, a atividade da escrita tenha começado desde minha primeira ida à Vila Residencial, através da redação, em quatro pequenos cadernos, de notas sobre o conteúdo de minhas observações, conversas e impressões realizadas no campo, tais notas consistiam muito mais em um registro que pudesse compensar as limitações de minha capacidade mnemônica do que em um texto estruturado capaz de produzir articulações ou análises sobre tudo o que ouvia e observava no campo.

O processo de transformação dessas notas em dados etnográficos somente ocorreu no momento posterior em que me afastei provisoriamente da localidade para me deter na análise do material coletado ao longo de dois anos de trabalho de campo sistemático. Pois, como diz Clifford (2008: 39), “se muito da escrita etnográfica é produzido no campo, a real elaboração de uma etnografia é feita em outro lugar”. Esse outro lugar, em que o pesquisador passa a estar não mais mergulhado entre os “nativos”, mas entre seus pares, é, como descreve Cardoso de Oliveira (2000), marcado por uma interpretação balizada pelas categorias constitutivas de nossa disciplina, que faz com que os dados sofram uma refração, uma vez que todo o processo de escrever o texto etnográfico passa a ser contaminado pelo ambiente acadêmico.

Sendo assim, foi através das longas tardes de conversa com meu orientador, da interlocução com outros professores e colegas da UFF e da UFRJ, das apresentações de trabalhos em eventos científicos e das diversas leituras realizadas durante o curso de doutorado que fui organizando minhas idéias e testando minhas interpretações, até construir o problema que orienta a tese.

Como citei anteriormente, quando comecei a realizar trabalho de campo na Vila Residencial, a localidade estava iniciando um processo de regularização fundiária, por solicitação da Associação de Moradores. Tal demanda tinha, porém, como pano de fundo décadas de uma relação bastante ambígua vivida, desde o surgimento da localidade nos anos 1970, com a UFRJ, que deixava os moradores numa situação de vulnerabilidade, sobretudo no que se refere ao direito à moradia e à infraestrutura urbana. Afinal, como percebi ao longo da pesquisa, se grande parte das questões que afligiam os moradores residia justamente no fato da localidade estar situada nos limites

da Cidade Universitária – isto é, no seu endereço na cidade (Mello, Simões, Freire, 2010) - a regularização fundiária representava, por sua vez, a reação à maior crise enfrentada por eles com a UFRJ, quando a Reitoria ameaçou removê-los do *campus*. Restituindo o processo que conduziu à demanda pela regularização fundiária, identifiquei no campo as mesmas etapas daquilo que Turner (1996[1957]) designou, em sua pesquisa sobre os Ndembu da Zâmbia, como *dramas sociais*, ou seja, episódios de irrupção pública de tensão. Foi a partir do conflito evocado com a ameaça de remoção da localidade que defini então como objetivo da tese compreender, a partir do método etnográfico, a história e a morfologia social da Vila Residencial da UFRJ, analisando os recursos que os moradores mobilizam para reivindicar o direito de permanecer no *campus* universitário da Ilha do Fundão.

Para alcançar esse objetivo, a pesquisa assentou-se sobre três eixos de questões a serem investigadas. O primeiro eixo concentrava-se na história local e nos quadros sociais da memória coletiva, indagando-se basicamente sobre como se deu o processo de constituição da localidade, o modo como o passado da vida no antigo arquipélago aterrado para a construção da Cidade Universitária era ressignificado no presente, as formas e circunstâncias em que as narrativas sobre essa história eram produzidas, em que arenas e diante de que públicos, e como os moradores reivindicavam, enquanto grupo, seu pertencimento local. De maneira complementar, o segundo eixo centrava-se na etnografia atual da Vila Residencial, norteando-se, entre outros, pela investigação dos modos de habitar e estilos de vida local, dos sentidos atribuídos pelos moradores à localidade, dos conflitos envolvendo as relações de vizinhança e os usos e apropriações dos espaços. Já o terceiro eixo concentrava-se na análise da relação (ou relações) existente entre a Vila Residencial e a UFRJ e seus efeitos nas tentativas de exclusão e inclusão da localidade no mapa da Cidade Universitária, indagando-se sobre os argumentos que pesaram sobre a ameaça de remoção e a defesa de sua permanência na região, o modo como a vida da localidade articula-se com a vida da universidade, os tipos de conflitos que configuram essa coabitação, o modo como os moradores se mobilizam para reivindicar direitos e as alianças que constroem para fortalecer suas lutas.

Se o ato de escrever e o de pensar são, como diz Cardoso de Oliveira (2000) tão solidários entre si a ponto de formarem um mesmo ato cognitivo, o processo de textualização deste conjunto de questões ocorreu concomitantemente ao processo de

produção do conhecimento. Como atividade cognitiva, a escrita da tese foi feita e refeita exaustiva e repetidamente, “não apenas para aperfeiçoar o texto do ponto de vista formal, quanto para melhorar a veracidade das descrições e da narrativa, aprofundar a análise e consolidar argumentos” (*ibid.*: 32).

Sobre a forma de escrever, se um dos pressupostos da antropologia é a idéia de que tudo que se vê depende do lugar e da posição em que foi visto e das outras coisas que foram vistas ao mesmo tempo, Cardoso de Oliveira (*op.cit.*: 30) ressalta a existência de uma “responsabilidade específica da voz do antropólogo”, que não deve ficar obscurecida nem pelo uso impessoal e generalizado da primeira pessoa do plural nem pelas transcrições literais das falas dos nativos. Assim, embora, como já mencionei, este texto tenha sido fruto de interlocuções estabelecidas em diversos contextos dentro e fora do campo, optei redigi-lo primordialmente na primeira pessoa do singular, reservando o uso no plural apenas para os momentos em que busco convocar a participação do leitor ou para descrever as situações em que estava acompanhada no campo por outros colegas, cujas impressões foram comigo compartilhadas.

Dessa forma, busco evidenciar tanto as condições de realização das etapas iniciais da obtenção dos dados (o olhar e o ouvir) quanto reconhecer a intersubjetividade que permeou todo o processo de produção da pesquisa. Sem querer tropeçar numa psicologização despropositada, sugeriria, inclusive, acrescentar o verbo *afetar* às outras três etapas que comporiam o trabalho do antropólogo. Afinal, como descreve Jeanne Favret-Saada (2005: 159) a partir de sua pesquisa sobre a feitiçaria, basta que os etnógrafos se deixem afetar pelas mesmas forças que afetam os nativos para abrir uma comunicação específica com eles, “comunicação sempre involuntária e desprovida de intencionalidade, e que pode ser verbal ou não”. Deixar-se ser afetado, contudo, não tem a ver com uma operação de conhecimento por empatia ou com a identificação do pesquisador com o ponto de vista nativo, mas implica assumir o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois, segundo a autora (*op.cit.*: 160), “se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível”.

É dessa perspectiva que apresento, portanto, esta pesquisa como um processo de afetação de novas formas de olhar, de ouvir, de pensar e de sentir. O produto final desse processo - a tese - é, por sua vez, efeito de um duplo movimento de tradução, aqui

entendida no sentido atribuído por Latour (2000) de transformação: da experiência vivenciada por mim na localidade para sua inscrição nos meus cadernos de campo e das notas registradas em meus cadernos de campo para o texto etnográfico, de acordo com as normas e exigências acadêmicas específicas. Dessa forma, o que se coloca sob exame não é somente o texto em si, mas minha capacidade de traduzir, como diria Latour, ou interpretar, como diria Geertz, traindo o mínimo possível os dados apresentados.

Legando para o leitor essa tarefa, contendo-me então a apresentar os próximos capítulos que compõem esta tese, estruturada a partir dos três eixos de questões acima mencionados.

O segundo capítulo, intitulado *Ilhas de Histórias*, visa descrever o processo de construção da Cidade Universitária da antiga Universidade do Brasil (atual UFRJ), desde os primeiros debates em torno de sua localização, em 1935, até a sua inauguração, em 1972. Debruçando-me sobre diversos tipos de materiais (documentos, relatórios, jornais, narrativas de antigos funcionários da UFRJ, etc.) e apoiando-me em pesquisas realizadas em diferentes domínios, busco analisar os argumentos técnicos e ideológicos mobilizados em torno do projeto da Cidade Universitária, da escolha da sua localização, dos limites e dificuldades durante o processo de sua construção, assim como guiar o leitor numa visita ao referido *campus*, hoje conhecido como “Fundão”. Fazendo alusão ao título do livro de Marshall Sahlins (1990), *Ilhas de História*, sobre sociedades insulares do Oceano Pacífico, busco apontar que, embora o modelo da Cidade Universitária tenha simbolizado a oportunidade de pôr em prática, através da arquitetura e do urbanismo, aquilo que Rodrigues (2001) denominou de “fantasia moderna”, sua implantação não se deu sobre um vazio cultural, mas sobre um conjunto de ilhas que, tal como as estudadas por Sahlins, não estavam isoladas nem geograficamente nem socialmente, mas cuja história estava estreitamente relacionada à história da universidade, da cidade e do próprio país. É sobre esse entrelaçamento de histórias (no plural) em torno do processo de construção da Cidade Universitária, que originou a Vila Residencial a partir do aterro de um conjunto de ilhas na antiga Enseada de Inhaúma, que versa, portanto, este capítulo.

Estendendo essa idéia, o terceiro capítulo, *Do aterro sanitário da Ilha da Sapucaia à Vila Residencial da UFRJ*, visa contar a história do lugar a partir das narrativas dos seus antigos moradores. Tomando-os a partir daqui como guias, descrevo as transformações sofridas pelo lugar, desde os anos 1940, quando a Ilha da Sapucaia

deixou de sediar o antigo aterro sanitário do Distrito Federal – onde toda sorte de objetos podiam ser encontrados, como testemunhou João da Baiana em uma de suas músicas<sup>17</sup> - para se ligar às demais ilhas a fim de viabilizar a construção da Cidade Universitária, até os anos 1970, quando a área passou a sediar o canteiro de obras da Ponte Rio-Niterói, e, somente então, tornar-se local de moradia para famílias de funcionários da UFRJ. Focalizando na história das famílias nativas, procuro evidenciar, entre outras coisas, como a vida dos primeiros moradores se articulava com a vida social e econômica em torno da Baía de Guanabara e com o próprio processo de constituição do *campus* universitário na região e como se deu a chegada de outros grupos de moradores que contribuíram para consolidar a localidade, destacando, ainda, as tensões decorrentes dessa coabitação entre *estabelecidos* e *outsiders* a partir das análises de Norbert Elias e John Scotson (2000) no vilarejo inglês de Winston Parva.

Já o quarto capítulo, “*Um pedacinho do céu*”: *a morfologia social e os modos de habitar o lugar*, consiste na etnografia da Vila Residencial como esta se apresentava no momento de realização da pesquisa. Visa, assim, descrever o seu espaço físico, os usos e formas de sua ocupação, sua localização, sua infraestrutura, os pontos de referência dos moradores, a relação com os bairros do entorno e a própria Cidade Universitária, as ruas e os tipos de moradias, as relações de vizinhança, a Associação de Moradores, as formas de lazer, comércio e serviços, além de analisar as diversas representações sobre o lugar.

O quinto e último capítulo, *Ser ou não ser “da UFRJ”, eis a questão*, concentra a análise nas relações históricas, políticas e sociais construídas, ao longo de mais de três décadas, entre a universidade e a localidade, sendo a primeira representada por suas principais instâncias gestoras - o Conselho Universitário, a Reitoria e a Prefeitura da UFRJ - e a segunda representada principalmente por sua Associação de Moradores. Analisando os argumentos e as práticas dos diversos atores envolvidos, o capítulo busca recompor as diversas arenas públicas (Cefaï, 2002) nas quais o estatuto da relação entre a localidade e a UFRJ foi colocado à prova, assim como descrever, à luz da teoria social de Turner (2008 [1974]) as quatro fases que compuseram o *drama social* suscitado pela ameaça de remoção (ruptura, crise, ação reparadora e reintegração).

---

<sup>17</sup> A segunda estrofe do samba *Cabide de Molambo* faz referência explícita ao aterro sanitário da Ilha da Sapucaia: “Minha camisa / Foi encontrada na praia / A gravata foi achada / Na ilha da Sapucaia / Meu terno branco / Parece casca de alho / Foi a deixa de um cadáver / Num acidente de trabalho”.

Finalmente, a escolha do título e subtítulo da tese, *Próximo do saber, longe do progresso: história e morfologia social de um assentamento urbano no campus universitário da Ilha do Fundão-RJ*, busca contemplar esse conjunto de questões que norteou a pesquisa. Reproduzindo a manchete de uma matéria do Jornal do Brasil, publicada em outubro de 2008, cuja abordagem focou a contradição existente entre a carência de infraestrutura urbana da Vila Residencial e a excelência acadêmica de uma das mais importantes universidades do país, o título pretende ser, como o fez Umberto Eco (1985) em seu romance *O Nome da Rosa*, uma “chave interpretativa” que me faça descobrir leituras nas quais não pensava e que os leitores poderão, a partir de então, me sugerir. Pois, como diz o escritor, independente da vontade do autor, o texto produz seus próprios efeitos. Depois de tê-lo escrito, nada mais me resta senão deixá-lo seguir seu caminho.

## **Capítulo 2:**

### **Ilhas de histórias**

## 2.1. Um breve percurso pela história da UFRJ

Em 1º de março de 1950, o professor Maurício Joppert da Silva proferiu a aula inaugural da Universidade do Brasil sobre o tema *As Cidades Universitárias*. Tendo acabado de retornar de uma viagem internacional que tinha como objetivo visitar cidades universitárias em construção em vários países, representando o Reitor na Comissão Supervisora do Planejamento da Cidade Universitária, a aula predizia o que estava por vir no antigo Distrito Federal. Justificando a concepção do grande projeto que começava naquele momento a ser colocado em prática, argumentou que o problema da instalação do ensino e da moradia para professores e estudantes era contemporâneo da fundação das próprias universidades, na Europa Medieval<sup>18</sup>. Segundo ele, a origem do que depois passou a se chamar Cidade Universitária partiu da necessidade de reunir as Escolas, as Faculdades e os Colégios em torno de um centro isolado, onde seriam providas residências para mestres e discípulos e todas as instalações apropriadas para o funcionamento regular da vida universitária. Tal necessidade era, por sua vez, efeito de uma conjuntura marcada tanto pelo desenvolvimento das universidades européias quanto pela existência de uma certa “incompatibilidade” entre as populações das cidades e as universidades, cujos conflitos decorriam sobretudo das diversas regalias que eram concedidas, na época, pelos monarcas e os papas aos universitários<sup>19</sup>.

De acordo com Vilarinhos (2000), as áreas dentro das cidades européias reservadas para as construções das universidades passaram então a se chamar *cidade universitária*, sendo esta denominação atribuída mesmo àquelas cidades de pequeno porte nas quais a universidade constituía o elemento de maior importância, como nos casos de Bolonha, Oxford, Salamanca e Coimbra. Nos EUA, onde a idéia e a prática de reunir as construções universitárias formando “um todo à parte das cidades, com vida

---

<sup>18</sup> Mesmo as mais antigas universidades, como Paris, Bolonha e Oxford, não possuíam sequer edifício próprio, sendo as aulas ministradas nas residências dos professores, em casas alugadas ou, ainda, em praças públicas.

<sup>19</sup> Um exemplo de uma regalia geradora de conflitos entre os moradores das cidades e os universitários era o foro eclesiástico, estabelecido por Nicolau IV em Portugal, que retirava da alçada dos juízes leigos os mestres, discípulos e seus servidores que praticassem algum delito (Silva, 1950: 8).

isolada e própria” (Silva, 1950: 33) desenvolveu-se mais fortemente, o modelo adotado seguiu, porém, um padrão diferente. Associadas à intenção de tornar o ensino superior acessível a amplos segmentos da população, as universidades norteamericanas contaram com a criação de fundos para viabilizar a instalação de seus *campi* em todas as unidades da federação, principalmente nas periferias de cidades de pequeno e médio portes.

Focando a atenção no contexto brasileiro, vê-se que, diferentemente dos demais países da América Latina, de colonização espanhola - onde, desde o século XVI, incentivava-se a construção de instituições de ensino superior<sup>20</sup> - no Brasil o Estado Português proibia a fundação de instituições deste tipo. Isso fazia com que os filhos das famílias abastadas, educados nas poucas escolas dirigidas pelos jesuítas, tivessem que recorrer à metrópole para garantir sua formação superior, realizada principalmente na Universidade de Coimbra. Apenas com a transferência da família real para a colônia, em 1808, a inexistência de cursos superiores no país tornou-se uma preocupação estrutural, motivando a criação da primeira universidade no país cinco séculos após a chegada dos portugueses na ilha de Vera Cruz (Oliveira, 2005). Durante todo o período imperial (1822-1889), privilegiou-se a formação profissionalizante através de escolas superiores isoladas, destinadas a formar aqueles que se encarregariam da defesa e obras (engenharia militar e civil), da saúde (medicina) e da aplicação das leis (direito). Somente após a Proclamação da República, durante o governo de Epitácio Pessoa, foi instituída, por meio do Decreto nº 14.343 de 7 de setembro de 1920, a primeira universidade nacional do Brasil - a *Universidade do Rio de Janeiro (URJ)* - formada pela fusão das Faculdades de Direito, de Medicina e de Engenharia e contando com pouco mais de três mil alunos<sup>21</sup>.

Segundo Oliveira (2005), coube ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Alfredo Pinto Vieira de Mello, a Exposição de Motivos para a criação da URJ, sendo os principais : 1)- as condições necessárias ao seu estabelecimento na cidade, em função da existência das três faculdades já organizadas (Medicina, Direito e Escola Politécnica); 2)- o exemplo das nações européias e dos países americanos onde a instituição

---

<sup>20</sup> Como exemplos, podemos citar a Universidade de São Marcos de Lima, criada no Peru em 1551, apenas dezesseis anos após a conquista espanhola, e a criação da Universidade de Córdoba, na Argentina, em 1613.

<sup>21</sup> Houve, entretanto, propostas anteriores de criação de universidades nacionais no país, como a defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva, ainda em 1821, constituída pelas faculdades de Filosofia, Jurisprudência e Teologia, que se localizaria no Convento do Carmo na cidade de São Paulo. Já em 1842, Miranda Ribeiro apresentou projeto de criação da Universidade Pedro II, na capital do Império, o qual chegou a ser levado ao Senado (Luz ; Barroso, 1972)

universitária há muito já existia; 3)- o longo período de sucessivas tentativas para a implantação da universidade ; 4)- a possibilidade de confluência de todos os ramos do saber humano para o desenvolvimento e progresso das ciências; 5)- o Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915, que se colocava como preceito legal para a criação da universidade<sup>22</sup>; 6)- os prejuízos que a dispersão do ensino causava à solidariedade acadêmica; e 7)- a possibilidade de irradiação, para outras partes do país, de um critério seguro sobre o ensino superior e a rigorosa disciplina que sobre ele deveria imprimir.

Além desses fatores, é preciso ter em mente o contexto histórico, social e político que favoreceu a criação da primeira universidade nacional. Na década de 1920, enquanto os EUA afirmavam-se como potência mundial (até o seu declínio com a crise da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929) e a Europa enfrentava as consequências da Primeira Guerra Mundial, o Brasil vivia um momento de grande efervescência política e cultural, em que o debate sobre a identidade e os rumos do país estava em voga, culminando na Revolução de 1930, que levaria Getúlio Vargas ao poder. Cabe citar aqui ainda as greves operárias, o movimento tenentista e, somente no ano de 1922, a realização da Semana de Arte Moderna, em São Paulo, a fundação do Partido Comunista, a criação da Academia Brasileira de Ciências e da Associação Brasileira de Educação. Modernização era a palavra de ordem para todas as esferas e a Educação tornava-se, cada vez mais, a instância capaz de viabilizar este ideal modernizante (Oliveira, 2005)<sup>23</sup>. É nesse contexto mais amplo que a URJ é instituída, sem, contudo, gerar o esperado “espírito universitário”, uma vez que as três faculdades formalmente unidas continuavam a funcionar de forma isolada, em diferentes áreas da cidade, e a universidade continuava subordinada ao governo. Foi apenas nas décadas posteriores que esse projeto começou a ter melhores condições institucionais para ser concretizado.

Em 1930, o Governo Provisório de Getúlio Vargas criou o Ministério da Educação e Saúde (MES), dirigido nos dois primeiros anos por Francisco Luís da Silva Campos. No ano seguinte à criação do MES, foram promulgados dois importantes Decretos. O de nº 19.851 estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras,

---

<sup>22</sup> Tal decreto, referendado pelo ministro Carlos Maximiliano, dizia no sexto artigo: “O Govêrno Federal, quando achar oportuno, reunirá em Universidade as Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito...” (Silva, 1950: 38).

<sup>23</sup> Analisando diversas fontes documentais, Fávero (2007) aponta ainda como fundamento para a criação da URJ as pressões para que o Governo Federal assumisse seu projeto universitário, ante o aparecimento de propostas de instituições universitárias livres, em nível estadual, como a Universidade do Paraná, criada em 1912 na cidade de Curitiba. Inicialmente funcionando como instituição particular, tornou-se pública e gratuita apenas em 1950, quando passou a ser chamada Universidade Federal do Paraná.

superando a fase das escolas superiores isoladas e definindo o modo de gestão das universidades<sup>24</sup>. O de nº 19.852 deu nova organização à URJ, concedendo-lhe autonomia didática e incorporando a ela a Escola de Minas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, a Escola Nacional de Belas Artes e o Instituto Nacional de Música.

A partir de 1935, a abertura suscitada pela Revolução de 30 passou a ser vista como um erro a ser corrigido (Favero, 2007), o que teria como efeito a delegação de plenos poderes ao presidente. Ainda nesse ano, o prefeito Pedro Ernesto criou, através do Decreto nº 5.513, a Universidade do Distrito Federal (UDF). Embora sua criação tenha sido autorizada por Getúlio Vargas em função do apoio político recebido pelo prefeito na capital durante o governo provisório (1930-34), a UDF não foi bem recebida pelos setores conservadores, sobretudo a direita católica, resistente ao movimento da *escola nova* representado por seu diretor, Anísio Teixeira<sup>25</sup>. Com o golpe de 1937, acirraram-se as divergências entre as perspectivas educacionais e pedagógicas da UDF e dos conservadores católicos, que contavam com o apoio do governo federal. Nessa disputa pela hegemonia do sistema escolar, os grupos conservadores saíram vencidos, com a instituição, através da Lei nº 452 de 5 de julho de 1937, da *Universidade do Brasil (UB)* como modelo a ser adotado no país, e a extinção da UDF em 1939<sup>26</sup>. Com a Lei nº 452, o então ministro Gustavo Capanema visava constituir um “ativo centro de pesquisas científicas, de investigações técnicas, de atividades filosóficas, literárias e artísticas, de estudos desinteressados de toda sorte, que a situem e definam como a mais alta expressão de nossa cultura intelectual”, cujo controle ficaria a cargo do Poder Central (Fávero, 2007: 21-22). Transformada em UB, todas as quinze escolas e faculdades da antiga URJ passaram a ter o adjetivo *Nacional* associado ao nome.

---

<sup>24</sup> De acordo com este decreto, as universidades seriam administradas por um Reitor e pelo Conselho Universitário, órgão consultivo e deliberativo. Os Reitores teriam mandato de três anos e seriam nomeados pelos respectivos governos estaduais, devendo a escolha ser feita através de um nome constante em lista tríplice, organizada pelo Conselho Universitário, sendo esta lista reconduzida ao governo (Oliveira, 2005).

<sup>25</sup> Essa mesma reação contrária foi suscitada quanto à criação da Universidade de São Paulo, em 1934, sob a direção de Fernando de Azevedo e Júlio de Mesquita Filho. A principal motivação para a sua criação derivou, contudo, da circunstância histórica que envolvia São Paulo à época. Derrotados em 1930, no movimento que levou Vargas ao poder, e em 1932, na Revolução Constitucionalista, os paulistas, no entender de suas elites, deveriam conquistar no terreno cultural a hegemonia perdida no terreno político.

<sup>26</sup> Como ressalta Oliveira (2005: 36), tratava-se, antes de tudo, de uma luta ideológica, em que tanto os grupos católicos quanto os grupos liberais objetivavam a manutenção ou a consolidação da ordem capitalista no Brasil, sendo o ensino superior destinado às camadas mais privilegiadas da população, “futuros condutores da nação”. A perspectiva vencedora foi a do modelo autoritário de universidade voltada à formação das elites, valorizando sobretudo a formação profissionalizante, tecnológica e científica.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, a UB teve sua autonomia administrativa, financeira, didática e disciplinar garantida pelo Decreto-Lei nº 8.393, e, no ano seguinte, teve seu estatuto aprovado através do Decreto nº 21.321, o qual estabeleceu como seus objetivos a educação, o ensino e a pesquisa. No limiar da década de 1960, a UB sofreu uma reforma, que, com o golpe militar de 1964, teve sua implantação sustada. Em 1965, cinco anos após a transferência da capital para Brasília, o presidente Castelo Branco buscou uniformizar a denominação das unidades e escolas técnicas federais. Com a Lei nº 4.831, a UB passou, desde então, a ser oficialmente denominada *Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*<sup>27</sup>.

## **2.2. Os debates em torno da localização da Cidade Universitária**

Faltava ainda à *alma-mater* da Universidade encontrar um corpo que correspondesse aos anseios de constituir o almejado “espírito universitário”. A busca por esse ideal se expressava no moderno conceito de *campus*, em que as estruturas materiais da universidade estariam conjugadas a um “clima de espiritualidade” propiciado pelo convívio aproximado de ideais e sentimentos afins (Mello Jr., 1985). A idéia de organizar a universidade como um único conjunto, através de uma Cidade Universitária que congregasse todos os seus setores, começou a ser idealizada em 1935.

Segundo Oliveira (2005), a problemática da escolha do local, bem como a posterior construção da Cidade Universitária foram, ao longo de uma década, objetos constantes de discussão na esfera da sociedade civil, extrapolando a concepção reducionista de que este projeto teria sido debatido apenas nas instâncias políticas. Para o autor, a idéia muito difundida de que a construção da Cidade Universitária na região hoje conhecida como Ilha do Fundão teria sido mero efeito de táticas implementadas no regime militar, nas décadas de 1960 e 1970 - visando enfraquecer o movimento estudantil e a própria instituição universitária, deslocando-a da área central da cidade para outra pretensamente isolada - não se sustenta por não levar em consideração as

---

<sup>27</sup> Pela Lei nº 4.759, sancionada três meses antes, a UB passaria a se chamar Universidade Federal da Guanabara. Porém, devido às diversas reações contrárias, uma nova lei foi sancionada com relação às denominações das universidades federais situadas nas cidades de Rio de Janeiro e Niterói, que passaram a se designar, respectivamente, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF) (Fávero, 2007).

intenções e a distribuição espacial previstas nos projetos originais, elaborados muitos anos antes<sup>28</sup>.

Desde o Império, por exemplo, a região da Praia Vermelha, no bairro da Urca, já era cogitada como uma forte candidata para abrigar a Cidade Universitária. Antes mesmo de Capanema assumir o MES, o urbanista francês Alfred Agache teria previsto em seu plano de remodelação do Rio de Janeiro a construção do *campus* nesse local, destacando como condições propícias a facilidade de acesso ao centro e a ausência de barulho e tráfego intenso, favorecida por sua privilegiada topografia (Oliveira, 2005: 64).

Foi, contudo, durante o longo período em que Capanema foi ministro (1934-1945) que o projeto de construção da Cidade Universitária começou efetivamente a ser concretizado. Preocupado com a deficiência das instalações da universidade para atender o número crescente de estudantes desde 1930, impedindo a modernização do ensino e o desenvolvimento técnico-científico do país, Capanema nomeou, em julho de 1935, uma comissão de professores que, dois meses depois, foi instituída como Comissão de Estudos do Plano da Universidade (CEPU), tendo a responsabilidade de definir o conceito de universidade e projetar o tipo de *campus* capaz de reunir todas as organizações de educação, ensino, cultura, pesquisa, ciência e tecnologia, esportes, administração, residências e serviços auxiliares. Presidida pelo Reitor da universidade, professor Raul Leitão da Cunha, a CEPU contava com mais treze professores de diferentes disciplinas<sup>29</sup>.

Para melhor andamento dos trabalhos, o ministro designou ainda a Comissão de Organização do Plano da Universidade (COPU), formada por cinco dos professores integrantes da CEPU<sup>30</sup>, e mais seis subcomissões especializadas consultivas, composta

---

<sup>28</sup> Essa hipótese, muito presente no senso comum, norteia, por exemplo, o trabalho de Vilarinhos, que menciona haver uma intencionalidade tanto na localização quanto na desarticulação interna do *campus* da UFRJ, “associada a uma necessidade de controle da comunidade usuária – professores, estudantes e funcionários – caracterizada por sua mobilização em torno de interesses específicos e, principalmente, pelo questionamento do poder de Estado” (Vilarinhos, 2007: 138).

<sup>29</sup> Juvenil da Rocha Vaz (Fac. Medicina), Philadelfo de Azevedo (Fac. Direito), Inácio de Azevedo do Amaral (Esc. Engenharia), José Carneiro Felipe (Esc. Química), Ernesto de Souza Campos (Fac. Medicina de São Paulo), José Flexa Pinto Ribeiro (Esc. Belas Artes), Antônio de Sá Ferreira (Fac. Música), Manoel Bergstrom Lourenço Filho (Fac. Filosofia), Jônatas Serrano (Colégio Pedro II), Edgard Roquete Pinto (ex-diretor Museu Nacional), Paulo Everardo Nunes Pires (Esc. Belas Artes), Luiz Cantanhede de Carvalho e Almeida (Esc. Engenharia) e Newton Cavalcanti (General do exército). Segundo Oliveira (2005: 66), com exceção de Ernesto de Souza Campos, todos eram professores da URJ.

<sup>30</sup> Inácio de Azevedo do Amaral, Ernesto de Souza Campos, José Carneiro Felipe, Jônatas Serrano e Manoel Bergstrom Lourenço Filho.

por representantes de diversas áreas de conhecimento: Filosofia e Educação, Medicina, Direito, Engenharia, Belas Artes e Música. Além disso, foi instituído no mesmo período o Escritório do Plano da Universidade, dirigido pelos professores Ignácio Azevedo do Amaral e Ernesto de Souza Campos, para onde se direcionavam efetivamente os trabalhos de criação da Cidade Universitária<sup>31</sup>.

Essa complexa organização institucional constituída em torno do projeto de construção do modelo de universidade brasileira encontra-se resumida no quadro elaborado por Alberto (2003), reproduzido abaixo:



Fonte: Alberto (2003: 69).

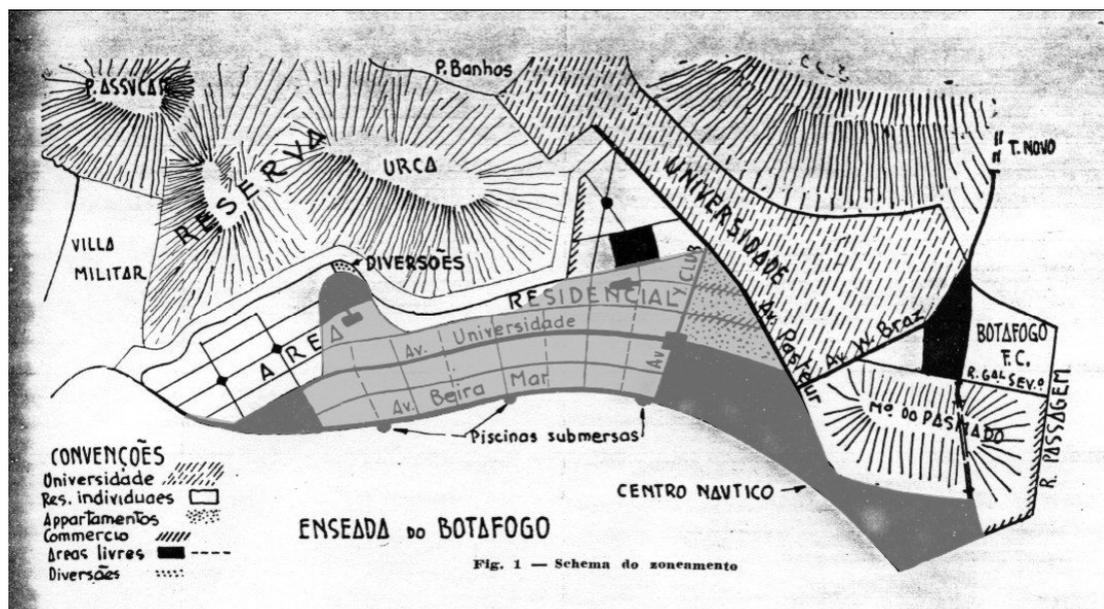
Assim como defendido pelo ministro, era consenso na CEPU a escolha por um modelo de universidade concentrada em um único *campus*, de modo que a construção da Cidade Universitária seria imprescindível para se alcançar uma “comunidade escolar verdadeira” (Alberto, 2003: 73). Analisando documentos do Arquivo Gustavo Capanema (CPDOC/FGV), Oliveira (2005) ressalta que, embora seu objetivo fosse

<sup>31</sup> Para mais detalhes sobre o funcionamento e a composição das comissões e subcomissões criadas no período, consultar Oliveira (2005) e Alberto (2003).

consolidar uma estrutura modelar às demais instituições de ensino superior no país, o projeto pretendia ser inicialmente muito mais modesto do que a grandiosa obra da Cidade Universitária acabou se transformando. Nas palavras de Capanema à época, o que se desejava fazer era “uma obra modesta e singela, chã, que seja um padrão, mas ao alcance de nossas possibilidades” (*apud* Oliveira, 2005: 67).

Em relação à localização da Cidade Universitária, ao longo de uma década diversas localidades do Rio de Janeiro foram sugeridas por renomados engenheiros e arquitetos, brasileiros e estrangeiros, sendo cada proposta objeto de intenso debate. No início, as principais áreas sugeridas eram a Praia Vermelha, a Quinta da Boa Vista, o Leblon e a Gávea. Entretanto, diversas outras áreas também foram cogitadas, tanto na capital, como os bairros de Manguinhos e Vila Valqueire, quanto fora da capital, como um terreno na Estrada de Maricá, no município de Niterói, e outro na cidade serrana de Petrópolis.

Conforme dito anteriormente, havia uma tendência, desde o período imperial, em se conceber a Praia Vermelha como sendo uma área “ideal” para receber a Cidade Universitária. Antes mesmo da constituição da CEPU, o engenheiro José Otacílio Saboya Ribeiro, na qualidade de membro da Comissão do Plano da Cidade do Rio de Janeiro, já estudava a região como propícia à construção da Cidade Universitária. Da mesma forma, esta foi a primeira opção considerada pelos integrantes da CEPU. Além das condições climáticas e topográficas favoráveis, pesava a seu favor o fato de ser uma das poucas áreas disponíveis próximas do centro da cidade e de onde viviam os estudantes da elite carioca, para os quais o ensino superior, afinal, se destinava. Para se consolidar a proposta de construção da Cidade Universitária na Praia Vermelha, Saboya Ribeiro apontava, entretanto, dois inconvenientes principais: a insuficiência do terreno disponível - que, para ser contornado, exigiria o aterro de 520.800m<sup>2</sup> sobre o mar e a liberação de quase 300.000m<sup>2</sup> ocupados por moradores do bairro - e o alto custo das desapropriações nessa região (Alberto, 2003).



Projeto de Saboya Ribeiro para a Praia Vermelha. Fonte: Alberto (2003: 70)

Apesar das dúvidas, a Praia Vermelha permanecia sendo a primeira opção. Tanto que, em junho de 1935, o ministro enviou carta ao Embaixador do Brasil em Roma, solicitando a indicação de arquiteto especialista para projetar o referido *campus* na região da Urca. Capanema cogitava o nome de Marcello Piacentini, um arquiteto moderno, porém de cultura clássica, que havia sido responsável pela construção da cidade universitária da Universidade de Roma e do prédio do Ministério da Aeronáutica na capital italiana.

Diante das contestações imediatas que o convite feito a um profissional estrangeiro gerou entre os engenheiros e arquitetos brasileiros, assim como entre os respectivos conselhos e sindicatos das categorias<sup>32</sup>, Capanema justificou que a vinda de Piacentini nada mais seria que para expor sua larga experiência com este tipo de empreendimento, prestando uma espécie de consultoria. Isto foi o que o arquiteto italiano fez aos membros da comissão no primeiro dia de sua rápida passagem pelo Brasil em agosto daquele ano. Após visitar as quatro áreas cogitadas (Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Leblon e Gávea), entregou relatório no qual considerava a Praia Vermelha o local mais apropriado para a construção da Cidade Universitária, seguido

<sup>32</sup> De acordo com Alberto (2003), a reação contrária do Conselho Regional dos Engenheiros e Arquitetos, por exemplo, à contratação de Piacentini baseava-se no não cumprimento do Decreto nº 23569/33, que estabelecia que o governo, em todos os níveis, só poderia contratar serviços de engenharia, arquitetura e agrimensura, de profissionais diplomados no país.

pela Quinta da Boa Vista, compartilhando, entretanto, dos pontos desfavoráveis apontados por Saboya Ribeiro. Retornando à Itália ainda sem a definição oficial do terreno, Piacentini assumiu o compromisso de voltar ao país no final do ano com um auxiliar para executar os planos completos e as maquetes do projeto.

Os inconvenientes apontados no que diz respeito à Praia Vermelha fizeram com que os estudos da CEPU se voltassem então para a região da Quinta da Boa Vista, preferência defendida por Capanema durante pronunciamento em abril de 1936 e homologado oficialmente pela Lei nº 452/37, a mesma que instituiu a Universidade do Brasil. Em relação à Praia Vermelha, a Quinta da Boa Vista apresentava como principais vantagens a disponibilidade de maior extensão territorial (total de 2.300m<sup>2</sup>), os menores custos de aquisição e preparação do terreno, já que ele era quase todo pertencente à União, e a sua proximidade com a região central da cidade<sup>33</sup>. Comparando as vantagens e desvantagens das duas localidades, a CEPU emitiu parecer favorável à construção da Cidade Universitária em terreno anexo à Quinta da Boa Vista.

Visando controlar as reações à contratação de Piacentini, Capanema criou, por sugestão do Sindicato Nacional dos Engenheiros, uma comissão de engenheiros e arquitetos brasileiros representantes dos três principais órgãos de classe, que, trabalhando em consonância com a comissão de professores, deveria ser responsável por dar forma final ao projeto a ser concebido pelo arquiteto italiano<sup>34</sup>. Paralelamente, criou ainda uma comissão jurídica para estudar os títulos de propriedade do terreno e acordar as permutas e transações necessárias na nova área selecionada.

Ainda em 1936, o arquiteto Lúcio Costa, representando a referida comissão de engenheiros e arquitetos brasileiros, apresentou ao ministro a proposta de se construir a Cidade Universitária “sobre as águas” da Lagoa Rodrigo de Freitas. Para tal, não seriam necessários aterros, já que os edifícios seriam suspensos sobre estacas, tendo a mesma altura padrão com jardins suspensos, sendo cada um dos prédios ligado aos outros por meio de pontes. Ciente das reações que sua proposta suscitaria, o arquiteto destacava a simplicidade e as vantagens da construção desse empreendimento no local por ele

---

<sup>33</sup> No que tange este último aspecto, Alberto (2003: 75) destaca que, na medida em que a região da Quinta da Boa Vista deixava de ser vista como “subúrbio” e passava a ser considerada “baricentro”, as discussões acerca da localização da Cidade Universitária indicavam um amadurecimento em conformidade a uma percepção mais ampla tanto da universidade quanto da própria cidade.

<sup>34</sup> Compuseram esta nova comissão: Afonso Eduardo Reidy, Angelo Bruhns, Firmino Sladanha, Lúcio Costa e Paulo Fragoso. Criada paralelamente, porém, sem consulta prévia da comissão de professores, logo se verificou conflitos entre as duas comissões.

sugerido. Sua proposta, no entanto, foi recusada pela CEPU, que, além das dificuldades técnicas e dos custos elevados, alegou que a escolha do terreno já havia sido feita através de longo processo de diagnósticos e estudos.

Acatando a localização proposta pela CEPU para o *campus*, essa nova comissão propôs, por sua vez, convidar o famoso arquiteto modernista franco-suíço Le Corbusier para auxiliar na elaboração do projeto. Embora ainda mantivesse acordo com Piacentini, o ministro trouxe, com a ajuda de Lúcio Costa, Le Corbusier ao país no ano seguinte à vinda do arquiteto italiano. Além de assessorar as comissões envolvidas no projeto de construção da Cidade Universitária, Le Corbusier auxiliaria a equipe de Lúcio Costa na construção do plano do edifício sede do MES no centro da cidade - atual Palácio Gustavo Capanema (Oliveira, 2005)<sup>35</sup>. Adepto do princípio da especialização das funções urbanas e da implantação de grandes eixos de circulação viária, Le Corbusier apresentou um esboço da Cidade Universitária, no qual propunha um sistema de viadutos como forma de solucionar o problema do tráfego na região da Quinta da Boa Vista e da conexão do *campus* com o seu entorno, garantindo a tranquilidade dos estudantes e a integração do ambiente universitário com o antigo parque imperial.

Parece não ter havido, todavia, muito diálogo entre o arquiteto francês e os membros da CEPU. Algumas de suas idéias, como o sistema de viadutos proposto, a instalação de aparelhos de ar condicionado em todos os edifícios, a construção destes sobre pilares e a criação de institutos não previstos no plano da universidade foram severamente criticadas pela comissão em parecer apresentado ao MES. Alegando que as questões de arquitetura estariam em plano inferior às de ordem educativa, a CEPU concluiu, assim, por rejeitar o projeto.

Logo após o retorno de Le Corbusier para a Europa, Lúcio Costa e sua equipe apresentaram, a pedido do ministro Capanema, um novo anteprojeto para a construção da Cidade Universitária, desta vez voltado para o terreno da Quinta da Boa Vista. Assim como Le Corbusier, Lúcio Costa propôs ocupar apenas a área plana do terreno, compreendida entre os morros do Telégrafo e da Quinta da Boa Vista, configurando uma universidade mais compacta. Entretanto, diferentemente de Le Corbusier, o tema das conexões urbanas não pareceu ser uma preocupação em seu projeto.

---

<sup>35</sup> Para contornar a lei de regulamentação da profissão de engenheiro e arquiteto, a remuneração de Corbusier foi justificada pelas seis conferências que proferiu no Instituto de Música da UB, durante sua estadia no país.

No início de 1937, o relatório da CEPU decidiu por rejeitar unanimemente o anteprojeto apresentado por Lúcio Costa sob a alegação de afastar-se das bases estabelecidas pela comissão. Sobre a dinâmica do funcionamento dessa estrutura organizacional, Oliveira (2005) salienta que, mais do que a qualidade técnica das propostas apresentadas, a coexistência de diferentes comissões tratando do mesmo assunto revelava o campo de disputas entre ideologias e interesses de grupos diversos, tornando o modelo de universidade e a escolha do local a se construir a Cidade Universitária um ato político. Como bem resume Mello Jr. (1985: 58), “estavam no ar e na prancheta diferentes ideologias”. Diante da embaraçosa situação da reprovação do anteprojeto da equipe de Lúcio Costa, não restou ao ministro Capanema senão extinguir, já nas vésperas do golpe que instituiu o Estado Novo, a comissão de engenheiros e arquitetos.

A partir daí, Capanema retomou o contato com Piacentini, solicitando a elaboração final do projeto para a construção da Cidade Universitária na Quinta da Boa Vista. Diante da impossibilidade do arquiteto italiano vir ao Brasil naquele momento, veio em seu lugar, em setembro de 1937, o seu assistente Vittorio Mopurgo, com a função específica de designar a distribuição dos edifícios nas áreas livres e dar orientação arquitetônica para a obra, ficando sob responsabilidade da comissão de professores o desenvolvimento arquitetônico de cada edifício.

Ao mesmo tempo, retornavam à arena pública as discussões sobre a localização da Cidade Universitária. Remetendo-se à Lei nº 452/37, que havia optado pela área da Quinta da Boa Vista, o diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil manifestou-se contrário a essa escolha, alegando que ela restringiria as possibilidades de ampliação do principal tronco da malha ferroviária, já deficiente naquela época. Também se pronunciou contrário à localização o ministro da Viação e Obras Públicas, que considerou tecnicamente desaconselhável o deslocamento das subestações transformadoras e das oficinas da Estrada de Ferro. Ademais, alegavam-se os custos elevados com a construção de novas sedes para os órgãos públicos federais, municipais, civis e militares, que teriam seu deslocamento forçado pela construção da Cidade Universitária, bem como a necessidade de desapropriação de mais de mil famílias – “378 residências particulares e 883 barracões de famílias pobres” (ETUB, 1954: 7).

Insatisfeito com a constante reabertura do debate sobre a definição do local a ser construído o *campus* universitário, Mopurgo retornou à Itália, enviando, em 1938, o

projeto da Cidade Universitária na Quinta da Boa Vista para apreciação da CEPU. O conjunto sugerido por Piacentini e Mopurgo denotava uma composição clássica romana, com uma ampla praça cívica e uma ornamentação monumental (Mello Jr., 1985). A aprovação, no mesmo ano, do projeto elaborado pela equipe de Piacentini, não impediu, porém, que novas comissões fossem criadas e novos estudos iniciados, reavaliando algumas das localidades antes sugeridas e analisando outras que passaram a ser cogitadas.

Em janeiro de 1939, o Decreto-lei nº 1.075 regulamentou a criação da Comissão do Plano da Universidade do Brasil prevista na Lei nº 452/37, que se incumbiria de estudar a questão da localização da Cidade Universitária, estando a ela submetidos ainda um Serviço de Engenharia e um Serviço de Arquitetura<sup>36</sup>. Composta pelos professores Raul Leitão da Cunha, Ernesto de Souza Campos e Inácio Azevedo Amaral, esta comissão realizou novos estudos sobre as áreas da Quinta da Boa Vista, Praia da Gávea, Piedade e Vila Valqueire, indicando sua escolha por esta última localidade. Em 1941, o Serviço de Arquitetura incorporou o de Engenharia, passando a integrar a Divisão de Obras do Departamento de Administração do MES. Nesse mesmo ano, o engenheiro Paulo de Assis Ribeiro apresentou os resultados dos estudos realizados, por determinação do MES, em oito localidades que se apresentavam como “soluções aceitáveis”: Praia Vermelha, Quinta da Boa Vista, Gávea, Ilha do Governador, Castelo, Manguinhos, Vila Valqueire (à beira da Estrada Rio-São Paulo) e Niterói (à beira da Estrada de Maricá). Nessa análise, o engenheiro indicou Manguinhos como a melhor opção para a construção da Cidade Universitária. Diante dos obstáculos impostos aos terrenos da Quinta da Boa Vista e em face dos novos estudos realizados, o projeto de Piacentini e Mopurgo acabou sendo abandonado e os terrenos em Manguinhos e Vila Valqueire passaram a ser considerados áreas tecnicamente mais adequadas.

Nesse contexto, em novembro de 1942, o diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento e do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, Hildebrando de Araújo Góis, emitiu longo parecer no qual, apesar de mostrar-se favorável à localização da Cidade Universitária em Manguinhos, optou pelos terrenos em Vila Valqueire, em razão das dificuldades impostas pela Segunda Guerra Mundial à realização do necessário saneamento da área, o que exigiria o emprego de extensa mão

---

<sup>36</sup> Enquanto o Serviço de Engenharia era chefiado por Otacílio Negrão de Lima, o Serviço de Arquitetura era composto por Oscar Niemeyer, Jorge Machado Moreira, Hélio Uchôa Cavalcanti e Carlos Leão e, depois, Atílio Correia Lima e Aldari Henriue Toledo (Barbosa, 1946).

de obra e grande aparelhagem mecânica especializada, difícil de ser adquirida e transportada por via marítima (ETUB, 1954).

Com base nesse parecer, o ministro Capanema encaminhou, em 1943, Exposição de Motivos ao presidente Vargas, propondo a modificação da lei que dispunha sobre a localização da Cidade Universitária e solicitando a elaboração de um edital de concorrência, atribuindo ao empreiteiro selecionado os encargos de projetar e construir a Cidade Universitária em Vila Valqueire. A partir desse ato, foi emitido no ano seguinte o Decreto nº 6.574, que revogou o artigo 10 da Lei nº 452/37 e declarou de utilidade pública os prédios e terrenos próximos à zona militar do Campo dos Afonsos, em Vila Valqueire, junto à Estrada Rio-São Paulo. Ainda em 1944, Capanema enviou uma nova Exposição de Motivos ao presidente, sugerindo novas alterações na organização e composição das estruturas definidoras da construção da Cidade Universitária. Desse documento resultou o Decreto nº 7.217, que extinguiu a Comissão do Plano da Universidade e criou, em seu lugar, o Escritório Técnico da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (ETUB), sob a administração direta do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP)<sup>37</sup>, que na era getuliana gozava de grande prestígio. Encarregado da plena realização dos projetos e da execução das obras de construção da Cidade Universitária, as decisões do escritório passariam, assim, a tornar-se “questão de Estado” (Oliveira, 2005: 93).

Para a direção do ETUB, foi nomeado o engenheiro civil Luiz Hildebrando de Barros Horta Barbosa. Em companhia dos engenheiros Rubens Moreira Torres e Jorge Oscar de Melo Flores, Horta Barbosa passou então a reanalisar todos os estudos feitos anteriormente, levando em conta ainda novas áreas disponíveis no Distrito Federal, como uma grande gleba chamada Boa Esperança, próxima às estações de Deodoro e Honório Gurgel, anteriormente oferecida ao Ministério da Educação, e um lote que poderia ser destacado das vastas áreas da Ilha do Governador, pertencentes ao Ministério da Aeronáutica. Por sugestão do engenheiro Alberto de Melo Flôres, diretor de Obras do Ministério da Aeronáutica, ainda foi considerada uma nova possibilidade de locação para a Cidade Universitária: uma área a ser constituída pela unificação de seis ilhas pertencentes à União (Bom Jesus, Sapucaia, Pindaí do França, Pindaí do Ferreira, Pinheiro e Fundão, com exceção da sua parte alodial), situadas entre a Ponta do Caju e a Ilha do Governador, em frente a Manguinhos. Havendo necessidade, a área

---

<sup>37</sup> A sede do DASP localizava-se no centro da cidade, na Rua Presidente Antônio Carlos, 375, 7º andar.

poderia ainda ser expandida com a inclusão das outras três ilhas circunvizinhas (Baiacu, Cabras e Catalão) que compunham o arquipélago. Diferentemente de todas as propostas apresentadas até então, surgia, pela primeira vez, a idéia de se criar uma *Ilha Universitária*. A “felicidade da indicação” (Barbosa, 1945), em comparação às outras áreas cogitadas, foi confirmada pela opinião dos diversos especialistas, autoridades, professores, urbanistas, arquitetos e engenheiros consultados pelo ETUB, tais como o próprio Hildebrando de Araújo Góis, Raul Leitão da Cunha (Reitor da UB), General Eurico Gaspar Dutra (Ministro da Guerra), Gustavo Capanema (Ministro da Educação), Henrique Dodsworth (Prefeito do Distrito Federal) e Ana Amélia Carneiro de Mendonça (Presidente da Casa do Estudante)<sup>38</sup>.

Documentos produzidos pelo ETUB sobre a localização da Cidade Universitária expuseram as avaliações feitas segundo “critérios de máximo rigor e imparcialidade” (Barbosa, 1945; ETUB, 1954) sugeridos pelo engenheiro Paulo de Assis Ribeiro, examinando fatores como distâncias, acessibilidade, custos de aquisição, despesas de preparo do terreno e de construção, custos financeiros e sociais decorrentes de desapropriações, demolições de benfeitorias, valorização do patrimônio, etc. Em resumo, os critérios formulados dividiam-se em três grupos:

1. Fatores de ordem política e social

Subitens: facilidade para obter a área; acessibilidade; custo da condução; integração ao meio; ambiente universitário.

2. Fatores de ordem econômica

Subitens: custo dos terrenos e das obras complementares; custos das construções; custo das utilidades (instalação de redes de água, esgoto, eletricidade, etc.).

3. Fatores de ordem técnica

Subitens: circunvizinhança; condições do clima; área, forma e relevo topográfico; condições favoráveis ao ensino científico, artístico, cultural; condições favoráveis à educação física e esportiva.

A partir dessas três ordens de fatores, elaborou-se um sistema de pontuações aplicado às doze áreas analisadas para a construção da Cidade Universitária, incluindo o arquipélago, cujos resultados foram reunidos no seguinte quadro comparativo:

---

<sup>38</sup> Segundo documentos do ETUB, essa nova proposta vinha ao encontro da velha sugestão do professor Carneiro Felipe que, por diversas vezes, apontara os terrenos contíguos ao Instituto Oswaldo Cruz para a localização da Cidade Universitária, e da opinião expressa verbalmente pelo próprio diretor do Instituto Oswaldo Cruz, professor Beaurepaire de Aragão, a Horta Barbosa (ETUB, 1954).

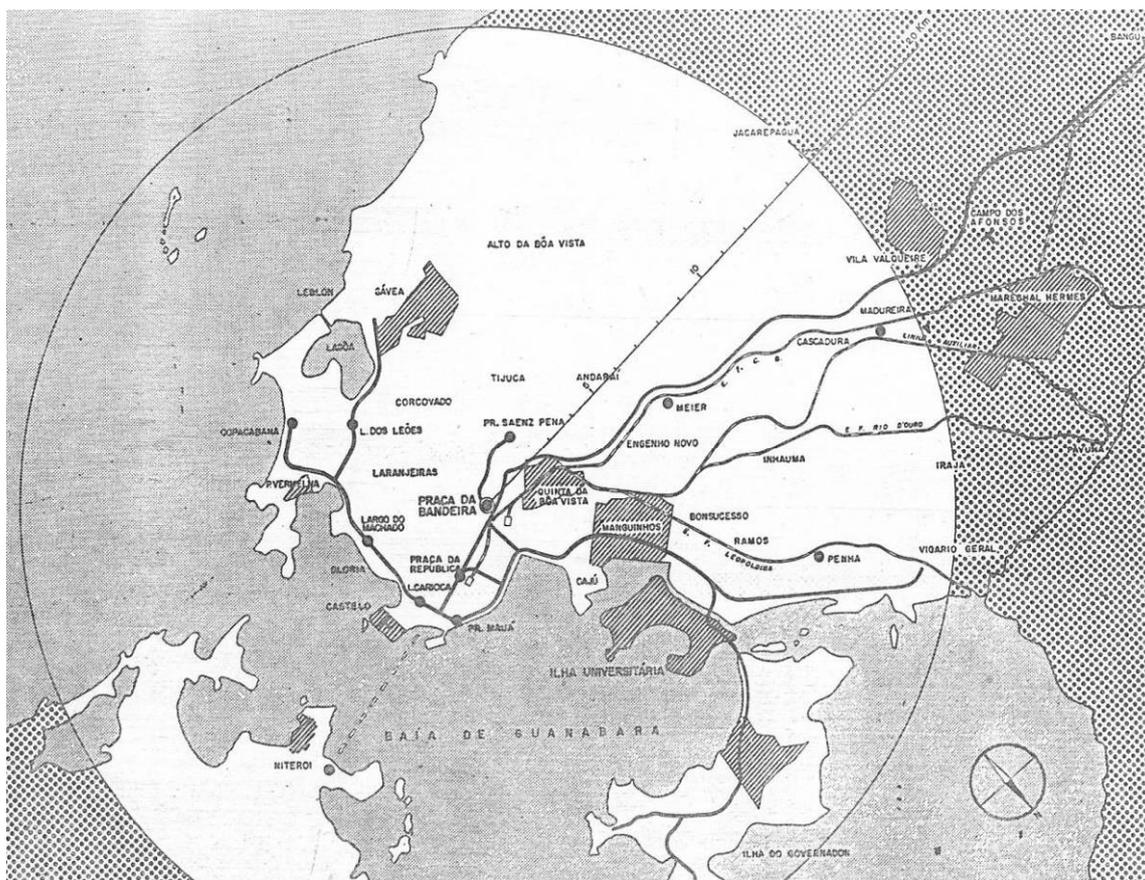
LOCALIDADES	FATORES DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL	FATORES DE O R D E M ECONÔMICA	FATORES DE O R D E M T É C N I C A	TOTAL DE PONTOS EM UM MÁXIMO DE 3.000
	Nº DE PONTOS EM UM MÁXIMO DE 1.000	Nº DE PONTOS EM UM MÁXIMO DE 1.000	Nº DE PONTOS EM UM MÁXIMO DE 1.000	
ILHAS	816	821	936	2.573 (1)
MANGUINHOS	812	853	882	2.547
GOVERNADOR (AERONÁUTICA)	778	778	925	2.491
BOA ESPERANÇA	526	891	805	2.222
GOVERNADOR (GUERRA, MARINHA)	662	704	851	2.217
FAZENDA VALQUEIRE	492	782	778	2.052
NITERÓI	501	776	730	2.007
QUINTA DA BOA VISTA	634	588	774	1.996
PRAIA VERMELHA - CASTELO	799	524	544	1.867
GÁVEA (VISC. ALBUQ.-M.S. VICENTE)	571	503	764	1.838
VILA VALQUEIRE	328	662	778	1.768 (2)
CASTELO	693	493	510	1.696

(1) INCLUINDO ATÉRRO, SANEAMENTO, DUAS PONTES E DUAS LINHAS DE BONDES.

(2) INCLUINDO A LINHA E. F. C. B. E TERRAPLENAGEM.

Fonte: ETUB (1954)

Conforme demonstra o quadro acima, a área constituída pela união das ilhas apresentou a maior pontuação, sendo então a mais vantajosa dos pontos de vista técnico, econômico, político e social. Já a figura abaixo ilustra a situação das doze áreas analisadas em relação ao centro de gravidade da população universitária, à época identificado nas imediações da Praça da Bandeira (com base no Censo de 1940), permitindo ainda visualizar a localização das respectivas áreas no mapa da cidade:



Fonte: ETUB (1952)

Após transitar por todas as esferas envolvidas, direta e indiretamente, com a localização da Cidade Universitária, o diretor do DASP, Luiz Simões Lopes, apresentou, na Exposição de Motivos nº 936, de 14/05/45, os fundamentos que iriam embasar a escolha final pelo arquipélago. Além de solicitar a anulação do decreto de 1944 que estabelecia a desapropriação dos terrenos em Vila Valqueire, o documento destacou, dentre os motivos para essa nova escolha (ETUB, 1954, Barbosa, 1945, Oliveira, 2005):

- A proximidade da área ao centro de gravidade da população estudantil, garantindo, ao mesmo tempo, um relativo isolamento;
- A construção de um hospital em área vizinha a bairros operários proporcionaria a ocorrência de uma variedade de casos típicos para estudo, devido à vasta clientela que se destinaria aos seus ambulatórios e clínicas;
- As condições climáticas da área favoreceriam a prática de esportes;
- A existência de pedra, areia e saibro na área e a possibilidade de receber, por via marítima, ferro e cimento, facilitariam as obras do aterro;

- A constituição geológica das ilhas de Bom Jesus, Pindaí do França, Pindaí do Ferreira, Fundão, Pinheiro e Sapucaia (exceto uma parte) propiciariam um terreno firme de 3.720.000m<sup>2</sup>;
- Por fim, a possibilidade de expansão do terreno, em caso de necessidade, com a inclusão das ilhas de Baiacu, Cabras e Catalão, resultando em área superior a 5.000.000m<sup>2</sup>.

Como se pode perceber, na Exposição de Motivos já se considerava a possibilidade de ampliação da área da Cidade Universitária, que seria, portanto, erguida sob o aterro total das nove ilhas. Ademais, o diretor do DASP solicitava que continuasse prevalecendo a alienação de imóveis dada pelo governo em benefício da construção da Cidade Universitária, determinada pelos artigos 17 e 20 da Lei nº 452/37, até então não revogados. O valor dos imóveis, situados em diversos bairros, como Manguinhos, Bonsucesso, Caju, Ramos e Olaria, seria revertido para a execução das obras.

Assim como as demais localidades analisadas, o arquipélago também apresentava alguns inconvenientes, porém, considerados menos graves: o ruído de aviões decorrente da proximidade da Base Aérea do Galeão e do Aeroclube de Manguinhos, e a proximidade de corporações militares, o que, em situações de rivalidades e conflitos, poderia amplificar os choques entre soldados e praças. Além disso, ao apoiarem a proposta, o Ministro da Guerra e o Ministro da Aeronáutica colocaram, respectivamente, duas restrições para a construção da Cidade Universitária no local: a conservação do Asilo dos Inválidos da Pátria, na extremidade nordeste da Ilha de Bom Jesus, e o não atraso na construção da ponte que ligaria a Ilha do Fundão ao continente. Restrições que não chegaram a se tornar obstáculos que invalidassem a proposta, uma vez que não havia interesse imediato de apropriação do prédio do Asilo pela universidade, sendo sua presença inclusive desejável do ponto de vista social, cultural e artístico, e que a construção da referida ponte, à época iniciada pelo Ministério da Aeronáutica, já tinha sua ampliação prevista no projeto da Cidade Universitária (Oliveira, 2005).

Dessa forma, apenas uma semana depois, o presidente Getúlio Vargas respondeu favoravelmente à Exposição de Motivos encaminhada pelo diretor do DASP, assinando o Decreto-lei nº 7.536, dispondo sobre a localização definitiva da Cidade Universitária da Universidade do Brasil.



Fonte: ETU (1952).

Apesar da aprovação oficial, logo foram manifestadas algumas dúvidas, críticas e especulações em diversos jornais da época sobre o projeto, devendo aqui mencionarmos o cuidado de Luiz Hildebrando Horta Barbosa (1946) em examinar e responder a todas elas, com vistas a “formar uma opinião mais justa e exata a respeito desse problema fundamental”. Segundo o chefe do ETUB, as críticas e objeções publicadas em diferentes jornais dividiam-se em três grupos: 1)- relativas à localização propriamente dita da Cidade Universitária, 2)- relativas à construção da Cidade Universitária, e 3)- relativas à própria Exposição de Motivos que justificou o decreto-lei, oficializando a escolha pelo arquipélago. Sendo que a maioria das críticas publicadas não provinha de pessoas diretamente envolvidas no projeto, destacamos aqui algumas daquelas que escapavam das questões técnicas já amplamente discutidas (acessibilidade, distâncias, custos, etc) em relação à definição do local para se construir a Cidade Universitária.

Uma das críticas referia-se ao inconveniente da utilização de área da Ilha da Sapucaia aterrada por lixo, cuja resposta de Barbosa (*op.cit*: 3) ressaltava “o adiantado estado de mineralização do lixo existente na referida área, que, aliás, representa pouco menos de 10% da área total da futura Cidade Universitária”, e que a utilização dessa área para a formação de um horto botânico afastaria quaisquer inconvenientes deste

tipo<sup>39</sup>. Havia ainda nos jornais a opinião que qualificava de “absurda” a construção de uma universidade em ilhas, haja vista o excesso de áreas livres na cidade. A esse respeito, Barbosa (*op.cit*: 9) ponderava que as maiores áreas disponíveis situavam-se em bairros como Bangu, Campo Grande e Recreio dos Bandeirantes e que, por esse motivo, não atendiam à exigência imprescindível de que a Cidade Universitária fosse “urbana”, construída em “um grande terreno em zona a mais central possível, de fácil e rápido acesso”. Outra crítica referia-se à “inoportunidade do início de obra de tão grande vulto numa época de inflação e de escassez de materiais de construção, de transporte e de mão de obra”, para a qual Barbosa (*op.cit*: 10) sublinhava a importância do empreendimento para a nação, ressaltando os numerosos imóveis federais inutilizados que, por lei, seriam vendidos para pagar despesas com as obras e que, devido a sua complexidade, estas se estenderiam por 6 a 8 anos, prazo em que provavelmente a carência de materiais, transporte e mão de obra não se constituiria mais um problema. Havia ainda manifestações nos jornais de uma descrença generalizada quanto à solução do já antigo problema da construção da Cidade Universitária, a qual Barbosa (*op.cit*: 10) esperava ser dissolvida “ante a efetivação desenvolvida, em seus primeiros seis meses de existência, pelo órgão técnico criado pelo DASP para esse fim”.

Ademais, a aprovação do arquipélago por ato presidencial não impediu o então ministro da Educação e Saúde e ex-membro da CEPU, Ernesto de Souza Campos, de encaminhar, em julho de 1946, nova Exposição de Motivos contestando a reserva das ilhas para a implantação da Cidade Universitária e mostrando-se favorável à escolha dos terrenos próximos à Quinta da Boa Vista. Opinando em atenção do presidente, o diretor do DASP sugeriu que a reabertura do problema ficasse condicionada à elaboração prévia de estudos acurados que justificassem a adoção de medidas e a formação, no MES, de uma comissão de dirigentes dos órgãos sediados no entorno da Quinta da Boa Vista, de membros da Prefeitura encarregados do projeto e construção do Estádio do Maracanã e do Plano da Cidade do Rio de Janeiro e do diretor do Serviço de Patrimônio da União. Em dezembro daquele ano, foi empossado o novo ministro Clemente Mariani Bittencourt, que no início de 1947 indicou os membros da comissão, da qual fazia parte o próprio diretor do ETUB, para estabelecer os requisitos técnicos e econômicos para o plano da localização da Cidade Universitária e verificar a adequação dos terrenos contíguos à Quinta da Boa Vista. Os resultados dos estudos realizados por essa

---

<sup>39</sup> Abordaremos o antigo aterro sanitário existente na Ilha da Sapucaia no próximo tópico desse capítulo.

comissão vieram a confirmar novamente a “superioridade global” das ilhas (ETUB, 1954).

Passado esse momento inicial de rediscussão, pode-se dizer que, entre aqueles diretamente envolvidos no projeto da Cidade Universitária, a nova localização obteve uma boa aceitação geral. Como ressalta Oliveira (2005), esta aceitação foi reforçada pelas próprias transformações urbanas que se processavam à época no Rio de Janeiro. Além da construção da Avenida Brasil, inaugurada em 1946, consolidando a expansão industrial da cidade em direção à zona norte, toda a região da Ilha do Governador estava passando por grandes transformações, sobretudo em torno da criação da Base Aérea do Galeão, pelo Ministério da Aeronáutica<sup>40</sup>. Um anúncio de venda de lotes no Jardim Guanabara, indicava, já no final dos anos 1930, a valorização do bairro insular, nos arredores da capital. Lembrando o exemplo de Copacabana, a propaganda da Companhia Santa Cruz (1936) previa: “O que hoje custa tão pouco representa uma fortuna no dia de amanhã!”. Tantas eram as condições favoráveis que em 20 de outubro de 1948 - três anos após o decreto-lei que havia definido o arquipélago como local a abrigar a futura Cidade Universitária - foi sancionada a Lei nº 447, dando um ponto final ao longo processo de discussões e questionamentos sobre a sua localização e permitindo ao ETUB pleitear a abertura de um crédito especial de Cr\$12.860.000,00 pelo Decreto nº 25.995, de dezembro de 1948, para finalmente dar início às obras.

Antes de abordar este tópico, gostaria, porém, de fazer uns parênteses para descrever o que era propriamente esse arquipélago antes das obras de aterro. Esse ponto será fundamental para o capítulo seguinte, uma vez que foi o processo de reconfiguração dessas ilhas com vistas a se construir a Cidade Universitária que criou as condições que culminaram no próprio surgimento da localidade onde desenvolvi a pesquisa.

---

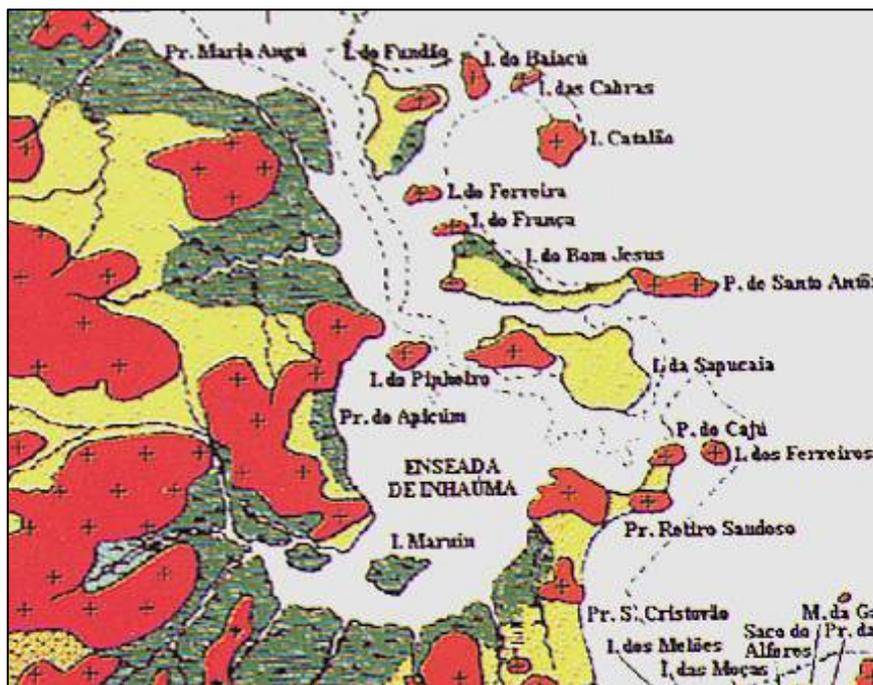
<sup>40</sup> Cabe lembrar que a criação do Instituto Soroterápico (atual Instituto Oswaldo Cruz), ainda em 1899, teve um importante papel no desenvolvimento inicial da região, reivindicando investimentos em infraestrutura e vias de acesso. Como efeito desse desenvolvimento, já se identificava, na década de 1940, também algumas das favelas que comporiam os chamados Complexos de Manguinhos e da Maré, assim como o início das políticas de erradicação de favelas na cidade.

### 2.3. As ilhas antes do aterro

Em 1881, o oficial de artilharia Fausto de Souza calculava haver, na Baía da Guanabara mais de oitenta ilhas, com natureza e destinos diversos (Doria, 1922). Para se ter uma visão mais geral sobre as ilhas existentes no momento em que se iniciavam as obras de aterro hidráulico, no final dos anos 1940, Gastão Cruis, no livro *Aparência do Rio de Janeiro* (1949: 477) descrevia:

De todas as ilhas da Guanabara, não só pela vastidão, como pelos foros que assumiu de importante subúrbio marítimo, destaca-se a Ilha do Governador, com 28.906.250m<sup>2</sup> de superfície e mais de 30.000 habitantes. Entre ela e as outras ilhas também integrantes do Distrito Federal (...) há uma grande diferença de tamanho, pois a que se lhe segue logo abaixo, Paquetá, já não tem mais de 1.093.075m<sup>2</sup>, e vêm depois, sempre em ordem decrescente e apenas relacionadas às maiores, arredondando as cifras, Bom Jesus com 753.000, Fundão com 613.000, Sapucaia com 440.000, Boqueirão com 230.000, Catalão com 166.000, Cambembi com 162.000, Cobras com 154.000 e Brocoió com 143.000m<sup>2</sup>. Ao todo, a área total das ilhas está computada em 35km<sup>2</sup>.

A breve reconstituição do que eram as nove ilhas localizadas na Enseada de Inhaúma anos antes de serem escolhidas para abrigar a Cidade Universitária baseou-se principalmente na série intitulada *A Guanabara como natureza*, publicada aos domingos, entre maio e junho de 1936, no jornal *Correio da Manhã*, na qual o jornalista Magalhães Corrêa relatava as suas observações e impressões sobre a região a partir das excursões realizadas por sua equipe à bordo do barco *Acarioca*. Tais excursões compreenderam a zona que ia da Ponta do Caju a Meriti, englobando quatorze ilhas consideradas “rurais”: Bom Jardim, Bom Jesus, Pinheiro, Pindaí do França, Pindaí do Ferreira, Catalão, Cabras, Baiacu, Fundão, Cambembi, Sapucaia, Raimundo, Anel e Saravatá. Deterei-me aqui a apresentar apenas aquelas previstas de serem interligadas para formar o terreno sob o qual seria erguida a Cidade Universitária.



Mapa da Enseada de Inhaúma. Em pontilhado, a área atual obtida por aterros.  
Fonte: Amador (1997)

### Ilha do Bom Jesus

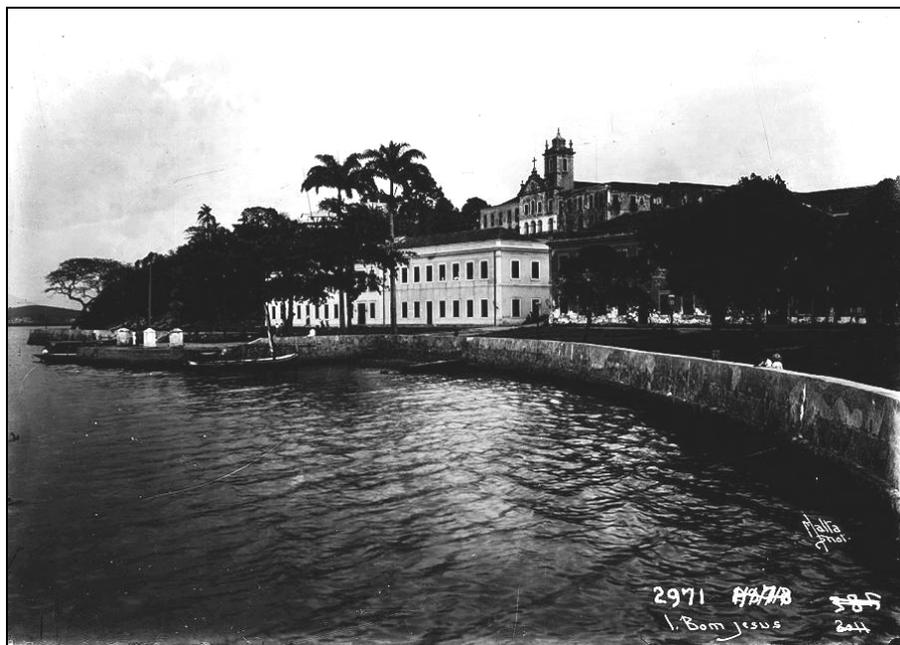
Segundo Cruls (1949), no início do século XVIII esta ilha havia sido doada pela família do juiz de órfãos Antônio Teles de Meneses<sup>41</sup> à Ordem dos Padres Franciscanos, sendo inicialmente conhecida como Ilha dos Frades. Nela os franciscanos construíram um convento e a Igreja do Bom Jesus da Coluna, que, no século XIX, foi muito visitada pelo príncipe-regente Dom João VI, que lá fazia suas devoções a São Francisco de Assis, atraindo igualmente muitos romeiros para as festas religiosas no local. Quando os franciscanos a deixaram, o convento foi transformado em hospital da Marinha e, depois, em hospital para doentes de cólera e febre amarela, sendo as vítimas desses males enterradas no pequeno cemitério construído em outra parte da ilha.

Em 1868, o Imperador Dom Pedro II inaugurou na ilha o Asylo de Inválidos da Pátria, destinado a abrigar os soldados que retornaram mutilados ou incapacitados da Guerra do Paraguai (1864-1870)<sup>42</sup>, junto ao qual fora ainda instalado um Museu Militar.

<sup>41</sup> Membro de família tradicional da cidade, o juiz tornou-se proprietário da ilha em 1736, em decorrência de uma reversão feita pela Ordem dos Franciscanos, que não podia possuir bens além daqueles em que se situassem suas igrejas e conventos, da doação anterior feita por D. Inês de Andrade. Além da Ilha do Bom Jesus, a família Teles de Meneses era proprietária da Fazenda do Engenho da Pedra, cujas terras abrangiam os atuais bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso e parte de Manguinhos, além de luxuosas moradias que se erguiam sobre o Arco do Teles, na atual Praça XV (Vieira, 1998).

<sup>42</sup> O conflito deflagrador desta guerra foi a interferência militar do governo imperial brasileiro no

Mesmo com a consolidação da República, o Asylo continuou a receber muitos soldados, com sequelas deixadas por outras guerras, como Canudos e Contestado. Em 1924, parte de um dos prédios foi atingido por um incêndio e demolido, sendo o material aproveitado para a construção de casas para abrigar as famílias de asilados.



Vista parcial da ilha, vendo-se cais com embarcações, edificações e a igreja do Bom Jesus da Coluna.  
Foto: Augusto Malta, s/d. Fonte: Acervo AGCRJ.

As poucas casas existentes fora da área de uso militar na ilha eram de sopapo ou pau-a-pique, cobertas de zinco e rodeadas de árvores frutíferas, como mangueiras, goiabeiras, araçazeiros e cajueiros. Nelas residiam famílias de militares asilados, como a do terceiro sargento Antônio Basílio de Souza, “delegado da ponta da ilha” que a equipe do jornalista Magalhães Corrêa (1936a) encontrou ao desembarcar. Nessa ponta, próxima à ilha Pindaí do França, havia uma estrada que levava até a área militar, na outra extremidade da ilha.

Com a criação, em 1946, dos Comandos das Zonas Militares do Sul, Centro, Leste e Norte, a Ilha do Bom Jesus passou a sediar um quartel do Comando Militar do Leste, sendo desde então administrada pelo Ministério da Guerra. No momento de início da

---

Uruguai, a fim de consolidar sua posição hegemônica na região e impor um governo uruguaio compatível aos interesses dos criadores rio-grandenses no norte daquele país. A reação militar do Paraguai a essa intervenção gerou o desencadeamento da guerra, tendo o Brasil aliado-se à Argentina e ao Uruguai contra o Paraguai. Nesta guerra, também chamada de Guerra da Triplice Aliança, que se estendeu por cinco anos, o Brasil enviou cerca de 150 mil militares, dos quais muitos não voltaram ou voltaram mutilados ou incapacitados.

construção da Cidade Universitária, a estrutura do antigo convento já havia ruído por falta de conservação, o antigo asilo encontrava-se desativado e apenas a Igreja do Bom Jesus da Coluna<sup>43</sup> ainda funcionava.

### Ilha da Sapucaia

Uma das maiores ilhas do arquipélago em superfície, a Sapucaia encontrava-se separada da Ilha do Pinheiro pelo Canal do Caçõ, muito procurado para a pescaria, e da Ilha do Bom Jesus por um pequeno canal que podia ser atravessado a pé durante a maré baixa. Territorialmente, a ilha era dividida por um muro de pedra em duas partes: a do lixo e a da limpeza (Doria, 1922). A parte maior fora comprada de Francisco Albuquerque Pinto Peixoto pelo Ministério da Justiça, tendo sido entregue à prefeitura com os acrescidos de terrenos de marinha, onde, a partir da segunda metade do século XIX, passou a funcionar o aterro sanitário do Distrito Federal<sup>44</sup>. Independentemente do vazadouro de lixo, funcionava ainda nesse trecho um estaleiro da Seção Marítima, para reparo dos barcos e lanchas da prefeitura. Já a outra parte, situada a oeste da ilha e bem menor em extensão, era de propriedade de dois irmãos, moradores do morro de São Carlos, que a alugavam ao Sr. Augusto Natario, constituindo no local uma bucólica aldeia portuguesa.

Segundo a matéria *A Sapucaia e suas relações com a cidade*, publicada no jornal Correio da Manhã em 1932, a população local era composta por cerca de 400 habitantes, na maioria espanhóis e portugueses empregados do Serviço de Limpeza Pública. Para resistir à “insana tarefa”, eram basicamente “homens de largos ombros e bíceps enormes”, aparentando gozar de invejável saúde, apesar de estarem em contato diariamente com todo tipo de lixo (A Sapucaia..., 1932).

Chegando na parte administrada pela prefeitura, o jornalista Magalhães Corrêa (1936b) desembarcou com sua equipe em uma ponte de madeira ali existente. Próximo a ela, descreveu existir uma larga praça, chamada Praça 19 de Novembro, arborizada com

---

<sup>43</sup> Tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1964, como exemplo vivo da arquitetura sacra colonial, a Igreja do Bom Jesus da Coluna teve sua edificação e imaginária restaurada, através de uma parceria entre a Fundação Cultural do Exército e a Escola de Belas Artes da UFRJ. Com o término dos trabalhos de restauração, a igreja foi elevada a santuário militar, sendo reaberta ao público em agosto de 2008.

<sup>44</sup> Antes da prefeitura se tornar responsável pelo serviço de coleta de lixo, este era atribuído a particulares, comandados pelo empresário Luciano Gary. Assim como o sobrenome do prefeito de Paris que instituiu o uso obrigatório das lixeiras passou a designar esses novos objetos de *poubelle*, o sobrenome de Luciano Gary passou a denominar os trabalhadores do serviço de coleta de lixo no nosso país de *garis*.

figueiras, eucaliptos, amendoeiras, acácias, etc., tendo, ao centro, o pavilhão da administração. As residências dos trabalhadores na ilha, construídas de madeira, pau-a-pique e tijolo, eram separadas pelo administrador em dois segmentos para evitar possíveis conflitos, pois, segundo dissera ao jornalista, enquanto os casados requeriam mais repouso, os solteiros eram mais barulhentos. Além de um enorme capinzal, necessário ao abastecimento das carroças utilizadas pelos empregados em sua jornada de trabalho, havia na ilha plantações de feijão, legumes, verduras e cana forrageira para o gado.

Apesar de separadas, as duas partes da ilha comunicavam-se entre si, através de um portão localizado no centro do muro de pedra. Na aldeia, próximo a esse portão, encontrava-se uma bela árvore, a cuja sombra repousavam canoas de pescaria. Sob a sombra de uma amendoeira, Magalhães Corrêa encontrou barbeiros atendendo seus clientes. Além das cerca de cinquenta casas feitas de pau-a-pique e tábuas, existia ainda um armazém e um bar, frequentados por moradores de ambas as partes da ilha. Além desses pequenos estabelecimentos comerciais, também era de propriedade do Sr. Augusto Natario um galinheiro, um curral com seis vacas holandesas, e diversas pocilgas situadas à beira mar, onde eram criados mais de mil porcos, dos quais se podia obter produtos notáveis. Segundo o jornalista, este recanto era o maior centro rural de criação de suínos das terras insuladas do Distrito Federal, motivo pelo qual o seu arrendatário ser designado de “o rei dos suínos” (Corrêa, 1936b e 1936c).

Em relação às demais ilhas do arquipélago, a Ilha da Sapucaia também exibía um estilo de vida simples, entretanto, era nitidamente dotada de maior infraestrutura, através, por exemplo, do terreno cultivado e organizado espacialmente em alamedas e avenidas, da existência de pequenos serviços, como o armazém e a escola pública rural, assim como da instalação de água e energia elétrica pela prefeitura para o consumo da população local. Ao resumir suas impressões sobre o que viu na Ilha da Sapucaia, Magalhães Corrêa (1936b) ressaltava que, apesar de sua má reputação, chamaram sua atenção o “labor constante dos criadores pacatos” na parte pertencente a particulares e a “limpeza e anseio” encontrada na parte administrada pela prefeitura.



Grupo de autoridades civis e militares em visita a Ilha da Sapucaia, vendo-se ao fundo edificações.  
Foto: Augusto Malta, 28/12/1933. Fonte: Acervo do AGCRJ.

Essa má reputação da ilha a que o jornalista se refere residia justamente no fato de nela ser despejado todo o lixo produzido no Distrito Federal. Se no início da instalação do aterro sanitário o lixo vazado não era tanto, com o desenvolvimento da cidade a Sapucaia chegou a receber diariamente cerca de 700 toneladas de lixo, incluindo resíduos hospitalares e animais mortos. Esse aumento progressivo da quantidade de lixo despejado na ilha fez com que ela houvesse acrescido duas vezes a sua superfície inicial, chegando a ter quase 2.000.000m<sup>2</sup> no início dos anos 1930. Uma vez que o lixo despejado por vários anos na ilha já estava prejudicando, nessa época, a navegabilidade no canal da Sapucaia e poluindo as águas da Baía da Guanabara, a construção do aterro sanitário no Retiro Saudoso e no Amorim era cogitada como uma solução ao problema (A Sapucaia..., 1932). Ainda em 1881, um informe publicado pela Junta Central de Hygiene Publica no Diário Oficial do Imperio do Brazil com referência ao serviço de limpeza das praias na Ilha da Sapucaia já apontava alguns problemas decorrentes da quantidade crescente de lixo despejado, como a falta de fornos de incineração e a necessidade de mudar o sistema de transporte do lixo, alegando ser impossível obter um serviço regular de transporte por via marítima, ao menos que se fizessem grandes docas no litoral, onde os saveiros encarregados da recepção e da condução distante dos lugares mais povoados pudessem aportar (Brasil, 1881).



Fachada da Estação de Limpeza Publica, vendo-se a frente grupo de autoridades.  
Foto: Augusto Malta, 18/03/1931. Fonte: Acervo do AGCRJ.

### Ilha do Pinheiro

Anteriormente chamada de Ilha de Manuel Luís, a Ilha do Pinheiro era de propriedade da União. Administrada pelo antigo Instituto Oswaldo Cruz (hoje chamada Fundação Oswaldo Cruz), a ilha era utilizada para estudos e pesquisas sobre a fauna, sobretudo marinha, da região da extinta enseada de Inhaúma. Em função disso, sua forma e rica vegetação original era bastante preservada, constituindo-se numa espécie de paraíso natural<sup>45</sup>. Além da estação hidrobiológica marinha, o Instituto estabeleceu ali também uma área de criação de macacos do gênero Rhesus para pesquisas científicas, o que levou a população a apelidar o local como Ilha dos Macacos.

---

<sup>45</sup> Como será visto no próximo tópico, esta preservação perdurou até a década de 1980, quando a ilha foi incorporada ao continente por aterros no âmbito de um projeto governamental para a construção de habitações populares, compondo depois algumas favelas do Complexo da Maré.



A Ilha do Pinheiro, 1930. Fonte: Acervo da Casa de Oswaldo Cruz.

Descrita por Cruls (1949) como “bastante pitoresca, sombreada por muitas árvores”, a Ilha do Pinheiro formava, com as Ilhas do Bom Jesus e da Sapucaia, uma baía conhecida como Saco do Mangue Alto. Por localizar-se próxima à costa, em frente ao Porto de Inhaúma, havia sido nomeada antes, em 1810, pela Carta da Marinha como Ilha de Inhaúma. Sua área era de 105.400m<sup>2</sup>, plana em sua periferia e com uma pequena colina ao centro, de aproximadamente 20m de altura, coberta de mangueiras, tamarineiros, cajueiros, etc. Na parte baixa, sapotizeiros, mangueiras, bananeiras, coqueiros da Bahia, entre outras espécies. No pequeno porto de atracação, feito artesanalmente com pedras amarradas, uma placa informava que a entrada de estranhos na ilha era proibida. Nela moravam apenas os poucos encarregados de cuidar da sua manutenção, que ali criavam porcos, galinhas e patos para seu próprio consumo (Corrêa, 1936c).

#### Ilha Pindaí do França

Em sua origem, a palavra Pindahy significa “ouriço do mar” (*pindá*, ouriço; *hy*, água). Além de Pindaí de Baixo, essa pequena ilha também era conhecida entre os pescadores como Pindaí do França, em alusão ao nome do seu falecido proprietário, Sr. França. Seus herdeiros, D. Maria França e seu filho Thomazinho, moravam em Bonsucesso, deixando abrigar-se na ilha a família do jovem pescador da Colônia Z 6, do

Galeão, Agenor Francisco do Espírito Santo. Este, por sua vez, era filho de Américo Francisco do Espírito Santo, morador da Ilha do Fundão e casado com Nathulina do Espírito Santo. Aos 20 anos de idade, Agenor já era casado há sete e tinha três filhos pequenos, sendo os dois em idade escolar analfabetos. Conforme a descrição de Magalhães Corrêa (1936c), eram “brancos, de cabelos claros e olhos pretos”, viviam na ilha há dois anos e sublocavam uma dependência a outra senhora e seu “filho de côr”.

Localizada entre a Ilha do Fundão e a Ilha do Bom Jesus, em frente à costa de Bonsucesso, Pindaí do França formava, junto com sua ilha-irmã Pindaí do Ferreira, uma área de quase 40.000m<sup>2</sup>. A ilha era rodeada por mangues e por um banco de areia, exceto na parte leste, que formava um tapete de capim de vassoura. Ao centro desta parte de terra firme, onde a equipe do jornalista desembarcou, encontrava-se uma casa cor-de-rosa coberta de telha de canal, com dois quartos, sala e cozinha. Ao lado e atrás desta, haviam dois “puxados”, com um quarto e sala cada um. Tal como nas demais ilhas, a água potável era inexistente, sendo buscada no Engenho da Pedra, em Ramos, há 1.800 metros dali. À frente da casa principal, duas belas amendoeiras retorcidas destacavam-se na paisagem. Além destas, compunham a paisagem local dois pés de fruta do conde, quatro goiabeiras, cinco pitangueiras, dois pés de pinhão, etc. Além dos cinco barulhentos cachorros vira-latas, podiam-se encontrar garças, socós, patos, sacaduras e uma rica fauna marítima.

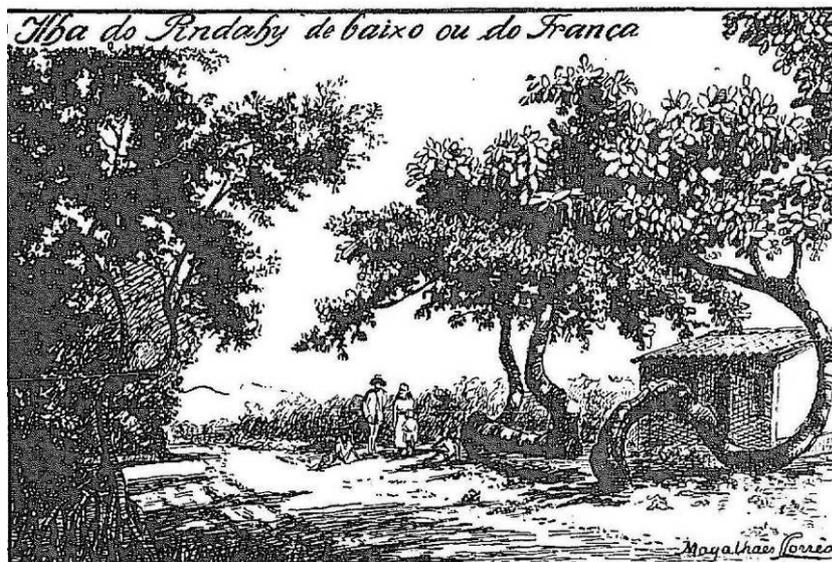


Ilustração de Magalhães Corrêa, 1936. Fonte: Correio da Manhã.

### Ilha Pindaí do Ferreira

Também chamada de Pindahy de Cima, esta ilhota possuía aspecto muito semelhante à Pindaí de Baixo, da qual era separada apenas por um estreito canal. Segundo Corrêa (1936d), ela era de propriedade do Sr. Ferreira, que morava no bairro de Bonsucesso, deixando-a aos cuidados da Sra. Elisa Rosa de Lima, cuja mãe vivia na Ilha Pindaí do França. Como era comum no arquipélago, a casa de Elisa na ilha era feita de pau-a-pique, coberta de sapê e situada em meio a um pequeno pomar de laranjeiras, bananeiras, pitangueiras e araçazeiros em quantidade, havendo ainda ali uma pequena lavoura. A harmonia criada entre a habitação rústica e a vegetação nativa deixou em Corrêa (1936d) a impressão de ser a ilha um local “agradável como moradia”.

### Ilha do Fundão

Situada ao sul da Ponta do Galeão e a nordeste do Engenho da Pedra, formando entre estes um estreito canal conhecido como Fundão, a Ilha do Fundão possuía uma área consideravelmente maior que sua vizinha Pindaí do Ferreira, com 613.476m<sup>2</sup> de superfície, sendo seu nome atribuído em virtude da grande profundidade deste canal na parte sul da ilha (Corrêa, 1936f).

Na Ponta do Araçá, a noroeste da ilha, encontrava-se a casa do senhor alemão João Gerson, tendo ao seu lado uma pequena casa e, próximo à praia, um barracão de madeira, onde eram guardados os seus barcos. Situada em frente à Escola de Aviação Naval, esta propriedade era toda cercada de arame farpado, sendo seu interior arborizado por mangueiras, pitangueiras, tamarineiros, laranjeiras, amendoeiras e inúmeros coqueiros cultivados em linha. Na parte externa da propriedade, onde havia a praia, plantas de restinga dominavam a paisagem. Na extremidade da cerca, encontrava-se uma porteira e, há cinco metros dali, uma casa de tijolo má conservada, onde pernoitavam os três empregados do alemão que trabalhavam na retirada de areia, visto que também existia na ilha uma mina explorada pelo seu dono. Todos os trabalhadores encontrados pela equipe de Magalhães Corrêa eram pescadores, sendo um deles - um jovem chamado Joaquim da Costa - natural da própria ilha.

Já na Ponta do Fundão, ao sul da ilha, encontrava-se uma colônia de pescadores do posto Z6, sendo esta parte da ilha de propriedade do engenheiro Roberto Martins. Numa grande casa de fazenda, sombreada por flamboyants, amendoeiras, tamarineiros e

coqueiros, moravam 30 pessoas de uma mesma família, chefiada por Américo Francisco do Espírito Santo, residente na ilha há 16 anos. Impressionado com a beleza incomum e o ambiente de “arraial praieiro” encontrado na ilha, com diversas canoas, varas e redes estendidas junto às árvores, Corrêa (1936f) considerava que a Ilha do Fundão constituía um “verdadeiro quadro romântico de nossa natureza”.

### Ilha do Baiacu

Situada a nordeste da Ilha do Fundão e a oeste da Ilha das Cabras, a Ilha do Baiacu possuía uma superfície de 19.385m<sup>2</sup>. Assim como na Ilha do Fundão, a praia desta ilha era coberta de detritos de moluscos e de vegetação rasteira, formando um tapete e, logo a seguir, o capim de vassoura, comum em terreno argiloso. Conforme avançava em direção à terra firme, a equipe de Magalhães Corrêa (1936e) encontrava as mesmas espécies de árvores presentes nas outras ilhas do arquipélago, como cajueiros, tamarineiros, goiabeiras e amendoeiras.

Conforme explicou ao jornalista o morador Mário Pedro dos Santos, pescador da colônia Z4, a ilha era habitada apenas pelas famílias de quatro pescadores, sendo dois deles os seus proprietários. Enquanto a parte norte da ilha pertencia a Annibal Sacramento, a parte sul pertencia ao herdeiro de Manduca Gutupy, seu filho Eurídice. O quarto morador era o nordestino Francisco, que criava na ilha um cão dinamarquês. A parte sul era formada pela praia em que se estendia um banco de areia e, ao sul e sudeste, a restinga que ligava a Ilha do Baiacu à Ilha das Cabras. Se o banco de areia sobre o qual a ilha se assentava dificultava, por um lado, o trânsito de embarcações, que frequentemente ali encalhavam, por outro, facilitava enormemente o trânsito entre os ilhéus durante a maré baixa. Além da casa de pau-a-pique de Francisco, existia na ilha, próximo à praia, uma casa de pedra e tijolo, dividida em quatro quartos, salão, sala de jantar e cozinha, tendo ao lado um barracão e uma velha casinha de tijolo. À direita, havia outra casa dividida em duas habitações, tendo perto um chiqueiro. Para Corrêa (1936e), o conjunto das poucas habitações na ilha, com canoas, redes e utensílios de pesca à sombra das amendoeiras, completava o aspecto do que o jornalista designava de “um verdadeiro arraial”.

### Ilha das Cabras

Situada ao sul da Ilha do Governador, esta pequena ilha, de 22.167m<sup>2</sup> de superfície, pertencia aos irmãos Seraphim, herdeiros de uma viúva, mas seu arrendatário era o alemão Jonnes, que ali se dedicava à criação de suínos. Anteriormente, a ilha havia sediado uma fábrica de cal, estando a caleira e os respectivos tanques naquele momento abandonados e em ruínas.

Durante sua excursão à ilha, o jornalista Magalhães Corrêa (1936d) encontrou em frente ao cais somente uma casa em bom estado de conservação, na qual residiam quatro empregados, dentre eles um capataz português. Evocando certa “opulência senhorial de residência de outros tempos”, a construção reduzia-se, porém, à administração da criação de porcos. Apesar do seu nome, a ilha não possuía cabras, mas cerca de 600 porcos, segundo informou o capataz ao jornalista. Criados em cercados naturais feitos de pedras ou mesmo soltos pela ilha, esses porcos eram alimentados com milho e verduras em cestos e com restos das refeições do Batalhão Naval da Ilha das Cobras, transportados em latas. A água potável, inexistente na ilha, era buscada em terra firme, sendo transportada em latas de petróleo, conforme a ilustração abaixo.

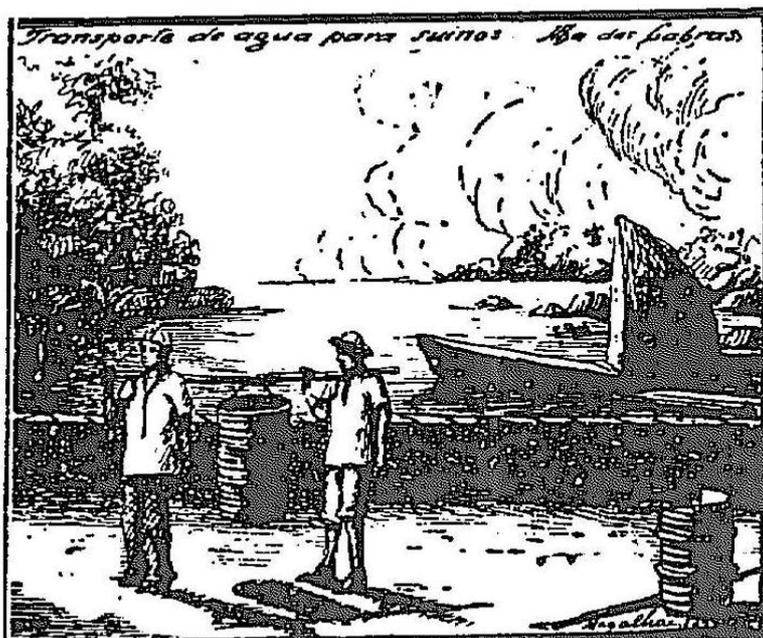


Ilustração de Magalhães Corrêa, 1936. Fonte: Correio da Manhã.

No final dos anos 1920, foi construído na ilha, pela empresa Linee Aeree Transcontinentali Italiane, um hangar para abrigar hidroaviões. Em 1942, este hangar foi transformado pela Força Aérea Brasileira em depósito de armamentos e explosivos, servindo, nos anos 1970, de depósito de materiais do metrô da cidade (Lima, 2007).

### Ilha do Catalão

Ao atracar na praia da Ilha do Catalão, a equipe de Magalhães Corrêa (1936d) avistou cestos especiais para apanhar peixes e lagostas vivas, canoas de pescaria, uma grande plantação de mamoeiros, bananeiras e outras árvores frutíferas, além de dois pescadores da colônia Z5, junto a uma velha casa de tijolos. À esquerda, havia um alpendre coberto de zinco, sustentado por colunas de estipes de coqueiros, grandes árvores e uma enorme amendoeira. Ao sul da ilha, havia uma lavoura e, na extremidade meridional, uma enseada cuja praia era de fácil atracação com qualquer maré, havendo ali próximo um grupo de pedras, formando uma ilhota.

Com 166.123m<sup>2</sup>, a ilha era dividida, nos anos 1930, em duas propriedades particulares por uma linha feita de soqueira de bambu que a atravessava de praia a praia. Uma metade da ilha pertencia ao Sr. José Paz e seus irmãos e a outra ao Sr. Cândido de Araújo e irmãos, embora esta também fosse administrada pelo Sr. José Paz. Assim como as demais ilhas do arquipélago, a Ilha do Catalão possuía uma rica flora e fauna nativa. Na propriedade da família Paz, onde outrora havia uma criação de gado, encontrava-se uma diversidade de aves (socós, garças, patos, galinhas, etc) e um grande e belo pomar, com mangueiras, pitangueiras, goiabeiras, araçazeiras, sapotizeiros, coqueiros, cajazeiros, parreiras, bananeiras, jambeiros, etc.

Vigiada por dois “respeitáveis” cães dinamarqueses e alguns vira-latas, a ilha consistia, segundo Corrêa (1936d), em “uma verdadeira propriedade rural, com extraordinárias e saborosas frutas dessas exuberantes e bem cuidadas árvores”. No seu ponto mais alto, um morro ao centro, encontrava-se um verdadeiro solar colonial, com uma grande varanda, doze quartos, sala e cozinha, além de várias casas espalhadas. Da fachada deste solar, onde viviam seis irmãos com seus respectivos filhos, descortinava-se um “extraordinário panorama da Baía da Guanabara” (Corrêa, 1936d).

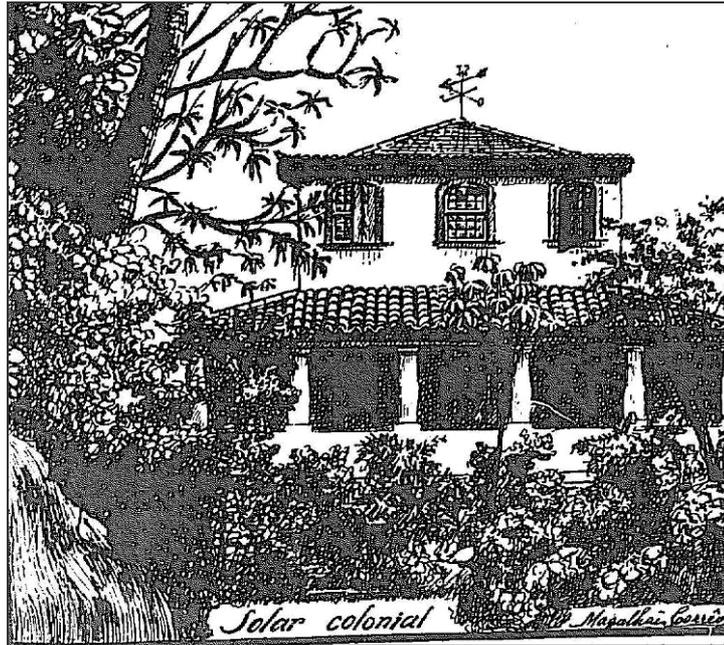


Ilustração de Magalhães Corrêa, 1936. Fonte: Correio da Manhã.

#### **2.4. O processo de construção da Cidade Universitária**

Conforme enunciado no item 2.2, o processo de construção da Cidade Universitária, cujos debates em torno de sua localização se arrastavam há mais de dez anos, efetivamente se iniciou apenas em 1949. É importante destacar, contudo, que, se por um lado a opção pelas ilhas no Estuário de Manguinhos foi vitoriosa, por outro a antiga vocação da Praia Vermelha em acolher a universidade manteve-se até esse momento presente. Atendendo à sugestão do ex-ministro Souza Campos, simultaneamente ao início das obras de construção da Cidade Universitária no arquipélago, foram instalados nos terrenos onde funcionaram o antigo Hospício de Alienados e órgãos do Serviço Nacional de Doenças Mentais (entre as Avenidas Pasteur e Venceslau Braz) o Palácio Universitário da Universidade de Brasil, abrigando provisoriamente a Reitoria e diversas outras unidades até aquele momento sem edifícios próprios.

À frente do ETUB, Horta Barbosa imediatamente começou a trabalhar no planejamento e execução do que considerava “um dos mais complexos e difíceis objetivos da arquitetura e da engenharia modernas” (ETUB, 1952: 2). Organizado em

torno de uma direção e quatro seções especializadas<sup>46</sup>, o ETUB tinha suas atividades subordinadas à Comissão Supervisora do Planejamento e Execução (CSPE) da Cidade Universitária, da qual integravam o próprio diretor do ETUB, um representante da Divisão de Edifícios Públicos do DASP (Rubens Moreira Torres), um representante da Reitoria da UB (Nahul Benévolo), um representante do MES (Eduardo Rios Filho) e os diretores das faculdades de Medicina (Augusto Brandão Filho), de Engenharia (Jorge Robeiro Leuzinger) e de Arquitetura (Jorge E. Nunes Pires)<sup>47</sup>.

De modo geral, o ETUB propusera que as obras fossem realizadas de forma gradual, permitindo o crescimento progressivo do conjunto universitário e da população estudantil. A fase inicial das obras consistiria nos trabalhos de aterro hidráulico, terraplenagem e saneamento das nove ilhas, priorizando-se os eixos longitudinal e transversais, onde seriam alocados os primeiros prédios e instalações universitárias. Ao longo das obras, várias subcomissões seriam constituídas em torno de trabalhos específicos, assumindo, por exemplo, a responsabilidade pelas sondagens e mecânica dos solos e pelo processo de desapropriações e indenizações dos ocupantes das ilhas. Se a lotação da Cidade Universitária prevista inicialmente era de 15.500 estudantes, esperava-se que esta pudesse dobrar no final da obra, comportando até 30.000 estudantes em condições normais (ETU, 1952)<sup>48</sup>.

Os trabalhos de concepção urbanística e arquitetônica haviam sido iniciados ainda em dezembro de 1948, ou seja, antes da primeira fase de obras. Segundo Mello Jr. (1985), dentre as duas opções legais existentes à época para conduzir o processo - concurso público previsto na Lei nº 125/35 e execução direta pelo ETUB conforme atribuições do decreto-lei de sua criação - Horta Barbosa optou pela segunda opção, convidando para o cargo de arquiteto-chefe o ex-integrante da antiga CEPU Jorge Machado Moreira. Com ele, o ETUB rapidamente formou uma equipe de planejamento arquitetônico respeitável, sendo considerado, segundo Mello Jr. (1985), o melhor escritório de planejamento de arquitetura do país na década de 1950. Identificado com

---

<sup>46</sup> Seção de Planejamento, Seção de Execução e Fiscalização, Seção Administrativa, Seção de Consultoria Técnica. Cada seção subdividia-se ainda em setores e estes em turmas (ETUB, 1952: 16).

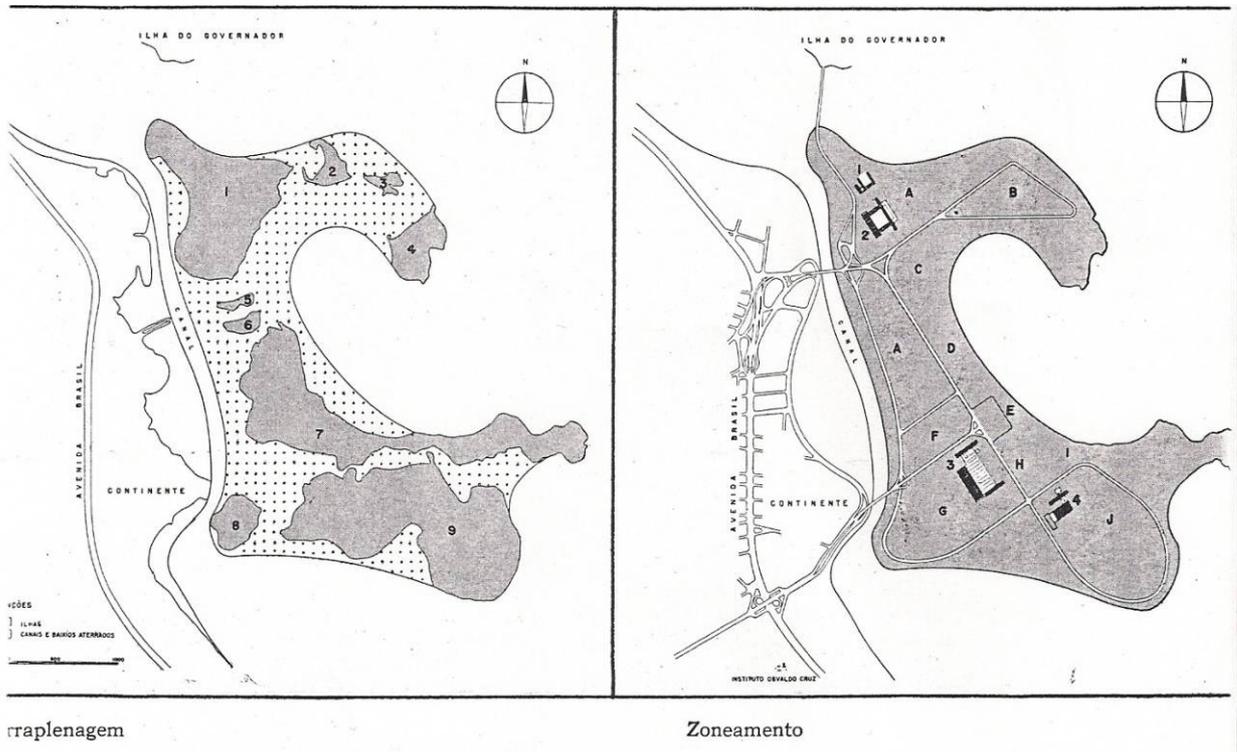
<sup>47</sup> Prevista desde a Exposição de Motivos nº 369/44, esta comissão tornou-se efetiva apenas em 1949, passando a realizar reuniões semanais com técnicos do ETUB e visitas ao local das obras (ETUB, 1952).

<sup>48</sup> Para se ter um idéia melhor do que isso significa, esta lotação colocaria a Universidade do Brasil acima da lotação das universidades argentinas de Buenos Aires e de La Plata, por exemplo, cujas matrículas ascendiam, em 1948, a 22.076 e 18.203 estudantes, respectivamente, e abaixo da lotação de universidades como Boston, Roma, Sorbonne, New York e Bombay, que contavam à época com uma capacidade de atender entre 31.638 e 49.666 estudantes (ETU, 1952).

os princípios modernistas difundidos por Le Corbusier, Moreira aplicou-os com fidelidade no planejamento dos primeiros edifícios da Cidade Universitária. A concepção urbanística original da Cidade Universitária formulada por sua equipe era a de um *campus* setorizado, abrangendo dez zonas ou centros, em parte influenciados pelo entorno, tais como o Centro Médico próximo à Avenida Brigadeiro Trompowski, facilitando o acesso dos futuros usuários do hospital, e o Centro Esportivo próximo à baía de esportes náuticos. Entre escolas, faculdades e institutos isolados, a Cidade Universitária contaria com um total de 54 edifícios.

O quadro abaixo ilustra as duas fases do processo. À esquerda, pode-se identificar a localização das nove ilhas e a composição da Ilha Universitária após os trabalhos de aterro hidráulico e terraplenagem. À direita, a distribuição espacial destes centros pela área da futura Cidade Universitária, bem como as vias de acesso previstas, ligando-a ao continente:

LEGENDA	LEGENDA (Zoneamento)
1 <i>Ilha do Fundão</i>	A <i>Centro Médico</i>
8 <i>Ilha do Baiacu</i>	B <i>Centro Residencial</i>
3 <i>Ilha das Cabras</i>	C <i>Centro de Educação Física</i>
4 <i>Ilha do Catalão</i>	D <i>Centro de Ciências</i>
5 <i>Ilha Pindaí do Ferreira</i>	E <i>Centro de Administração</i>
6 <i>Ilha Pindaí do França</i>	F <i>Centro de Filosofia</i>
7 <i>Ilha do Bom Jesus</i>	G <i>Centro de Engenharia</i>
8 <i>Ilha do Pinheiro</i>	H <i>Centro de Música</i>
9 <i>Ilha da Sapucaia</i>	I <i>Centro de Belas Artes</i>
	J <i>Centro de Arquitetura</i>
	1 <i>Instituto de Puericultura</i>
	2 <i>Hospital de Clínicas</i>
	3 <i>Escola de Engenharia</i>
	4 <i>Faculdade de Arquitetura</i>
<i>Área total da fase inicial 319 ha</i>	<i>ÁREA TOTAL 596 ha</i>



Fonte: ETUB (1954: 27)

Com a interligação das nove ilhas, a Cidade Universitária ficaria com a extensão total de 5.957.460m<sup>2</sup>, dos quais 3.201.540m<sup>2</sup> corresponderiam às terras firmes das ilhas e 2.755.920m<sup>2</sup> aos baixios, mangues e alagadiços recuperados, bem como aos canais que separavam as referidas ilhas. Com essa extensão territorial, a Cidade Universitária da Universidade do Brasil seria maior do que muitas universidades estrangeiras com capacidade semelhante, como as de Columbia, Yale, Roma, Atenas, Madrid e Caracas.

Como previsto nos estudos preliminares, a execução dos aterros hidráulicos e terraplenagem foram bastante facilitados pelas próprias estruturas geomorfológicas das ilhas. Além de disporem de areia, pedra e saibro, quase todo o subsolo das ilhas foi avaliado pela equipe do Instituto Nacional de Tecnologia como totalmente adequado para as grandes fundações dos prédios a serem construídos. Uma exceção nesse aspecto era a Ilha da Sapucaia, cujo subsolo era bastante variável. Ao passo que uma área dessa ilha encontrava-se em perfeitas condições para se erguer o prédio da Faculdade de Arquitetura (zona J na figura acima), uma extensa área aterrada com lixo era considerada imprópria para grandes fundações, sendo nela prevista a instalação de um jardim botânico. Os aterros hidráulicos interligando as ilhas foram realizados através da dragagem e recalque de areias de bancos contíguos que, por haverem reduzido o calado,

impediram o aproveitamento das ilhas pertencentes às Forças Armadas para depósitos de inflamáveis, explosivos e outros fins, mantendo-as praticamente desocupadas (ETU, 1952). Com exceção das seis colinas mantidas nas antigas ilhas do Fundão, Bom Jesus, Sapucaia, Pinheiro e Catalão (de 18 a 35m de altura), quase todo o terreno previsto para a Cidade Universitária seria plano. Apenas a colina da Ilha do Fundão foi desmontada, sendo um grande volume do material utilizado no levantamento do nível de vastas áreas que ficavam submersas por ocasião das marés cheias e descobertas nas marés baixas. Prevista de ser incluída na primeira fase, a Ilha do Pinheiro acabou sendo poupada das obras de construção da Cidade Universitária, não escapando, entretanto, dos aterros realizados no início dos anos 1980 pelo Projeto Rio<sup>49</sup>. Segundo informou o engenheiro Helmuth Gustavo Treitler em entrevista, a Ilha do Pinheiro teria sido “trocada” por um terreno no município de Barra de São João.



Início das obras de aterro hidráulico. Ao fundo, as ilhas de Baiacu, das Cabras e do Catalão ainda separadas pelo mar. Fonte: Arquivo Histórico do ETU, 1951.

---

<sup>49</sup> Projeto Rio é como ficou conhecido o conjunto de ações realizadas inicialmente na região da Maré, no âmbito do PROMORAR, programa criado em 1979 pelo Ministério do Interior, visando solucionar o problema das habitações em favelas e palafitas, urbanizando-as, quando possível, e erradicando-as, quando for “caso perdido”, segundo palavras do ministro Mário Andreazza (Valla, 1986: 141). Além da recuperação e urbanização das favelas da Maré, o projeto previa a duplicação da Avenida Brasil, o aterro de 23km<sup>2</sup> de mangues e da Baía da Guanabara e a ligação das ilhas do Fundão e Pinheiro ao continente. Sendo duramente criticado, o Projeto Rio acabou limitando os aterros na Maré, preservando o canal do Fundão e parte da rica vegetação da ilha do Pinheiro, transformando sua parte mais elevada em um parque ecológico, em 1986 (Amador, 1997: 355). A parte plana da antiga ilha foi totalmente ocupada, compondo hoje as favelas da Vila do João, Vila do Pinheiro e Conjunto Pinheiros.

Além de iniciadas as obras de aterro, celebrados os contratos com empreiteiras e formulado o projeto urbanístico da Cidade Universitária, nos primeiros três anos foram ainda aprovados os anteprojetos de seis prédios : o Hospital de Clínicas, a Faculdade Nacional de Arquitetura, a Escola Nacional de Engenharia, o Instituto de Física Nuclear, a Faculdade Nacional de Farmácia e o Instituto de Puericultura.

Para maximizar os trabalhos, diversos canteiros de obras passaram a ser constituídos nos terrenos da futura Cidade Universitária. Para acompanhá-los mais de perto, alguns funcionários do ETUB passaram a residir no local, em uma espécie de vila funcional de cerca de dez casas criada em área contígua às instalações do escritório e à guarita de acesso na Avenida Brigadeiro Trompowsky. Próximo a essa vila, foram erguidos depois seis “barracões” para abrigar os operários que migravam, em grande quantidade, diretamente para trabalhar nas obras da Cidade Universitária, oriundos sobretudo dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Em 1952, o engenheiro residente Helmuth Gustavo Treitler – à época conhecido como “prefeito Helmuth” por assumir, entre outras, a tarefa de acordar, todos os dias, às 7h da manhã, com uma sirene os operários para o trabalho - instituiu aquele como o endereço do ETUB para correspondências, sendo este depois adotado como endereço oficial da UFRJ: Avenida Brigadeiro Trompowsky, s/nº, Ilha do Fundão.



Vila funcional da Cidade Universitária. Fonte: Arquivo Histórico do ETU, 1953.

Em 1º de outubro de 1953, foi inaugurada por Getúlio Vargas a primeira unidade da Cidade Universitária: o Instituto de Puericultura, cujo projeto, concebido pelo médico e professor Martagão Gesteira, foi premiado dois anos depois na Bienal de Arquitetura. Trechos do entusiasmado discurso proferido pelo presidente na ocasião (*apud* Oliveira, 2005: 124-126) permite-nos perceber o contexto que configurava o início das obras da construção da Cidade Universitária e a importância que o ensino técnico e científico adquiria no processo de desenvolvimento e industrialização do país que ora se aventava:

Obra de grande vulto e longo alcance, muitos descreram de suas possibilidades. Agora, entretanto, já podemos ver que as nossas esperanças não foram frustradas. Se muito ainda resta a fazer, não foi pouco, decerto, o que já fizemos. Os trabalhos de preparação do terreno estão praticamente concluídos. (...) Devemos esperar que obras como essa vivem na alma dos moços a fé no Brasil e a confiança nos seus governantes. Pois o país trabalha e o seu governo se empenha na causa do progresso nacional, a despeito das campanhas insidiosas dos que nada constroem e apenas procuram difundir a descrença amarga e o pessimismo dissolvente. A sabedoria dos mestres e o entusiasmo dos moços hão de reunir-se aqui, para fazer deste núcleo universitário um centro vivo e palpitante da crença nos destinos da pátria.

No ano seguinte, Martagão Gesteira faleceu, dando nome ao Instituto de Puericultura, e Getúlio Vargas suicidou-se, deixando a presidência com João Fernandes Campos Café Filho (1954-1955). Além das mudanças políticas geradas pela morte de Vargas, a enorme variação do salário mínimo desde 1944, suscitando a revisão dos contratos celebrados entre o ETUB e as firmas empreiteiras, contribuiu para a redução dos investimentos governamentais. Dificuldades como a escassez de recursos, o imprevisto do montante em cada dotação orçamentária e o atraso no repasse das verbas ao ETUB, passaram a impossibilitar qualquer planejamento, a longo prazo, das obras da Cidade Universitária, gerando uma inevitável desaceleração do processo.

No período de 1956 a 1966, as obras evoluíram em ritmo bastante lento. Com isso, o projeto da Cidade Universitária tornou-se novamente alvo de severas críticas, manifestadas publicamente sobretudo pelos estudantes e pelos grandes jornais da época. As principais críticas baseavam-se no gigantismo do projeto e na escassez de verbas

destinadas à sua conclusão, tendo em vista a priorização, pelo governo do então presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), da construção da nova capital, Brasília. Como exemplo, citamos o criativo protesto organizado por movimento estudantil no dia 26 de setembro de 1957 na Cinelândia, noticiado pelo jornal Última Hora com a manchete *Estudantes dão aula na rua para construir a Cidade Universitária* (Lima, 2007: parte IV):

Para exigir que sejam apressadas as obras de conclusão da Cidade Universitária, estudantes da Universidade do Brasil realizaram, ontem, uma aula prática na Praça Marechal Floriano que contou com uma numerosa assistência de educandos e pessoas do povo, que para ali afluíram atraídos pelos dotes oratórios do acadêmico de medicina, Wilson romano Kalil, a quem coube realizar o papel de professor. A aula versou sobre “esquistossomose e suas consequências no Brasil”, mostrando o “mestre” como se desenvolve esse tipo de parasita, no interior do país, onde há lugar em que mais de 90% dos habitantes são portadores de enfermidade, quanto à ação destruidora do próprio mal. Em meio à aula, de quando em quando, o “professor” fazia alusão à necessidade de ser construída a cidade universitária (...) Não faltaram à aula original dos estudantes os clássicos cartazes, contendo referências a problemas de ordem política e administrativa do país. Em um desses cartazes lia-se o seguinte: “onde não se plantam escolas, florescem os presídios”<sup>50</sup>. (...) Depois de encerrada a aula do “professor” Wilson Romano Kalil, seguiu-se a cerimônia de “colação de grau” (...) Encerrada a oração do “paraninfo”, teve lugar a entrega dos diplomas. Foi feita a chamada da turma, encaminhando-se cada “bacharelado” para a mesa, onde era cumprimentado pelas “altas figuras” presentes, recebendo então o “canudo” em que se lia: “A Campanha pró-término da Cidade Universitária inacabada considera o Sr (nome por extenso do diplomado) bacharel em “ciências ocultas e letras apagadas pela Cidade Universitária inacabada”.

Em resposta aos protestos e reivindicações, dois meses depois, o presidente, em visita à Cidade Universitária, disse estar assumindo “uma nota promissória” com os estudantes, comprometendo-se a concluir os prédios das faculdades de arquitetura, engenharia e medicina nos três anos seguintes.

Apesar das promessas, a década de 1960 marcou um período desolador para a Cidade Universitária, que passou a ser apelidada em diversos jornais de “cidade

---

<sup>50</sup> Este cartaz referia-se à pretensão do chefe de Polícia Municipal do Distrito Federal, general Amaury Kruehl, de instalar um depósito para triagem de presos no prédio projetado pelo ETUB para a instalação de uma escola primária modelo na Cidade Universitária. Devido às diversas reações contrárias, o general decidiu alocar o presídio militar junto à Penitenciária Central, na Rua Frei Caneca (Lima, 2007: parte IV).

fantasma” (Oliveira, 2005). Na abertura da primeira sessão de permuta de informações sobre a situação das obras, em 1963, o diretor da Divisão de Edifícios Públicos do DASP alertou para o fato de que a Cidade Universitária estava se tornando “um desses exemplos antológicos de como a descontinuidade administrativa põe à calva o prestígio do empreendimento oficial, aguando seus investimentos pela eternização do emprego dos recursos públicos” (DASP, 1963).

Além das dificuldades financeiras, o relatório apresentado na reunião pelo então chefe do ETUB, Jayme Bueno Brandão<sup>51</sup>, apontava dois outros tipos de problemas enfrentados no período. No que diz respeito à organização interna do ETUB, as novas leis postas em vigor, transformando cerca de 400 de seus antigos operários em servidores públicos e proibindo novas admissões, teriam engessado a sua estrutura administrativa e o seu quadro técnico. No que diz respeito às suas atribuições, o ETUB acabou assumindo, ao longo dos anos, encargos de manutenção e operação da Cidade Universitária alheios às suas finalidades, responsabilizando-se por serviços tais como transporte diário (5 ônibus) de cerca de 1.100 estudantes, vigilância permanente dos edifícios, almoxarifados e canteiros de obras, limpeza geral e manutenção dos prédios da Faculdade de Arquitetura, da Escola de Engenharia e do Instituto de Puericultura. Distantes das suas funções originais, estas atividades sobrecarregavam a estrutura do ETUB, consumindo quase a totalidade do seu pessoal. Para resolver este problema, o relatório sugeria o aproveitamento daqueles servidores nas atividades de manutenção e operação das unidades escolares e serviços gerais em funcionamento, passando a constituir, assim, o cerne da futura Prefeitura da Cidade Universitária, com administração desde já independente, de forma a desafogar o ETUB e permitir-lhe que se dedicasse integralmente aos encargos de “planejar e construir” a Cidade Universitária. Essa sugestão acabou sendo de certa forma acolhida depois pelo governo federal, que, numa tentativa de reordenamento das instituições de ensino superior, transferiu, em 1964, o ETUB para a estrutura administrativa da universidade e criou, em 1965, a Prefeitura Universitária, nomeando o professor e arquiteto Mauro Ribeiro Viegas para o cargo de prefeito.

Ao passo que algumas mudanças administrativas se processavam, a evidente diminuição do ritmo das obras da Cidade Universitária e o abandono de suas

---

<sup>51</sup> Em 1956, Horta Barbosa deixou a direção do ETUB para ocupar um cargo no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado quatro anos antes. Em seu lugar, assumiu o engenheiro Lucílio Briggs Brito e depois, em 1962, Jayme Bueno Brandão.

dependências nos fins de semana fizeram com que o local passasse a ser frequentado nesse período como área de lazer não apenas pelos próprios funcionários da universidade, mas também pelas populações dos bairros vizinhos. Ainda no final dos anos 1950, havia sido criado na ilha, por exemplo, o Esporte Clube da Cidade Universitária, que obteve a autorização da CSPE para construir próximo à vila funcional do ETUB um grande campo de futebol gramado para “as peladas depois do expediente” (Lima, 2007). Foi, ainda, nas grandes avenidas recém-pavimentadas que cortavam a Ilha Universitária que o piloto Emerson Fittipaldi participou, em 1965, pela primeira vez de uma corrida profissional, no II Campeonato Carioca de Automobilismo – uma das vinte corridas de automobilismo e motociclismo realizadas no local entre 1964 e 1965. Devido à escassez de amplas áreas de lazer na zona norte da cidade, muitos foram também os moradores das redondezas que passaram a ver a ilha universitária como um local privilegiado para a prática de atividades esportivas e de lazer nos finais de semana, como futebol, corrida, ciclismo, banho de mar, churrasco, pesca e aeromodelismo.

Em 1967, as obras da Cidade Universitária começaram a ser aos poucos retomadas, sendo assinados contratos para a instalação de equipamentos em alguns prédios e firmado um convênio entre o Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento para a conclusão do conjunto de oito blocos do Centro de Tecnologia (CT). Com a edição do Ato Institucional nº5, em 1968, o país ingressou na fase mais dura do regime militar, cujos reflexos se evidenciaram também na redução novamente do ritmo das obras e na supressão de assinatura de quaisquer contratos da universidade. Em 1969, o recém-empossado presidente General Emílio Garrastazu Médici ordenou a reabertura do Congresso Nacional e decidiu dinamizar a construção da Cidade Universitária, instituindo um grupo responsável por definir o Plano de Obras Prioritárias da UFRJ, selecionadas por áreas de ensino, pesquisa e serviços. Afinal, o Brasil entrava na era do chamado *milagre econômico* e o desenvolvimento da universidade fazia parte do projeto nacional.

O dia 21 de janeiro de 1970, afirmam Luz e Barroso (1972), marcou o início de uma nova etapa para a concretização desse “velho sonho”, no qual o presidente Médici destinou vultosos Cr\$ 23 milhões para prosseguimento das obras. Aprovou ainda a Exposição de Motivos Interministerial nº 6, assinada pelos ministros da Educação e Cultura, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral, no qual destinou os recursos globais de Cr\$ 234 milhões para a execução da primeira etapa da Cidade

Universitária. Segundo o documento, as obras prioritárias compreenderiam o Centro de Tecnologia, o Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza, o Hospital Universitário, a Escola de Educação Física e Desportos, os restaurantes, quadras, almoxarifado, alojamentos de estudantes, entre outros, elevando a capacidade de matrículas de 6 mil para 20 mil (o triplo do existente em 1949). Além disso, fixou o prazo de até 7 de setembro de 1972 para a inauguração da Cidade Universitária, ressaltando que, à medida que as unidades fossem sendo transferidas para a Ilha do Fundão, a alienação dos imóveis disponíveis deveria proporcionar recursos para a segunda etapa, a partir de 1973, tendo em vista a época prevista de transferência das diferentes unidades para o *campus*. Ao término da segunda etapa, previa-se então alcançar a meta de 30 mil matrículas.

No salão nobre da Reitoria, transferida desde 1965 para a Ilha do Fundão, e na presença de diversas outras autoridades, entre ministros, governador, reitor e sub-reitores, o presidente Médici discursou: “muitas palavras, tinta e papel já foram gastos sobre a Cidade Universitária. Chegou a hora da ação, o momento da execução, com a assinatura deste ato” (Luz; Barroso, 1972: 11). Reconhecendo a “revolução vitoriosa” feita por Castello Branco, ao institucionalizar a Universidade, e o empenho de Costa e Silva em lançar a sua infraestrutura, prosseguia o presidente em seu discurso, afirmando também o seu papel: “Cabe-me lançar o País na era do desenvolvimento. A dificuldade é escolher as obras prioritárias, mas, entre essas, destaca-se a da educação. E, se necessário, com sacrifício de outros setores, construiremos a Cidade Universitária” (*ibid.*: 11).

O compromisso assumido nesse momento pelo então governador Negrão de Lima e cumprido por seu sucessor Chagas Freitas, com referência às obras de urbanização interna do *campus* e de vias de acesso, abastecimento de água, esgotos sanitários, arruamentos, iluminação pública, etc, foi fundamental para a concretização da Cidade Universitária. Embora ainda inacabada, ela foi oficialmente inaugurada pelo presidente Médici exatamente no dia 7 de setembro de 1972. A escolha por comemorar o 150º aniversário da independência do país com a conclusão dos Centros Médico e de Tecnologia - as duas áreas prioritárias numa fase em que o país buscava se desenvolver - ao invés da Expo-72, teve, por sua vez, grande valor simbólico, ressaltado no depoimento do professor Pedro Calmon Moniz de Bittencourt, Reitor da universidade por dezoito anos (*ibid.*: 30):

A Cidade Universitária tornou-se, graças a Deus, meta do Governo. Ficamos a dever ao Presidente Médiçi esse inestimável serviço à Pátria. Podia ter autorizado que se despendesse uma soma formidável na construção efêmera de uma Exposição Internacional, como a do Centenário. Preferiu empregá-la nesta conclusão de obras universitárias, para marcar de modo cívico o Sesquicentenário. Em lugar de palácios desmontáveis, para um dia, um conjunto escolar, para um século.

Mas a Cidade Universitária inaugurada em 1972 não era, certamente, a mesma idealizada em 1949. Assim como o contexto social e político do país mudou ao longo dos anos, o Plano Conjunto formulado originalmente pela equipe de Jorge Machado Moreira também sofreu diversas modificações, sobretudo a partir da Reforma Universitária iniciada em 1962<sup>52</sup>. Porém, tendo em vista que a construção de alguns prédios como o Hospital de Clínicas e a Faculdade de Arquitetura deu-se ainda nos anos 1950, a organização do zoneamento do *campus* foi conservada. Tendo a Cidade Universitária sido inaugurada no estado em que estava, Oliveira (2005) sublinha que as intenções originais, espaciais e formais de seus principais idealizadores, o engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa e o arquiteto Jorge Machado Moreira, foram definitivamente colocadas por terra. Para se ter uma idéia, dos 54 prédios previstos no projeto original, alguns não foram concluídos - como o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF)<sup>53</sup> - e muitos sequer começaram a ser construídos.

---

<sup>52</sup> Em obediência à legislação reformista que se iniciou no âmbito federal em 1966, a UFRJ, valendo-se dos estudos realizados a partir de 1962, foi a primeira instituição a apresentar um plano de reestruturação e um estatuto às novas idéias, estabelecendo, entre outros, a extinção das cátedras e o fortalecimento dos departamentos. Segundo Luz e Barroso (1972), a UFRJ deparava-se com uma gravíssima alternativa: ou terminava a Cidade Universitária e realizava-se no ritmo de crescimento que a sua evolução estava a exigir, ou desintegrava-se paulatinamente, sem aplicar a reforma que ela própria havia preconizado.

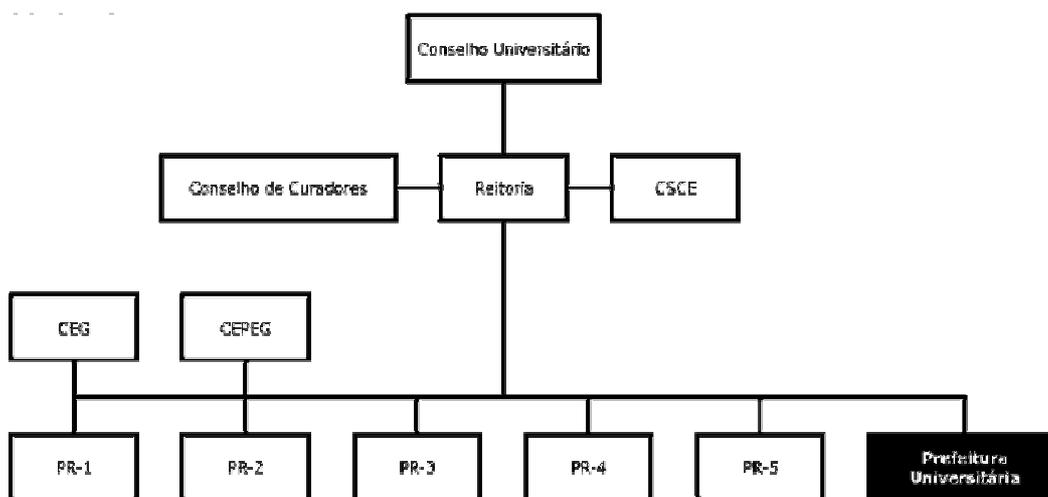
<sup>53</sup> Maior e mais complexa obra de todo o conjunto universitário, com uma estrutura de 220.000m<sup>2</sup>, o HUCFF foi inaugurado somente em 1978, e mesmo assim com apenas metade de seu imenso prédio em funcionamento. A outra metade (Ala Sul) está até hoje inutilizada, o que fez com que ganhasse o apelido de “perna seca”. Junto com o Hospital das Clínicas de São Paulo e o de Porto Alegre, o então Hospital de Clínicas da Universidade do Brasil seria a principal referência na tipologia de hospital monobloco no Rio de Janeiro e no Brasil (Costa, 2008). O recente estudo realizado pelo professor Francisco Lopes, da COPPE, apontou a inviabilidade de reaproveitamento das instalações, devido ao seu avançado estado de corrosão, além da inadequação, nos dias atuais, da estrutura hospitalar vertical (Para construir..., 2009).

## 2.5. O campus universitário da Ilha do Fundão

Para se ter uma visão geral do que a UFRJ representa hoje enquanto instituição pública de ensino superior, apresento aqui alguns dados quantitativos em relação ao ano de 2006, segundo informações disponíveis no *site* oficial da universidade<sup>54</sup>:

Unidades de ensino (Faculdades, Escolas e Institutos)	28
Cursos de graduação	145
Cursos de Mestrado	85
Cursos de Doutorado	74
Estudantes de graduação	33.313
Servidores docentes	3.156
Técnicos-administrativos	8.491

Em termos de sua estrutura administrativa central, a UFRJ organiza-se de acordo com o seguinte organograma:



Fonte: <http://www.prefeitura.ufrj.br>

Como se pode notar, o Conselho Universitário (Consuni) é o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. Tendo como membros natos o Reitor, vice-reitor, pró-reitores e decanos dos Centros Universitários, o Consuni

<sup>54</sup> <http://www.ufrj.br>

é formado ainda por doze professores titulares e doze professores adjuntos de todos os centros, um representante do Fórum de Ciência e Cultura, cinco representantes dos técnico-administrativos e cinco representantes do corpo discente, entre outros. Logo abaixo, tem-se a Reitoria (órgão de direção), o Conselho de Curadores (órgão deliberativo para assuntos de patrimônio) e o Conselho Superior de Coordenação Executiva (órgão de coordenação). Para assessorar a Reitoria, existem cinco Pró-Reitorias, organizadas por setores de atuação (PR-1 - Graduação, PR-2 - Pós-Graduação e Pesquisa, PR-3 - Planejamento e Desenvolvimento, PR-4 - Pessoal, e PR-5 - Extensão), sendo as duas primeiras amparadas por dois órgãos colegiados superiores: o Conselho de Ensino de Graduação (CEG), com o objetivo de definir a política acadêmica dos cursos e as normas para o Vestibular, e o Conselho de Ensino para Pós-Graduados (CEPG), com o objetivo de definir as normas dos cursos. Já a Prefeitura Universitária, que possui o estatuto equivalente ao de uma Pró-Reitoria, é um órgão executivo que tem como finalidade administrar os *campi* da UFRJ, responsabilizando-se por todas as tarefas que envolvem a sua manutenção e o funcionamento operacional de suas instalações (obras, reformas, paisagismo, instalações elétricas, hidráulicas e mecânicas, etc.), assim como pelos serviços internos de vigilância.

Em termos territoriais, a UFRJ possui uma área total de 7.155.185,63m<sup>2</sup>, dos quais 5.238.337,90m<sup>2</sup> correspondem somente à área da Cidade Universitária, 100.976,90m<sup>2</sup> à área do *campus* da Praia Vermelha e 1.815.870,83m<sup>2</sup> à área ocupada pelas dez unidades isoladas. Embora sua área total seja menor do que a de outras instituições federais de ensino superior, como a Universidade Federal Fluminense (8.076.510m<sup>2</sup>), a Universidade Federal de Minas Gerais (8.794.767m<sup>2</sup>) e a Universidade Federal de Santa Catarina (18.081.543m<sup>2</sup>), a UFRJ é a que possui o maior *campus* do país em extensão territorial<sup>55</sup>. Em relação à cidade do Rio de Janeiro, o território do *campus* da Ilha do Fundão - como passou a ser chamada a ilha artificialmente constituída na extinta Enseada de Inhaúma - é maior, por exemplo, que os bairros de Ipanema e Leblon juntos.

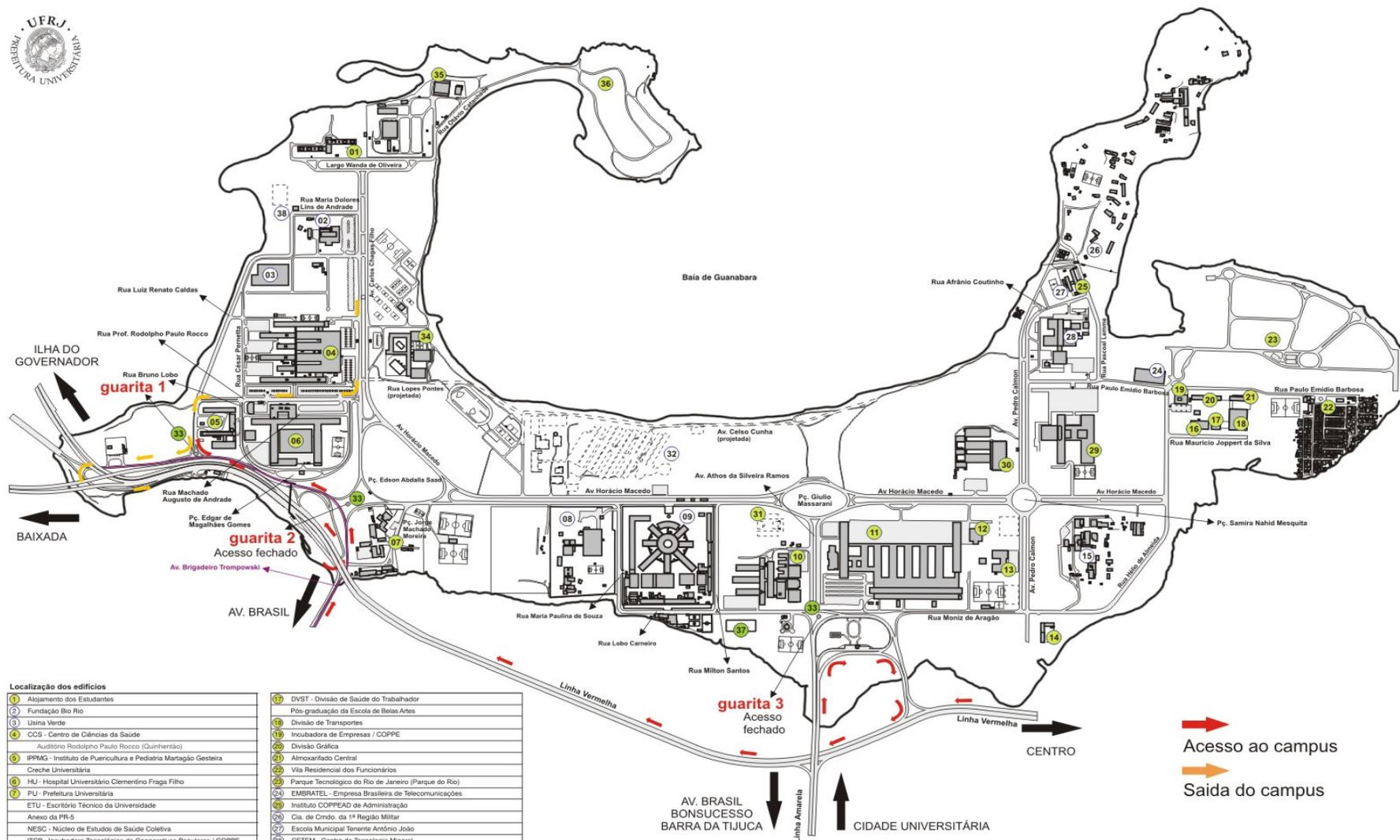
Apesar de grande parte das unidades acadêmicas encontrar-se nesse *campus*, há, entretanto, uma distribuição espacial bastante desigual no que se refere aos Centros Universitários. Enquanto todas as unidades do Centro de Tecnologia (CT) concentram-

---

<sup>55</sup> Para contrastar, podemos exemplificar que, dos 18.081.543m<sup>2</sup> de área total da Universidade Federal de Santa Catarina, 17.060.774m<sup>2</sup> correspondem a terrenos localizados fora do *campus*, sendo a área deste constituída por apenas 1.020.769m<sup>2</sup>.

se na Ilha do Fundão, nenhuma das unidades vinculadas ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH) chegou a ser construída na Cidade Universitária, permanecendo na Praia Vermelha a Faculdade de Educação, o Instituto de Psicologia, a Escola de Serviço Social e a Escola de Comunicação, e em prédios isolados o Colégio de Aplicação, na Lagoa, e o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), no Largo de São Francisco de Paula. Do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), apenas o Observatório do Valongo, localizado no bairro da Saúde, não foi transferido para a Cidade Universitária. Do Centro de Letras e Artes (CLA), apenas a Escola de Música permanece funcionando num prédio na Rua do Passeio, na Lapa. Do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE) as unidades encontram-se espalhadas na Praia Vermelha, onde estão o Instituto de Economia e a Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, em prédio na Rua Moncorvo Filho, onde funciona a Faculdade de Direito, e na Cidade Universitária, onde funcionam o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) e o Instituto de Pós-graduação e Pesquisa em Administração (COPPEAD). Já as unidades do Centro de Ciências da Saúde (CCS) são aquelas que se encontram mais dispersas. Na região central da cidade, encontram-se a Escola de Enfermagem Anna Nery (Rua Afonso Cavalcanti), o Hospital Escola São Francisco de Assis (Avenida Presidente Vargas) e o Instituto de Ginecologia (Rua Moncorvo Filho). Na Praia Vermelha encontram-se o Instituto de Neurologia Deolino Couto e o Instituto de Psiquiatria e na Rua das Laranjeiras encontra-se a Maternidade Escola. As demais quinze unidades - dentre as quais a Escola de Educação Física e Desportos, as Faculdades de Farmácia, Medicina e Odontologia e o Hospital Universitário - funcionam na Cidade Universitária.

Além dos centros universitários, os demais setores que compõem a UFRJ também estão distribuídos entre o *campus* da Praia Vermelha, onde se encontra, por exemplo, o Fórum de Ciência e Cultura, a Fundação Universitária José Bonifácio e o Diretório Central dos Estudantes, e o *campus* da Ilha do Fundão, onde se encontram o Escritório Técnico da Universidade e a Prefeitura Universitária. Detemo-nos, entretanto, a partir de agora numa apresentação geral da Cidade Universitária, uma vez que é esse *campus* que aqui nos interessa.



**Localização dos edifícios**

01	Alojamento dos Estudantes
02	Fundação Bio Rio
03	Usina Verde
04	CCS - Centro de Ciências da Saúde Auditório Rodolpho Paulo Rocco (Quinze dias)
05	IPRAG - Instituto de Puericultura e Pediatría Montaggio Gesteira Creche Universitária
06	HU - Hospital Universitário Clementino Fraga Filho
07	PU - Prefeitura Universitária
08	ETU - Escritório Técnico da Universidade Anexo da PR-5
09	NESC - Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva
10	ITCP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares / COPPE
11	SINTUFRJ - Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ
12	CEPEL - Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
13	CENPES - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo A. M. de Melo
14	CCMN - Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza Centro Cultural Professor Horácio Macedo (Rosinho)
15	CT - Centro de Tecnologia
16	IMA - Instituto de Macromoléculas Prof. Eloisa Mano
17	Laboratório de Geociências
18	Laboratório de Química
19	Pólo de Xistoquímica
20	IEN - Instituto de Energia Nuclear
21	Oficinas do Pólo Náutico

22	DVST - Divisão de Saúde do Trabalhador
23	Pos-graduação da Escola de Belas Artes
24	Divisão de Transportes
25	Incubadora de Empresas / COPPE
26	Divisão Gráfica
27	Almoxarifado Central
28	Vila Residencial dos Funcionários
29	Parque Tecnológico do Rio de Janeiro (Parque do Rio)
30	EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações
31	Instituto COPPEAD de Administração
32	Cia. de Cmndo. da 1ª Região Militar
33	Escola Municipal Tenente Antônio João
34	CETEM - Centro de Tecnologia Mineral
35	Reitoria
36	CLA - Centro de Letras e Artes
37	Faculdade de Letras
38	Instituto de Física (em construção)
39	CENPES II - Centro de Pesquisas da Petrobras (em construção)
40	Guaritas / DISEG - Divisão de Segurança
41	CEFFO - Escola de Educação Física e Desportos
42	Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar
43	Parque Frei Leão Velozto (Catalão)
44	Estação Meteorológica do CCMN
45	Posto Militar do Corpo de Bombeiros (em construção)
46	19ª Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do RJ

**➔ Acesso ao campus**  
**➔ Saida do campus**

**ACESSO AO CAMPUS PELAS GUARITAS 2 E 3 :**  
SÁBADO,S DOMINGOS E FERIADOS: ACESSOS FECHADOS  
SEGUNDA À SEXTA-FEIRA: FECHADOS DE 5:30h ÀS 23:00h

**ACESSO PELA GUARITA 1 :**  
ABERTO DIARIAMENTE ( ACESSO SEM RESTRIÇÃO DE DIAS OU HORÁRIOS)

Como se pode observar no mapa, a Cidade Universitária possui três entradas com guaritas de vigilância e acesso limitado. Apenas a entrada localizada próxima ao Hospital Universitário (guarita 1) permanece aberta 24hs todos os dias da semana, sendo as demais fechadas nos dias úteis no horário entre 23hs e 5:30hs, nos feriados e finais de semana<sup>56</sup>.

Em relação ao transporte público externo, a Ilha do Fundão é servida por seis linhas de ônibus institucionais, que ligam a Cidade Universitária às demais unidades fora da ilha<sup>57</sup>, dezenove linhas de ônibus de empresas privadas, que ligam a Cidade Universitária a várias regiões da cidade, aos municípios de Duque de Caxias e Niterói<sup>58</sup>, além do transporte alternativo de vans que fazem geralmente quase os mesmos trajetos dos ônibus, reforçando o atendimento à demanda. Em relação ao transporte coletivo interno, a Cidade Universitária é servida por duas linhas de ônibus circulares da UFRJ, que fazem gratuitamente os trajetos Linha Vermelha/COPPEAD e Alojamento/Vila Residencial, interligando a Ilha do Fundão de um extremo a outro<sup>59</sup>. Apesar da existência dessa rede de transporte público rodoviário, o acesso à Cidade Universitária sempre foi considerado problemático. Ainda nos anos 1970, a ausência de transporte público que suprisse a demanda dos usuários do *campus* acabou institucionalizando a carona, prática hoje pouco comum entre desconhecidos. Se de lá pra cá o acesso tornou-se mais fácil, com a criação de novas linhas de ônibus, o incremento dos transportes alternativos e a construção da Linha Amarela e da Linha Vermelha, a Ilha do Fundão ainda carece de uma maior integração viária à cidade, principalmente no que se refere aos serviços de trem e metrô<sup>60</sup>.

---

<sup>56</sup> Apesar dessas medidas, coordenadas pela Divisão de Segurança do *campus*, as milhares de pessoas que circulam diariamente na Cidade Universitária não deixam de ser, por vezes, vítimas de situações de violência e criminalidade nos espaços da universidade, como se noticiou, ainda nos anos 1970, as alarmantes estatísticas de roubos e furtos de automóveis na região (Um problema..., 1974) e, mais recentemente, os casos de assaltos nos ônibus que circulam pelo *campus* e, até mesmo, no interior dos prédios (Uma prova..., 2009).

<sup>57</sup> Essas linhas ligam a Cidade Universitária à Escola Bahia (Av. Brasil), à Praia Vermelha, à Praça XV, à Bonsucesso, ao Norte Shopping e ao Pólo de Xerém.

<sup>58</sup> Uma linha liga a Cidade Universitária à Zona Sul, quatro a ligam ao Centro e à Ilha do Governador, nove aos demais bairros da Zona Norte, duas à Zona Oeste, uma a Duque de Caxias e duas à Niterói.

<sup>59</sup> Enquanto a linha Alojamento/Vila Residencial funciona diariamente das 6h até 24h, com intervalos maiores no turno da noite, nos feriados e finais de semana, a Linha Vermelha/COPPEAD circula apenas de segunda a sexta, de 6h às 18h, com o objetivo de desafogar o fluxo de usuários em horários de pico de entrada e saída da Cidade Universitária, atendendo apenas parte da ilha que concentra maior número de usuários.

<sup>60</sup> Sobre a questão da acessibilidade, ver, por exemplo, as matérias publicadas no jornal O Globo nos anos de 1973 (Estudantes... e Ônibus...), 1983 (Fundão...) e 1984 (Antunes).

Para descrever propriamente o seu espaço, proponho ao leitor acompanhar-me num percurso pela Cidade Universitária, começando por sua extremidade nordeste, a ponta correspondente à antiga Ilha do Catalão. Embora a área tenha sido totalmente desapropriada e prevista de ser utilizada para a construção de alguns dos prédios da zona residencial do referido *campus*, que se estenderia até a Ilha do Baiacu, nenhuma unidade foi ali construída, mantendo-se preservada, ainda que precariamente, parte da Mata Atlântica original. Com uma grade controlando o acesso por terra, o local foi transformado, em 1996, em área de preservação ambiental, a partir de um projeto de reflorestamento da antiga ilha. Desde então, o Parque Frei Leão Vellozo, também conhecido como Parque Mata Atlântica UFRJ ou ainda Parque Ilha do Catalão, abriga o trabalho de campo de diversos cursos (Biologia, Geologia, etc), serve de área de treinamento do Exército e é visitado por moradores do entorno para atividades de lazer, sobretudo a pesca, apesar de ser hoje uma das regiões mais poluídas da Baía da Guanabara<sup>61</sup>. Das antigas construções existentes na ilha, entretanto, apenas alguns vestígios ainda podem ser encontrados no meio da vegetação, fornecendo pistas ao observador interessado sobre como o lugar fora outrora habitado.

Seguindo o nosso percurso, temos, ao lado deste parque, outra área cujas finalidades inicialmente previstas pelo plano da Cidade Universitária foram modificadas. Na costa da antiga Ilha das Cabras, ao invés de alojamentos, hoje funciona o Pólo Náutico do Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar, programa de extensão criado em 2002 pela Escola Politécnica com o objetivo de formar mão de obra qualificada e empreendimentos relacionados ao setor náutico, como serviços de manutenção de embarcações, além de dar apoio a atividades abertas à comunidade como aulas de vela, remo e canoagem, navegação e mergulho autônomo. Também com acesso controlado, os 3.000m<sup>2</sup> das antigas instalações locais, como o hangar, foram cedidos para sediar as

---

<sup>61</sup> Apesar dos estudos do ETUB terem previstos mínimos efeitos na desestruturação das águas da baía, para Elmo Amador (1997) o aterro do antigo arquipélago contribuiu enormemente para a rápida depredação da Baía da Guanabara e seus ecossistemas periféricos. Segundo o geógrafo, se o Estuário de Manguinhos – um dos mais extensos encontrados pelos colonizadores, com 12km<sup>2</sup> de superfície - era até a década de 1920 um ambiente natural, orlado de manguezais, praias e ilhas paradisíacas, cujo ecossistema assegurava uma elevada produtividade biológica, esta região foi avassaladoramente depredada no século XX, sendo a maior parte dos aterros e outras ações danosas ao meio ambiente realizados no curto prazo de trinta anos. Além da construção da Cidade Universitária, teriam contribuído para a degradação ambiental da região os grandes aterros realizados em Manguinhos, com o objetivo de conquistar novas terras e expandir a indústria, os aterros feitos para a construção da Avenida Brasil, os aterros feitos para a construção do aeroporto do Galeão e, posteriormente, os aterros feitos pelo Projeto Rio na Maré (*ibid.*: 329-330).

oficinas e laboratórios do projeto e, eventualmente, também é utilizado para a realização de eventos científicos e culturais, como aqueles relacionados à Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, além de festas promovidas por estudantes.

Já a área correspondente à antiga Ilha do Baiacu foi a única que teve sua finalidade original inalterada, ainda que concretizada parcialmente. Nesse local hoje encontra-se o Alojamento dos Estudantes, dois dos seis prédios anteriormente previstos de serem construídos na zona residencial da Cidade Universitária, com 504 quartos, divididos em dois blocos (masculino e feminino). Uma vez que o número de vagas oferecidas é muito inferior ao número de candidatos que o solicitam anualmente, o rigoroso sistema de seleção realizado pela Divisão de Assistência ao Estudante não impede que muitos acabem ali se instalando como “agregados”, apesar das condições precárias de moradia frequentemente denunciadas em matérias jornalísticas (Menezes, 2009). Como referido anteriormente, é da frente do alojamento que parte o ônibus interno da UFRJ que circula pelo *campus*, com ponto final na Vila Residencial. Continuemos a partir de então nosso percurso pelo trajeto deste ônibus. Ao longo dele, percebemos que todos os nomes das cinco avenidas, dezessete ruas e cinco praças da Cidade Universitária fazem referência a personagens importantes na história da universidade, como a Avenida Pedro Calmon, em homenagem àquele que a dirigiu durante quase duas décadas, a Avenida Horário Macedo, em homenagem ao primeiro reitor eleito pela comunidade universitária, e a Praça Jorge Machado Moreira, em homenagem àquele que conduziu o conjunto arquitetônico dos primeiros prédios da Cidade Universitária.

Logo que partirmos do alojamento, passamos por duas instalações não propriamente acadêmicas: a Fundação Bio Rio, pólo que agrega empresas que desenvolvem pesquisas na área de biotecnologia, e a Usina Verde, projeto da iniciativa privada que, com apoio tecnológico da UFRJ, desenvolve, desde 2004, um sistema de incineração de lixo urbano sem causar danos ambientais<sup>62</sup>. Seguindo pela Avenida Carlos Chagas Filho em direção à antiga Ilha do Fundão, encontramos pouco depois, à esquerda, a Escola de Educação Física e Desportos, visualizando algumas de suas áreas esportivas. O ônibus pára no ponto para receber passageiros do CCS, localizado à nossa direita, onde funcionam algumas de suas faculdades, pequenas lojas, fotocopiadoras,

---

<sup>62</sup> A Usina Verde recebe diariamente 30 toneladas de resíduos sólidos, pré-tratados, provenientes do aterro sanitário da companhia de limpeza urbana da cidade do Rio de Janeiro (COMLURB) no bairro do Caju.

lanchonetes, uma agência bancária, etc. Na área externa, ao lado do estacionamento, há vários *trailers* onde são vendidos lanches e pequenas refeições.

Contornando o CCS, o ônibus entra na Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, onde faz outra parada. À direita, vemos a sua outra entrada, novamente recuada por um corredor de *trailers*, e um estacionamento pago. Mais à frente, o Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG). Do outro lado da rua, vemos a entrada principal do enorme prédio do Hospital Universitário, com estacionamentos dos seus dois lados. Durante todo o dia nota-se uma grande movimentação de pessoas nessa área, entre funcionários, professores, acadêmicos, usuários e visitantes.

Virando à esquerda, contornando o hospital, o ônibus faz outra parada para receber passageiros que chegam ao *campus* pela Linha Vermelha. Entrando na Avenida Horácio Macedo, uma primeira parada próxima à Prefeitura Universitária. Caso saltamos nesse ponto e caminemos em direção à Praça Jorge Machado Moreira, descobriremos uma concentração de diversos outros setores, acadêmicos e não acadêmicos que ocupam essa pequena região do *campus*. Além da sede da Prefeitura Universitária, estão situados aqui o Núcleo de Estudos de Saúde Coletiva, uma unidade anexa da PR-5, uma instalação da Companhia Municipal de Tráfego, a Incubadora de Cooperativas Populares e, ainda, o Escritório Técnico da Universidade, que se na década de 1960 ocupava todo o prédio, hoje se reduz a uma única sala dele. Ao fundo, em instalações próprias, tem-se ainda a sede do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ e um restaurante *self-service*. Retornando em direção à praça, temos, à nossa direita, o horto botânico da UFRJ, exatamente no mesmo local onde, durante as obras da Cidade Universitária, existiu a pequena vila de funcionários do ETU. Ao lado do horto, dois grandes campos de futebol gramados, separados por um galpão, no qual funciona um bar. Essa área, conhecida como “o campo da Prefeitura”, é onde, desde os anos 1950, são religiosamente realizadas as *peladas* após o expediente de trabalho, instituindo-se em um importante espaço de socialização dos funcionários da universidade, inclusive através da organização de times e campeonatos internos<sup>63</sup>. Além

---

<sup>63</sup> Segundo Lima (2007), o time *Azul e Branco do Fundão*, chegou a vencer, ainda em 1964, a 2ª Divisão da Federação Carioca de Futebol, por 6 x 0 contra o Oiticica, de Campo Grande. Desde então, todo ano é organizado um campeonato interno com os times da universidade e toda quarta-feira à tarde funcionários, muitos já aposentados, reúnem-se no campo para as amistosas *peladas* ou apenas para bater papo e tomar cerveja com os amigos no bar existente no local.

disso, é nessa área onde é realizada a maior parte dos eventos e festividades promovidos pelo Sindicato e pela Prefeitura Universitária.

Seguindo pela Avenida Horário Macedo, agora novamente no ônibus circular, temos por um momento a impressão de não estarmos mais num *campus* universitário. À direita, encontram-se as grandes construções do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) e do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobras (CENPES). Do outro lado da avenida, à esquerda, uma extensa área onde está sendo construída a extensão do CENPES, com instalações suntuosas de última tecnologia. Devido à grande movimentação de pessoas já propiciada pelo canteiro de obras, uma passarela foi recentemente construída sobre a avenida, interligando as duas unidades do CENPES. Entre as duas pistas da avenida, um posto de gasolina da Petrobrás.

Mais à frente, voltamos a identificar um ambiente universitário, quando o ônibus entra na Avenida Athos da Silveira Ramos. Do movimentado ponto de ônibus, visualizamos, à nossa direita o prédio do Centro de Ciências da Matemática e da Natureza (CCMN). Do seu lado direito, um estacionamento pago. Em frente à sua entrada, *trailers* onde se vendem lanches e pequenas refeições, com mesas e cadeiras dobráveis montadas. Do outro lado da avenida, o principal acesso ao grande conjunto de blocos do CT. Na área comum dos prédios, uma agência do Banco do Brasil, uma livraria especializada em livros técnicos, uma pequena loja de informática, uma banca de jornal, dois estacionamentos, um restaurante universitário e diversos *trailers*, formando no grande corredor térreo uma espécie de praça de alimentação.

Retornando à Avenida Horário Macedo, passamos pelo pequeno Instituto de Macromoléculas (IMA). Do outro lado da avenida, o prédio da Faculdade de Letras, tendo na sua entrada uma agência do Banco do Brasil e novos *trailers*. Virando à direita, na Avenida Pedro Calmon, o Laboratório de Geotecnia e o Laboratório de Química. Recuado, no final desta avenida, o Pólo de Xistoquímica. Retornando em direção à Avenida Horário Macedo, visualizamos à direita, sob a pequena colina preservada da antiga Ilha da Sapucaia, o Instituto de Energia Nuclear. Seguindo a Avenida Horário Macedo, vemos à esquerda, mais distante, o prédio da Reitoria. Atrás deste, uma extensa área gramada sem construções. Ainda à nossa esquerda, encontramos a instalação de um posto do Departamento de Trânsito (Detran) onde são realizadas provas práticas para obtenção da carteira de habilitação. Nesse posto,

encontra-se diariamente um grande número de veículos de autoescola posicionados em fila ao longo do meio-fio para a realização do exame, além de funcionários do Detran, instrutores e alunos de auto-escolas da região e alguns comerciantes ambulantes, que aproveitam a ausência de instalações no local (há somente banheiros químicos) para vender bebidas e lanches ao público que por ali circula continuamente.

Passando por trás da Reitoria, na Rua Hélio de Almeida, o ônibus entra na pequena Rua Maurício Joppert da Silva, onde faz uma parada. Ali estão situados as Oficinas do Pólo Náutico, o Programa de Pós-graduação da Escola de Belas Artes, a Divisão de Saúde do Trabalhador e a Divisão de Transportes, em frente a qual o ônibus faz a manobra para retornar à Rua Hélio de Almeida. Virando à direita nesta rua, passa pela Incubadora de Empresas da UFRJ, com um estacionamento ao lado e uma guarita de segurança. Da colina onde se situa o Instituto de Energia Nuclear até aqui, ainda estamos, cabe lembrar, em terras da antiga Ilha da Sapucaia.

Entrando à direita, na Rua Paulo Emídio Barbosa, deparamo-nos com uma área mista, que reúne diferentes instalações. À esquerda, as grandes construções do Parque Tecnológico do Rio, uma área de 350.000m<sup>2</sup> que reúne atualmente treze empresas, onde trabalham cerca de 700 pessoas. Concebido pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa em Engenharia (COPPE) em 1997, este projeto visava trazer para a Ilha do Fundão empresas, laboratórios e instituições que quisessem estabelecer atividades ligadas às pesquisas desenvolvidas pela universidade na área de tecnologia (O Parque..., 1998)<sup>64</sup>. Ainda nesta rua, temos, à nossa direita, a Divisão Gráfica e o Almojarifado Central da UFRJ. Entre estes dois, há um pequeno estabelecimento comercial - conhecido como “Bar do Reginaldo” em alusão ao nome do seu proprietário - onde são servidas bebidas e refeições a operários das empresas instaladas no *campus*, funcionários da universidade, alunos e visitantes. No final dessa rua, os vestígios de uma antiga guarita e a piora na qualidade do asfalto são os únicos indicadores de que estamos ingressando na Vila Residencial, antiga área de mangue da Ilha da Sapucaia. Sem desviarmos nossa direção, entramos na Rua das Papoulas, onde temos novamente a sensação de não estarmos mais num *campus* universitário. À esquerda, quatorze pequenas casas de alvenaria beiram a rua, algumas das quais podemos ver, ainda no ônibus, parte de seu interior. À direita, um grande campo de futebol, com o gramado em

---

<sup>64</sup> Assim como o CENPES, o modelo de contrato destas empresas e de todas que ocupam áreas ociosas do *campus* é o aluguel do terreno pela UFRJ por um período de 20 anos, renovável.

péssimo estado de conservação. Ao seu lado, uma pequena rua de terra batida, com um bar de dois andares e um galpão na esquina. Contornando um pequeno canteiro, em frente a uma praça onde se localiza uma Igreja Católica e de onde podemos rapidamente avistar outras ruas, com seus pequenos comércios e residências, o ônibus pára no seu ponto final, já na mão inversa da que chegou.

Deixemos, no entanto, para melhor conhecer a Vila Residencial nos próximos capítulos. Continuemos nesse momento dentro do ônibus (agora na direção do alojamento estudantil) para percorrer uma outra parte do *campus*, na qual também circula o ônibus do trajeto Linha Vermelha/COPPEAD.

Regressando pela Rua Paulo Emídio Barbosa, passamos, após a entrada do Parque Tecnológico, pelas instalações de uma de suas empresas: a Empresa Brasileira de Telecomunicações. A seguir, entramos, à direita, na Rua Pascoal Leme, onde o ônibus faz uma parada. Estamos nas terras da antiga Ilha do Bom Jesus. À nossa esquerda, o moderno prédio da COPPEAD. À direita, o antigo quartel da Cia. do Comando Militar do Leste, com dois soldados vigiando sua entrada. Dela, podemos visualizar parte da vila militar, mais exatamente as primeiras casas da rua à beira mar, que segue em direção à colina onde se encontra, no cume, a histórica Igreja do Bom Jesus da Coluna, que pode ser melhor avistada da outra ponta do *campus*, no parque do Catalão. Na curva que nos leva novamente à Avenida Pedro Calmon, temos, à esquerda, a Escola Municipal Tenente Antônio João, cujo prédio encontra-se recuado, atrás de um campo gramado onde, dependendo do horário, podem-se ver crianças brincando. Do outro lado da avenida, as instalações do Centro de Tecnologia Mineral. Quase na mesma direção, à nossa direita, vemos algumas casas simples de alvenaria, com as entradas voltadas para a avenida, e alguns bares atrás, com mesas de plástico dispostas sob varandas à beira mar. Da avenida, uma rampa improvisada dá acesso a esse pequeno aglomerado. Dependendo do dia, horário e do clima, pode-se avistar no local muitos automóveis estacionados, homens pescando com barco ou vara, fazendo churrasco com os amigos sob a sombra da amendoeira ou ainda estudantes reunidos animadamente em grupos bebendo cerveja no fim de tarde. Mais à frente, o ônibus faz outra parada. À esquerda, temos o suntuoso prédio de oito andares da Reitoria, onde também funcionam a Escola de Belas Artes e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ambas vinculadas ao Centro de Letras e Artes. Ao lado do estacionamento, este gratuito, diversas árvores da

espécie *couroupita guianensis*, mais conhecida como abricó de macaco. Próximo à larga escadaria da entrada principal, mastros com as bandeiras do Brasil, do Estado do Rio de Janeiro e com o brasão da universidade. Assim que viramos na Avenida Horácio Macedo, vemos o prédio da Faculdade de Letras, mais recente e menos grandioso que o da Reitoria, com apenas um pavimento. Seguindo até o final desta avenida, o ônibus passa novamente pelo CCMN e pelo CCS, efetuando nova parada na Rua Professor Rodolpho Paulo Rocco. Passa pelo IPPMG, pelo HUCFF e pela Prefeitura Universitária, retornando ao final da Avenida Horácio Macedo. Segue pela Avenida Carlos Chagas Filho, passando pela Escola de Educação Física, onde faz nova parada, até chegar ao seu ponto final, no Alojamento Estudantil, onde então concluímos nosso trajeto. Descendo do ônibus, avistamos muitas roupas penduradas nas janelas do prédio e uma pequena barraca, comum nos pontos mais movimentados do *campus*, que vende produtos alimentícios e objetos de uso doméstico e higiene pessoal (biscoitos, cigarro, fósforos, absorventes, etc.), o que sugere algumas deficiências na estrutura oferecida aos seus residentes.



Vista panorâmica da área do *campus* atrás da Reitoria. Na foto do alto, à esquerda, as coloridas instalações do Parque Tecnológico, com a Ponte Rio-Niterói e o bairro do Caju ao fundo. Na foto abaixo,

o pequeno prédio da Incubadora de Empresas, ao lado do Parque. Na foto da direita, as instalações da Divisão de Saúde do Trabalhador e da Divisão de Transportes da UFRJ na frente e a Vila Residencial atrás, com destaque para a torre da Igreja Católica. Ao fundo, na outra margem do canal, o bairro do Caju. Fotos: Leticia de Luna, 2008.

Conforme tentei mostrar ao guiá-los nesse breve percurso pela Ilha do Fundão, embora haja o predomínio das funções universitárias, este é um espaço bastante heterogêneo, que compreende uma grande diversidade de instituições, estabelecimentos e pessoas. Nesses mais de cinco milhões de metros quadrados, circulam diariamente cerca de 65 mil pessoas, dentre as quais estudantes, professores e funcionários da UFRJ, trabalhadores dos pequenos comércios e serviços que funcionam, de forma regular e irregular, na ilha (*trailers*, bares, chuveiros, barracas de doces, lojas, agências bancárias, fotocopiadoras, etc.), empregados das diversas empresas e centros de pesquisa ali sediados, moradores da região (sobretudo os da Vila Residencial e da Vila Militar), pacientes das unidades de saúde da universidade (HUCFF, IPPMG, etc.) e visitantes em geral, como os que se dirigem à ilha para realizar exame de habilitação no posto do Detran ou para praticar atividades esportivas e de lazer nos amplos espaços do *campus* nos finais de semana.

Embora tenha sido oficialmente inaugurada na década de 1970, a Cidade Universitária encontra-se até hoje em construção, visto que muitas unidades acadêmicas da UFRJ continuam a funcionar em prédios isolados e dispersos pela cidade, como é o caso, por exemplo, do IFCS, situado nas antigas instalações da Escola Politécnica, no tradicional Largo de São Francisco. Além disso, muitas das unidades reunidas provisoriamente na Praia Vermelha, enquanto se concluía as obras da Cidade Universitária, acabaram se tornando definitivas, constituindo no local um outro *campus* da UFRJ. Sendo assim, Oliveira (2005) acentua que, em muitos aspectos, o “espírito universitário”, almejado desde os anos 1930, ainda não se materializou na idéia de um *campus* concentrador de saberes múltiplos e viabilizador de uma convivência enriquecida pela possibilidade de trocas. Esse ideal não foi, todavia, abandonado, como evidencia os trabalhos que vêm sendo atualmente desenvolvidos pela equipe responsável pela elaboração do Plano Diretor 2020 da UFRJ no sentido de retomar a concepção original da Cidade Universitária.

Após a realização de uma ampla pesquisa de opinião<sup>65</sup> e a aprovação pelo Conselho Universitário da Proposta Preliminar do Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária, em novembro de 2008, foram divulgadas as propostas sugeridas pelo Comitê Técnico do Plano Diretor (CTPD) para a universidade nos horizontes de 2012, 2016 e 2020. Mais do que o planejamento para a construção de novos prédios na Cidade Universitária, o Plano Diretor 2020, que começou a ser implementado em 2009, representa “a completa guinada de um pensamento que dominou a universidade desde sua instalação” (Para construir..., 2009). Buscando construir uma universidade integrada interna e externamente, as propostas incluem um plano de ocupação e uso da Praia Vermelha e das unidades isoladas. Em relação à Cidade Universitária, espera-se que, ao se concluir a terceira etapa, ela alcance uma população flutuante em torno de 120 mil pessoas, sendo, para isso, pensadas políticas específicas nas áreas de transporte, alimentação, residência universitária, gestão ambiental, infraestrutura, telecomunicações, segurança, comércio, esporte, cultura, lazer e eventos.

Se, como visto nesse capítulo, o Escritório Técnico desempenhou um papel central na condução do planejamento e da construção da Cidade Universitária, hoje ele possui tão pouca visibilidade na universidade que sequer integra o CTPD. Embora o antigo ETUB fosse um órgão subordinado ao governo federal, mas de atuação estritamente técnica, com o processo de democratização política, os setores de esquerda na universidade passaram a atribuir-lhe uma imagem negativa, vinculada ao regime militar. Mesmo sendo o órgão responsável pelo desenvolvimento de planos relativos a melhorias ambientais e ao espaço físico da universidade, o ETU não desempenha mais o papel de protagonista, mas de mero coadjuvante na nova cena política e administrativa da UFRJ.

Cientes da proposta de concentração das unidades acadêmicas na Ilha do Fundão, as congregações das unidades fora da Cidade Universitária começaram a se reunir para debater e manifestar publicamente sua posição sobre o assunto. A resistência à transferência já manifestada por algumas destas unidades - como o IFCS, cuja congregação optou, por 16 votos a 8, permanecer no centro da cidade - indicam que o

---

<sup>65</sup> A primeira etapa da pesquisa, denominada “Vida universitária – Hábitos e Anseios”, foi realizada pelo Laboratório de Diagnóstico em Opinião (LaDO) da UFRJ, baseada em entrevistas com 3.600 pessoas da comunidade universitária. A segunda e a terceira etapa visam avaliar as expectativas dos usuários dos centros de pesquisa instalados no *campus* e da população das comunidades vizinhas a ele (Para construir..., 2009).

caminho em direção à construção da “universidade integrada” não será sem percalços (Uma cidade..., 2009). Mas até 2020, esse é um longo caminho ainda a se percorrer.

Do que já foi percorrido até aqui, os diversos descompassos entre o que fora previsto num determinado momento e o que fora realizado em outro, quando as *estruturas das conjunturas*<sup>66</sup> não eram mais as mesmas, gostaria de concluir este capítulo enunciando o ponto de partida do próximo: a transformação de um evento em um acontecimento nesse longo processo de constituição da Cidade Universitária, entendendo acontecimento aqui no sentido atribuído por Sahlins (1990: 191) como “um evento de significância”<sup>67</sup> que, enquanto significância, é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito. Pois, se as conclusões dos estudos executados entre 1935 e 1945 apontavam que a universidade deveria ser “urbana” e abrigar, na sua zona residencial, até 10.000 estudantes e 300 famílias de professores (ETUB, 1952), este grande empreendimento, que incluía a possibilidade do *campus* ser efetivamente habitado, não previa, contudo, que o fosse pela população que constituiu o que passou a se chamar Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ. Por fim, se, como afirma Sahlins, o acontecimento é também a interpretação do evento, são justamente as variações destas interpretações que interessarão nos próximos capítulos.

---

<sup>66</sup> Tomo de empréstimo a expressão utilizada por Sahlins (1990: 15) para designar “a realização prática das categorias culturais em um contexto histórico específico, assim como se expressa nas ações motivadas dos agentes históricos, o que inclui a microssociologia de sua interação”.

<sup>67</sup> Na versão brasileira, um erro de tradução troca as palavras evento e acontecimento, que optei aqui corrigir.

## **Capítulo 3:**

### **Do aterro sanitário da Ilha da Sapucaia a Vila Residencial da UFRJ**

### **3.1. A construção da Ponte Rio-Niterói**

No mesmo ânimo desenvolvimentista que marcaria a inauguração da Cidade Universitária pelo general Emílio Garrastazu Médici, o governo do então marechal Arthur da Costa e Silva publicou, em agosto de 1968, edital de concorrência para a execução do projeto idealizado pelo ministro Mário Andreazza de construção de uma ponte entre os municípios de Rio de Janeiro e Niterói, concretizando uma idéia já bastante antiga<sup>68</sup>.

Para implementar a obra que se tornaria “um marco do progresso na arte de construir” (Pfeil, 1975), unindo a BR101 desde o Estado do Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte ao longo de 4.551,4 km, o Ministério dos Transportes realizou empréstimo com bancos britânicos, firmando o contrato, em dezembro daquele ano, entre o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) e o Consórcio Construtor Rio-Niterói (CCRN).

Dada a grandiosidade da obra, foram instalados, em janeiro de 1969, seis canteiros em pontos considerados estratégicos da região, que foram assim designados: canteiro do Mar, Ilha do Caju, Ilha da Conceição, acesso Niterói, acesso Rio de Janeiro e Ilha do Fundão. Enquanto a instalação do canteiro de obras no Caju resultou na extinção do Centro de Habitação Provisória (CHP) nº 2, transferindo seus moradores, que para ali já tinham sido removidos de outras favelas, para outros CHP's da cidade (Trindade, 2006: 78)<sup>69</sup>, o canteiro da Ilha do Fundão foi constituído por meio de uma

---

<sup>68</sup> No final do século XIX, já havia a pretensão de se construir uma ligação entre as duas cidades, por ponte ou túnel ferroviário. Na época, a travessia da Baía da Guanabara por barcos ou qualquer outro veículo de flutuação como transporte comercial era mais rápida, mas menos segura do que a estrada de mais de 100 km que a contornava, via Magé, até Duque de Caxias. Apenas em 1965, entretanto, baseado no parecer técnico apresentado por um Grupo de Trabalho, o governo federal optou por fazer a ligação entre Rio de Janeiro e Niterói por meio de uma ponte, partindo da Ponta do Caju, na Avenida Francisco Bicalho, até desembocar na confluência das Avenidas Feliciano Sodré e do Contorno. Coube à Comissão Executiva da Ponte Rio-Niterói coordenar os estudos de sua viabilidade técnica e econômica e solicitar, em maio de 1966, o fornecimento de anteprojeto.

<sup>69</sup> Com a extinção do CHP do Caju, grande parte de seus moradores foram transferidos para o CHP de Paciência, na Zona Oeste da cidade, e para o CHP de Manguinhos, que passou a ser o de nº 2. Sobre a política iniciada ainda nos 1940 pelo prefeito Henrique Dodsworth, visando transferir provisoriamente a

cessão pela UFRJ do terreno de 300.000m<sup>2</sup> situado no extremo sul da Cidade Universitária, até então não ocupado pela universidade dadas as suas condições geológicas. O interesse do consórcio pela área devia-se à sua localização privilegiada quanto à proximidade com a região do Caju, à facilidade de transporte marítimo de equipamentos e materiais e ao tamanho do terreno disponível.

Uma vez cedido o terreno, foram ali construídos: escritórios da administração central, instalações de apoio, carpintaria, pátio de armação de terros, pátio de agregados, fábrica de camisas metálicas para os tubulões, fábrica de aduelas, fábrica de saias para blocos de fundação, oficinas de manutenção geral, fábrica de estrutura metálica, almoxarifado e pátio de recebimento de materiais. Tendo em vista o grande contingente de operários envolvidos na obra, que no momento de pique chegou a ter cerca de treze mil homens empregados durante um ano, instalou-se também em uma parte do canteiro um complexo de unidades residenciais e serviços de apoio capaz de assistir os trabalhadores e seus familiares. Criou-se, assim, uma “pequena cidade” (RODAGEM, BRASIL, s/d), que englobava, além dos serviços técnicos, 180 residências familiares e individuais, um refeitório, um mercado, uma escola e uma praça de esportes.



Foto aérea do canteiro de obras, com a ponte construída ao fundo. Fonte: RODAGEM, BRASIL, s/d.

---

população favelada para parques proletários situados nas proximidades, enquanto o governo urbanizasse as favelas (o que de fato nunca ocorreu, fazendo com que muitos dos CHP's se tornassem posteriormente novas favelas), consultar, além de Trindade (2006), os estudos de Perlman (1977), Valladares (1978), Valla (1986), Simões (2008) e Gonçalves (2010).



À esquerda, a quadra de esportes. À direita, o refeitório. Fonte: RODAGEM, BRASIL, s/d.

Embora todos os alojamentos fossem construídos de madeira, havia diferentes padrões construtivos distribuídos pela área residencial do canteiro. Segundo relatam antigos operários, na área mais próxima à baía, ao fundo, encontravam-se as moradias das famílias dos encarregados, sendo estas as maiores residências, com três ou quatro quartos, sala, cozinha, banheiro, varanda e garagem. Mais ao centro do terreno, distribuídas em pequenas quadras regulares, encontravam-se as residências para as famílias dos operários, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro e uma pequena varanda, sendo aquelas localizadas nas esquinas, de tamanho um pouco maior. Mais à frente, encontravam-se as residências coletivas destinadas aos operários solteiros e, próximo à guarita de acesso do canteiro, as residências individuais, menores e mais simples. Para os engenheiros e técnicos que necessitavam residir com suas famílias em local próximo à obra, foi instalada uma vila residencial, com dependências para lazer, em área da antiga Ilha do Bom Jesus, vinculada ao canteiro principal. Os tipos e locais de moradia variavam, portanto, conforme os cargos e a situação social dos seus ocupantes, o que não ocorria, contudo, em relação aos estabelecimentos existentes para uso comum, como a escola e o mercado. Uma guarita localizada na entrada do canteiro garantia o controle e a segurança dos equipamentos e dos moradores dessa “pequena cidade operária” constituída dentro de uma outra cidade (a universitária), sem ter nenhuma relação formal com esta, senão o fato de ocuparem a mesma ilha e serem ambas resultado de ambiciosos projetos nacionais.

Pouco mais de dois anos depois do contrato firmado pelo DNER, o governo federal, visando agilizar a conclusão da obra, declarou como sendo de utilidade pública as ações do CCRN, bem como os equipamentos e materiais empregados nos trabalhos da ponte. Em abril de 1971, determinou a transformação do consórcio em empresa pública, designando-a Empresa de Construção e Exploração da Ponte Presidente Costa e Silva S.A (ECEX), à qual ficariam subordinadas as firmas encarregadas do projeto e construção da ponte, além das empresas brasileiras e estrangeiras contratadas para executar tarefas especiais<sup>70</sup>.

Após trinta e nove meses, a Ponte Rio-Niterói, como ficou conhecida, foi inaugurada no dia 4 de março de 1974, com a extensão total de 13,29km, dos quais 8,83km sobre a Baía da Guanabara. No ano em que foi concluída, era considerada a segunda maior ponte do mundo, perdendo apenas para a Causeway do lago Pontchartrain, nos EUA, ficando nesta posição até 1985. Como parte da Rodovia Translitorânea, tornou-se uma das mais importantes vias de ligação entre a capital e a região metropolitana do Rio de Janeiro, passando em 1995 a ser administrada pela iniciativa privada, o Consórcio Ponte S.A.

Com o término da obra, os canteiros passaram a ser desativados. A ECEX teria, porém, descumprido diversas vezes o prazo dado pela UFRJ para a desocupação total do terreno na Ilha do Fundão. A dificuldade residia no fato de que uma parcela significativa dos seus ex-operários resistia em desocupar os alojamentos, alegando não terem para onde ir. Segundo matéria do *Jornal do Brasil*<sup>71</sup> de fevereiro de 1978, das 180 residências 60 ainda estavam nesse momento ocupadas pelos ex-operários da empresa. A ECEX, cuja sede já havia se mudado para um prédio no bairro do Rio Comprido, demandaria aos seus ex-operários até março daquele ano a desocupação definitiva dos alojamentos, sob a ameaça de ter que começar a pagar aluguel à universidade pelo uso da área.

Enquanto alguns alojamentos ainda estavam sendo desocupados, as demais instalações construídas pela ECEX no local foram sendo cedidas, junto à devolução do

---

<sup>70</sup> Em outubro de 1973, a ECEX teve seus objetivos ampliados à construção e exploração de obras rodoviárias especiais e à prestação de toda a forma de assistência em assuntos técnicos a entidades públicas e privadas, podendo, ainda, realizar projetos, construir e supervisionar a execução de obras de grande porte, no país ou no exterior. Com a redefinição de sua finalidade, passou a denominar-se Empresa de Engenharia e Construção de Obras Especiais.

<sup>71</sup> Ececx só desocupa o terreno da UFRJ em março e pode ficar se pagar aluguel (1978). *Jornal do Brasil*, Caderno Cidade/Estado, 02 de fevereiro, p.5.

terreno, para a UFRJ. A universidade, que por sua vez já tinha nesse momento várias de suas unidades funcionando, decidiu criar ali um novo complexo residencial, desta vez voltado aos seus funcionários. Mais do que um projeto institucional, concebido a partir de análise da demanda e da infraestrutura necessária, o processo de ocupação dessa área comandado pela UFRJ foi, todavia, fruto da tentativa de se resolver, de forma emergencial, um problema que não havia sido previsto na concepção do projeto da Cidade Universitária, utilizando os antigos alojamentos da ECEX para concentrar todos os seus funcionários que ainda residiam em casas dispersas pelo novo *campus*<sup>72</sup>. Esse era o caso, por exemplo, dos funcionários do ETU que ainda residiam nos alojamentos funcionais construídos próximos a uma das guaritas de acesso ao *campus*, mas também dos habitantes das antigas ilhas do arquipélago que passaram a trabalhar como operários nas obras de construção da Cidade Universitária e foram posteriormente incorporados ao seu corpo técnico e administrativo.

### **3.2. O surgimento da Vila Residencial da UFRJ**

De modo geral, pode-se dizer que o novo processo de ocupação dessa área ocorreu basicamente em três momentos, ainda que a distinção entre eles se dê mais em termos analíticos do que de um planejamento propriamente dito por parte da Prefeitura da UFRJ. Nesse sentido, é importante ressaltar que a descrição que aqui efetuo entre os que chegaram *antes* e os que chegaram *depois* no local não se refere tanto a uma seqüência temporal, mas a uma representação coletiva acerca de categorias distintas de moradores que passaram a ocupar a localidade, justificando, com isso, muitas das características que ela hoje possui.

#### **3.2.1. Os primeiros moradores**

Esse primeiro momento ocorreu por volta de 1975, quando a Prefeitura da UFRJ propôs que cada família “da guarita”, como era chamada a pequena vila de funcionários do ETU, e das áreas contíguas escolhesse uma das residências de madeira construídas

---

<sup>72</sup> Cabe reforçar que o projeto da Cidade Universitária contemplou na zona residencial do *campus* apenas alunos e professores.

pela ECEX na área do antigo vazadouro. A justificativa para a ação era que aquelas residências onde viviam seriam demolidas, já que o local seria destinado a outros fins, dentre os quais a construção da via expressa RJ-071, conhecida atualmente como Linha Vermelha, ligando o Rio de Janeiro à Baixada Fluminense<sup>73</sup>.

Ainda que a contragosto, famílias como a do mestre de obras Oswaldo da Fonseca Almeida e a do chefe de portaria José Ramos da Silva foram assim transferidas para os antigos alojamentos da ECEX, enquanto outras preferiram, na ocasião, mudar-se para outras regiões da cidade.

Como relata o filho do primeiro, **Oswaldo José da Fonseca Almeida**, mais conhecido como Zeca, havia, no entanto, uma “hierarquia” na sequência das famílias transferidas que habitavam a Ilha do Fundão. Antes de chegar na Cidade Universitária, seu pai, que era de origem italiana, vivia com a família no município de Paraíba do Sul, a 148km da capital, onde trabalhava numa fazenda como funcionário da Fundação da Casa Popular. À convite do engenheiro Lineu Câmara Leal, do antigo DASP, mudou-se, no final dos anos 1940, para o Rio de Janeiro exclusivamente para trabalhar como mestre de obras na construção da Cidade Universitária. Como destaca Zeca a relação entre os dois, “era o doutor Lineu quem mandava e desmandava. Abaixo dele, era o meu pai”. Com o respaldo do engenheiro do DASP, de quem Oswaldo era amigo, trouxe alguns de seus companheiros de Paraíba do Sul para também trabalharem na universidade, como o chefe da guarda José Paulino e o chefe de portaria José Ramos da Silva, trazendo em seguida para morar consigo no canteiro de obras sua esposa, dona Julinha, e os três filhos ainda crianças, Norimar, Rui e Zeca.

A residência construída pelo ETU onde morava com a família era, segundo as lembranças de Zeca, “uma mansão”, com três quartos, sala, varanda, cozinha e banheiro. O conforto e a tranquilidade que parecia reinar na residência da sua família e dos demais encarregados da obra não eram, porém, os mesmos dos “barracões” coletivos nos quais viviam os operários nordestinos, onde os casos de alcoolismo e agressões físicas eram frequentes<sup>74</sup>. Ao longo do tempo, conforme os filhos de Oswaldo

---

<sup>73</sup> Embora a rodovia somente tenha sido construída efetivamente, pelo Governo do Estado, no início dos anos 1990, o projeto foi apresentado pela primeira vez em 1965, baseado na proposta do arquiteto grego Constantino Doxiádis. Desde fevereiro de 2007, a rodovia é administrada pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

<sup>74</sup> Segundo o relato de Zeca, a construção do campo de futebol proposta pelo engenheiro Pedro Veiga para

foram casando, a família foi ampliando o espaço com a construção de “puxadinhos”, com o consentimento do ETU<sup>75</sup>.



Casa da família de Oswaldo. Foto: Arquivo pessoal de Ary da Rocha Tristão, s/d.

Quando seu pai completou “15 anos de universidade”, o diretor do ETU, Hélio Ferreira Pereira, e o engenheiro residente, Helmuth Gustavo Treitler, convidaram-o para mudar-se para a Ilha das Cabras. Aceitando a proposta, Oswaldo transferiu-se com sua família para a casa onde antes residia o chefe de garagem Renato Cambiaso e sua esposa Míria. Além da família de Oswaldo foram transferidas também para esta ilha as famílias do fiscal de guarda Ary da Rocha Tristão e do motorista Íris Firmino da Costa. Descrito por Zeca como “uma fazenda urbana”, o estilo de vida local remetia-lhe à sua vida anterior em Paraíba do Sul, destacando a convivência, quando criança, com os diversos animais que sua mãe criava na ilha (galinhas, porco, marreco, cavalo, papagaio, cachorros). Ressaltando as boas lembranças desse período de sua vida, Zeca relata: “Lá que eu fiz meu pé de meia, lá que eu plantei a minha árvore. Era um paraíso, você não imagina...”.

---

promover o convívio social entre os operários e a consequente organização de times e campeonatos “acabou com as confusões”.

<sup>75</sup> Segundo informou o engenheiro Helmuth Gustavo Treitler em entrevista, todos os moradores da vila do ETU tinham, porém, uma “ficha” na qual eram registradas todas as ocorrências relativas aos imóveis e solicitações das famílias, inclusive quanto ao recebimento de visitas de parentes e amigos durante o período de férias.

Em 1975 sua família foi novamente transferida, desta vez para a área do antigo canteiro da ECEX. Antes da transferência, Zeca e os demais filhos de Oswaldo já haviam se mudado com suas respectivas esposas para outros bairros da cidade por motivos pessoais e profissionais. Segundo Zeca, os primeiros a serem transferidos para a área do antigo canteiro foram os funcionários que ocupavam cargos de maior *status* na universidade, como seu pai, que tiveram assim o privilégio de escolher as casas que mais lhes agradassem.

A mudança dos pais de Zeca do “paraíso” para os “barracões” foi acompanhada da promessa verbal do prefeito de que a UFRJ se responsabilizaria por toda a infraestrutura necessária (água, esgoto, energia elétrica, pavimentação, etc) para garantir a qualidade de vida dos seus funcionários no local. Embora a nova residência fosse descrita por Zeca como “muito bonita”, seu discurso denuncia o desapontamento de sua família, ao constatar que “o que eles ofereceram, não cumpriram”. E foi sem ver essa promessa cumprida que seus pais faleceram na mesma residência à época escolhida por eles: Oswaldo em 1987, aos 60 anos, e dona Julinha em 2009, aos 92 anos.

Assim como Oswaldo, todos os filhos ingressaram na UFRJ. Apaixonado por esporte, Zeca, além de ter trabalhado como técnico administrativo na Reitoria, atuou por vinte anos como professor de educação física na Marinha. Mesmo aposentado, dirige-se semanalmente ao *campus* da Ilha do Fundão, onde não perde nenhuma das partidas de futebol realizadas toda quarta-feira no campo da Prefeitura - exatamente onde morou - sendo inclusive membro da comissão organizadora do campeonato interno de futebol dos funcionários da UFRJ, existente desde 1964. Sobre a importância do local onde, além de praticar esporte, encontra seus velhos amigos da universidade, Zeca enuncia: “eu estou aqui porque tenho amor a isso aqui. Aqui eu aprendi a ser homem”.

Com a mesma expectativa da família de Oswaldo, a família de José Ramos da Silva também foi transferida pela Prefeitura da UFRJ para a área do antigo canteiro.

Conforme nos conta sua ex-esposa, dona **Alvelina de Paula Rosa**, o casal chegou na Cidade Universitária na década de 1960, trazendo de Paraíba do Sul também suas três filhas (Sebastiana, 8 anos, Maria Teresa, 1 ano e 6 meses, e Maria das Graças, 6 meses), além de Rosa (9 anos), filha do primeiro casamento de Alvelina, que a deixou,

ainda jovem, viúva. Além das filhas, “trouxe apenas uma trouxa de roupa e uma trouxa de panelas”, ela nos conta.

Vivendo na vila do ETU, o casal teve, ao longo dos anos, mais nove filhos: Maria Benedita, Maria de Fátima, José Carlos, Maria Cristina, Maria Regina, Júlio César, Marco Antônio, Maria Lúcia e Paulo Roberto. Para ajudar nas despesas da família, dona Alvelina lavava roupas para os engenheiros e operários da universidade e servia “quentinhas” na pensão improvisada em sua casa – a maior das pensões existentes no futuro *campus*, segundo ela, que atendia soldados do quartel militar da Ilha do Bom Jesus, operários da ECEX, professores, funcionários e estudantes da UFRJ<sup>76</sup>. Sobre a infância vivida na Cidade Universitária, seu filho Marco Antônio rememora: “as casas eram maravilhosas, a gente pescava no Canal do Cunha... Quando a lua mudava, os camarões vinham para a beira da praia e a gente pegava com as mãos...”.

Quando o casal se separou, em 1968, José Ramos mudou-se para Nova Iguaçu, onde tinha uma “outra família”, e dona Alvelina passou a criar sozinha os filhos na Cidade Universitária, até ser transferida, por volta de 1975, pela Prefeitura da UFRJ para a área do antigo vazadouro. Segundo dona Alvelina, “disseram que a Linha Vermelha iria passar ali e que a gente tinha que sair”. Com suas filhas mais velhas, Rosa e Sebastiana, já casadas e morando com suas respectivas famílias na favela de Nova Holanda e na Ilha do Governador, dona Alvelina escolheu uma das residências nos fundos do antigo canteiro da ECEX para viver com seus outros onze filhos – “um barraco de madeira meio depredado, mas grande, com quatro quartos”. Além do tamanho, contou na escolha da residência o fato de ser em esquina e ter, em sua frente, uma exuberante mangueira, preservada por ela até hoje. Para o filho Marco Antônio, o local, com muitos dos antigos alojamentos ainda vazios, tinha o aspecto de uma “cidade fantasma”. Para ele, que começou a trabalhar aos 13 anos como office-boy no centro da cidade, a inexistência de transporte eficiente tornava a viagem entre a casa e o trabalho “a coisa mais difícil do mundo”.

Na década de 1980, dona Alvelina começou a trabalhar como auxiliar de limpeza na UFRJ, onde depois também foi conseguindo inserir muitos de seus filhos. Em 1988, seu ex-marido José Ramos faleceu, aos 67 anos, de um acidente vascular

---

<sup>76</sup> Sua amiga Juraci, esposa do motorista Paulino, por exemplo, também tinha uma pensão na vila do ETU e, tal como dona Alvelina, ainda mora na Vila Residencial.

cerebral. Desde então, dona Alvelina, hoje com 85 anos, mora exatamente no mesmo local, o qual tem muito apreço por ser “sossegado e tranquilo”<sup>77</sup>. O antigo “barraco”, entretanto, já não preserva mais a estrutura anterior. Com o passar dos anos, a madeira foi apodrecendo e a residência teve que ser reconstruída em alvenaria pelos filhos. Aos poucos, o terreno foi sendo ainda dividido de forma a abrigar, com entradas independentes, os diversos núcleos familiares que foram surgindo com o crescimento dos filhos e netos.

Entre os anos de 1975 e 1978, outras famílias de funcionários, além das de Oswaldo e Alvelina, passaram a se mudar também para essa área, como alguns operários dos “barracões” do ETUB que já haviam se fixado no local com suas respectivas famílias e ex-habitantes das ilhas que foram aterradas durante a construção da Cidade Universitária.

Entre os operários do ETUB, podemos citar o caso de **Antônio Pereira da Silva**, mais conhecido como Tuniquinho. Nascido em Campina Grande, Tuniquinho começou a trabalhar, ainda criança, na agricultura até migrar, aos 14 anos, com mais dois amigos para o Rio de Janeiro, que naquele momento “precisava de muita mão-de-obra”. Ao chegar na capital em agosto de 1954, ficou hospedado no apartamento onde viviam sua tia e o marido dela, que era porteiro de um prédio no bairro da Lagoa. Como o espaço da residência era pequeno, um colega também paraibano lhe “arrumou um lugar” em um dos barracões dos operários das obras da Cidade Universitária.

Compartilhando com os operários um dos quartos coletivos, Tuniquinho começou a fazer informalmente pequenos serviços para o ETUB, transformando-se em um tipo de *boy* que “fazia tudo que precisasse”. Com o apoio dos operários e técnicos, o adolescente foi sendo assim incorporado ao cotidiano do canteiro de obras. O porteiro José Ramos e sua esposa, dona Alvelina, que lavava as roupas dele, foram alguns dos que o acolheram e dos quais Tuniquinho guarda boas lembranças. A “inveja” que sentia ao ver os operários lendo jornais em suas horas de folga despertou seu interesse pela escola, onde então se alfabetizou e concluiu o ensino médio. Aos 15 anos, passou a trabalhar para o ETUB como servente, cargo que passou a exercer por vários anos

---

<sup>77</sup> Essa aparente redundância de termos reforça, como veremos no próximo capítulo, a representação positiva que grande parte dos atuais moradores possuem da localidade.

seguidos. Como o salário era baixo, passou depois a trabalhar paralelamente como servente em uma sala de cinema na Praça Mahatma Gandhi, onde aproveitava para assistir os filmes e conhecer melhor o centro da cidade. Quando foi alocado para trabalhar como auxiliar da equipe de topógrafos do ETUB, teve seu momento de “mordomia”, despertando ainda seu interesse em fazer o curso de topografia na Faculdade de Engenharia.

Com as mudanças políticas e administrativas ocorridas nos anos 1960<sup>78</sup>, os operários, preocupados com a sua situação trabalhista, enviaram um representante à nova capital para descobrir “o que era exatamente o ETU”. Ao constatar que eram funcionários públicos federais, houve, segundo Tuniquinho, “uma transformação” entre os operários, visto que “ninguém mais podia ser demitido”. Com a situação funcional mais estável, Tuniquinho casou-se, em 1970, com Glória, um jovem que conheceu em um jogo da Copa do Mundo no estádio do Maracanã. Para constituir sua família, obteve do “doutor Helmuth” uma residência na vila do ETU, onde teve então seu primeiro filho, Flávio.

Após tantos anos de convivência, mesmo sendo transferido para outros setores da universidade, Tuniquinho nunca deixou de manter amizade com os engenheiros Helmuth Gustavo Treitler e Hélio Ferreira Pereira (antigo diretor do ETU), com os quais eventualmente se reúne para “lembrar os velhos tempos”. Como muitos desses antigos moradores da localidade, grande parte dessas lembranças estão relacionadas à sua vida laborativa na universidade<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> Particularmente, destaca-se aqui a transferência da capital do país para Brasília, em 1960, e a transformação da Universidade do Brasil em Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1965.

<sup>79</sup> Ao dedicar-se à análise das lembranças de velhos, Bosi (1994) evidencia a estreita relação entre memória e trabalho, mostrando que a função laboral que desempenharam durante grande parte de suas vidas é revertida, na velhice, para a função social de lembrar e contar para os outros a sua história.



Da esquerda para direita, o engenheiro Arlindo, o chefe de almoxarifado Paulo Jardim (falecido), Tuniquinho, o engenheiro Hélio Ferreira Pereira, o arquiteto Pedro Albuquerque, o engenheiro Helmuth Gustavo Treitler e o topógrafo Carlos num dos encontros de final de ano.  
Foto: Arquivo pessoal de Antônio Pereira da Silva, 2006.

Além de servente e auxiliar de topografia, Tuniquinho trabalhou, na UFRJ, como administrador do alojamento estudantil, sendo este, para ele, o período mais difícil de sua carreira. Na residência da família anexa ao alojamento, o casal teve seu segundo filho (Leonardo). Como o salário ainda era insuficiente para suprir as despesas familiares, o casal vendia cosméticos da Avon a estudantes, professores e funcionários. Quando o prefeito Lúcio Gonçalves nomeou sua secretária para dividir a administração do alojamento, Tuniquinho passou a ter que enfrentar, não apenas as dificuldades já recorrentes ao lidar com os estudantes, mas também a disputa de comando com a nova administradora, instaurando no local um clima de “guerra”, que só terminou quando ele foi convidado por um professor para trabalhar na Divisão de Diplomas da UFRJ.

Em 1978, Tuniquinho soube que estavam “invadindo” os antigos alojamentos da ECEX e resolveu ir também com sua família para lá. Diferentemente dos demais funcionários, entretanto, sua família mudou-se espontaneamente para o local, deixando para trás a residência a que tinham direito no alojamento. Como Tuniquinho resume sua mudança: “vim pra cá no peito!”. Durante o primeiro ano, seus filhos ainda puderam estudar na Escola Rio-Niterói, enquanto todos os demais equipamentos da ECEX desapareciam da paisagem. Cinco anos depois de sua chegada na vila, local que Tuniquinho define hoje como “um pedacinho do céu”, o casal teve sua primeira filha, Fernanda.

Em relação aos antigos ilhéus, cujo número de funcionários transferidos foi muito mais expressivo, relato aqui os casos de três famílias.

O primeiro caso refere-se à família dos irmãos **Rubem e Manuel Arnóbio Lopes Vianna**, ambos oriundos da Ilha do Catalão, uma das mais habitadas do extinto arquipélago. Da forma como é narrada a história dessa família por seus descendentes hoje presentes na Vila Residencial, é preciso remontar ao final do século XIX para compreendermos sua autorreferência como “herdeiros do Catalão”. Nessa época, vivia num casarão datado de 1887 a família de Antonio Mariano Escobar e Mariana Perpétua de Medeiros Escobar, composta pelos filhos: Flávio, José, Alberto, Juca, Ventura, Clotilde e Adelaide. Essa família era, segundo o relato dos seus descendentes, “a dona da ilha”.

Com o falecimento do pai, apenas Flávio, Ventura, Clotilde e Adelaide permaneceram vivendo na ilha ainda por muitos anos com a mãe. Jovens, Clotilde e Adelaide casaram-se, respectivamente, com o mecânico Ernani de Oliveira e o dono de padaria José Maria da Silva Graça, mas apenas Adelaide chegou a ter filhos. Em 1922, faleceu também na ilha dona Mariana e, dez anos depois, seu filho Flávio.

Clotilde era prima de Arminda Rita de Jesus, mãe de Lydia Pereira Vianna. Ao casar-se com o barbeiro Manoel Lopes Vianna, Lydia teve, na década de 1930, quatro filhos: Lindomar, Rubem, Adalgiza e Manoel Arnóbio. Com exceção da filha mais velha, que foi, desde pequena, criada pela tia materna Beatriz Pereira, todos os demais também passaram a viver grande parte de suas vidas na Ilha do Catalão, na companhia de Clotilde, Ventura e Adelaide, cuja filha Nadir passou a ser, aliás, a filha de Lydia.



Lydia e Clotilde na Ilha do Catalão. Foto: Arquivo pessoal da família Vianna, s/d.

Sem energia elétrica ou qualquer infraestrutura urbana, os moradores tinham um estilo de vida simples, sobrevivendo basicamente da pesca e de pequenas plantações. A condição de insularidade do local de moradia não constituía, porém, num isolamento das atividades sociais e econômicas da região, visto que freqüentavam tanto as demais ilhas do arquipélago, como a Ilha do Bom Jesus, onde realizavam os batizados e cerimônias de primeira comunhão dos filhos na centenária igreja católica, quanto os bairros próximos situados no continente, como Olaria e Engenho da Pedra, para onde os moradores se dirigiam de barco para buscar água potável, comprar pão fresco e outros mantimentos básicos (arroz, feijão, etc.). Para garantir a renda familiar, diversos tipos de peixes (garopa, robalo, badejo, camarão, etc.) e frutas (caju, côco, jabuticaba, manga, etc) abundantes na ilha eram, ainda, vendidos na Praia de Ramos. A catação de objetos valiosos no aterro sanitário existente na Ilha da Sapucaia também constituía uma fonte de renda complementar. Muitos anéis e cordões de ouro foram por eles encontrados, inclusive “moedas do tempo da Princesa Isabel”, entre os detritos trazidos do antigo bairro imperial de São Cristóvão, descreve seu Arnóbio, que costumava guardar os objetos que mais despertavam sua curiosidade, como vidros de medicamentos e um pote de cerâmica de caneta tinteiro.

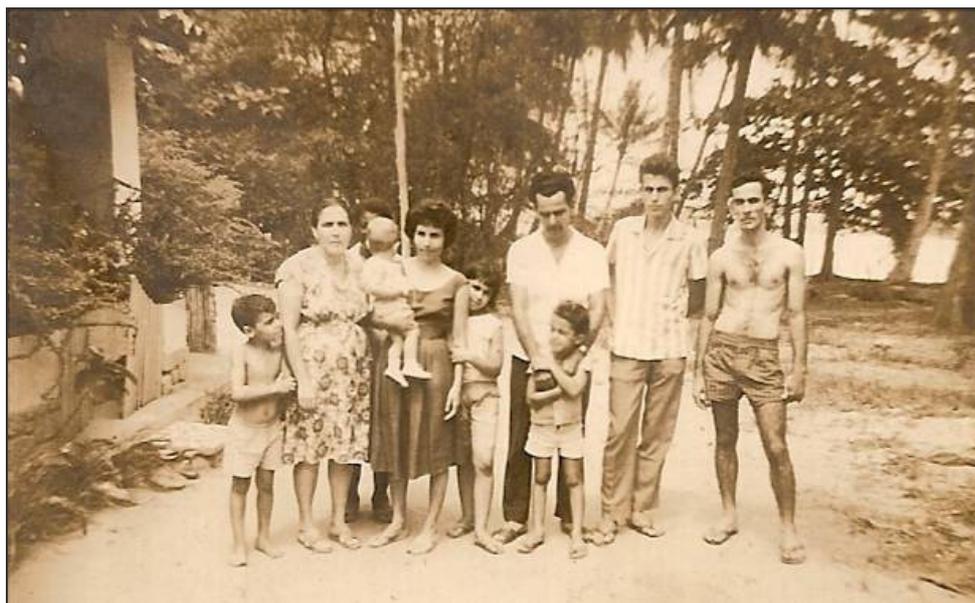
Nos anos 1940, quando a ilha foi arrendada ao senhor Luiz Felipe de Souza Sampaio, conhecido como “doutor Sampaio”, que na parte sul construiu um balneário<sup>80</sup>, Rubem, Adalgiza e Arnóbio mudaram-se, ainda crianças, para uma casa na Rua André de Azevedo, em Olaria, onde passaram a viver com a mãe e os “tios” Clotilde e Ventura. Lydia, que já tinha ficado viúva, teve um rápido relacionamento com outro homem, com quem teve uma terceira filha, Marlene. Dadas as dificuldades financeiras da família, a menina foi adotada, ainda bebê, por uma amiga da família, Glória Alvadia de Sant’anna, que acabou por afastá-la do convívio com os irmãos biológicos.

Dois anos depois, Lydia casou-se com o agricultor Manoel Rodrigues Ferreira, mudando-se apenas com Arnóbio para uma propriedade rural em Cabuçu, onde teve mais um filho, Baltazar. Com o fim da Segunda Guerra, em 1945, Rubem e Adalgiza retornaram para a Ilha do Catalão com Clotilde. Desse segundo casamento da mãe, Arnóbio não guarda, entretanto, lembranças felizes por causa do alcoolismo e agressividade do padrasto, o que levou Lydia a se divorciar, juntando-se aos demais filhos na ilha.

Com o falecimento de Lydia, seus filhos ficaram vivendo na ilha sob os cuidados de Clotilde, a quem carinhosamente chamavam de “dona Sinhá”. Diferentemente da mãe, que era analfabeta, Rubem e Arnóbio puderam, com o incentivo de dona Sinhá, completar o ensino fundamental em uma escola no bairro de Engenho da Pedra.

---

<sup>80</sup> Cabe dizer que, já no início do século XX, a região da Ilha do Governador se constituía como um atraente balneário para a classe média da cidade do Rio de Janeiro.



Da esquerda para a direita, Sidney (neto de Olga), dona Olga (irmã de Alfredo), Adalgiza (com o sobrinho Wagner, filho de Rubem, no colo), Vera (neta de Olga), Alfredo (esposo de Adalgiza, abraçando seu filho Sérgio), Baltazar e Manuel Arnóbio. Foto: Arquivo pessoal da família, 1963.

Em 1950, quando as ilhas começavam a ser aterradas para a construção da Cidade Universitária, viviam na Ilha do Catalão, além de dona Sinhá, Adelaide e Ventura, os membros da família Vianna e outras poucas famílias que foram se instalando no local, trazidas pelos parentes ou pelos próprios herdeiros, como é o caso da família de Milton Francisco de Mendonça, conhecido pelo apelido de “Carioca”, que foi morar na ilha a partir de seu parentesco com Alfredo, marido de Adalgiza, de quem era primo ou, ainda, o caso da família do agricultor Antônio Medeiros de Lima, que, por intermédio de colegas da família Escobar, migrou de Petrópolis para trabalhar na colheita das frutas na ilha, onde acabou sendo acolhido por Ventura. Nessa época, todos os ilhéus foram beneficiados com a instalação de rede de água e energia elétrica pela então Universidade do Brasil. De acordo com o relato de Arnóbio, a mudança da geografia da região começou a ser por eles sentida com a ligação entre a Ilha do Catalão e a Ilha das Cabras, quando passaram a ter que desviar o percurso que faziam de barco até a Praia de Ramos, aumentando o tempo do trajeto em busca de água potável, até torná-lo finalmente dispensável.

Ao mesmo tempo em que as outras ilhas iam sendo aterradas, a União Federal movia a ação de desapropriação dos terrenos alodiais das ilhas do Baiacu, Cabras e Catalão, para complementação da área necessária à construção da Cidade Universitária,

com base no Decreto nº 27.495, de 1949, que as declarava como “de utilidade pública”. De acordo com o processo, havia, em dezembro de 1953, na parte norte da Ilha do Catalão, numa área de 24.687m<sup>2</sup> “quatro habitações de construção rústica, tipo residencial”, com medidas que variavam entre 41m<sup>2</sup> a 88m<sup>2</sup>, além de “muros e viveiros de peixe e poços para água pluviais”, de propriedade de Clotilde Escobar de Oliveira e Adelaide Escobar da Graça<sup>81</sup>. Já na parte sul, numa área de 46.963m<sup>2</sup>, havia uma única construção, de propriedade do doutor Luiz Felipe de Souza Sampaio e sua esposa Karla<sup>82</sup>.

Conforme as obras de aterro avançavam, mais freqüentada passava a ser a ilha, atraindo novos moradores e visitantes, mudando completamente o cotidiano dos antigos habitantes. Para alguns, que sofriam as conseqüências da grande circulação de estranhos na ilha (barulho, sujeira, roubo de animais e objetos, etc.), morar ali deixava de ser um privilégio para se tornar um tormento. O impacto das obras na região não se dava, assim, apenas em relação à urbanização e à reapropriação do seu espaço, mas à mudança no próprio estilo de vida dos antigos ilhéus, que de pescadores e pequenos agricultores transformaram-se, ainda jovens, em operários da construção civil. Nessa época, muitos de seus moradores, como os irmãos Rubem e Arnóbio, foram incorporados, aos 20 e 14 anos respectivamente, pelo ETUB para trabalhar nas obras de aterro e construção dos primeiros prédios da universidade.

Algumas das famílias que migraram a partir de então para a ilha souberam ainda tirar proveito da grande circulação de pessoas promovida pelas obras da Cidade Universitária, como o auxiliar de enfermagem José Galvão de Barros, que, em 1962, havia deixado o bairro de Santa Teresa para morar na Ilha do Catalão, ocupando a casa que foi de Nadir, filha de Adelaide, e Delclécio, seu “amigo de copo”, para ficar mais próximo do posto de saúde do ETUB, onde trabalhava. Próximo à sua casa na ilha, atrás de um antigo muro de pedra – vestígios, segundo os moradores, de uma antiga senzala - ergueu um animado bar, que passou a ser freqüentado por funcionários e estudantes da

---

<sup>81</sup>Ventura, que era marítimo aposentado e solteiro, faleceu em 1952, em decorrência de um atropelamento.

<sup>82</sup> O processo nº 00.024.7665-7, indicava ainda a existência, na Ilha do Baiacu, de “seis habitações de um só pavimento de construção rústica, tipo residencial”, ocupadas por famílias de “pescadores e domésticas” e de propriedade de Rosalina de Andrade Simas, José Guerra Júnior, Aníbal Augusto Sacramento e Maria Cândida Sacramento, herdeiros de Manoel Ferreira Netto. Na Ilha das Cabras, indicava apenas a existência de um galpão utilizado como hangar de propriedade da empresa *Linne Aeree Transcontinentali* Italiana. De todas as famílias indenizadas pela desapropriação das três ilhas, apenas Adelaide não concordou à época com a quantia oferecida, o que fez com que o processo fosse arquivado e, décadas depois, reaberto pelos seus descendentes, mesmo após o seu falecimento.

universidade e até mesmo por jogadores da seleção brasileira de futebol da Copa de 1970, conforme relembra sua filha Sandra quarenta anos depois.



Carros estacionados no acesso ao bar do seu Galvão. Foto: Arquivo pessoal de Sandra Rosa Passos, s/d.

Nessa ilha em vias de desaparecer, Adalgiza, Rubem, Arnóbio e Baltazar cresceram e constituíram suas próprias famílias, em alguns casos com membros de outros núcleos familiares que também foram se estabelecendo no local. O intenso convívio social existente entre algumas famílias pode ser verificado pelos casamentos, permitindo-nos compreender porque os descendentes da família Vianna costumam dizer que, na Ilha do Catalão, era como se fosse “uma única família”. Enquanto Rubem casou-se com Conceição Jacinta, uma jovem criada em Olaria por uma prima da família, com quem passou a viver na ilha e teve dois filhos (Wagner e Wânia), Arnóbio casou-se com a irmã de Luísa (esposa de José Galvão de Barros), Lurdes, que vivia em São Paulo e o conheceu durante uma visita à família na ilha. Ao casar, Lurdes foi morar na ilha com Arnóbio, onde tiveram três filhos (Rogério, Roberto e Rosane). Já Baltazar casou-se com Maria Madalena, a filha mais velha de Luíza e José Galvão e, portanto, sobrinha de Lurdes, tendo se mudado em seguida para Olaria. Alguns moradores, como Sandra, a filha de José Galvão, chegaram ainda a se casar com estudantes da universidade que freqüentavam o local<sup>83</sup>. Com exceção dos núcleos familiares

---

<sup>83</sup> Como recorda Sandra, o bar de seu pai era o local mais próximo do alojamento estudantil e o único que servia refeições à noite. Quando a Prefeitura da UFRJ tentou proibir o funcionamento do bar, alguns

vinculados à família da dona Sinhá, que viviam em casas de alvenaria construídas a partir de divisões e “puxadinhos” realizados no antigo casarão colonial, a maioria dos outros moradores viviam em casas de alvenaria construídas individualmente, cujos terrenos eram divididos por pequenos muros ou cercas de madeira.

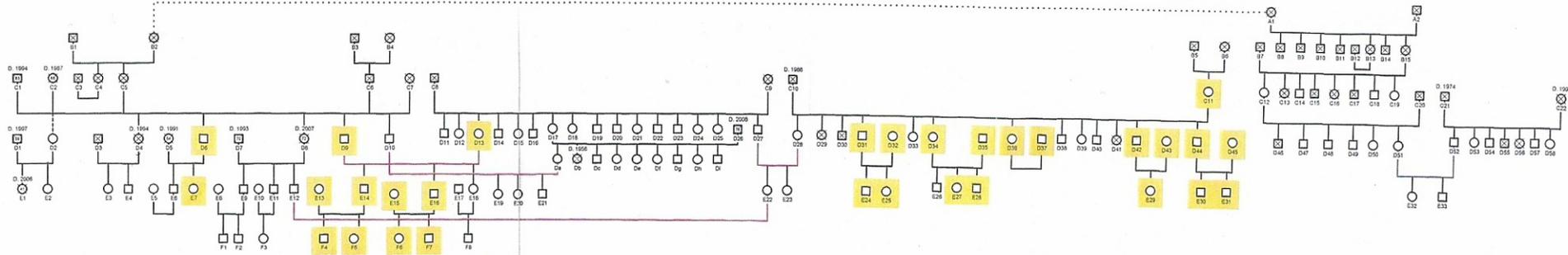
Apesar da ação de desapropriação da ilha ter sido movida pela União Federal no início dos anos 1950, apenas em 1978 o prefeito da então UFRJ, Cel. Lúcio Gonçalves, comunicou às famílias sobre a sua transferência para os alojamentos construídos pela ECEX. Ao todo, já moravam na ilha nesse momento quatorze famílias. A maioria delas, por já ter muitos de seus membros trabalhando na universidade, aceitou ser transferida para a área da antiga Ilha da Sapucaia, sendo suas residências anteriores demolidas. Outras preferiram migrar para outras regiões da cidade e outras assim o fizeram pouco depois de sua transferência para os alojamentos, como ocorreu com a família do senhor Galvão.

A genealogia apresentada a seguir ilustra, ainda que incompleta, a relação da família Escobar com a família Vianna (vínculo entre primas marcado pelo tracejado), assim como os casamentos entre membros da família Vianna com de outras famílias residentes na Ilha do Catalão, como a família Galvão de Barros e a família Mendonça<sup>84</sup> (grifo em vermelho), além de assinalar aqueles que foram transferidos e residem até hoje na Vila Residencial, incluindo, nesse caso, os filhos e netos ali nascidos (grifo em amarelo). Numa outra geração, ressaltamos ainda em azul o casamento da uma das netas de Adelaide, com um dos filhos da família Silva, oriunda da Ilha da Sapucaia. Curiosamente, o próprio prefeito da UFRJ à época, embora nunca tenha residido na Ilha do Catalão, também era ligado à família Escobar, sendo cunhado de Líbia, filha de Adelaide e, portanto, sobrinha de dona Sinhá.

---

estudantes argumentaram isso a seu favor, conseguindo mantê-lo aberto por mais tempo.

<sup>84</sup> A irmã de dona Ortista, esposa de Milton, também acabou casando com outro morador da ilha, conhecido pelo apelido de “Filé”.



**LEGENDA:**

A1 - Mariana Perpétua de Medeiros Escobar de Carvalho  
 A2 - Antônio Mariana Escobar de Carvalho  
 B1 - Ernesto Pereira Lago  
 B2 - Arminda Rota de Jesus  
 B3 - Justino Lopes Vianna  
 B4 - Veneranda Pereira de Jesus  
 B5 - Oscar Francisco da Silva  
 B6 - Gertrudes Maria da Conceição  
 B7 - José Maria da Silva Graça  
 B8 - Flávio  
 B9 - José  
 B10 - Alberto  
 B11 - Juca  
 B12 - Ernani de Oliveira  
 B13 - Clotilde Escobar de Oliveira  
 (Clotilde Mariana Escobar)

B14 - Ventura Mariana Escobar  
 B15 - Adelaide Escobar da Graça  
 (Adelaide Mariana Escobar)  
 C1 - Ayres Canuto de Sant'anna  
 C2 - Glória Aboadia de Sant'anna  
 C3 - Carlos  
 C4 - Beatriz Pereira  
 C5 - Lydya Pereira Vianna  
 C6 - Manoel Lopes Vianna  
 C7 - Manoel Rodrigues Ferreira  
 C8 - Antônio Bezerra da Silva  
 C9 - Firmiana Bezerra da Silva  
 C10 - Milton Francisco de Mendonça  
 C11 - Otília Francisca de Mendonça  
 C12 - Nadir  
 C13 - Líbia  
 C14 - Olívia

C15 - Isaac  
 C16 - Marilda  
 C17 - Edel  
 C18 - Termino  
 C19 - Laci  
 C20 - Deleclcio Miguel Gosselin  
 C21 - João Silva  
 C22 - Camilla Paula dos Santos Silva  
 D1 - Aylton Bezerra Montalvão  
 D2 - Marlene Sant'anna Montalvão  
 D3 - Eugénio  
 D4 - Lindomar Vianna  
 D5 - Conceição Jacinta Vianna  
 D6 - Rubem Lopes Vianna  
 D7 - Alfredo Fozmoura Paixão  
 D8 - Adalgim Vianna  
 D9 - Manoel Amábulo Lopes Vianna

D10 - Balthazar Viana  
 D11 - Severino Bezerra da Silva  
 D12 - Maria Bezerra da Silva  
 D13 - Luíza da Silva Vianna  
 D14 - Daniel Bezerra da Silva  
 D15 - Dêbora Bezerra  
 D16 - Moisés Bezerra da Silva  
 D17 - Luíza da Silva Barros  
 (Luíza Bezerra da Silva)  
 D18 - Gasimor Bezerra  
 D19 - Jesus Bezerra da Silva  
 D20 - Jessé Bezerra da Silva  
 D21 - Ivocete Bezerra da Silva  
 D22 - Sebastião Bezerra da Silva  
 D23 - Ivocete Bezerra da Silva  
 D24 - Marinete Bezerra da Silva  
 D25 - Edite Bezerra da Silva

D26 - José Galvão de Barros  
 D27 - João Bezerra da Silva  
 D28 - Maria da Graça Mendonça da Silva  
 D29 - Nair  
 D30 - Jorgino  
 D31 - Ailton  
 D32 - Leici  
 D33 - Lúcia  
 D34 - Jacilma  
 D35 - Anelindo  
 D36 - Carlos Francisco  
 D37 - Hilda  
 D38 - Nilton  
 D39 - Celma  
 D40 - Gilson  
 D41 - Nelma  
 D42 - Anilton

D43 - Rose  
 D44 - Alex  
 D45 - Adriana  
 D46 - Jorge  
 D47 - Luis  
 D48 - José Ricardo  
 D49 - Jaime  
 D50 - Elizabeth  
 D51 - Márcia  
 D52 - Mário Luís Tosta da Silva  
 D53 - Terezinha de Jesus Silva  
 D54 - João Batista  
 D55 - Luis  
 D56 - Jussara  
 D57 - Valdir  
 D58 - Vinícius  
 Da - Maria Madalena de Barros Vianna

D6 - Maria José Galvão de Barros  
 D6 - Gilberto Galvão de Barros  
 D6 - Sandra Rosa de Barros Passos  
 D6 - Delia de Barros Luz  
 D6 - Rita de Cláudia Galvão de Barros  
 D6 - Francisco Trizano Galvão de Barros  
 D6 - Maria de Fátima Barros Gallego  
 D6 - Jorge Galvão de Barros  
 D6 - Rosane Sant'anna Montalvão  
 E1 - Alessandra Sant'anna Montalvão  
 E3 - Andréia Vianna Torres  
 E4 - Maurício Vianna Torres  
 E5 - Rosa Suroco Vianna  
 E6 - Wagner Lopes Vianna  
 E7 - Wânia Lopes Vianna  
 E8 - Virgínia Maria Belchior Paixão  
 E9 - Sérgio Vianna Paixão

E10 - Crisliane Julianeili de Souza Paixão  
 E11 - Sandro Vianna Paixão  
 E12 - Selmo Vianna Paixão  
 E13 - Lillian Coelho Vianna  
 E14 - Rogério Lopes Vianna  
 E15 - Davie dos Santos Vianna  
 E16 - Roberto Lopes Vianna  
 E17 - Wilson Santos da Silva  
 E18 - Rosane Lopes Vianna  
 E19 - Lidia de Barros Viana de Albuquerque  
 E20 - Lilian de Barros Viana  
 E21 - Leonardo de Barros Viana  
 E22 - Telma da Silva Paixão  
 E23 - Deima Mendonça da Silva  
 E24 - Walsace  
 E25 - Cláudia

E26 - Alessandro  
 E27 - Alessandra  
 E28 - Antou  
 E29 - Fabiana  
 E30 - André  
 E31 - Arthur  
 E32 - Tiago  
 E33 - Viní  
 F1 - Thales Belchior Paixão  
 F2 - Victor Belchior Paixão  
 F3 - Juliana Julianeili de Souza Paixão  
 F4 - Daniel Victor Coelho Vianna  
 F5 - Daniella Coelho Vianna  
 F6 - Bruna dos Santos Vianna  
 F7 - Isaac dos Santos Vianna  
 F8 - Gabriel Viana da Silva

Dentre os ex-moradores da Ilha do Catalão que se estabeleceram na área do antigo canteiro da ECEX, Rubem e Conceição foram uns dos primeiros, em abril de 1978, a escolher a sua residência, na esquina das Ruas 2 e 9. Dada a proximidade com a antiga Ilha do Bom Jesus, seus filhos, Wagner e Wânia, continuaram estudando na Escola Tenente Antônio João. Já Arnóbio e Lurdes, que escolheram uma casa na antiga Rua 10, transferiram seus filhos para a Escola Rio-Niterói, que ainda funcionava no local. Assim como o casal, dois de seus filhos permanecem até hoje na localidade, tendo ali constituído suas respectivas famílias.

Apesar de terem fincado raízes, ao longo desses anos, na Vila Residencial, a transferência da Ilha do Catalão para os antigos alojamentos da ECEX é geralmente descrita pelos mais velhos com nostalgia, sobretudo ao constatarem que trocaram um “paraíso” por “nada”, pois, como diz Rubem, desde que chegaram nos alojamentos já havia o boato de que seriam novamente removidos dali. Uma exceção a esse respeito é o discurso de Lurdes, a esposa de Arnóbio, para quem a saída da ilha foi sentida como um alívio. Para essa pernambucana criada em São Paulo, a vida na Ilha do Catalão era de “muito sacrifício”: “Eu gostava para criar as crianças. Lá elas foram felizes. Pra mim, eu não gostava. Hoje gosto daqui”. Já para Wânia, que nasceu na ilha e chegou na Vila Residencial aos 11 anos de idade, a mudança para os antigos alojamentos evocava um sentimento misto de familiaridade e novidade, cuja memória se atualiza no modo como ela nos narra hoje esse processo:

Eu já conhecia a vila pois era e ainda é o trajeto do ônibus antes de passar na Escola Tenente Antônio João. Como vieram meus parentes e amiguinhos que moravam também na ilha, e ainda os conhecidos que moravam na ETUB, na portaria, como alguns chamavam na época, então virou festa, pois era bem reduzido o número de crianças da minha faixa etária no Catalão, e eu já conhecia alguns, pois eles também estudavam na Tenente, então não foi tão traumatizante a vinda para cá, e quase todos finais de semana íamos para a praia do Catalão, então não deu para sentir tanta falta. Nessa época que estávamos entrando na adolescência, aqui [na Vila] foi bem melhor, pois passamos a ter ônibus na porta e no Catalão tinha que andar um bom pedaço, praticamente até o alojamento, onde continua sendo o ponto final do ônibus da universidade, e nessa época já tava tendo algumas ocorrências desagradáveis na ilha, pois já tava vindo algumas pessoas que moravam em torno da Ilha do Fundão, ou seja, o Catalão já estava ficando conhecido. Encontramos aqui mercadinho, escola, parquinho, uma linha de ônibus que entrava aqui na Vila, o 911 da

Paranapan, Bonsucesso-Fundão, tinha algumas casas vazias, que a gente entrava nelas para brincar, claro escondido dos nossos pais [risos], não tínhamos problemas de água nem esgoto, as ruas eram cobertas com pedras britadas, tínhamos duas quadras de lazer, uma delas onde é a praça atual, era uma quadra de concreto, onde jogávamos vôlei e os meninos futebol, e ensaiávamos quadrilha para as festas juninas. Acho que para a maioria foi bem melhor, pois a vida de muitos na época era bem mais difícil. O ônibus não entrava na Ilha do Catalão e não tínhamos comércio. Para quem tinha criança, andava um bom pedaço e se chovesse era pura lama, embora aqui ainda não seja asfaltado, mas tem calçada para transitar.

O segundo caso é o da família de dona **Regina Maria Oliveira Avelino**, oriunda da Ilha do Bom Jesus. Filha caçula de uma parteira com um terceiro sargento, Regina nasceu no quartel em dezembro de 1943, sendo, como a maioria dos antigos ilhéus, batizada na centenária Igreja do Bom Jesus da Coluna. Antes dela nascer, seus pais já tinham seis filhos (Emília, Cecília, Luzia, Jurema, Jorge Maurício e Iracema), tendo a última falecido ainda aos 15 anos, afogada num acidente com a lancha que fazia o transporte entre a Ilha da Sapucaia e o Caju. Conforme os irmãos foram casando, foram migrando da Ilha do Bom Jesus para outras regiões da cidade, onde constituíram suas respectivas famílias. Após o falecimento do pai, Regina casou-se, aos 17 anos, com Natalício, um rapaz que havia conhecido num dos bailes realizados na antiga sede do ETUB. Como ele trabalhava como lanterneiro no setor de transportes da UFRJ, obtiveram da Prefeitura sua primeira moradia no *campus* - “um barraco de madeira, mas todo forrado por dentro” - à beira mar na área próxima ao quartel chamada por muitos de “prainha”. Nesse local, onde já residiam outras famílias de funcionários, o casal criou seus três filhos: Antônio José, Pedro Paulo e Carlos Henrique.

Depois de cerca de quinze anos residindo no local, a Prefeitura da UFRJ ordenou a transferência dos moradores para os antigos alojamentos da ECEX. Como a maioria deles, dona Regina escolheu então a nova moradia - “um barraco bonito, de tábua corrida, com quase dez cômodos” – onde passou a residir com sua família, sendo “a primeira a chegar” na antiga Rua 13 da Vila Residencial. Quase na mesma época, em 1978, dona Regina começou a trabalhar na UFRJ, levada por um sobrinho que já era funcionário. Ao longo do tempo, dona Regina divorciou-se e seus filhos casaram-se, mas, diferentemente de seus irmãos, mantiveram-se próximos a ela.

Como na maioria dos casos, o imóvel acompanhou as mudanças na organização familiar, sendo posteriormente dividido em duas residências independentes: à direita, uma residência de alvenaria de cinco cômodos onde residem dona Regina e o filho Carlos Henrique (atualmente separado da mulher); à esquerda, uma residência de madeira bastante apodrecida com uma pequena varanda (um dos raros vestígios da casa original construída pela ECEX ainda existentes) onde residem o filho Pedro Paulo e seus dois netos. O filho mais velho de Regina, “Toninho”, é o único que mora na Ilha do Governador; ainda que se dirija diariamente para a Ilha do Fundão para trabalhar na Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST) da UFRJ.

O terceiro caso é o da família de **Ary da Rocha Tristão**, oriunda da Ilha da Sapucaia. Assim como seus irmãos Valter, Diva e Juraci, Ary nasceu na ilha em agosto de 1928, filho do funcionário do Departamento de Limpeza Urbana Francisco da Rocha Tristão e da dona de casa Aracy da Silva Rocha, conforme registro na 11ª Circunscrição da Freguesia de Inhaúma, com timbre da antiga República dos Estados Unidos do Brasil. Neto de português, Ary conta que pelo fato da ilha ser ocupada por muitos portugueses e descendentes ela era vulgarmente conhecida como “Portugal Pequeno”. Sobre a vida local, descreve que as residências eram construídas pelos próprios moradores com madeira e telha canal, exceto a de sua família, “única de pau-a-pique”, sendo abastecidas de água por meio de duas “torneiras comunitárias”. Além disso, os ilhéus – “era muita gente” - usufruíam na ilha de dois campos de futebol, uma escola, uma vacaria e pequenos bares, sendo destacado por ele as diversas técnicas de pesca, “de linha e de vara”, que praticava com os amigos e as músicas regionais que gostava de ouvir e tocar no cavaquinho.



Exemplo de casa na antiga ilha. Ao fundo, as construções da Cidade Universitária.  
Fonte: Arquivo Histórico do ETU, s/d.

Ainda na Ilha da Sapucaia, Ary começou a trabalhar como auxiliar de marmorista numa loja no Caju, bairro próximo muito freqüentado pelos antigos ilhéus para diversas atividades, como compras, atendimentos de saúde, enterros, lazer, etc. Com o início das obras de aterro da Cidade Universitária, começou a trabalhar, aos 23 anos, como operador de máquina, função que exerceu por vários anos, até tornar-se vigilante da UFRJ. Em 1951, seu pai faleceu, aos 48 anos. Quando as obras de aterro avançaram, houve o processo de desapropriação da ilha, levando sua família, assim como as demais, a “seguir o seu destino”. Com o auxílio da universidade suficiente apenas para realizar o transporte de seus bens, sua família mudou-se para Vilar dos Teles, onde residia um colega de trabalho de Ary. Pouco depois, a convite do engenheiro do ETU, “doutor Helmuth”, obteve uma residência para sua família na antiga Ilha das Cabras, onde já se encontrava a família do mestre de obras Oswaldo e do motorista Willis, ficando quatorze anos no local.

Ainda que não existissem relações consanguíneas entre os habitantes, a intensa convivência entre as poucas famílias que residiam na Ilha das Cabras fazia com que seus membros se percebessem como sendo uma “única família”, o que se revela na forma carinhosa e respeitosa com que Zeca se refere ao “tio Ary”. Como diz o próprio Ary, “éramos todos muito amigos”.



À esquerda, Ary (de boné) na época em que era vigilante da UFRJ. Foto: Arquivo pessoal de Ary, s/d. À direita, Ary recordando os velhos tempos. Foto: Leticia de Luna, 2009.

Com o término da construção da Ponte Rio-Niterói, seu Ary recebeu uma convocação para comparecer à Prefeitura da UFRJ para tratar do assunto “moradia”. Apenas quando atendeu a segunda convocação, soube que retornaria, com sua mãe e a irmã Juraci, para a área da antiga Ilha da Sapucaia. Sobre esse último deslocamento, ocorrido em 1975, relata: “fomos obrigados a vir pra cá”, acrescentando logo em seguida, “obrigados no bom sentido, né?”. Com esta retificação, parece dizer que, apesar de não terem tido meios de evitar a transferência, acreditava-se que as intenções da prefeitura eram, no fundo, positivas, uma vez que havia a promessa de se melhorar a infraestrutura local. Em uma única frase, revela, porém, também o seu desapontamento com o novo espaço de moradia: “isso aqui era tudo barraco velho!”.

Ao justificar o fato de não ter casado nem tido filhos, Ary diz que “viveu só para a família”. Sua forte ligação afetiva com os parentes se expressa no carinho com que fala dos sobrinhos e na saudade que sente de seus irmãos Valter e Juraci, falecidos nos últimos anos. Ao rememorar tudo o que viveu, lamenta tanto a perda dos parentes quanto a de um estilo de vida comunitária que, para ele, existia nas antigas ilhas: “naquele tempo havia mais amor, mais respeito... hoje isso acabou”. Aos 81 anos, Ary vive atualmente apenas com a sobrinha Sônia, e a filha dela, Raquel, tendo outros

sobrinhos na Vila Residencial. Após o abrupto falecimento da irmã com quem residia, confessa ter perdido o gosto pela pesca, pela música, enfim, pela vida<sup>85</sup>.

### 3.2.2. Os irredutíveis

Ainda que não tenha identificado atualmente na Vila Residencial outros moradores oriundos da Ilha da Sapucaia além da família do senhor Ary, uma vez que a maioria dos antigos trabalhadores do aterro sanitário havia sido indenizada durante a construção da Cidade Universitária e migrado para outras áreas da cidade, particularmente para um loteamento em Manguinhos (Fernandes; Costa, 2009: 121)<sup>86</sup>, uma outra família merece ser citada por sua resistência ao deslocamento forçado, permanecendo até hoje como uma espécie de “aldeia dos irredutíveis” (Mello; Vogel, 2004).

Trata-se da família do pescador João Silva e da dona de casa Camila Paula dos Santos Silva, cuja história é contada pelos filhos do casal, **Terezinha de Jesus Silva**, hoje com 60 anos, e **Mário Luís Tosta da Silva**, hoje com 52 anos. A “saga da família Silva”, como Mário costuma se referir à sua trajetória de lutas, começa no momento de desapropriação da Ilha da Sapucaia – “uma ilha de pescadores” - onde seus pais viviam com seus seis filhos: Nitenir, Valdir, Jussara, Luís, João Batista e Terezinha<sup>87</sup>.

Com o início das obras de aterro, as famílias da Ilha da Sapucaia começaram a ser indenizadas para desapropriarem as suas moradias. Aquerenciadas ao lugar, a família Silva, no entanto, conseguiu negociar junto ao DASP a “troca” da indenização pela autorização em se estabelecer em área próxima, na Ilha do Bom Jesus, à época ainda separada da Ilha da Sapucaia por um estreito canal.

Nessa localidade, João construiu uma bela casa de madeira à beira mar, permitindo a continuidade da subsistência da família com a pesca. Por se tornar um

---

<sup>85</sup> Deprimido, seu Ary suicidou-se em sua própria residência no dia 26 de julho de 2010.

<sup>86</sup> Segundo o estudo realizado pelos autores sobre a história das favelas do Complexo de Manguinhos, no início da década de 1950 cerca de 70 famílias oriundas da Ilha da Sapucaia foram reassentadas num loteamento da prefeitura nos terrenos que originaram as Ruas Gregório de Sá e Santana do Livramento, onde os moradores construíram suas casas de madeira, substituindo-as, diante do declínio das iniciativas remocionistas, nos anos 1970, por alvenaria. De acordo com a pesquisa de Beltrão (1978 *apud* Trindade, 2006: 79), esse loteamento teria composto o Centro de Habitação Provisória nº 5, conhecido como São José, cujas habitações foram construídas pelo governo do prefeito Sette Câmara para os antigos funcionários de limpeza urbana e cuja administração foi delegada à Fundação Leão XIII, que já administrava à época os outros CHP's existentes na cidade.

<sup>87</sup> Como disse Terezinha, o local de nascimento registrado em sua certidão foi “Rua Ilha da Sapucaia”.

ponto de encontro dos pescadores da região, a localidade ficou, desde então, conhecida como “Praia do Oi”. No alto da fachada da casa da família Silva - “um bangalô, de quatro quartos, telhas quadradas e cheia de flores no jardim que minha mãe plantou”, descreve Terezinha – o casal colocou a inscrição “Vila São Pedro”, em homenagem ao padroeiro dos pescadores do qual era devoto. Pouco depois, outras famílias de antigos ilhéus também obtiveram autorização da universidade para se estabelecer nesse local, como a do senhor Herode, oriundo da Ilha do Baiacu, e a de dona Regina, ex-moradora do quartel da Ilha do Bom Jesus. Na década de 1970, a casa da família Silva foi destruída por cupim e eles ergueram uma nova moradia em alvenaria, onde, pouco tempo depois, o patriarca veio a falecer.



As duas casas da família Silva construídas na localidade, nas décadas de 1950 e 1970, respectivamente.  
Fotos: Arquivo pessoal da família Silva, s/d.

Foi nesse pequeno aglomerado de casas, onde viviam em meados dos anos 1950 cerca de dez famílias, que Mário nasceu e foi adotado, ainda bebê, pela família. Ressaltando o estilo de vida local como “um paraíso”, cita que, quando criança, gostava de catar camarão com as mãos no mar pela manhã, antes de ir à Escola Tenente Antônio João. Para ajudar a renda da família, que cada vez mais sentia os efeitos da degradação ambiental da baía, sua irmã Jussara abriu o primeiro bar na orla – “um pequeno balcão onde ela servia bebidas sobre o muro da sua casa” -, visando atender a população universitária e os diversos visitantes que viam no *campus* uma aprazível área de lazer nos finais de semana. A popularidade do bar e o carisma da irmã (falecida em 1989) entre os moradores e usuários da Cidade Universitária fizeram com que ela se tornasse

uma referência, passando a localidade a ser conhecida também como “Praia da Jussara”. Como muito moradores da Ilha do Catalão, os irmãos Valdir, João Batista, Terezinha e Mário também começaram a trabalhar na UFRJ, mas apenas os dois primeiros chegaram a permanecer na instituição até se aposentarem. Ainda jovem, Mário casou-se com Márcia, neta de Adelaide que morava na Ilha do Catalão e “sobrinha” do Cel. Lúcio Gonçalves, à época Prefeito da Base Militar do Galeão<sup>88</sup>.

Quando o coronel tornou-se Prefeito da UFRJ, em 1977, iniciou-se o processo de desapropriação das famílias também dessa localidade, através de uma “ordem verbal de despejo”. Segundo Mário, a justificativa era de que a universidade almejava dar outra finalidade à área, apesar de não apresentarem à época nenhum projeto institucional de ocupação. “Queriam apenas ter um lugar onde despejar a terra da construção do metrô”, ironiza, referindo-se à utilização de grande parte deste material no aterro da Cidade Universitária e do entorno, como a Avenida Brasil e a região de Manguinhos.

Das famílias que acataram a ordem dada pelo prefeito, a maior parte aceitou deslocar-se para os antigos alojamentos da ECEX. Apenas a família Silva, nesse momento distribuída por sete residências, recusou-se a abandonar o local, uma vez que haviam anteriormente obtido a autorização da mesma universidade para ali residirem. Dona Regina, uma das moradoras transferidas, resume assim o ocorrido com a família de Mário: “eles ganharam casa, mas não quiseram vir. Eles ficaram lá porque entraram na justiça contra a universidade”. Antes de ver o desdobramento desse processo, dona Camila fincou definitivamente suas raízes no local, onde faleceu em 1993.

---

<sup>88</sup> Rever a esse respeito a genealogia apresentada anteriormente.



Localização atual da Praia do Oi em relação à Vila Residencial. Ilustração: Isabel de Luna, 2010.

A disputa entre a família Silva e a UFRJ pode muito bem ser representada aqui pela expressão cunhada por Mello e Vogel (2004) a respeito dos conflitos entre os pescadores artesanais e os especuladores imobiliários na Praia de Zacarias de “luta do tostão contra o milhão”. Marcada por uma situação de desigualdade entre os envolvidos, esta luta tem assumido, entretanto, diferentes contornos ao longo das últimas três décadas.

No primeiro momento, pode-se dizer que a luta foi travada com base no uso desigual da força. De um lado, as armas utilizadas pela Prefeitura da UFRJ eram notificações de desocupação da área, ameaças de demolição das construções e até mesmo o corte do fornecimento de energia elétrica aos moradores, que era vinculado à rede da universidade, durante três anos (1976 a 1979). De outro lado, a única arma utilizada pelos moradores era a sua determinação em permanecer no local, por piores que fossem as condições, recusando-se serem identificados como “invasores”, ou seja, transformados de autóctones em uma espécie de alienígenas.

Diante da resistência da família Silva, no momento posterior a luta passou a ser travada no judiciário, desencadeada pela ação de reintegração de posse com pedido de liminar impetrado pela UFRJ contra os moradores no dia 06 de novembro de 1996. O processo instaurado na 5ª Vara Federal (nº 960072662-0) contra os “ocupantes da área localizada na orla marítima da Avenida 4, em frente ao prédio do Centro de Tecnologia

e Pesquisa Mineral - CETEM, na Cidade Universitária” fundamentava-se no Decreto-lei nº 9.760, de 05/09/46, e no art. 926 do Código de Processo Civil, pelos seguintes fatos: de que a UFRJ, “dado a grandeza de suas dimensões, sofre, assim como a Cidade do Rio de Janeiro, onde se localiza, todos os problemas gerados pela insegurança que se instalou nos grandes centros urbanos” e que o agravamento do problema habitacional iniciou um “processo de desvirtuamento na utilização das áreas pertencentes a esta Instituição Federal de Ensino, o que vem prejudicando grandemente a satisfação do objetivo da Universidade, qual seja o de fomentar o desenvolvimento com ensino superior de alto nível”.

No item “Da área esbulhada”, o processo apontava a situação *sui generis* deparada pela Prefeitura da UFRJ: “**um agrupamento de construções de alvenaria**, muitas delas assemelhando-se a barracos, **plantados em plena praia, formando um retângulo indiviso**”. Para ilustrar sua alegação e “**avaliar a pequena distância entre o espelho d’água da Baía de Guanabara e a área da invasão mencionada**, não superior a 10 (dez) metros”, a UFRJ anexava um levantamento aerofotogramétrico<sup>89</sup>. Segundo o texto do processo, o local era ocupado por

servidores, ex-servidores e estranhos a Universidade-autora, todos, ao que parece, descendentes ou assemelhados do Sr. João Batista da Silva e Josélia Pereira da Silva (1º e 2º Réus, respectivamente), funcionários aposentados desta Universidade, **vivendo em condições extremamente precárias**, com parentes e assemelhados, sobrevivendo de biscates, **abrigando inclusive, dentro daquelas edificações, diversos comércios irregulares**, como no caso, um bar, uma oficina mecânica, borracheiro, etc.

Face à resistência física dos Réus diante das diversas notificações feitas pela Prefeitura da UFRJ para a paralisação das obras de construção de uma sorveteria e, posteriormente, do processo administrativo para que fosse providenciada a sua demolição, a UFRJ lançou mão desta “medida judicial enérgica”, tendo em vista “**a indivisibilidade da área que se pretende retomar**, posto que (...) **as construções estão ligadas, formando um bloco único**”. Sobre o não atendimento dos moradores às notificações para a desocupação da área promovidas pela Prefeitura da UFRJ, o processo destacava

---

<sup>89</sup> Todas as citações do processo aqui referidas seguem os grifos do documento original.

o absurdo da situação, visto que não se pode conceber que os **ocupantes irregulares** de uma área localizada dentro de uma Instituição Federal de Ensino queiram **permanecer indefinidamente, residindo em parte de um imóvel que é um bem público de uso comum**, sem o ônus do recolhimento de qualquer tipo de taxa ou imposto ao erário público, e, ainda, **explorando atividades comerciais irregulares sem autorização dos órgãos competentes**.

Além disso, mencionava claramente como uma das motivações para a urgente desocupação da área a candidatura da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2004,

o que vem fazendo com que os máximos esforços estejam sendo empregados para colocar o Campus da Ilha do Fundão em condições para receber os membros do Comitê Olímpico Internacional – COI, que virão visitar, em novembro do corrente ano, a Cidade Universitária, em que se planeja será construída a Cidade Olímpica, abrigando diversos Estádios, Parque Aquático, Vila de Alojamentos para as delegações (cerca de 14.000 atletas), etc.

Por fim, o pedido de liminar contra os moradores justificava-se pelo fato de estarem ocupando área de praia, ou seja, um **“bem público de uso comum do povo”**, permitindo à Universidade solicitar sua reintegração de posse, mesmo que decorrido o prazo de mais de um ano e dia, conforme o disposto no art. 924 do Código de Processo Civil.

Em resposta à ação judicial, Mário, um dos onze Réus citados, comandou, com a ajuda de um amigo advogado, a instauração de um processo na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) contra a UFRJ, no qual apresentava fotos e documentos para provar que o terreno foi doado, em 1953, pelo antigo DASP à sua família em troca da desocupação da área que habitavam na Ilha da Sapucaia<sup>90</sup> e, ainda, de que o terreno em questão não pertencia juridicamente à universidade. Segundo o documento da SPU anexado ao processo, apenas o “terreno de toda a Ilha do Fundão, inclusive a área que constitui a Avenida Brigadeiro Trompowsky e a porção *non aedificandi*, nesta cidade” foi, em 23 de janeiro de 1963, entregue à administração do DASP “para uso e construção da

---

<sup>90</sup> Segundo Mário, a falta de documentos legais que comprovem o trajeto da sua família deve-se a dois fatores: o “desaparecimento” da Ata Interministerial na qual constava as informações sobre todas as famílias indenizadas e o fato de que os procedimentos não eram, à época, ainda registrados em cartório.

Cidade Universitária”, conforme processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o nº 202.784, de 1957.

Diante desse forte contra-argumento dos moradores, que desqualificava o pedido de liminar de reintegração de posse impetrada pela UFRJ referente ao terreno da União localizado ao norte da antiga Ilha do Bom Jesus, a universidade desistiu da ação judicial em 09 de dezembro de 1996. No requerimento encaminhado ao juiz, a advogada da UFRJ justificou a desistência com base no fato de que os Réus ainda não haviam sido citados, nas dificuldades para o êxito das citações e no longo prazo para defesa de cada Réu e conseqüentemente, de solução da lide.

Em 2000, no entanto, os moradores foram alvo de outra ação judicial, desta vez movida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Um documento encaminhado pelo 3º Escritório Técnico Regional no dia 3 de agosto daquele ano fez saber “que foi constatado o dano ambiental decorrente de construções irregulares na orla marítima da Avenida 4 (...), erguidas em faixa de areia, sem a devida licença e autorização legalmente exigível” e, em conformidade com a legislação, embargava as construções executadas “em área considerada de preservação permanente, ordenando sua paralisação e posterior demolição e remoção de materiais remanescentes (...) no prazo máximo de 60 (sessenta) dias”. Sem atender as exigências do Edital de Embargo recebido, Mário recorreu à ação na justiça, estando o processo até hoje tramitando na 5ª Vara de Fazenda Pública.

Na visão de Mário, a Cidade Universitária é “uma cidade de falhas” e foram justamente as diversas irregularidades cometidas pela universidade ao longo de décadas que constituíram a arma mais poderosa para sua família tentar garantir sua permanência na “praia” – ou “mangue”, como preferem chamar os estudantes da UFRJ que freqüentam o local para beber cerveja após as aulas ou realizar suas animadas “chopadas”<sup>91</sup>. Tanto ele quanto sua irmã, no entanto, atribuem à luta de sua família um sentido de fazer justiça. Afinal, como Terezinha questiona: “se houve essa troca entre os meus pais e a universidade, por que a gente tem que sair?”. Mais do que uma reivindicação com base em argumentos racionais referente à propriedade material, é a relação afetiva que mantém com o lugar que parece ser o grande motor dessa luta. Como Terezinha explicita,

---

<sup>91</sup> Eventos de recepção aos calouros da universidade organizados pelos estudantes e geralmente realizadas com muitas bebidas alcoólicas e brincadeiras.

Isso aqui é uma coisa de família, de sentimento que a gente tem com esse lugar aqui. Eu olho aqueles coqueiros ali e lembro logo da minha mãe. Eu vi ela plantar eles ali, pequenininhos, e hoje eles estão assim, enormes. Todo o nosso sentimento está aqui...

Apesar dos processos judiciais, a Prefeitura da UFRJ autorizou, em 2005, a instalação, pela concessionária Light, de oito medidores de energia elétrica nas residências, isentando a universidade das despesas decorrentes e legitimando, indiretamente, o direito dos moradores à moradia no local.

Atualmente existem ali sete residências, onde vivem os “remanescentes” Mário (divorciado, cuja filha mora com a mãe em Bangu), seus irmãos João Batista e Terezinha, sua prima Célia, sua amiga de infância Josélia (cuja família também morou ali anteriormente), seus sobrinhos Jorge e Valéria. Contando com os respectivos cônjuges e filhos, residem no total 16 pessoas. Destas construções em bloco, uma é utilizada simultaneamente como moradia e comércio (bar da Célia). Além deste, existem outros três bares no local, todos, ao contrário da maioria das residências, de frente para o mar, exceto o “Chora na Rampa”, de João Batista, que fica ao lado da rampa de acesso de automóveis ao local. Sem relação direta com a família Silva, tem-se apenas o Bar do Bil, construído por Jorge e posteriormente alugado para um casal de Duque de Caxias que costumava frequentar a localidade para lazer nos finais de semana.



As fachadas das casas de frente para a avenida e os bares nos fundos, com pequenas embarcações.  
Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Embora tenham conseguido, até o presente momento, permanecer na Cidade Universitária, Mário e Terezinha, ao verem as grandes e modernas construções sendo erguidas pela Petrobrás na Ilha do Fundão, demonstra ter uma visão pessimista do futuro próximo: “Eu acho que lá pra 2014, 2016, não vai ter mais ninguém aqui (...). Não vai demorar muito não, eles vão tomar tudo”, diz ele. Para ela, no entanto, o mais importante é sair de cabeça erguida: “A gente até concorda em sair daqui um dia, mas não dessa forma como tem sido feito”. Ainda que tenha vivido na região desde que nasceu, lutando para ficar ali pela tranquilidade existente e o simples prazer de poder ver o mar todas as manhãs, o sentimento de insegurança persiste e impede Mário e seus familiares de investirem na melhoria das suas residências, afetando a própria percepção da sua relação com o lugar: “a maior dificuldade é você ter nascido aqui e o lugar não te pertencer... Saber que a qualquer momento você pode perder...”.

Finalmente, a “saga da família Silva” descrita por Mário e aqui reescrita por mim pode ser entendida como uma história que se assenta numa tradição oral (mas não só) e que evoluiu e se ampliou pouco a pouco no decorrer dos anos. Como defende Jolles (1976: 63), a saga não se opõe à História, como uma oposição do tipo fantasia *versus* realidade, visto que é uma *forma simples* que, tal como a História, só tem validade e coerência dentro do universo ao qual pertence. Além disso, se as sagas têm na família o seu princípio construtivo principal, como mostrou Mello e Vogel (2004) a respeito da “saga de Juca Tomás”, as famílias em torno das quais gira o seu enredo são sempre grupos cuja singularidade deriva não só dos laços de sangue, mas também de uma inscrição própria no espaço. Tal como o caso analisado pelos autores na Praia de Zacarias, a saga da família Silva compreende uma série de episódios e conflitos em que o que está em jogo também é a questão da propriedade e da posse de um lugar.

### **3.2.3. Os que chegaram depois**

Conforme os últimos alojamentos iam sendo desocupados pelos ex-operários da ECEX, um outro grupo de funcionários da UFRJ também começou a se deslocar para a localidade, desta vez não mais por uma iniciativa da universidade, mas dos próprios funcionários, que, em sua grande maioria, residiam em áreas favelizadas e distantes da Cidade Universitária. Esse segundo processo de ocupação pode ser identificado a partir

de 1978, perdurando durante toda a década de 1980, quando a Vila Residencial passou a receber um grande número de famílias de funcionários interessados em residir mais próximo do seu local de trabalho.

Um bom exemplo é o caso de **Altino Rodrigues dos Santos Filho**, que chegou na localidade ainda por volta de 1976, motivo pelo qual se identifica como sendo “um dos mais antigos”. Morador de uma favela em Honório Gurgel, obteve a autorização do prefeito da UFRJ para ocupar uma das casas de madeira do antigo canteiro da ECEX, juntamente com sua esposa, Dalva, e os filhos Ivan, Glória, Nilce e Eranir. Conforme relata Altino, que começou a trabalhar na universidade em 1966,

Lá onde eu morava era muito longe da universidade. A prefeitura pegou as chaves das casas e perguntou quem queria vir pra cá, aqueles que moravam longe. Aí eu e a maioria quisemos. (...) A casa que estivesse sobrando, o prefeito chegava e dava a chave.

Sobre a casa propriamente dita, Altino contraria a visão positiva de muitos dos que chegaram antes dele: “não era casa, era um barraco, tinha cada ratazana enorme, cheio de água embaixo... Às vezes eu dormia até em cima da mesa! Isso aqui era um chiqueiro, hoje isso aqui é um céu!”. Apesar da precariedade, morar na Cidade Universitária oferecia-lhe “muitas facilidades”, visto que estar próximo ao trabalho implicava uma economia diária de tempo e dinheiro, por exemplo. Afinal, enfatiza Altino, “a UFRJ não pagava a passagem e o ordenado era muito baixo. Naquela época não tinha a moleza que tem agora não. A gente trabalhava muito mesmo!”.

Uma distinção importante ressaltada por ele em relação aos funcionários que já residiam nas ilhas aterradas diz respeito às condições nas quais se deram os dois tipos de ocupação dos alojamentos, uns transferidos compulsoriamente, outros voluntariamente: “o pessoal das ilhas, esses aí vieram arrancados. Esses aí não pediram pra vir. Eles vieram porque a Prefeitura tirou. Eu pedi, porque morava longe, eles não”. Assim, enquanto para os antigos ilhéus a transferência é frequentemente narrada como lhes tendo sido imposta pela vontade do outro - no caso, do prefeito da UFRJ - para os funcionários que residiam distante da Cidade Universitária, a transferência é narrada como uma oportunidade única que surgiu e que souberam, mediante vontade própria,

agarrar. Muitos outros moradores, além de Altino, chegaram na Vila Residencial dessa maneira.

Outro exemplo é o de **Salete Dias**, que chegou na localidade em 1978, acompanhada de seu marido Jandovi, que à época trabalhava como vigilante da UFRJ, e seus seis filhos, quatro meninos e duas meninas. Antes, já havia morado em Ramos e, desde o casamento, vivia com a família em uma favela na Ilha do Governador. Além de estar próximo do trabalho de Jandovi, o desejo de se mudarem para a Vila Residencial visava reduzir as despesas, ficar mais próximo da família dele – cujos pais, Francisco e Alice, haviam sido deslocados da “prainha” para a localidade – mas também proteger os filhos da violência existente na favela.

No entanto, segundo a filha Maria, “quem vinha de fora tinha que esperar a casa que sobrasse”. Além de inscrever-se na administração do *campus*, aos que não tinham previamente uma relação mais próxima com o Prefeito da UFRJ ou com os funcionários diretamente ligados a ele – o que poderia colocar o candidato numa posição privilegiada na listagem dos inscritos - a persistência também podia se mostrar uma qualidade vantajosa na disputa por uma das moradias ainda disponíveis na localidade. Foi assim que dona Salete, indo “toda quarta-feira conversar com o Prefeito”, obteve então uma das residências de madeira para sua família. O fato de já terem parentes residindo no local também teria contribuído para o êxito na negociação.

Com a mudança, passaram a viver na área que Maria chamava de “Zona Norte” da Vila Residencial, onde se situavam “as casas coladas umas nas outras”, ou seja, as residências familiares menores, por contraste àquelas situadas nos fundos, maiores e com garagens “separando a entrada de cada casa”. Devido ao avançado estado de degradação da construção de madeira, anos depois compraram uma residência de alvenaria construída em frente à de dona Alvelina, na antiga Rua 14, passando a fazer parte então da “Zona Sul”, área mais próxima inclusive da baía<sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> A alusão feita pela moradora às expressões “Zona Norte” e “Zona Sul” para designar as distinções entre os tipos de moradia das áreas da localidade reproduz as divisões hierarquizadas da cidade do Rio de Janeiro, em que a Zona Norte é representada como uma região mais popular e a Zona Sul como mais elitizada. Essa forma de classificar o espaço foi anteriormente encontrada por mim na favela de Acari, cujas três localidades que a compõem eram internamente representadas pelos moradores como “Zona Sul”, “Subúrbio” e “Zona Oeste”, situando-as numa hierarquia social e moral (Freire, 2005). Como analisa Cardoso (2010), o termo *Zona Sul* não teve origem em leis de zoneamento da cidade, mas foi inventado no início do século XX para afirmar a condição social elevada dos bairros praianos do Rio de



Dona Salete e sua sogra em frente à casa na “Zona Norte” da vila.  
Foto: Arquivo pessoal da família, 1982.

Tendo nesses anos perdido dois filhos assassinados, e mais recentemente também ficado viúva, dona Salete, aos 69 anos, não guarda boas recordações da sua vida na localidade. Dos quatro filhos vivos, três moram até hoje na Vila Residencial, sendo o filho Márcio e a neta Mariana na mesma residência que ela. Já a filha Elisete, que casou com um dos filhos de dona Alvelina (José Carlos, falecido há quatro anos), vive na residência que foi construída para sua família sobre a residência de sua sogra na mesma rua, todas de alvenaria. Na quadra ao lado, na antiga Rua 15, reside Maria com sua família. Embora tenha tido um dos irmãos ali assassinados, a Vila Residencial é, para ela, “um lugar muito calmo”. Apontando como único aspecto ruim do local a dificuldade de transporte, o mais positivo é justamente a segurança social promovida pelo intenso convívio entre os moradores: “praticamente todo mundo aqui é família”.

Vejamos ainda o caso de **Vera Lúcia Valente de Freitas**, que chegou à localidade pouco depois de se tornar funcionária da UFRJ. Moradora de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, Verinha, que já era graduada em administração, trabalhava no centro do Rio de Janeiro vendendo programas de computação para empresas, quando

---

Janeiro, onde as classes abastadas passaram a se concentrar, apesar de já haver, nesse período, diversas favelas na região. Embora as representações positivas que se faziam da região fossem, em muitos casos, ideológicas (tal como passou a ocorrer com a noção de *subúrbio*), elas acabaram por se tornar hegemônicas, sendo largamente aceitas por toda a população da cidade.

avistou, em 1988, uma grande fila nas dependências do Hospital Escola São Francisco de Assis. Ao ser informada de que o movimento decorria de uma seleção pública para 200 vagas de vigilantes na UFRJ, Verinha não hesitou em se inscrever, já que, como muitos dos que ali estavam, buscava uma situação trabalhista e financeira mais estável. Após cumprir satisfatoriamente todas as etapas da seleção (provas de conhecimentos gerais, português e matemática, teste psicotécnico e físico), começou a trabalhar, em 1989, como vigilante da Faculdade de Letras, na Cidade Universitária.

Ao ser efetivada no ano seguinte, começou a procurar uma moradia mais próxima do seu local de trabalho. Sem preferência por algum lugar, Verinha passou a procurar casa nas favelas da Maré e nos bairros do entorno, como Bonsucesso, Ramos e Ilha do Governador, até que um colega de trabalho lhe sugeriu comprar uma casa na Vila Residencial. Para convencê-la das vantagens da localidade em relação às favelas da Maré, dizia: “Lá enche, é ruim, mas pelo menos você vai estar segura”. Seu primeiro contato com a Vila Residencial tinha se dado durante o curso de capacitação dos vigilantes, que fora realizado num prédio que a UFRJ construía na localidade especialmente para esse fim. Apesar de seu receio por saber que os moradores não possuíam títulos de propriedade dos imóveis e que a Prefeitura da UFRJ não estava mais cadastrando funcionários para residir na localidade, acabou convencida pelo colega, que lhe enfatizava o quão vantajoso seria morar ali, ainda que informalmente. E foi assim que, por Cr\$ 40 mil, Verinha comprou a “metade” da residência de alvenaria de uma funcionária da UFRJ na antiga Rua 10, com 6 metros de largura e 14 metros de comprimento, uma única entrada, três cômodos e um corredor extenso que percorria todo o imóvel. Na mudança, relembra, trouxe da casa do pai em Belford Roxo “só colchonete, cobertor, televisão e roupas”.

Nos primeiros anos na localidade, Verinha sofreu com diversos problemas decorrentes da deficitária infraestrutura (retorno do esgoto com a subida da maré, fumaça advinda da cozinha da vizinha, problemas na rede elétrica, etc.) e com a dificuldade de fazer amizade com os demais moradores, sendo ela uma pessoa “fechada” e “nova” no lugar. Ao ser “adotada” pela família do senhor Djalma Avelino dos Santos, passou a se sentir acolhida e, em 1991, quando “ainda havia quatro barracos de madeira na rua”, iniciou as primeiras obras na casa. Dos amigos que foi conquistando na universidade, ganhou fogão e alguns móveis. Em 1995, trouxe a sobrinha Desirée,

então com cinco anos, para morar consigo, adotando-a como filha. No ano seguinte, ampliou a casa, construindo dois quartos e um banheiro sobre a laje.

Em 1998, foi transferida para o departamento pessoal do CLA, no prédio da Reitoria. A convite de uma colega da universidade, dois anos depois Verinha, que já tinha anteriormente tido uma experiência política bastante diversa em um partido de direita<sup>93</sup>, se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), passando a militar contra a gestão do Reitor José Henrique Vilhena<sup>94</sup>. Em 2001, começou a participar de uma comissão de apoio à Associação de Moradores, para se opor à proposta da Reitoria de remover a localidade do *campus*. No mesmo ano, passou a integrar a nova diretoria da associação, assim como as quatro gestões seguintes. Mesmo tendo substituído depois sua filiação política pelo dissidente Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), nas lutas da localidade contou sempre com o que chama de “suporte da militância”. Em 2002, assumiu a coordenação de políticas sociais do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (SINTUFRJ). A convivência e interesse em compreender o vocabulário utilizado pelos militantes das diferentes correntes políticas levou-a ainda a ingressar no curso de Ciências Sociais da UFRJ. Antes de se tornar bacharel, foi responsável por engajar, pela primeira vez, um departamento do IFCS em um projeto de extensão na Vila Residencial<sup>95</sup>.

Às mudanças na trajetória de Verinha acompanharam-se as transformações na sua moradia na Vila Residencial. A parte da frente da casa, por exemplo, “já foi garagem do meu fusca, depois canil, agora é minha biblioteca”, diz Verinha, que além de moradora, líder comunitária, funcionária e ex-aluna da UFRJ, também se tornou, aos 43 anos, avó na localidade. Mais recentemente, comprou a segunda “metade” da casa original, onde vem realizando obras para que sua mãe possa residir ao seu lado.

Diferentemente de Verinha, o primeiro contato de **Francisco de Assis dos Santos** com a Vila Residencial se deu na qualidade de visitante, antes de se tornar funcionário da UFRJ. Foi por conta de uma passagem pela cidade para visitar parentes que residiam na localidade que Chiquinho, como é mais conhecido, “acabou ficando”.

---

<sup>93</sup> Devido a atuação de um tio, que era deputado do Partido Liberal, Verinha chegou a fazer a formação de militante nesse partido.

<sup>94</sup> Como será apresentado no quinto capítulo, a gestão do Reitor Vilhena (1998-2002) marcou um período bastante conturbado da história da UFRJ.

<sup>95</sup> A história desse projeto de extensão será apresentada no quinto capítulo.

No final dos anos 1980, Chiquinho saiu de Campina Grande (PB), onde morava desde que nasceu, para visitar o tio que tinha migrado há anos para o Rio de Janeiro e, como funcionário da UFRJ, residia na Vila Residencial. Devido ao surgimento de uma oportunidade de trabalho na universidade durante sua passagem pela cidade, acabou também se fixando na localidade. Segundo ele próprio conta,

Eu cheguei na Vila para fazer uma visita ao meu tio, que era funcionário da Divisão de Transportes. Vim dar um *rolé*, conhecer a família. Meu irmão também morava aqui e acabei ficando pela oportunidade. Na época, o Horácio Macedo<sup>96</sup> estava fazendo contratação de pessoas temporária para trabalhar na universidade e acabei ficando na própria universidade e estou até hoje.

Como trabalhador da UFRJ, começou na carpintaria do CCS, passou pelo almoxarifado, até ser efetivado no departamento pessoal do Instituto de Biologia. Residindo com os tios na localidade, Chiquinho, a exemplo de sua mãe, que sempre atuou nos movimentos sociais de bairro no nordeste, rapidamente se envolveu com as atividades da Associação de Moradores da Vila Residencial, colaborando na sua gestão. Ao casar-se, chegou a morar “fora” durante oito meses, mas acabou retornando de vez à localidade. Participando de mutirão para a construção da igreja católica, articulou uma chapa própria, elegendando-se como presidente da Associação de Moradores em 1994.

Paralelamente, atuava como delegado do Instituto de Biologia no SINTUFRJ. Destacando-se como representante político dos técnico-administrativos, tornou-se, em 2008, membro da direção geral do sindicato. Apoiando as causas da Vila Residencial, onde hoje mora com sua esposa e filhos, reconhece que falta união dos moradores. Na sua opinião, “a Vila não é uma comunidade, são 300 comunidades”.

Além das famílias de Altino, Salete, Vera e Francisco, há casos de moradores que chegaram na Ilha do Fundão ainda no “tempo da ECEX” e que acabaram retornando à localidade em decorrência das relações pessoais e afetivas ali construídas com funcionários da universidade.

---

<sup>96</sup> Reitor da UFRJ de 1985 a 1989.

Esse é o caso, por exemplo, de **Milton Brasil**, que morou no antigo canteiro de obras da Ponte Rio-Niterói e, anos depois, ao casar com uma funcionária da UFRJ, acabou retornando à localidade e também ingressando na universidade.

Ao ouvir uma chamada no rádio convocando trabalhadores para a construção da Ponte Rio-Niterói, Milton não hesitou em migrar de Barra Mansa, onde era alfaiate, para o Rio de Janeiro. Em 19 de dezembro de 1968, desembarcou de um caminhão repleto de operários vindos do interior do Estado diretamente no canteiro de obras, onde passou a trabalhar como marceneiro e residir num dos alojamentos provisoriamente construídos na Ilha do Fundão. Ali conheceu Jurema, filha do catraeiro da lancha que fazia o trajeto entre a Ilha do Bom Jesus e o Caju, e com quem veio a se casar.

Com a conclusão das obras da ponte, Milton passou a trabalhar com o tio de sua esposa numa loja de montagem de divisórias em Bonsucesso, onde passou a morar e teve dois filhos (Milton e Ana Paula). Com o término do serviço de transporte de lanchas, seu sogro - o mesmo senhor Djalma que “adotou” Verinha - passou a trabalhar como jardineiro na UFRJ, onde sua outra filha também trabalhava como técnica administrativa. Graças ao vínculo do sogro com a UFRJ, em 1978 a família obteve um terreno na antiga Rua 7 da Vila Residencial, onde Milton construiu sua residência e teve seu terceiro filho, Diego Douglas. Insatisfeito com o trabalho no comércio, anos depois Milton começou a vislumbrar também uma vaga nos quadros da universidade, até que, com a ajuda da cunhada, conseguiu se inserir, em 1988, como marceneiro no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista, onde desde então exerce o ofício.

Outro exemplo é o caso de **Vanda de Castro Vasconcelos**, cujo pai trabalhou como apontador da ECEX. Nascida em 1959 no bairro de Padre Miguel, Vanda chegou pela primeira vez na Ilha do Fundão ainda adolescente, junto com quatro irmãos menores e o pai, Waldomiro, que, ao ser contratado pela ECEX, passou a residir com a família em um dos alojamentos do canteiro de obras.

Para ajudar o sustento da família, Vanda fazia biscates, lavando roupas para os operários e trabalhando em “casas de família” na Ilha do Governador e na Vila Militar do Bom Jesus. Nos anos em que viveu no canteiro, Vanda conheceu Francisco Albino de Oliveira, um jardineiro da UFRJ com quem passou a namorar. Com o término da construção da ponte, seu pai foi trabalhar em outro canteiro de obras em São Paulo,

levando os filhos consigo. Vanda, entretanto, acabou retornando ao Rio para “juntar os trapos” com Francisco, assim que ele recebera da Prefeitura da UFRJ uma residência na Vila Residencial. No alojamento de apenas um quarto, cozinha e banheiro, o casal teve seus dois filhos: Inaura, em 1984, e Pedro Rogério, em 1986, que depois passaram a estudar na Escola Tenente Antônio João.

Segundo Vanda, o fato de morarem todos numa das moradias destinadas, “no tempo da ECEX”, a homens solteiros era mal visto pelos outros: “o pessoal da universidade nos perseguia”. Durante esse período, trabalhou como empregada doméstica e como auxiliar de limpeza em firmas terceirizadas pela UFRJ. Após viverem juntos quatorze anos, Francisco veio a falecer, aos 58 anos, em março de 2000, e Vanda passou a viver sozinha na casa de dois cômodos que comprou por R\$ 1.500,00 na área hoje conhecida como “Vila dos Solteiros”, tendo sua filha Inaura, seu genro e três netos como vizinhos, enquanto seu filho morava “dentro” da Vila Residencial com sua esposa. Vivendo apenas com a pensão do marido, do qual era dependente legal desde 1991, Vanda veio a falecer em abril de 2009.

Conforme se pode antever em alguns dos casos aqui descritos, a mobilidade residencial decorrente, o longo dos anos, de mudanças na organização familiar, na vida social e profissional (falecimentos, casamentos, separações, oportunidades de trabalho, etc.) propiciou o inevitável aumento da população e do número de moradias na Vila Residencial, muitas vezes construídas a partir de divisões e ampliações das casas originais - os chamados “puxadinhos”. Além de Vera, que já se instalou comprando a “metade” de uma casa, foi assim que os filhos de Alvelina, Altino e Vanda, por exemplo, foram se estabelecendo na localidade com suas respectivas famílias.

Tal como em relação aos antigos moradores da Ilha do Catalão, muitos casamentos foram sendo realizados entre membros de diferentes famílias residentes na Vila Residencial, como o de Elisete com José Carlos (respectivamente, filhos de Salete e Alvelina), que construíram sua casa sobre a laje da casa de dona Alvelina, e o de Rogério (filho de Arnóbio) com Lillian (filha de outro funcionário da UFRJ), que compraram uma casa construída sobre a laje de outra.

Muitos outros casamentos, no entanto, foram também sendo realizados entre moradores da localidade e pessoas “de fora” dela, como é o caso do motorista Jonatas

Dias Pereira, que, ao se casar com a filha de um funcionário da UFRJ, mudou-se, em 1982, para a localidade, onde passou a residir com os sogros, tendo anos depois construído sua própria casa num terreno cedido pela universidade. Ou, ainda, o caso do jornalista José Justino, que também se mudou para a localidade depois que se casou com a filha de uma funcionária da UFRJ, no final dos anos 1970, e nem mesmo o divórcio o afastou do lugar. Depois de morar numa favela do Complexo da Maré, ter se casado e separado novamente, acabou retornando à Vila Residencial, onde comprou “um quartinho com banheiro” ao lado da casa de Vanda, de quem acabou se tornando fiel amigo. Além de unir moradores da própria localidade, muitos casamentos eram realizados nas próprias igrejas que foram sendo ali construídas. Fato curioso a esse respeito foi, por exemplo, o casamento religioso da filha do pastor Manoel, que, para seguir o ritual, ficou dando voltas de carro pela localidade para chegar atrasada na igreja evangélica de seu pai situada a poucos metros de sua residência.

Motivada ou não pelos casamentos, a Vila Residencial também acabou sofrendo mudanças em relação a sua característica original de ser destinada exclusivamente à moradia de famílias de funcionários da UFRJ, sendo a continuidade do processo de ocupação da área semelhante, a partir da década de 1990, àqueles ocorridos em localidades de ocupação dita *espontânea*, como favelas e outros assentamentos de baixa-renda. Gostaria, portanto, de ressaltar ainda a chegada de um quarto grupo de moradores na localidade, sem ter previamente qualquer tipo de vínculo com a UFRJ ou até mesmo com outros moradores da Vila Residencial.

Situação bastante diversa dos casos até aqui descritos é aquela que levou, por exemplo, a família de **Antônio Brito** à localidade no início dos anos 1990.

Cansado das perseguições de um policial que “não ia com a sua cara”, integrante da milícia que controlava o bairro em que morava, na Zona Norte da cidade, Brito mudou-se com a esposa e os filhos para um sítio em Guapimirim, no interior do Estado, onde passou a trabalhar como caseiro. Insatisfeito com o modo de vida no local, e sem poder retornar à residência anterior no Rio de Janeiro, Brito foi parar com sua família na Vila Residencial a partir da ajuda do amigo Toninho, filho de Regina, que lhe arranhou “um quartinho” nos fundos da Igreja Católica recém-construída.

Ao chegar na localidade, não conheciam nenhum morador, já que nem Toninho morava mais lá. Três meses depois, foi ajudado por Vanda, que, mesmo sem ter muito a lhes oferecer, sensibilizou-se pela situação de sua família, acolhendo-os em sua casa de pouco mais de 26m<sup>2</sup>. Ainda sem ter grandes amigos na localidade, Brito passou a trabalhar lavando carros no estacionamento da Reitoria e conseguiu construir sua própria residência, próxima à de Vanda, onde passou a cultivar bananeiras e criar galinhas. Em fevereiro de 2010, mudou-se com sua família para uma das casas construídas com recursos da Petrobras para abrigar os moradores da Vila dos Solteiros, área mais afetada pelas enchentes na localidade, do lado oposto da rua de acesso à localidade.

Assim como Chiquinho, **Maria Neuda** também chegou na Vila Residencial para visitar um parente e “acabou ficando”. Contudo, diferentemente dele, não foi a universidade que lhe representou uma oportunidade de trabalho que motivasse seu interesse em fixar moradia ali, mas a própria localidade.

Em outubro de 1997, Neuda foi visitar, pela primeira vez, a irmã que morava na Vila Residencial e tinha um aviário na antiga Rua 7. Após retornar algumas vezes, percebeu a inexistência de banca de jornal na localidade e começou a vender jornais diariamente aos moradores. Com o sucesso do pequeno empreendimento, em 2001 mudou-se com seu esposo para a Vila Residencial, comprando uma residência na mesma rua e, posteriormente, o aviário da irmã, ampliando-o como bar e mercearia, que, além de carnes, vende jornais, bebidas, carvão, gelo, bujão de gás, ração, enlatados, legumes, cereais, etc. Sobre o modo como acabou chegando e se instalando na localidade, Neuda generaliza: “quem vem aqui uma vez volta sempre”.

Mais significativo ainda desse terceiro tipo de morador que a Vila Residencial passou a receber é o caso de **Manuel e Irenilda**, que não tinham previamente relação alguma sequer com outros moradores. Há pouco mais de um ano, ele, que morava no bairro de Ricardo de Albuquerque, foi fazer um serviço de reboque na Vila Residencial e observou, numa casa ao lado da de Vanda, uma placa anunciando sua venda. Como seu filho estava precisando de uma moradia e o local lhe pareceu tranquilo, resolveu comprar o imóvel. O filho, no entanto, preferiu ficar no mesmo bairro e foi Manuel

quem acabou se mudando então para a Vila Residencial com sua esposa, que considera o lugar “calmo demais”. Apesar das poucas amizades construídas e da vontade já manifestada de mudar-se dali, Irenilda começa, aos poucos, a deixar de frequentar a igreja católica do seu antigo bairro para frequentar a da Vila Residencial. Assim como Brito, no início de 2010 foram transferidos para uma nova casa do outro lado da rua.

Diferentemente dos diversos estudantes que não conseguiam obter uma vaga no disputado alojamento estudantil da UFRJ e também começaram a se estabelecer na Vila Residencial, criando a demanda de aluguel de quartos e quitinetes, a chegada desses outros novos moradores não era despercebida pelos demais sem gerar desconfiança, inclusive porque, à diferença dos estudantes, tenderiam a se fixar na localidade por um período contínuo e muito mais longo do que os quatro ou cinco anos de uma graduação.

Ao notarem alguém “de fora” rondando a localidade e sondando pessoas nas ruas à procura de uma residência para comprar ou alugar, alguns moradores, sobretudo aqueles que residiam próximo a um imóvel disponível, tratavam logo de investigar, ainda que informalmente, a vida pregressa do interessado a fim de reduzir as chances de ter uma vizinhança indesejável, o que se entendia basicamente como a de pessoas que tivessem problemas com o uso de drogas ilícitas e/ou envolvidas em práticas criminosas. Essa estratégia de controle se baseava no mecanismo do boato e da fofoca, ativando as redes sociais constituídas entre os moradores, tanto no interior da própria Vila Residencial quanto no seu entorno<sup>97</sup>.

Foi assim, por exemplo, que alguns moradores da antiga Rua 5 rapidamente acionaram seus conhecidos para averiguar o perfil do rapaz que chegou à localidade e mostrou-se interessado em comprar o imóvel de nº 50, cujo dono era o senhor Jonatas. Segundo colega de um dos vizinhos que o reconheceu, o rapaz seria parente de um traficante de drogas de uma das favelas do Complexo da Maré e pretendia transformar o imóvel de dois quartos em moradia para duas famílias, construindo sobre a laje, o que, para o vizinho Ademir, transformaria o local numa “bagunça”, assemelhando-o a “uma favela”. Foi com tais argumentos, portanto, que ele alertou o senhor Jonatas, convencendo-o a não vender seu imóvel para o rapaz. Ao possível comprador, restou a falsa justificativa de que ele já tinha fechado negócio com outra pessoa.

---

<sup>97</sup> Retomarei, no capítulo seguinte, o tema da fofoca, por ser este um dos principais mecanismos de controle social na localidade.

Sem que outros compradores tão interessados quanto o rapaz aparecessem, dois meses depois, foi o próprio Ademir quem comprou o imóvel, transformando-o numa residência estudantil, com quartos individuais e coletivos para alugar. Ainda que as informações levantadas sobre o tal rapaz não fossem verdadeiras e que a convivência de sua família com os vizinhos não gerasse necessariamente desavenças, fato é que a simples suspeição levantada pelo vizinho sobre a honestidade e a moralidade do possível comprador foi suficiente para que o dono do imóvel desistisse da venda, mesmo que não fosse mais residir na localidade e tampouco demonstrasse ter uma relação afetiva ou de solidariedade com seus vizinhos. Afinal, como Jonatas se autodefinia, era um homem “sem amigos”, desses que não confia nem na própria família<sup>98</sup>.

Dotadas de escassos recursos financeiros, essas pessoas totalmente estranhas à localidade, ou seja, sem vínculos de parentesco e/ou afetivos com outros moradores ou vínculos profissionais e/ou acadêmicos com a UFRJ ou alguma das empresas sediadas na Ilha do Fundão, eram geralmente atraídas à Vila Residencial pela conjunção de três fatores: a possibilidade de adquirir ou alugar, ainda que informalmente, um imóvel a baixo custo em local próximo às áreas centrais da cidade e com uma “tranquilidade” cada vez mais rara de ser encontrada nas favelas, o que pode ser entendido, à primeira vista, pela simples inexistência de quadrilhas de tráfico de drogas atuando no local.

Entre os funcionários da UFRJ que passaram a se mudar para a Vila Residencial, os fatores apresentados acima também pesavam na decisão, mas a primeira grande motivação para se estabelecerem na localidade era, sem dúvida, a possibilidade de residirem próximo ao local de trabalho. Motivação semelhante, aliás, à dos operários e técnicos contratados pelo antigo DASP para trabalhar nas obras da Cidade Universitária, que foram se estabelecendo nas redondezas do próprio espaço a ser construído, e, anos depois, daqueles contratados pela ECEX, que estabeleceram moradia no próprio canteiro de obras, com o apoio das respectivas instituições contratantes, que reconheciam, portanto, a importância e legitimidade da demanda<sup>99</sup>. Por ser este o

---

<sup>98</sup> Ao ser procurado por outros moradores para fazer um transporte de urgência em sua *van*, Jonatas nunca se recusava, mas fazia questão de cobrar a corrida, mesmo que fosse para levar um idoso enfartando ou uma grávida com contrações até o pronto-socorro mais próximo. Conforme dizia, antes de aposentar-se, vendendo a residência e o automóvel, “dois idosos já faleceram na minha van”.

<sup>99</sup> Sem dúvida, ter os trabalhadores residindo próximo ao trabalho também se mostra vantajoso para muitas instituições e empresas, sobretudo as que atuam no setor de construção civil e industrial,

primeiro argumento utilizado pelos funcionários da UFRJ para justificar sua mudança para a Vila Residencial, concentro-me na análise as vantagens e desvantagens da proximidade física entre local de moradia e local de trabalho.

Dentre as vantagens de tal mudança, os moradores imediatamente destacavam a economia de tempo e dinheiro, apontando as dificuldades de acesso à Ilha do Fundão por transportes públicos, os constantes engarrafamentos que enfrentavam diariamente no trajeto da casa para o trabalho e do trabalho para casa, assim como os custos elevados com as passagens e com combustível (no caso daqueles que possuíam veículos automotivos). Cabe lembrar que, morando na Ilha do Fundão, os moradores poderiam se beneficiar do serviço de transporte gratuito da UFRJ, que circula diariamente por todo o *campus*. Além disso, a economia de tempo e dinheiro trazia indiretamente outras vantagens, como o aumento do poder de consumo, a comodidade de poder “passar em casa” no horário de almoço e, ainda, a maior disponibilidade para cuidar da saúde e fazer atividades de lazer, como caminhar ou correr no final da tarde pelas extensas avenidas da Cidade Universitária.

Entre as desvantagens, menos referidas pelos moradores e geralmente percebidas somente após seu estabelecimento na localidade, destacava-se o maior cuidado que deveriam ter quanto às suas ações e às relações estabelecidas no ambiente de trabalho, de modo a evitar intrigas no seu ambiente de moradia e vice-versa, já que muitos deles passavam a ser, ao mesmo tempo, vizinhos e colegas de trabalho<sup>100</sup>. Um exemplo é o caso de duas moradoras da Vila Residencial, que, além de terem se tornado amigas de longa data, passaram, num determinado momento, a trabalhar no mesmo setor da UFRJ e na mesma gestão da Associação de Moradores. Quando surgiram dificuldades de relacionamento, estas se fizeram presente nos três contextos em que conviviam, dificultando a administração dos diversos papéis sociais que desempenhavam: como moradoras, amigas, colegas de trabalho e parceiras nas atividades associativas. Ou ainda o caso de uma funcionária da UFRJ que “arranjou” um trabalho pro filho na mesma

---

empregando um grande número de operários em tempo integral, mas contentarei aqui em apresentar apenas as motivações dos funcionários da UFRJ em *quererem* morar na Vila Residencial. Em relação às universidades, não tenho conhecimento, na região metropolitana do Rio de Janeiro, de nenhuma universidade pública que ofereça moradias para seus funcionários, exceto a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que possui, no município de Seropédica, uma vila residencial construída nos moldes do desenvolvimento sustentável, chamada de “ecovila”.

<sup>100</sup> Nas entrevistas que realizei, no âmbito de uma pesquisa desenvolvida pela Casa de Oswaldo Cruz (Freire; Souza, 2010), constatei serem estas questões comuns aos moradores do Complexo de Manguinhos que trabalham na vizinha Fundação Oswaldo Cruz.

instituição, mas que, por sua atuação não ter correspondido às expectativas, o fato acabou gerando turbulências na convivência familiar.

Como vários outros casos ilustram, tanto relações amistosas quanto conflituosas atravessam frequentemente essas diferentes esferas de ação social – ou, nos termos colocados por DaMatta (1987b), os espaços morais *casa* e *rua*, sendo o primeiro marcado pelo convívio entre *pessoas*, ligadas através de laços de sangue, hospitalidade, simpatia, etc, e o segundo marcado pelo convívio entre *indivíduos*, ligados através de normas impessoais e comuns. Segundo o autor, espera-se que os sujeitos tenham comportamento diferenciado de acordo com o ponto de vista de cada uma dessas esferas de significação. No entanto, como os dois exemplos citados nos mostram, quando as interações estabelecidas nesses diferentes espaços se dão entre os *mesmos* sujeitos, o esforço para coordenar as suas ações e controlar as distâncias sociais torna-se muito mais complexo.

Até aqui falei das principais motivações que levaram muitos funcionários da UFRJ a desejarem fixar moradia na Vila Residencial, adquirindo uma residência ou recebendo a permissão da Prefeitura para construir sua própria residência em áreas ainda disponíveis. Ainda que houvesse um procedimento formal de inscrições, na prática, porém, esse processo de negociação se dava muitas vezes a partir dos “conhecimentos” desses funcionários, ou seja, das relações pessoais estabelecidas com outros funcionários, particularmente com aqueles diretamente ligados às funções deliberativas na estrutura universitária. Foi assim que Altino e Mílton, por exemplo, estabeleceram-se, mediante a autorização da Prefeitura da UFRJ, com suas famílias na localidade, ou que Tuniquinho conseguiu regularizar depois sua situação.

Mais do que o argumento da “necessidade”, o êxito na negociação expressava o alto grau das relações sociais construídas pelo respectivo funcionário com os tomadores de decisão. Quanto mais “conhecimentos” tivessem na UFRJ, sobretudo com funcionários da mais alta hierarquia, mais facilmente poderiam conseguir a autorização. Situação semelhante, em certa medida, à maneira com que muitos deles ingressaram, num determinado período, no quadro funcional da universidade.

### 3.3. Como alguém se tornava funcionário da UFRJ

Se para obter, junto à Prefeitura, uma casa ou terreno na Vila Residencial era necessário, antes de qualquer coisa, ser funcionário da UFRJ, como essas pessoas ingressavam no serviço público federal, tendo em vista que apenas com a Constituição Federal de 1988 a realização de processo seletivo ou concurso para preenchimento de vagas nas instituições públicas passou a ser, por lei, obrigatório?

No início dos anos 1950, quando muitos dos antigos ilhéus foram sendo incorporados pelo ETUB para trabalhar nas obras de construção da Cidade Universitária, o país ainda estava aprovando o primeiro Estatuto dos Funcionários Cíveis da União (Lei nº 1.711/52), estabelecendo a ampla gama de situações através das quais os cargos públicos podiam ser providos<sup>101</sup>. No caso de Ary, Rubem e Arnóbio, a proximidade física e a convivência diária com os engenheiros e técnicos responsáveis pelas obras de construção da Cidade Universitária foram fatores fundamentais para o seu ingresso no serviço público. Tal como no caso dos ciganos *calon* estudados por Mello, Veiga *et alli* (2009), que, devido sua posição espacialmente estratégica nas “imediações do cartório” e sua reconhecida competência como negociadores, conseguiram conquistar um nicho de mercado como oficiais de justiça, foi justamente por estarem ali disponíveis e aptos a exercerem a função de trabalhador braçal<sup>102</sup> que os antigos ilhéus foram se inserindo nos quadros da universidade, inicialmente contratados pelo antigo ETUB/DASP, através da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Nomeação, promoção, transferência, reintegração, readmissão, aproveitamento e reversão.

<sup>102</sup> Segundo documento exibido por Arnóbio para tirar, pela primeira vez, sua carteira de trabalho, validando sua contratação como servente pelo ETUB, foi-lhe exigido apresentar prova de idade, autorização do responsável, atestado de vacina, atestado de capacidade física e mental, prova de alfabetização, declaração do empregador e autorização do juiz de menores.

<sup>103</sup> Criada em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 5.452, a CLT unificou toda legislação trabalhista então existente no país, constituindo-se a principal norma legislativa brasileira referente aos direitos trabalhistas. O termo “celetista”, derivado da sigla CLT, passou a ser utilizado para designar o indivíduo que trabalha com registro em carteira de trabalho.



Primeiros registros na carteira de trabalho de Manuel Arnóbio. Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Com o término das obras da Cidade Universitária, muitos deles foram efetivados como servidores públicos para manter a universidade funcionando, passando muitas vezes a exercer outras funções, como a de agente de vigilância (no caso de Ary e Rubem) ou pintor (no caso de Arnóbio), até se aposentarem. Sobre a efetivação de seu ingresso no serviço público federal, nos anos 1970, Ary diz que à época fez apenas “uma prova simples, só para ver se sabia escrever”, admitindo que a indicação do engenheiro Helmuth, com quem mantinha relações de trabalho e amizade desde os anos 1950, contou bastante. Ainda que, como Ary, muitos dos operários que haviam migrado para trabalhar nas obras de construção do *campus* também tenham sido definitivamente incorporados ao serviço público federal, eles não eram suficientes para suprir a demanda cada vez maior de funcionários nas mais diversas funções. Vejamos então como se deu o ingresso dos que chegaram pouco depois na Cidade Universitária.

Seu Altino conta que trabalhava como faxineiro na casa do chefe de telefonia e elétrica da UFRJ quando certo dia seu patrão o convidou para trabalhar na universidade. O relato sobre como conseguiu a vaga expressa a simplicidade da transação, baseada no contato pessoal anterior com o funcionário da instituição: “Eu fazia serviço na casa dele de biscate e então ele gostou do serviço e me colocou aqui”. Uma vez contratado, começou trabalhando como auxiliar de limpeza no alojamento estudantil em 1966. Quando este foi deslocado do prédio do antigo Asylo dos Invalidos da Pátria, na Ilha do

Bom Jesus, para o prédio construído pela universidade na área da antiga Ilha do Baiacu, seu Altino foi realocado na Prefeitura da UFRJ, onde passou a trabalhar como auxiliar de serviços gerais até se aposentar como servidor público.

Já Milton contou com a ajuda da cunhada, que trabalhava como técnica administrativa no IPPMG para se inserir na universidade. Ao ser indicado por ela a falar com uma professora, que era, por sua vez, a esposa do Prefeito da UFRJ na época, Milton foi direto ao assunto: “Tenho dois filhos, esposa e preciso trabalhar”. Diante da eficaz negociação com a professora, a partir da qual conseguiu inserir-se como marceneiro no Museu Nacional, passou desde então a designá-la como sua “madrinha”.

Outro bom exemplo é o do senhor Afonso Rodrigues, que conheci no restaurante de um casal de moradores da Vila Residencial situado na rua que dá acesso à localidade e muito freqüentado por funcionários da UFRJ e do Parque Tecnológico. Em meados dos anos 1960, sua esposa Maria, que acabara de ter seu primeiro filho, tornou-se doadora do banco de leite materno do IPPMG. Ficando “conhecida” no local, foi posteriormente convidada por uma funcionária para trabalhar no setor, ingressando assim no quadro administrativo da universidade. Cerca de dez anos depois, quando ela estava trabalhando no Instituto de Neurologia, conversou com alguns colegas sobre a possibilidade de seu marido também trabalhar na universidade e foi assim, como ele nos diz, que ela o “trouxe pra cá”. Desde 1970, quando foi contratado, Afonso já trabalhou como carpinteiro no ETU, marceneiro no CCS e mestre de edificação e infraestrutura no CLA, onde acabou se aposentando.

Situações como as vivenciadas por Altino, Milton e Afonso nada têm, entretanto, de excepcional no que tange o funcionamento das instituições públicas brasileiras, pois, mesmo aquelas cuja organização é extremamente burocrática, como a judiciária, acomodava relações de parentesco, amizade e interesse (Mello, Veiga *et alii*, 2009)<sup>104</sup>. Foi graças a essa maneira das instituições arregimentarem pessoal que grande parte dos descendentes diretos dos primeiros moradores da Vila Residencial também se tornaram servidores da UFRJ. Para ilustrar essa questão, tomemos novamente como exemplo algumas das famílias anteriormente citadas.

---

<sup>104</sup> Como ilustra o número expressivo de ciganos ocupando os cargos de oficiais de justiça, havia, desde a Corte de D. João VI, um relacionamento possível entre os dois sistemas de organização no país descritos por Schwartz (1979 *apud* Mello, Veiga *et alii*, 2009): a administração caracterizada por normas burocráticas e relações impessoais e uma teia de relações baseadas em parentesco e em objetivos comuns.

Dentre aqueles que trabalharam no antigo ETUB, todos os filhos de Oswaldo também se tornaram funcionários da UFRJ. O irmão mais velho de Zeca, Norimar, formou-se em administração e chegou a ser subreitor da UFRJ, enquanto Rui formou-se em Direito na UFF e trabalhou como procurador da UFRJ, até se aposentar como servidor público. Já o próprio Zeca, trabalhou muitos anos no departamento pessoal da Reitoria, tendo depois se tornado também professor de educação física da Marinha. Aos 65 anos, hoje é servidor aposentado da UFRJ.

Da família de dona Alvelina, com exceção de Paulo Roberto, Rosa e Cristina, todos os outros filhos trabalharam ou trabalham na UFRJ. Antes de falecerem, Sebastina trabalhou com o pai no ETU, e José Carlos trabalhava num laboratório da COPPE. Dos que já se aposentaram, Maria Benedita e Maria Teresa trabalhavam como técnica-administrativas e Maria de Fátima como enfermeira do HUCFF. Dos que ainda estão na ativa, Maria Regina, Maria Lúcia, Júlio César e Marco Antônio trabalham como técnico-administrativos na Faculdade de Arquitetura, na COPPE e na Prefeitura da UFRJ.

Em relação à família da dona Regina, todos os seus três filhos trabalham ou prestam serviço atualmente para a UFRJ: Antônio José como auxiliar administrativo da DVST, Pedro Paulo como carpinteiro no CCS e Carlos Henrique como prestador de serviços gerais. Como Regina relata, foi seu sobrinho, que já trabalhava no CCS, quem a “colocou” na universidade. Tempos depois, foi ela própria quem “colocou” seu filho Pedro. Aos 66 anos, Regina trabalha como operadora de máquina copiadora no CCS e, apesar de já ter “30 anos de casa”, ainda não pensa em se aposentar.

Essa situação de reprodução dos vínculos de trabalho com a UFRJ na geração seguinte das famílias que moravam na vila funcional do ETU e nas antigas ilhas aterradas reforça um modo comum de contratação de servidores nas instituições públicas no período, baseado quase que exclusivamente na indicação, exceto no caso do preenchimento de vagas que exigissem competências e habilidades específicas. “Colocar” ou “trazer” alguém – é assim que, em quase todos os casos descritos, se designava a ação de um funcionário capaz de inserir outro nos quadros da universidade. Ao “colocar alguém pra dentro”, o funcionário que realizava a ação também estava legitimando seu *status* de alguém já seguramente estabelecido na instituição, demonstrando que possuía “conhecimentos” no local de trabalho.

As condições de possibilidade para que este tipo de situação ocorresse se explicam, em parte, pelo fato de que a UFRJ podia incorporar funcionários tanto por meio de processos seletivos públicos pautados no Estatuto dos Funcionários Civis da União, estabelecendo uma relação unilateral com os trabalhadores - como ocorreu, por exemplo, com Verinha - quanto por meio de contratos bilaterais pautados na CLT - como ocorreu com os antigos ilhéus e, posteriormente, com alguns de seus filhos.

Outro aspecto relevante era a grande oferta de trabalho que representava a UFRJ, tendo em vista o processo de expansão que a instituição estava vivendo na década de 1980. A gestão do primeiro Reitor eleito pela comunidade universitária, professor Horácio Cintra de Magalhães Macedo (1985-1989), foi significativa a esse respeito, período em que houve a contratação de um grande número de funcionários, além da realização de concursos para docentes, da correção do enquadramento de professores anistiados e da regularização da situação de centenas de funcionários. O dinamismo e a luta do professor comunista pela autonomia universitária significou, nas palavras de Afonso, uma verdadeira “revolução” na UFRJ. Segundo me informou o ex-diretor do SINTUFRJ, Lenin Pires, apenas nos dois primeiros anos da gestão de Horácio Macedo, a UFRJ recebeu cerca de cinco mil novos funcionários<sup>105</sup>. Residindo no interior do *campus* universitário, muitos moradores da Vila Residencial viram o momento oportuno e rapidamente se engajaram para preencher as vagas de trabalho ofertadas.

Na eleição seguinte, Horácio Macedo foi novamente eleito por maioria absoluta, mas como sua reeleição foi contestada na justiça por seus opositores políticos, assumiu em seu lugar o professor Nelson Maculan Filho (1989-1994), que anunciou colocar em prática a política de demissões de trabalhadores em situação “irregular” promovida pelo curto governo do então presidente Fernando Collor de Mello (1990- 1992)<sup>106</sup>. Nesse contexto político conturbado da história do país e da universidade, foi aprovada, ainda em 1990, a Lei nº 8.112, que dispôs sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, segundo o qual todos os funcionários passaram a ser reconhecidos como servidores públicos sujeitos ao

---

<sup>105</sup> Em entrevista concedida ao jornal do sindicato no fim de 1986, Horácio Macedo declarou a existência de um corpo de funcionários técnicos administrativos na ordem de sete mil e oitocentos (Reitor..., 1986).

<sup>106</sup> Em nota apresentada ao Consuni, em 25/10/90, a Reitoria, comprometendo-se a fazer todos os esforços junto ao governo no sentido de “abrir concurso público no mais breve prazo possível para efetivação do contingente de mão de obra necessária para a UFRJ”, anunciava a demissão imediata de 222 trabalhadores da UFRJ, sendo 166 prestadores de serviço tidos como irregulares a partir do mês seguinte (Íntegra...,1990).

mesmo regime de trabalho, prevendo-lhes direitos e deveres (Lobão, 1998)<sup>107</sup>. Se, por um lado, essa mudança enfrentou inicialmente forte resistência por parte de alguns grupos políticos, por outro lado, representou, somente em 1992, a preservação de direitos de quatro mil extra-quadros na UFRJ.

Apesar de todos os avanços legislativos no que se refere às Instituições Federais de Ensino Superior realizados no processo de redemocratização do país<sup>108</sup>, conquistados através de intensa mobilização dos trabalhadores em greves organizadas pelas associações e sindicatos da categoria, a percepção de certa informalidade na forma com que os trabalhadores ingressavam na UFRJ, entretanto, persiste. Curiosamente, ao me apresentar genericamente como sendo “da universidade”, muitos moradores da Vila Residencial me indagavam sobre a possibilidade de, através de meu contato, obter uma vaga na UFRJ para algum parente ou amigo, ou seja, se eu poderia, por algum tipo de influência, “colocar” alguém na instituição. Por outro lado, é comum perceber entre cidadãos comuns e alguns moradores da localidade, sobretudo aqueles que nunca trabalharam na UFRJ, julgamentos críticos sobre a forma com que os funcionários mais antigos ingressaram na universidade, acusando-os de serem “janeleiros” e designando de forma pejorativa o conjunto de funcionários admitidos na década de 1980 como “trem da alegria”.

Percebido como “revolucionário” ou “ilegítimo”, fato é que o ingresso de um grande número de funcionários por outras vias que não a aprovação em um concurso público foi possível justamente porque as condições contextuais assim o permitiam, o que nos demanda, antes de tudo, um ponto de vista relativizador sobre a questão. Não por acaso, na medida em que se modificaram estas condições, diminuiu-se consideravelmente o número de membros das famílias da Vila Residencial inseridos como servidores na universidade, assim como reduziram os salários daqueles que nela ingressaram posteriormente, de acordo com as novas regras. Enquanto na família de dona Alvelina, por exemplo, nove dos seus treze filhos trabalharam ou trabalham na UFRJ, na geração seguinte apenas uma neta trabalha atualmente na Cidade Universitária. A estabilidade e os diversos direitos garantidos pela legislação continuam

---

<sup>107</sup> Nesse caso, todos (estatutários e celetistas) teriam uma relação contratual com o Estado, mas com base numa relação bilateral, em que a Justiça do Trabalho seria o órgão competente para dirimir conflitos entre os trabalhadores, representados pelas respectivas associações e sindicatos, e a União.

<sup>108</sup> Cabe citar, além do Regime Jurídico Único, a aprovação das Diretrizes de Planos de Carreira e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

sendo, contudo, um atrativo para o ingresso no serviço público, cuja especificidade da relação de trabalho tem muita ligação, como analisou Lobão (1998), com a forma como os próprios servidores se percebem como uma espécie de “trabalhadores especiais”.

### 3.4. Os *estabelecidos* e os *outsiders*

Apesar de diferentes grupos terem constituído a Vila Residencial, prevalece entre os moradores sua representação como homogênea e igualitária, reforçada pela forte tendência a uma endogamia local e expressa nas idéias nativas de que todos ali se conheceriam e pertenceriam a uma “mesma família”, sendo comum, nesse sentido, referirem-se à localidade também como uma “comunidade”.

O trabalho de campo permitiu, no entanto, verificar que esta representação não corresponde a um modelo igualitário no plano das relações cotidianas, pois, assim como Leitão (2003) identificou em sua etnografia sobre a Ilha de Paquetá, mesmo que praticamente todos se conheçam, nem todos se falam. Assim como na pequena cidade do interior da Inglaterra estudada por Norbert Elias e John Scotson (2000) que deu luz à antropóloga para refletir sobre sua etnografia da Ilha de Paquetá, existem na Vila Residencial tensões entre os habitantes *estabelecidos* e aqueles considerados *outsiders*, fundadas na distinção entre os que moravam na região muito antes do que os outros, encarnando os valores da tradição e da boa sociedade<sup>109</sup>. Para melhor compreender estas tensões, é preciso primeiramente descrever quem são, nesse caso, os *estabelecidos* e os *outsiders*, ou seja, como os moradores da Vila Residencial se autorrepresentam e se pensam em relação ao outro e ao lugar onde vivem.

Tal como na localidade fictícia de Winston Parva, os que chegaram *depois* na Vila Residencial não percebiam os moradores anteriores como diferentes deles sob nenhum aspecto, afinal, a princípio quase todos eram funcionários da UFRJ e o tempo

---

<sup>109</sup> De acordo com a apresentação de Federico Neilburg à edição brasileira do livro de Elias e Scotson, as palavras *established* e *outsiders* são utilizadas, na língua inglesa, para designar, respectivamente, indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder, fundadas no fato de serem um modelo moral para os outros, e um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os primeiros. Enquanto o *establishment* constituiria uma identidade social de “boa sociedade” a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência, os *outsiders* não constituiriam propriamente um grupo social, existindo sempre no plural e vistos como estando “fora” da boa sociedade.

que os separava dos *antigos* com relação à sua chegada na localidade era muitas vezes quase nulo. É por isso que José Justino, por exemplo, embora não faça parte do grupo social formado pelos antigos ilhéus, também se autodefine como um dos “fundadores” da localidade. Porém, ao tentarem manter contato com alguns dos residentes anteriores, notaram que eles se percebiam como um grupo fechado e viam os novatos como um grupo de intrusos, dos quais pretendiam manter à distância. A diferença fundamental tanto para a constituição interna de cada grupo quanto para a relação entre eles residia no fato de que, diferentemente dos novatos, as famílias dos antigos ilhéus tinham um passado comum, ligado à própria constituição da Ilha do Fundão, que as unia enquanto grupo. Contudo, diferentemente de Winston Parva, em que os *estabelecidos* e os *outsiders* dividiam-se por três bairros distintos, na Vila Residencial os distintos grupos compartilhavam o mesmo espaço físico – uma área de cerca de 120.000m<sup>2</sup> delimitada apenas pela Baía de Guanabara e pelo Parque Tecnológico - o que torna os conflitos ainda mais difíceis de serem percebidos por um observador externo.

Entre os membros mais idosos das famílias oriundas das antigas ilhas aterradas ou que chegaram na região ainda durante as obras de aterro e construção da Cidade Universitária, é comum a autorreferência e o reconhecimento por parte dos demais moradores como sendo “os mais antigos”, portanto, os *estabelecidos* da Vila Residencial. Seria praticamente impossível fazer uma pesquisa sobre a história local e não receber a indicação de alguém para conversar com o senhor Ary, por exemplo, cuja precedência no lugar lhe confere legitimidade e prestígio. Não é raro, por sua vez, ao ser procurado para contar as histórias de antigamente, ele considerar às vezes enfadonho esse papel social que lhe foi atribuído: “ah, mas eu já contei isso pra tanta gente...”. Mas é só embalar a conversa com algum destes antigos moradores para se perceber o quanto o passado comum serve de referencial para o presente. Sobre esse aspecto, é interessante notar, por exemplo, a permanência, no discurso desses moradores, da referência à geografia das antigas ilhas como norteador espacial, muito embora o arquipélago seja hoje inexistente na paisagem. Para um morador novato ou um visitante de primeira viagem, frases como “vou ali no Bom Jesus” ou “fui lá no Catalão” podem, assim, carecer de sentido e deixá-lo totalmente desorientado no tempo e no espaço.

Além disso, se como chama a atenção Halbwachs (2004), o espaço se constitui num ponto de referência importante na estruturação da memória coletiva, a forma

peculiar com que estes moradores representam e se relacionam com esse espaço é certamente um elemento que os distingue dos que chegaram depois. Afinal, enquanto os *estabelecidos* tinham raízes profundas no lugar, sendo muitos deles nascidos nas antigas ilhas, os *outsiders* eram, a princípio, pessoas desenraizadas que, por terem vindo de diferentes regiões da cidade, dificilmente desenvolveriam ali uma vida comunitária.

Uma boa fonte de ilustração desse aspecto foram as *visitas guiadas* que organizei na localidade. Duas das quatro visitas foram realizadas na antiga Ilha do Catalão, hoje transformada em área de preservação ambiental, com acesso por terra controlado pela UFRJ. A primeira atividade, realizada em 21 de março de 2009, contou com a participação de quatro ex-habitantes da ilha e uma criança de onze anos, todos oriundos da família Vianna (Rubem, Arnóbio, Baltazar, Wânia e Daniel, neto de Arnóbio)<sup>110</sup>, além do doutorando do PPGA-UFF, Felipe Berocan, que me auxiliou no registro audiovisual. Já a segunda atividade, realizada em 19 de setembro de 2009, contou com os mesmos quatro membros da família Vianna (Rubem, Arnóbio, Wânia e Daniel) e outros antigos moradores e descendentes dos “herdeiros” da ilha, como Sandra, neta de Augusta e Antônio Medeiros de Lima, que levou sua filha para conhecer o local onde viveu até a adolescência, e Luís Gosselin, filho de Nadir e neto de Adelaide Escobar, que há 25 anos não retornara ao local que tanto freqüentava durante sua infância. Além disso, a segunda visita contou com a participação das bolsistas de extensão da UFRJ Ana Paula Morel e Carolina Cardoso e outros moradores da Vila Residencial interessados, como Moacyr, pai de uma moradora da localidade que há anos vem se interessando por escrever, de forma literária, a história local, e Maria da Glória, que aproveitou a oportunidade para conhecer melhor a ilha junto com seus dois filhos e mais três crianças. Tendo em vista o recorrente discurso dos moradores da Vila Residencial de que a ilha seria atualmente um local “perigoso”, que, por ser “isolado” do *campus*, costuma ser utilizado por bandidos da região, que ali abandonam os cadáveres de suas vítimas, e por homossexuais, que se dirigem à sua orla para praticar atos sexuais, as visitas contaram ainda com o apoio da Divisão de Segurança da UFRJ,

---

<sup>110</sup> Com exceção de Baltazar, que mora na Ilha do Governador e fora convidado para a atividade pelos parentes, todos os demais são moradores da Vila Residencial com os quais já tinha contato. Além destes, havia estendido o convite a outras pessoas que também haviam residido na ilha e mantinham estreitas relações com essa família, mas que, por diversas razões, não puderam comparecer.

na tentativa de derrubar simbolicamente a barreira do “medo”, exposto sobretudo pelas mulheres, e, assim, viabilizar o acesso ao local e a realização das atividades<sup>111</sup>.

Ao nos deslocarmos da praça da Vila Residencial, onde havíamos marcado o encontro, para a antiga Ilha do Catalão, no outro extremo do *campus*, a primeira visita já começava a ser espontaneamente guiada por Arnóbio, cujo fluxo de memórias seguia num ritmo cada vez mais intenso. Da janela do automóvel, mostrava-nos determinadas áreas do *campus* trazendo à tona histórias da vida pregressa daquele espaço artificialmente construído. Apontando à nossa direita, dizia: “a Ilha do França era aqui. Era uma ilha pequenininha. Sumiu já...”. Pouco depois, nos perguntava: “você sabe onde era a Ilha do Baiacu? Sumiu do mapa... A máquina destruiu”. Apontando em direção aos prédios do alojamento estudantil, enunciava: “Era mais ou menos aqui, oh”. Em seguida, Arnóbio, que trabalhou nas obras de construção da Cidade Universitária, relatava: “quando foram aterrar aqui, eles vieram procurando o lugar mais raso, por isso tem essa curva toda, porque ali é mais fundo”, referindo-se ao formato da Ilha do Fundão.

Ao pararmos na entrada do portão de acesso ao parque, apontou à nossa esquerda o local onde havia a antiga Ilha das Cabras e comentou, fazendo gestos com as mãos: “daqui pra lá a gente atravessava a nado”. Enquanto um dos vigilantes abria o portão, o outro, do carro, enunciava-nos o estado da ilha: “aqui tá muito abandonado”. Assim que entramos na ilha pelo caminho de terra, seu Arnóbio apontou pela janela à nossa esquerda uma área levemente mais elevada onde não víamos nada além de algumas árvores e um matagal: “ali era uma igreja, um templo. Era antiga...”. Nesse momento, pedimos para descer do carro e seguir o percurso a pé a partir de então, pois, como afirma Amphoux (2002), após testar pela primeira vez o método dos percursos comentados, “quando andamos de carro, as coisas vão muito rápidas para que possamos verbalizá-las. Quando estamos a pé, a gente pode parar, adaptar a deambulação à palavra”<sup>112</sup>.

Ao redor da igreja ressuscitada pelas lembranças de Arnóbio, diversas árvores Sapucaias se faziam exuberantemente presentes e justificavam a toponímia da outra ilha

---

<sup>111</sup> Na primeira visita, contamos com o apoio dos vigilantes Edimilson Schmith, Ricardo Freitas e Fernando José. Na segunda visita, com o apoio dos vigilantes Márcio Araújo e Arione Gouveia.

<sup>112</sup> “Seulement, quand on roule, les choses vont trop vite pour qu’on puisse les verbaliser. Quand on est à pied, on peut s’arrêter, adapter la déambulation à la parole”.

que também compunha o antigo arquipélago e sobre a qual hoje vivem na Vila Residencial. Junto com Baltazar e seu neto Daniel, Arnóbio catava no chão alguns dos frutos caídos em formato de cuias para nos presentear, indicando os usos de uma árvore nativa que, como eles, parecia ser um símbolo de resistência e da força de um passado que desejam manter vivo.

Dali por diante, cada árvore, cada praia, cada vestígio das antigas construções fazia emergir uma lembrança deles sobre o modo de vida local: a mangueira plantada por seu Arnóbio, a praia onde ficava estacionada a Mariana, “a lancha do compadre Ventura”, os vestígios dos azulejos da cozinha da casa da família do senhor Galvão, a construção de pedras do antigo balneário que atraía turistas à ilha, as ruínas do muro da antiga “senzala” atrás do qual se escondiam as casas de outras famílias, o descampado onde existiam as suas casas e o poço que lhes abasteciam de água. “Nosso quintal”, dizia Baltazar, abrindo os braços, “era tudo isso aqui”.



À esquerda, Arnóbio ao lado do neto Daniel e Rubens ao fundo, sobre o muro de pedra. À direita, vestígios da parede de azulejos da casa do senhor Galvão. Foto: Leticia de Luna, 2009.

Embalados pelos membros da família Vianna que, apesar da idade, embrenhavam-se pelo mato e pulavam sobre as pedras com a agilidade de uma criança brincando, na segunda visita, Sandra e Luís também iam reconhecendo com familiaridade o local onde passaram boa parte de sua vidas, como a “praia da varanda”, que, por ser a mais bonita, era a preferida para levar os visitantes. Num dos pontos altos da visita, Arnóbio registrou na areia com uma vareta de madeira a topografia

invisível que só os antigos moradores hoje são capazes de ver, aproveitando a perspectiva da curvatura da praia de onde era possível antigamente avistar todas as outras ilhas. Desse modo, os antigos moradores realizavam, através da vivacidade de suas narrativas, uma verdadeira *arqueologia urbana* (Mello e Vogel, 1984), isto é, uma forma peculiar de exercício da memória que tomava como objeto a própria materialidade daquele espaço, restabelecendo continuidades e lugares onde, para os demais visitantes, não existia nada além do atual sistema (des)construído.

Ao longo dos percursos comentados, predominava nas narrativas dos antigos moradores uma idealização do passado, ressaltada na referência comum à ilha como um “paraíso”. Mas o ato de evocá-la não era uma capacidade exclusiva dos mais velhos, pois mesmo o neto de Arnóbio também atualizava, durante a visita, sua memória sobre a ilha: “aqui era limpinho quando eu vim, com sete anos”. Nas duas visitas guiadas realizadas posteriormente com crianças na própria Vila Residencial, a precedência dos antepassados de Daniel era reconhecida pelos demais como forma de autorizar seu discurso, afinal, como disse seu colega de escola Glauber: “o avô dele era um dos donos da Ilha do Catalão”. Quando Daniel explicava a história da localidade, a partir do aterro do antigo arquipélago, todos o ouviam atentamente exibindo admiração e respeito.

Como mostraram as visitas guiadas, os *estabelecidos* da Vila Residencial possuem uma relação com o lugar e com os que pertencem ao seu grupo qualitativamente distinta daquela que possuem os que chegaram depois na região. Isso se evidencia claramente, por exemplo, na narrativa de outra ex-moradora da ilha, Marli - filha de Augusta e Antonio Medeiros de Lima e tia de Sandra - cujas referências à ilha e à Vila Residencial inclusive se misturam:

Eu vim ainda bebê pro Catalão. Eu me criei aqui [na ilha]. Nós, que éramos do Catalão, somos uma família. Eles têm retrato nosso, a gente tem retrato deles. (...) Aqui [na Vila] é bom que aqui onde nós moramos um ajuda o outro. Aqui dentro ainda tem isso, que lá fora a gente não vê. Isso é maravilhoso. No Catalão era maravilhoso. Era muito bom. Aquela vida a gente nunca mais vai ter. Ninguém hoje tem a infância que a gente teve lá...

Por outro lado, ao descrever a transferência de sua família para a Vila Residencial, Marli evoca a dificuldade de adaptar-se ao novo espaço de moradia e, sobretudo, ao “pessoal de fora” com o qual teve que passar a conviver:

O prefeito mandou que a gente viesse escolher a casa, nessa época eu já não tinha mais meu pai, vim com a minha mãe e meus irmãos. Era a casa na rua oito, casa número dois. A casa era enorme. O caminhão da universidade trouxe nossas coisas. Quando a gente chegou aqui, o pessoal da portaria, que morava lá no horto, já estava aqui. Aí foi saindo o pessoal da ilha. Aqui ainda tinha muita casa vazia. Nos deixaram à vontade pra escolher a casa. Eu gostei da casa, mas estranhei o lugar. Quando nós viemos não tinha muita gente, depois é que foi chegando o pessoal de fora... Eu não me acostumei, não me adaptava... Achava tão diferente... Porque você mudar de um lugar onde você tem toda a liberdade, tem lugar pra andar, pra tomar banho... Minha casa era aqui e a praia era ali. O que eu queria mais?

É justamente essa experiência anterior compartilhada pelos demais ilhéus transferidos para a localidade, evocando a precedência do lugar sobre o espaço, que passou a orientar, naquele momento, as ações e percepções dos *estabelecidos* acerca da chegada dos *outsiders*. Como Marli descreve:

O comportamento era muito diferente, os modos, o jeito, não sei, era muito esquisito. Eu fiquei até doente... Primeiro porque não queria ter saído do Catalão, depois porque o pessoal que veio de fora era muito barulhento, eles brigavam muito... Porque eu acho que o ambiente faz a pessoa, né?

O estranhamento que chegou a fazer Marli adoecer ao se deparar com este outro tipo de morador refere-se, no entanto, ao fato de que ele veio, em grande parte, de localidades consideradas *favelas*, onde tinham, do ponto de vista dos *estabelecidos*, um estilo de vida e uma socialização muito diferente daquela que eles tiveram nas antigas ilhas. Wânia, por exemplo, enfatiza os quão “ingênuos” eram os antigos ilhéus, que ao se assustarem com os visitantes que passaram a frequentar o local, passaram a ser por eles apelidados de “índios”. Essa representação, aludindo à figura do *bom selvagem* descrito pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau, vivendo em estado de plenitude com a natureza e dotado de uma ingenuidade original, contrapor-se-ia, por sua vez, àquela historicamente construída acerca do *favelado* como alguém habituado à desordem e à anomia<sup>113</sup>.

---

<sup>113</sup> Segundo Valladares (2005: 36), na visão dos primeiros observadores da favela do Rio de Janeiro, cerceada pelas preocupações políticas relativas à consolidação da jovem República, à saúde da sociedade e à entrada na modernidade, a favela pertencia ao mundo antigo, bárbaro, do qual era preciso distanciar-se

Embora tanto os antigos ilhéus quanto os moradores vindos de favelas tivessem padrões de renda e escolaridade semelhantes, sendo todos inicialmente funcionários da UFRJ, o que os diferenciava, no momento em que passaram a ter contato, era, antes de tudo, o “jeito” de ser. As diferentes maneiras de se comportar e se relacionar com os outros e sobretudo com aquele espaço não eram, entretanto, desvinculadas das características atribuídas aos meios dos quais se originavam, já que, como declarou Marli, “o ambiente faz a pessoa”. E eram justamente essas diferenças que faziam com que os *estabelecidos* - fossem os antigos ilhéus ou aqueles que tivessem chegado na região ainda durante as obras de aterro, vivendo com aqueles intensas trocas sociais – rejeitassem inicialmente o convívio com os *outsiders*. A chegada de “muita gente estranha” na Vila Residencial foi, inclusive, o principal motivo que levou a família de José Galvão a sair da localidade pouco mais de um ano após sua transferência da Ilha do Catalão para os antigos alojamentos da ECEX. Ainda que seu pai, que antes era conhecido como “xerife da ilha”, tivesse sido vítima de um ladrão do Caju que invadiu seu bar na localidade para roubar um cigarro e acabou assassinando o pai de sua cunhada, Sandra Rosa confessa: “eu achava que não ia dar certo colocar todos os funcionários no mesmo local”.

A dinâmica da estigmatização produzida sobre o terceiro e, mais ainda, ao quarto tipo de morador da Vila Residencial, representante de todos os estereótipos atribuídos à figura do *favelado*, se evidenciava, sobremaneira, nas percepções acerca da subárea conhecida como “Vila dos Solteiros” – um conjunto de quatorze casas construídas precariamente na rua de acesso à localidade após a transferência das primeiras famílias para a Vila Residencial<sup>114</sup>, tendo a maioria dos moradores chegado posteriormente na localidade e sem ter inicialmente vínculo funcional com a UFRJ. A conjugação desses três fatores era suficiente para que essa subárea fosse chamada por alguns de “a favela da Vila”.

---

para alcançar a civilização. Analisando a construção das representações sociais da favela carioca ao longo do século XX, a autora destaca que, tal como utilizada hoje, tanto nas produções eruditas quanto nas representações da mídia, a categoria de favela é o resultado mais ou menos cumulativo e contraditório de representações sociais sucessivas, originárias das construções dos atores sociais que se mobilizaram em relação a esse objeto social e urbano, tratando-se, de certo modo, de uma favela *inventada*.

<sup>114</sup> Segundo antigos moradores, as primeiras casas dessa subárea foram construídas após um incêndio nos antigos alojamentos da ECEX construídos para homens solteiros, do outro lado da rua. Ao longo do tempo, outras moradias foram sendo construídas nesse local, como evidenciou o caso de Antônio Brito, entre outros.

Outra forma na qual a dinâmica de estigmatização dos *favelados* se evidenciava era nas percepções de muitos moradores acerca da Escola Tenente Antônio João, onde muitos dos antigos moradores, quando crianças, estudaram. Como Mário conta, o nível do ensino antigamente era tão bom que a escola era “disputada” por famílias de toda a região. No entanto, para muitos moradores da Vila Residencial, depois que ela passou a atender também “o pessoal da favela”, a qualidade do ensino piorou muito, referindo-se nesse caso tanto às crianças do Complexo da Maré que passaram a se matricular na escola quanto às que residem na própria Vila, tendo migrado de outras favelas.

Embora morasse na dita “favela” da Vila Residencial, Vanda, que não se percebia como *outsider* por ter ali chegado ainda “nos tempos da ECEX”, preferia pagar uma escola privada para sua neta em Parque União, situada, como fazia questão de dizer, “fora da favela”, do que matriculá-la na Escola Tenente Antônio João, onde acreditava que o convívio com muitas crianças *faveladas* contaminaria a educação de sua neta. O caso de Vanda ilustra com perfeição aquilo que Mary Douglas (1976: 21) já dizia a respeito da relativização da noção de poluição: de que o que é limpo em relação a uma coisa pode ser sujo em relação a outra e vice-versa, uma vez que o idioma de poluição se adequa a uma álgebra complexa que leva em consideração as variáveis de cada contexto. Se internamente Vanda fazia parte do grupo estigmatizado como *favelado*, por outro era justamente para distinguir sua neta dessa identidade deteriorada (Goffman, 1982) que ela a matriculou em uma escola particular mais distante.

Ao longo dos anos, a proximidade física propiciou uma maior proximidade social entre os *estabelecidos* e os *outsiders*, capaz de amenizar, mas não extinguir, as tensões. É possível inclusive encontrar na geração seguinte alguns casamentos entre membros de ambas as famílias, como aquele ocorrido entre o filho de dona Alvelina e a filha de dona Salete, porém, o mesmo não acontece com frequência entre as famílias dos antigos ilhéus e os que chegaram depois na localidade, sem terem qualquer vínculo prévio com o lugar ou com a universidade.

No próximo capítulo, descrevo as dinâmicas das interações entre os múltiplos grupos que pertencem à Vila Residencial, buscando evidenciar suas implicações na morfologia social do lugar.

## **Capítulo 4:**

### **“Um pedacinho do céu”: a morfologia social e os modos de habitar o lugar**

#### **4.1. Situando o lugar**

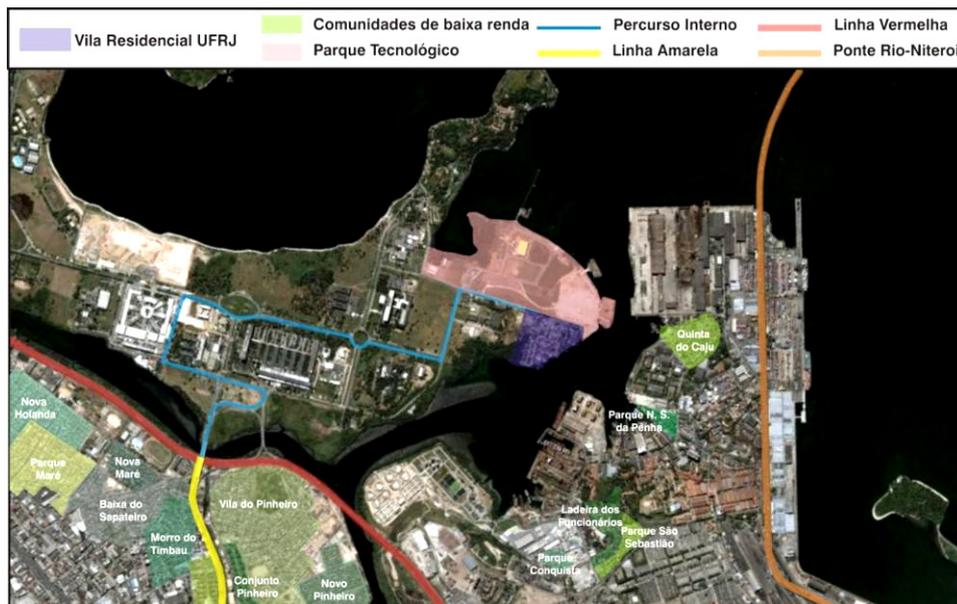
Localizada a sudeste da Ilha do Fundão, a Vila Residencial pertence, segundo a Prefeitura do Rio de Janeiro, ao bairro da Cidade Universitária, integrando a XX Região Administrativa. Os 15 bairros que compõem esta região administrativa (14 dos quais situados na Ilha do Governador) encontram-se inseridos, juntamente com outros 54 bairros da Zona Norte da cidade, na Área de Planejamento 3.

Apesar do nome, a Ilha do Fundão, cujas instalações da Cidade Universitária ocupam cerca de 30% do território, não está propriamente destacado do continente, como o bairro de Paquetá, que tem o transporte marítimo como única forma de acesso. Cercada pela Baía de Guanabara, na altura do Canal do Cunha, pela Ilha do Governador (que também não é mais, nesse sentido, uma ilha) e pelos bairros do Caju (pertencente à I Região Administrativa - Portuária) e da Maré (XXX Região Administrativa, composta por dezesseis favelas), a Ilha do Fundão sequer tem a via marítima como meio de transporte público, sendo seu acesso efetuado prioritariamente por rodovias, através da Avenida Brasil, da Avenida Governador Carlos Lacerda e da Via Expressa Presidente João Goulart, mais conhecidas como Linha Amarela e Linha Vermelha. Com a construção desta última nos anos 1990, a Ilha do Fundão, como grande parte das favelas da Maré que tangenciam a via expressa, passou a constituir paisagem obrigatória na rota de grande parte dos viajantes que chegam ou partem da cidade pelo Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim.



Fonte: Memorial Justificativo da Regularização Fundiária Sustentável da Vila Residencial, 2010.

No interior da Ilha do Fundão, a Vila Residencial ocupa uma área de 122.640m<sup>2</sup>. Entretanto, ela é relativamente oculta aos olhos do grande número de pessoas que frequentam diariamente a Cidade Universitária. Circunscrita pelo Canal do Cunha ao sul, por uma área de mangue a oeste, pelo Parque Tecnológico a nordeste e por algumas instalações administrativas da UFRJ (Divisão de Transportes, Divisão de Saúde do Trabalhador, Incubadora de Empresas, Gráfica e Pós-Graduação da Escola de Belas Artes) a noroeste, a localidade encontra-se, como assinala Souza (2006), numa situação de “fim-de-linha”, ou seja, um lugar frequentado apenas por quem mora ou decide ir lá.



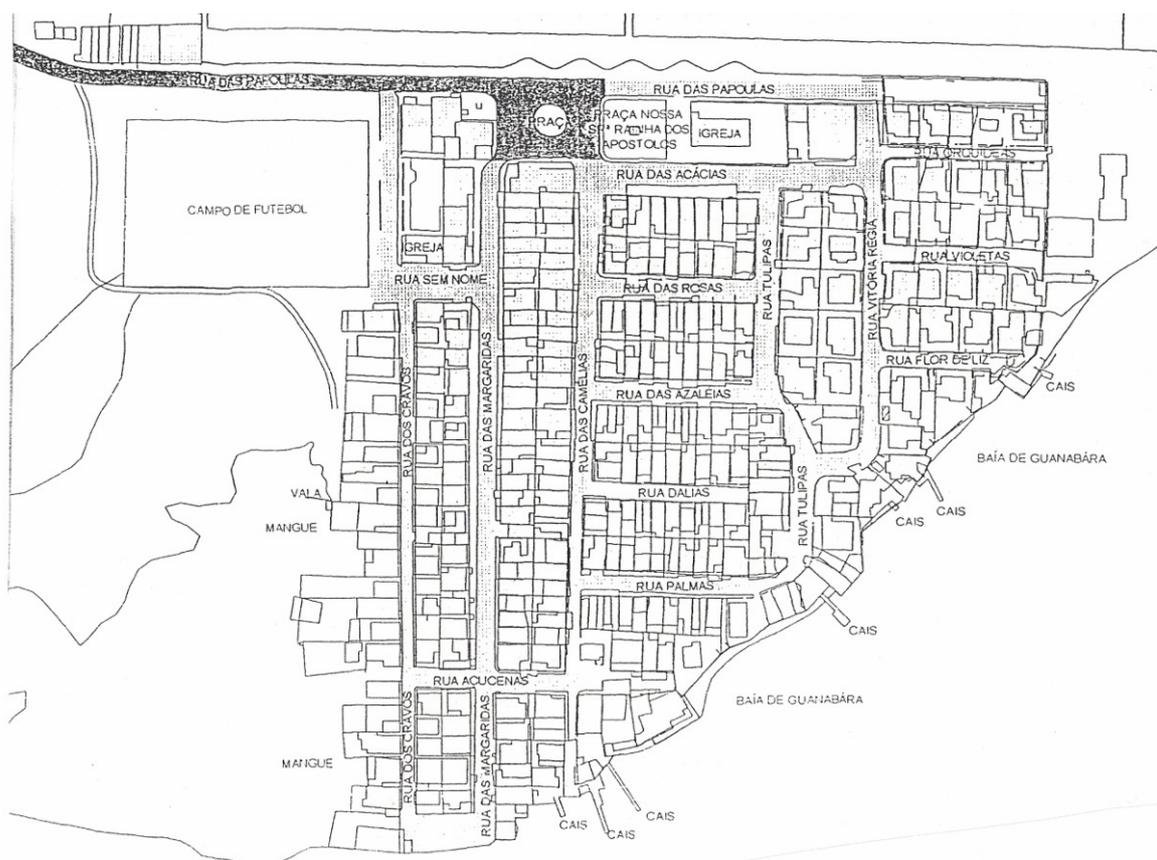
Fonte: Memorial Justificativo da Regularização Fundiária Sustentável da Vila Residencial, 2010.

Cabe lembrar que, apesar de pouco visível aos usuários da Cidade Universitária, a Vila Residencial é o ponto final de uma das linhas do ônibus da UFRJ que circulam pelo *campus*. Muitos são, aliás, os estudantes e funcionários que acabaram “descobrir” a localidade acidentalmente, ao pegarem a antiga linha Alojamento-Reitoria, que parava na Vila Residencial antes de passar na Avenida Pedro Calmon, ao invés da linha Alojamento-Reitoria Especial, que passava apenas por esta avenida, nos dois sentidos.

Em 2009, quando esta linha passou a se chamar Alojamento-Vila Residencial, identificando corretamente os dois pontos finais de conexão, muitos dos usuários da Cidade Universitária hesitavam em entrar no ônibus por desconhecer o destino indicado. Para os moradores da Vila Residencial, por sua vez, a pequena mudança no letreiro teve um efeito simbólico significativo de visibilidade e reconhecimento por parte da universidade – questão que será desenvolvida mais apropriadamente no próximo capítulo.

#### **4.2. Uma etnografia das ruas**

No começo do trabalho de campo, em 2008, a Vila Residencial possuía quinze ruas, uma praça e um grande campo de futebol. O traçado urbano da localidade segue o padrão do antigo canteiro de obras da ECEX, com o predomínio de ruas e quadras regulares, como se pode ver abaixo:



Planta baixa da Vila Residencial, com destaque para a zona de acesso. Fonte: Prefeitura Universitária, s/d.

No início dos anos 1990, a Prefeitura da UFRJ modificou a antiga numeração das ruas – outra herança da ECEX - que passaram a adotar nomes de flores. Até hoje, porém, a numeração anterior ainda é a forma predominante utilizada pelos antigos moradores para se referir às ruas. Eis abaixo a tabela criada pela Associação de Moradores para auxiliar os visitantes a compreender a organização espacial da localidade:

Designação anterior	Designação atual	Designação anterior	Designação atual
01	Papoulas	10	Palmas
02	Acácias	11	Tulipas
04	Rosas	12	Orquídeas
05	Cravos	13	Vitória Régia
06	Azaléias	14	Violetas
07	Margaridas	16	Flor de Lis
08	Dálías	18	Açucenas
09	Camélias		

Comparando as designações anteriores das ruas com o mapa atual da localidade percebe-se claramente a forma ortogonal de organização do espaço concebida no antigo canteiro de obras da ECEX, sendo as ruas de números ímpares (com exceção da Rua das Papoulas) traçadas horizontalmente e as ruas pares traçadas verticalmente. A ausência de três ruas na ordem sequencial correspondente (ruas nº3, nº15 e nº17) explica-se pelo próprio processo de expansão da localidade nas últimas décadas, visto que, com a construção de novas moradias e as obras de ampliação das existentes, algumas das antigas ruas e trechos de outras simplesmente deixaram de existir.

A Vila Residencial possui pelo menos dois importantes pontos de referência, facilmente identificáveis na planta acima, através dos quais os moradores orientam os visitantes e a si próprios: o campo e a praça. Estes dois espaços públicos são referenciais não somente em função de estarem situados na zona de entrada e saída da localidade, o que lhes confere movimento durante o dia e a noite, mas também em função da sua importância enquanto suporte da história local e da vida cotidiana dos moradores. Tanto o campo, cujo raio de referência se estende ao bar e restaurante do morador Tílson Coelho (última construção na Rua das Papoulas, antes dela desembocar na praça), quanto a praça, cujo raio de referência se estende ao ponto de ônibus e ao início da Rua das Margaridas, são mais do que rotas de passagem, são lugares onde ocorre muitas das manifestações coletivas, como os campeonatos de futebol e os eventos festivos.

Ao andar pela localidade vê-se, porém, que o que pode ser designado propriamente como praça não é apenas a pequena rótula na qual o ônibus contorna para fazer sua parada e seguir o percurso, mas a extensão da quadra na qual se situa a igreja católica Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos. Na época da ECEX, toda esta área cimentada era ocupada pela Escola Rio-Niterói e por uma quadra de esportes. Hoje, além da igreja, tem-se, em frente a ela, nada mais do que oito bancos de concreto (quatro enfileirados de cada lado) e, no centro, um pequeno canteiro com a estatueta da santa que nomeia a igreja e, desde então, também a praça.

Se considerarmos o seu raio de extensão, abrangendo todo o entorno da rótula, percebemos que esse é um dos espaços que mais promovem encontros na localidade, não somente entre aqueles que embarcam e desembarcam do ônibus, como também entre os clientes dos estabelecimentos comerciais ali situados e entre as crianças que brincam até de noite na praça.



A praça vista do alto da igreja católica, com a rótula à frente e o ponto de ônibus à direita.  
Foto: Ubirajara Sotelino Soares, 2003.

Os desenhos e redações nos quais as crianças descrevem o lugar onde moram ilustra a centralidade destes dois espaços na configuração socioespacial da localidade. Tomemos como exemplo a redação de Wanderson, de 10 anos:

O Fundão é um lugar caumo (sic) e tranquilo e um lugar bom de morar como o campo, a praça e outros lugares, a praia é um pouco pericosa (sic) por calça (sic) de um tal buraco gigante.

Na pequena descrição que Wanderson faz do seu bairro, embora a intitule “O Fundão”, aparecem apenas elementos referidos à Vila Residencial, que ele qualifica como um lugar “bom de morar”. Além da tranquilidade, destaca como seus aspectos positivos o campo e a praça, sem citar os “outros lugares” que considere importantes. Acrescenta somente uma referência à Praia do Oi, uma área utilizada para o lazer de várias famílias da Vila Residencial e cuja história possui, como mostrei no capítulo anterior, íntima relação com a história da localidade. Como outras crianças, o olhar e a imaginação de Wanderson são, no entanto, atraídos para a peculiaridade da existência de um “buraco” no mar onde já teriam morrido pessoas afogadas, representando um perigo eminente. Por fim, não há na redação qualquer referência à Cidade Universitária, o que permite perceber que, diferentemente dos adultos, para muitas crianças da Vila

Residencial a UFRJ é pouco presente em seu cotidiano. Em outras palavras, ainda que a Cidade Universitária ocupe grande extensão do bairro, inclusive designando-o, a vida social das crianças encontra-se fortemente circunscrita no universo da própria localidade. Para conhecê-lo mais de perto, proponho seguir uma breve descrição de cada uma de suas ruas.

### *Rua das Papoulas*

Contígua à Rua Paulo Emídio Barbosa, da Cidade Universitária, a Rua das Papoulas é, desde os anos 1970, a única via de acesso formal à Vila Residencial<sup>115</sup>. É através dela que o ônibus da UFRJ realiza diariamente seu percurso em direção à praça, onde faz sua única parada na localidade, contornando a rótula para retornar ao alojamento estudantil. Justamente por ser a única via de acesso, é também a única rua asfaltada, ainda que de forma parcial (somente até a praça) e precária (contendo muitos buracos).

Logo no seu início é possível avistar, à direita, vestígios da antiga cancela que controlava o acesso de veículos e pessoas à localidade. Pouco à frente, vê-se o grande e degradado campo de futebol e algumas árvores margeando o meio-fio, nas quais, dependendo do clima, são improvisados pequenos varais para secar as roupas dos moradores das residências situadas do outro lado da rua.

---

<sup>115</sup> Outras vias informais de acesso à localidade seriam através da baía, de barco, e através do gramado atrás da garagem da UFRJ, com passagem apenas para pedestres.



Rua das Papoulas, com residências à esquerda e o campo à direita, atrás das árvores utilizadas como varais de roupas pelos moradores. Foto: Leticia de Luna, 2008.

O conjunto destas quatorze edificações enfileiradas à esquerda é conhecido pelos moradores como “Vila dos Solteiros” por referência aos antigos alojamentos de operários solteiros da ECEX que originaram este pequeno aglomerado. Estas casas foram construídas precariamente em terreno próximo aos antigos alojamentos, após eles terem sido destruídos durante um incêndio. Apesar de manter o apelido dos antigos alojamentos, apenas um terço dessas residências são hoje ocupadas por solteiros, tanto homens quanto mulheres. Ainda que as residências não sejam homogêneas no que tange a qualidade e o tamanho das construções, todas têm sua estrutura em alvenaria, ainda que algumas tenham acabamento com material improvisado (chapas de aço, pedaços de madeira, plásticos, etc.). Embora existam casas bastante pobres em algumas ruas internas da Vila Residencial, em seu conjunto, destaca-se, entretanto, a maior precariedade das moradias da Vila dos Solteiros em relação às demais moradias da localidade. Esta foi, aliás, uma das últimas áreas de expansão e acolhimento de novos moradores, como Vicente Luís Maia, de 62 anos, que comprou há cinco uma garagem por R\$4.000,00 para guardar seu fusca, construindo nos fundos dela a sua residência.



Fachada de algumas das residências da Vila dos Solteiros. Acima: à esquerda, a casa de Vanda (nº 109); à direita, a casa de Deise (nº 117). Abaixo: à esquerda, a casa do casal Wallace e Maria (nº121); à direita, a casa-garagem do senhor Vicente (nº126). Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Por suas residências estarem situadas na entrada da Vila Residencial, estes moradores estão visualmente muito mais expostos que os demais. Afinal, todos que chegam ou partem da localidade passam necessariamente pela frente de suas casas, cujas portas e janelas, quando abertas, revelam inevitavelmente a intimidade das famílias. Ainda que a rua seja asfaltada, a existência de muitos buracos no trecho próximo a essas residências e o seu desnível em relação ao aterro do Parque Tecnológico (quase três metros acima) faz com que esta seja também uma das áreas mais afetadas por alagamentos e enchentes na localidade<sup>116</sup>. Essa característica contribui para acentuar a visibilidade social dos moradores, tornando-os mais expostos ao julgamento e à avaliação dos outros. Como procurei mostrar no capítulo anterior, alguns moradores de “dentro” da localidade referem-se a esta subárea como “a favela da Vila” e esta designação não se restringe apenas à sua precariedade habitacional, mas abarca

<sup>116</sup> Observar, nas fotos das casas nº117 e nº121, a altura das soleiras aumentadas para evitar a entrada da água da chuva durante os alagamentos.

também a condição moral dos próprios moradores. Também não é raro ouvir comentários semelhantes ao de um morador da Rua das Camélias, que, ao defender a remoção dessas residências, disse que “os barracos dali enfeiam, atrapalham a entrada da Vila”. Mais do que a melhoria das condições de habitabilidade das famílias, é o argumento estético - tal qual utilizado, no início do século XX por Alfred Agache em referência às favelas cariocas<sup>117</sup> - de que a presença da Vila dos Solteiros contamina toda a Vila Residencial que se sobressai.

A situação de uma enchente, presenciada no verão em 2008, que alagou totalmente este trecho da Rua das Papoulas, pode ser citada aqui como exemplo da atualização dessa representação da Vila dos Solteiros como a “favela” da Vila Residencial. Consternados com o avanço das águas sobre suas residências, moradores desta subárea relataram, com revolta, a atitude de um comerciante da localidade que passou com seu carro em velocidade suficientemente elevada para jorrar com força a água das poças sobre aqueles que estavam dispostos nas soleiras, alagando ainda mais o interior de suas residências. Mais do que a ação em si, que poderia ser interpretada como acidental, a intencionalidade do ato, acompanhada da ironia do comerciante em relação à situação dramática dos moradores ao dizer que eles “deviam comprar um barquinho”, foi o que os fez se sentirem moralmente insultados. Pois, como analisa Cardoso de Oliveira (2002), a agressão pode se situar mais na atitude ou na intenção do agressor do que nas suas ações em sentido estrito. Do mesmo modo, sua reparação geralmente só tem valor para o agredido quando acompanhada da manifestação de consideração por parte do autor da ação<sup>118</sup>. No caso da Vila dos Solteiros, foi justamente a ausência de qualquer manifestação de solidariedade ou pedido de desculpas do comerciante que reconhecesse a dignidade moral dos moradores que reificou neles o sentimento social e a indignação de serem estigmatizados como os “favelados” da Vila. Em contrapartida, os moradores insultados deixaram, a partir do ocorrido, de manter

---

<sup>117</sup> No Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento da Cidade elaborado pelo urbanista francês, a favela é citada como “lepra estética” que “suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata na encosta das serras” (Valladares, 2005:47).

<sup>118</sup> Analisando casos que chegam aos juizados especiais, o autor chama a atenção que não levar em conta essa dimensão moral dos direitos constituiria uma barreira significativa para a universalização do respeito aos direitos do indivíduo na vida cotidiana.

qualquer relação comercial com o agressor, evitando comprar produtos na sua mercearia e recusando-se a vender outros produtos para seus familiares<sup>119</sup>.

Após este pequeno conjunto de residências, delimitados, nos fundos, por um grande muro que separa a Vila Residencial do Parque Tecnológico, encontra-se o abrigo do ponto de ônibus e um *trailer* que serve lanches à noite, à esquerda, e a referida praça, à direita. Passando pela igreja católica que ocupa quase inteiramente esta quadra, avista-se apenas a continuação do muro à esquerda e, no final da rua, um outro muro com um portão de ferro que privatiza este trecho, restringindo o acesso aos fundos dos lotes das residências situadas na Rua das Orquídeas, formando uma pequena vila dentro da Vila. Nos fundos desta, encontra-se, à beira da baía, parte do extenso terreno ocupado pela Superpesa, empresa especializada em transportes especiais e intermodais, ligada ao Parque Tecnológico.

#### *Rua dos Cravos*

Esta rua tem seu início na Rua das Papoulas, tendo o campo à direita e o restaurante do Tílson à esquerda, onde muitos funcionários da Superpesa costumam almoçar. Ao lado deste, vê-se os fundos da sede da Associação de Moradores e, mais à frente, uma grande construção de dois pavimentos onde funciona a Assembléia de Deus Ministério Monte Sinai. Ao lado da igreja, uma viela (sem nome) interliga esta rua com a Rua das Margaridas. À direita, após o campo, vê-se a estrutura de um velho depósito, oriundo de um antigo projeto de reciclagem de lixo desenvolvido pela UFRJ, e que hoje é utilizado pela Associação de Moradores como almoxarifado.

Seguindo pela rua de terra batida, vê-se, além de mais uma pequena igreja evangélica (Universal do Reino de Deus), um bar e uma loja de material de construção, apenas residências de alvenaria, variadas em relação à qualidade e ao tamanho da área construída. Poucas possuem garagem e calçada regular. Em relação às demais, a Rua dos Cravos é a que possui a maior quadra residencial e atualmente é uma das que possui o maior número de imóveis alugados. É nesta rua, aliás, onde reside o ex-presidente da Associação de Moradores e atual coordenador do SINTUFRJ Francisco de Assis, o Chiquinho. Foi nesta rua também, na casa nº50, onde aluguei um quarto por dois meses e, na qualidade de moradora, pude aprofundar minhas observações no campo. Este é um

---

<sup>119</sup> É o caso do senhor José Justino, que, “por uma questão moral”, deixou de vender os peixes que pesca na região para a esposa do comerciante.

dos maiores terrenos da rua, com 352m<sup>2</sup>, sendo 112m<sup>2</sup> de área edificada, dividida em dois quartos (uma suíte), sala, cozinha, copa, banheiro e varanda, fora a área de serviço e o grande quintal que o senhor Jonatas, como muitos, construiu sobre a área de mangue existente nos fundos da rua<sup>120</sup>.



Fachada da casa do senhor Jonatas, cuja janela gradeada à esquerda era do quarto onde eu dormia. Os vasos de plantas bloqueando a entrada pela varanda (destaque ao lado) serviam para evitar a permanência de crianças no local. Foto: Leticia de Luna, 2008.

### *Rua das Margaridas*

Com início próximo à rótula por onde o ônibus da UFRJ contorna e faz sua parada na localidade, esta rua é paralela à Rua dos Cravos, seguindo em direção à baía. Por concentrar os principais estabelecimentos comerciais locais (mercadinho, padaria, aviário, etc.) é chamada por muitos moradores como “a rua do comércio”. Tanto pelas atividades comerciais quanto pela presença da sede da Associação de Moradores, esta rua é, junto com a Rua das Papoulas, uma das mais largas e movimentadas da Vila Residencial, tanto pela circulação de pedestres quanto pela de automóveis.

---

<sup>120</sup> Em dezembro de 2008, Jonatas aposentou-se e mudou-se para o bairro de Bonsucesso, onde já estavam residindo a esposa e a filha. O imóvel na Vila Residencial foi vendido para o vizinho, que o transformou em uma espécie de pensionato para estudantes denominado “Residência Solidária”.

Ao passar a primeira quadra onde se concentram tais estabelecimentos, vê-se uma fileira de residências, grande parte delas com dois pavimentos. Algumas, além de automóveis de passeio relativamente novos estacionados, exibem antenas parabólicas, indicando a presença de famílias que poderiam se enquadrar no padrão de consumo da chamada classe-média. Diferentemente da Rua dos Cravos, a maioria das residências aqui possuem calçadas cimentadas regulares. Poucas são, entretanto, as que possuem um muro contornando o terreno e separando o espaço doméstico da rua. Dos antigos moradores, residem no começo desta rua o senhor Mílton Brasil e o ex-presidente da Associação de Moradores Genísio Vieira Meneses, entre outros.

Mais adiante, a Rua das Margaridas é cortada pela Rua Açucenas, e, ao final, conecta-se novamente com a Rua dos Cravos, com a qual se liga numa curva em formato da letra U, amparada por um muro que contorna parcialmente a localidade, bloqueando a visão da baía.

#### *Rua das Acácias*

Com início também próximo à rótula, esta rua, paralela à Rua das Papoulas, faz parte da zona de maior circulação da localidade, sendo, para muitos moradores, caminho pelo qual se dirigem aos principais estabelecimentos comerciais e ao ponto de ônibus. Sua pavimentação, no entanto, restringe-se ao trecho em torno da rótula no qual transita o ônibus da UFRJ, sendo o restante de sua extensão em terra batida, repleta de buracos e irregularidades que facilitam a retenção de águas durante as chuvas.

Uma vez que toda a quadra à esquerda é ocupada pela praça e pelas instalações da igreja católica, não dispõe de muitas residências, senão aquelas situadas do seu lado direito, a maioria com laje coberta, mas sem calçamento uniforme. Nesse pequeno trecho, residem, desde que quando vieram da Ilha do Catalão, no final dos anos 1970, o senhor Rubem e sua filha Wânia, numa casa de esquina com a Rua das Camélias. Além de ter uma loja de jogos eletrônicos, na qual também funciona, nos fundos, uma pequena lanchonete, foi inaugurado, em 2009, na esquina com a Rua das Camélias, um pequeno restaurante self-service (Restaurante Boa Praça), no qual também são vendidos lanches, sorvetes, doces e bebidas.

### *Rua das Camélias*

Paralela à Rua das Margaridas, esta também é uma importante via de circulação interna de moradores devido ao fato de conectar-se, perpendicularmente, com outras cinco ruas. É por ela que os moradores destas ruas costumam passar, a pé ou de automóvel, para irem ao trabalho e às suas casas.

Entre os estabelecimentos comerciais, esta rua possui apenas uma loja de material de construção e uma academia de ginástica que funciona à noite no espaço adaptado de uma residência, além de um pequeno armário improvisado na fachada de outra residência, onde são vendidos sacolés, velas, pilhas, brinquedos, absorventes femininos e fraldas, entre outros produtos. As residências, por sua vez, variam em tamanho e padrão arquitetônico, continuando a prevalecer construções com lajes cobertas e a ausência de calçamento uniforme. Quase nenhuma, porém, possui garagem ou automóvel. A ausência de muro ou cerca delimitando os terrenos é compensada, em alguns casos, pela improvisação de varandas com a utilização de vasos de plantas e madeira como forma de privatizar o espaço e preservar a privacidade das famílias. É numa edificação deste tipo que reside o pastor Manoel Teixeira, ex-morador da Ilha do Catalão que ergueu em frente à fachada uma pequena varanda com tábuas de madeira, cultivando, ao longo dos anos, uma cerca viva com a planta da espécie *ficus* ao redor de sua janela, controlando assim a distância dos pedestres em relação à sua casa. Além dele, residem nesta rua outros antigos moradores, como Francília (ex-esposa do pastor Manoel), Odaléia e Sandra, ambos provenientes de uma mesma família da Ilha do Catalão, assim como o senhor Altino e o senhor Ary, que podem ser facilmente encontrados na soleira das portas de suas casas observando o vai e vem dos transeuntes.

### *Rua das Rosas*

Esta rua segue o padrão descrito na anterior, com a diferença de que não há nela um único estabelecimento estritamente comercial, mas apenas uma pequena barbearia (Salão Novo Visual) que funciona improvisadamente na residência do senhor Gilcimar. Enquanto numa de suas extremidades esta rua encontra-se com a Rua das Camélias, na outra se conecta com a Rua das Tulipas, sendo, também nesse aspecto, uma rota de passagem dos moradores dos “fundos” da localidade.

### *Rua das Azaléias*

Paralela à Rua das Rosas, esta rua também possui ligação com a Rua das Camélias e a Rua das Tulipas, constituindo uma única quadra residencial de cada lado. As únicas atividades comerciais ali encontradas são a venda de sacolés, picolés e sorvetes na varanda da casa de Teresinha Ferreira, e a venda de doces, biscoitos e bebidas na “Barraca da São”, erguida na casa de Maria Alves, estrategicamente situada na esquina com a Rua das Camélias.

### *Rua das Dálias*

Em relação às demais ruas transversais situadas no centro espacial da localidade, a Rua das Dálias tem a particularidade de ser a única sem saída, pavimentada e com o acesso restringido por um portão de ferro. Na antiga ligação com a Rua das Tulipas, o acesso foi fechado pela própria expansão das residências nesse trecho. Já na ligação com a Rua das Camélias, a presença do portão, embora frequentemente aberto, dá a impressão de se tratar de mais uma área pública de uso particularizado dentro da localidade. Sua instalação foi providenciada pelos próprios moradores desta rua em 2001, após incidentes envolvendo a venda de drogas por um jovem de uma das residências, como forma de garantir a segurança das famílias, evitando a circulação de pessoas estranhas no local. Por já ter sido palco de muitas brigas na localidade, era conhecida por alguns moradores como “a rua da fofoca”. Estreita e com residências em lotes com menos de 150m<sup>2</sup>, raramente se vê no interior desta rua a circulação de veículos.



Entrada da Rua Dálías, com automóveis estacionados em frente ao portão.  
Foto: Leticia de Luna, 2009.

Entre os moradores citados no capítulo anterior, reside nesta rua Verinha, que comprou, no final dos anos 1980, a “metade” de uma residência e hoje também é proprietária da residência vizinha, onde, após a reforma, pretende alugar sua mãe.

### *Rua das Palmas*

Assim como a Rua das Rosas e a Rua das Azaléias, a Rua das Palmas possui conexão tanto com a Rua das Camélias quanto com a Rua das Tulipas. Entre as residências, é possível encontrar distintos padrões construtivos. No entanto, destaca-se das demais uma pequena casa de tijolos sem qualquer revestimento, onde mora uma família com três crianças identificada pelos vizinhos como “muito pobre”. Ao seu lado, numa outra casa de único pavimento, mas com melhor acabamento, cuja estrutura pode ser reconhecida como a de um dos antigos alojamentos, reside o casal de ex-moradores da Ilha do Catalão, senhor Arnóbio e sua esposa Lurdes.

Por razões diversas, a casa nº7 também deve ser destacada, visto que ali foram rodadas cenas do filme *Proibido Proibir* (2006), dirigido pelo chileno Jorge Duran<sup>121</sup>.

---

<sup>121</sup> Vencedora de vários prêmios internacionais, esta ficção, estrelada por Caio Blat, Maria Flor e Alexandre Rodrigues, aborda a história de um trio amoroso formado por estudantes universitários que tentam ajudar uma paciente terminal no Hospital Universitário a rever os filhos, que não a visitam há bastante tempo. Ao tentar salvar um dos filhos de ser assassinado por policiais, um dos estudantes é

Como grande parte das cenas era filmada nas instalações da Cidade Universitária, a escolha da Vila Residencial residiu, segundo informou o diretor após uma exibição do filme na localidade<sup>122</sup>, no fato dela ser próxima ao principal *set* das filmagens e ter a aparência física de uma “favela”, sendo, ao mesmo tempo, de acesso fácil e seguro, por não ser submetida ao controle de quadrilhas de traficantes de drogas ou milícias. Três moradores da Vila Residencial ainda participaram como figurantes: dois rapazes negros em uma cena de revista policial e uma senhora que aparece lavando roupas no tanque e teve a sua laje alugada, durante dois dias, como *set* de filmagem para o esconderijo dos personagens. A residência de Neide Batista, na Rua das Palmas, foi escolhida, de acordo com a equipe de produção, porque “vista da sua laje, a Vila parecia uma favela”.

#### *Rua das Açucenas*

Esta rua começa na Rua Cravos, na altura do nº50, cortando a Rua das Margaridas e a Rua das Camélias em direção à baía. Suas residências não diferem muito daquelas descritas anteriormente, senão pelo conjunto de nove quitinetes construídas à beira da baía, alugadas pelo morador Mauro. Ao lado dele, reside a família de dona Ortista, esposa do falecido Carioca, ex-moradores da Ilha do Catalão, e que construíram, nos fundos, um pequeno cais para suas embarcações. É nesta rua onde também se situa a única creche (privada) existente na localidade.

#### *Rua das Tulipas*

Paralela à Rua das Camélias, esta rua liga o final da Rua das Palmas à Rua das Acácias, possuindo, como se vê na planta, dois pontos de estrangulamento no cruzamento com as Ruas das Azaléias e Palmas, onde a expansão da ocupação das residências afunilou a largura das vias, sem, contudo, comprometer a travessia de veículos em mão única. Entre os estabelecimentos comerciais, possui apenas, em cada uma de suas extremidades, um bar.

Dentre as residências, destaca-se aquela que foi cenário de um crime brutal que ganhou as páginas policiais dos jornais em 2000, chocando toda a população local: o assassinato, a facadas, de um comerciante, então com 34 anos, por sua própria esposa e

---

ferido, o trio passa a ser perseguido pelos policiais e tenta se esconder numa favela.

<sup>122</sup> A exibição seguida de debate com o diretor foi realizada no dia 5 de setembro de 2008, no âmbito do projeto da Petrobras “Cinema grátis perto de você”.

a amante dela, também moradora, para garantir a continuação do relacionamento homossexual. Segundo matéria do jornal O Globo<sup>123</sup>, o corpo do comerciante, que estava desaparecido há mais de dois meses, foi encontrado envolto num edredom em um Del Rey submerso num cais da Cidade Universitária. Após cercarem a Vila Residencial, policiais da 37ª DP (Ilha do Governador) capturaram as mulheres na casa do pai da amante na vizinha Rua das Azaléias. Embora alegassem ser inocentes e vítimas de discriminação, as duas moradoras foram presas. O caso é até hoje contado com horror pelos vizinhos e a residência onde o crime ocorreu custou a ser novamente ocupada.

Próximo a ela, vive, desde o final dos anos 1970, a ex-moradora da Ilha do Bom Jesus, dona Regina, com seu filho Henrique. Na casa ao lado, único vestígio dos antigos alojamentos ainda em madeira, vive seu outro filho, Pedro, com as filhas.

#### *Rua Vitória Régia*

Esta rua é, em grande extensão, paralela à Rua das Tulipas, seguindo até a Rua das Acácias e sendo entrecortada, em um dos lados, pelas Ruas Orquídeas, Violetas e Flor-de-Liz. Concentrando residências, a Rua Vitória Régia pertence, junto com as três às quais dá acesso, à região da localidade que apresenta lotes de maiores dimensões, com edificações que guardam taxas de ocupação mais generosa, permitindo, por vezes, a existência de pequenos espaços livres no interior. É num lote deste tipo, por exemplo, na pequena curva que liga esta rua à Rua das Tulipas, que reside a família de Tuniquinho, com espaços livres na frente e nos fundos da residência. Ao mesmo tempo, essa rua faz parte com as demais da zona de menor circulação interna na localidade. Poucos são os moradores da “frente” da localidade que costumam circular por estas ruas senão para visitar parentes ou amigos ali residentes. Da mesma forma, alguns moradores destas ruas, sobretudo os idosos que não têm necessidade de sair diariamente para trabalhar e costumam ser poupados, pelos familiares, dos afazeres domésticos, relatam ficarem muito tempo, às vezes meses, sem circular pelas ruas “lá da frente”.

Além de residências, a Rua Vitória Régia possui apenas uma pequena igreja evangélica (Assembléia de Deus Terra da Promessa), tendo ao seu lado uma residência

---

<sup>123</sup> Nunes, Marcos (2000). Acusadas de crime são presas na Ilha. *O Globo*. Rio, 1 de julho, p.17.

simples de único pavimento e com um quintal arborizado na qual, dizem os antigos moradores, já funcionou um centro espírita.

#### *Rua Flor-de-Lis*

Esta rua, talvez se possa dizer, é a mais “escondida” de todas. Por ter como único acesso a Rua Vitória Régia e não ter nenhum estabelecimento comercial ou religioso, sua circulação é quase restrita àqueles que nela residem. Ainda que haja um muro nos fundos da rua que esconda a baía dos olhos dos pedestres, sua grande proximidade com as residências faz com que as águas pareçam banhar o quintal de algumas delas.

#### *Rua das Violetas*

Assim como a anterior, a única forma de acesso a esta rua é através da Rua Vitória Régia. Embora também não tenha estabelecimentos comerciais nem religiosos, possui, no final, uma organização sem fins lucrativos (Olhar do Mangue) criada por moradores que funciona em área construída às margens da baía, oferecendo gratuitamente oficinas de artes e fotografia, entre outras, para crianças, jovens e adultos da localidade. Com exceção dos que frequentam esta organização, a circulação de pedestres e veículos nesta rua é quase restrita às famílias ali residentes. Entre antigos moradores, moram nela as famílias de dona Salete e dona Alvelina, cuja mangueira que a fez optar por esta casa, continua a sombrear e ornamentar seu pequeno jardim.

#### *Rua das Orquídeas*

Localizada atrás da quadra onde se encontra a igreja católica, esta rua, a despeito das descritas anteriormente, possui três estabelecimentos comerciais existentes há mais de dez anos: um armarinho e dois bares. Ao lado de um desses bares, reside, num pequeno sobrado, a família de Rogério, filho de Arnóbio e Lurdes, ex-moradores da Ilha do Catalão. Sem saída, esta rua tem seu acesso fechado, nos fundos, pelo muro que faz fronteira com a área ocupada pela Superpesa.

#### *Rua dos Girassóis, Rua dos Lírios e Rua das Begônias*



### 4.3. Os moradores e suas casas

Nas mais de três décadas passadas desde a ocupação dos antigos alojamentos da ECEX pelas famílias de funcionários da UFRJ, a Vila Residencial sofreu muitas transformações, tanto no que se refere ao seu espaço físico quanto à sua população.

Se, durante a transferência das famílias, o número de alojamentos era 180, com a nova ocupação da área a localidade cresceu rapidamente a ponto de ter hoje 413 domicílios. Apesar de sua rápida expansão nas primeiras duas décadas, provocada pelo adensamento populacional, o número de moradores parece ter, entretanto, se estabilizado nesta última década. Em 1999, o último censo realizado pela Prefeitura da UFRJ apontou a existência de 1362 habitantes na localidade, divididos em 316 domicílios (Bittencourt, 1999). Em 2009, o novo censo, coordenado pela Associação de Moradores, apontou a existência de 1318 habitantes (Memorial justificativo..., 2010)<sup>125</sup>, ou seja, 44 moradores a menos do que no censo anterior. Ainda que estes levantamentos tenham sido realizados por organizações e metodologias diversas, a pequena diferença dos resultados indica a tendência a uma estabilização do número de habitantes na localidade.

Se levarmos em conta que os dados da Prefeitura do Rio, de 2000, apontam a existência de 1736 habitantes e 546 domicílios em todo o bairro da Cidade Universitária<sup>126</sup>, conclui-se que a Vila Residencial é, de fato, a área com maior concentração populacional da Ilha do Fundão. Com relação à densidade domiciliar, o censo atual apontou que a Vila Residencial tem em média 3,18 hab/dom, o que representa a média da cidade, que gira em torno de 3,3 hab/dom.

Quanto ao perfil da população<sup>127</sup>, o último censo apontou que, no quesito faixa etária, 52 moradores têm até 6 anos, 149 têm de 6 até 13 anos, 111 têm de 13 até 18 anos, 824 têm de 18 até 60 anos e 141 têm mais de 60 anos<sup>128</sup>. Ou seja, mais de 80% da

---

<sup>125</sup> Número correspondente aos 1298 moradores cadastrados somados a cerca de 20, segundo estimativa dos moradores dos 5 domicílios em que houve recusa por fornecer informações.

<sup>126</sup> Informações disponíveis no *site* do Instituto Pereira Passos: [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas/index\\_bairro.htm](http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas/index_bairro.htm)

<sup>127</sup> Os dados do censo de 2009 representam 98,78% do total de moradores, tendo em vista a recusa dos responsáveis por 5 domicílios em ceder informações. No censo de 1999, não há informações relativas ao perfil da população, exceto percentuais sobre a situação funcional dos moradores, a relação entre titulares e dependentes e a relação entre dependentes maiores e menores de idade.

<sup>128</sup> Nesse quesito, os resultados representam o universo formado pelos que apresentaram informações completas, isto é, 1277 moradores.

população da localidade pode ser considerada economicamente ativa<sup>129</sup>. No quesito escolaridade, o padrão médio da população (367 moradores, isto é, 36%) situa-se no ensino fundamental incompleto, número não tão discrepante do total dos que concluíram o ensino fundamental (119), estão cursando ou concluíram o ensino médio (121 e 180, respectivamente). Embora o número de moradores que estão cursando (41) ou concluíram o ensino superior (29)<sup>130</sup> represente 6,87% da população, é consideravelmente menor do que o daqueles que alegam não ter tido nenhuma escolaridade (97), ou seja, 9,6%.

No que tange a ocupação dos moradores, a maioria dos entrevistados declarou possuir vínculo empregatício ou trabalhar com carteira assinada (319), seguido pelos que alegaram não estar trabalhando (123), os trabalhadores autônomos (69) e os biscateiros (46). Dos que estão empregados, 169 trabalham no setor privado e 195 trabalham no setor público, sendo 183 na esfera federal, 05 na esfera estadual e 07 na esfera municipal. Dos 183 trabalhadores da esfera federal, 128 (ou seja, 70%) são funcionários da UFRJ.

Se no início a localidade foi ocupada exclusivamente por famílias de funcionários da UFRJ, o primeiro censo já apontava, entretanto, a presença de uma parcela significativa de moradores sem vínculos com a instituição. Segundo os dados de 1999, 83% possuíam algum vínculo com a UFRJ, sendo 51% funcionários ativos da universidade, 24% funcionários inativos e 8% pensionistas, enquanto 17% dos moradores não tinham qualquer vínculo com a universidade. Já o censo de 2009 apontou que, dos 361 titulares que entregaram comprovante de rendimento durante o cadastro para a regularização fundiária, 49% (176 moradores) possuíam algum vínculo com a UFRJ, sendo 25% (91) funcionários ativos, 13% (49) aposentados, 9% (34) pensionistas e 0,8% (3) bolsistas<sup>131</sup>. Comparando os resultados dos dois censos, pode-se inferir, assim, a tendência à diminuição do número de moradores que possuem vínculo

---

<sup>129</sup> Segundo a metodologia empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o conceito de população economicamente ativa compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a *população ocupada* (aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam, como as que estavam em férias) e a *população desocupada* (aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva, consultando pessoas, jornais, etc.). Mais detalhes sobre o assunto, consultar: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

<sup>130</sup> Destes, apenas 04 moradores alegaram, durante o levantamento, ter cursado pós-graduação.

<sup>131</sup> Sobre o total da população, o número de titulares que possuem vínculo com a UFRJ representa 13,6%, um pouco menos do que os 14,2% representado pelos demais trabalhadores da localidade.

com a UFRJ e a um respectivo aumento do número dos que não o possuem, representando hoje quase a metade da população da localidade.

Em relação à renda mensal, o último censo aponta que 177 titulares (49% da amostra ou 33% da população total economicamente ativa) recebem até R\$1.500,00, 160 recebem entre R\$1.500,00 e R\$5.000,00 (44%), 21 recebem entre R\$5.000,00 e R\$7.000,00 (5%) e apenas 3 recebem mais de R\$7.000,00 (0,8%). O cruzamento destes dados com os do item anterior, permite constatar que os moradores que possuem vínculo com a UFRJ geralmente possuem maiores rendimentos do que aqueles que não o possuem, estando representados, em sua maioria, na segunda e primeira faixa de renda, respectivamente.

Por outro lado, o trabalho de campo evidenciou um número razoável de famílias que sobrevivem financeiramente tendo como única renda o salário, a aposentadoria ou a pensão de um antigo servidor da UFRJ<sup>132</sup>. Somadas às mudanças nos procedimentos legais e burocráticos para a contratação de pessoal nos quadros das instituições públicas, as dificuldades de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho tem feito com que muitos filhos e netos de antigos servidores dependam cada vez mais deles financeiramente, rompendo o ciclo de reprodução de vínculos funcionais com a UFRJ experienciado nas gerações passadas. Um grupo de exceção, sobre esse aspecto, é composto por filhos de funcionários da UFRJ que, na geração seguinte, construíram uma trajetória profissional que lhe permitiu atingir condição financeira superior à de seus familiares.

Mas não foi apenas o perfil dos moradores da Vila Residencial que mudou ao longo desses anos. A degradação natural das construções feitas de madeira para abrigar provisoriamente os antigos operários levou os novos ocupantes a reformar e, muitas vezes, reconstruir, com seus próprios recursos, os imóveis de modo a garantir uma moradia mais segura para sua família. Os riscos decorrentes dos alagamentos – problema comum também encontrado no bairro vizinho de Manguinhos – fizeram ainda com que muitos moradores aterrassem cada vez mais as ruas, erguessem pequenas

---

<sup>132</sup> Para se ter uma idéia, o salário de um técnico-administrativo de nível médio que tenha se inserido na universidade nos anos 1980 pode equiparar-se ao salário atual de um professor auxiliar (nível superior), com dedicação exclusiva e regime de 40hs/semanais, recebendo em torno de R\$3.000,00/mês. Atualmente, o salário de um técnico-administrativo da UFRJ não ultrapassa R\$1.143,36, para cargos de nível médio, e R\$1.747,83 para cargos de nível superior.

barreiras de cimento nas entradas das residências e até mesmo elevassem as construções em relação ao nível da rua.



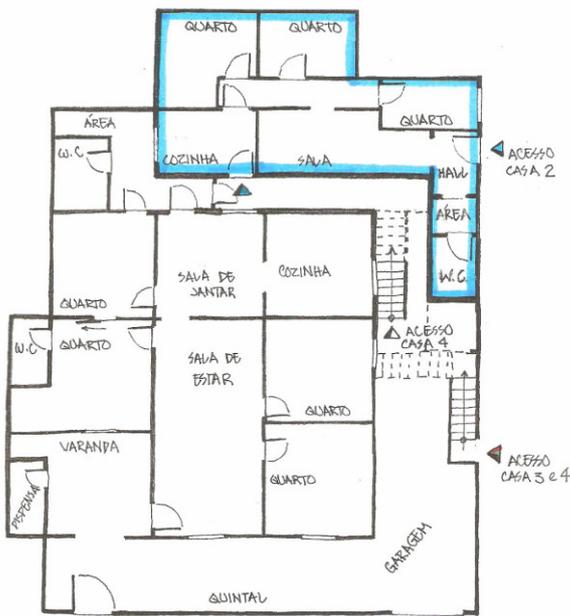
Essas duas residências situadas na Rua Cravos ilustram algumas das adaptações feitas pelos moradores para se protegerem das enchentes na localidade. Enquanto na foto à esquerda, vê-se a casa de um morador totalmente reconstruída num nível mais elevado em relação à rua, na foto à direita vê-se uma casa antiga, com portas e janelas baixas devido aos diversos aterros feitos na rua e uma pequena mureta protegendo a soleira da possível invasão das águas. Fotos: Leticia de Luna, 2010.

Confrontando os dados de redução da população e de crescimento do número de moradias, sem implicar a edificação de novas unidades nos últimos anos, conclui-se que houve um processo de multiplicação das unidades existentes. Para acompanhar o crescimento das famílias e acolher aqueles que, por motivos diversos, foram posteriormente migrando para a localidade, muitos imóveis foram sendo divididos internamente, desmembrados e ampliados dentro dos lotes. Não por acaso, o cadastro realizado pela AMAVILA indica que as ruas em que foi verificado um pequeno aumento da população foram justamente aquelas onde o parcelamento do solo é mais generoso, como a Rua das Violetas e a Rua Vitória Régia.

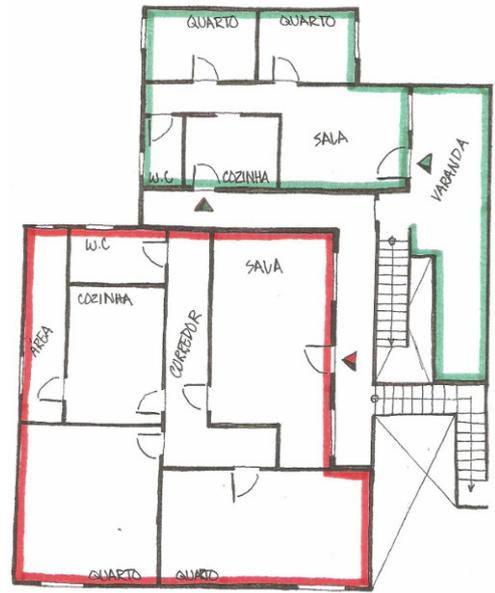
Um bom exemplo a esse respeito é o caso da família de dona Alvelina, cujo lote antes ocupado por uma única residência passou a dar lugar a cinco moradias independentes. Enquanto a casa original possuía quatro quartos, uma sala de estar, uma sala de jantar, uma cozinha, um banheiro e uma garagem, conforme os filhos foram crescendo e constituindo suas próprias famílias, a estrutura residencial foi se modificando, de modo a abrigar os diversos núcleos familiares constituídos, garantindo ao mesmo tempo um mínimo de privacidade. Assim, além da criação de um quarto no

lugar da sala de jantar e a ampliação da cozinha, antes reduzida a um pequeno cômodo da casa original, sobre um dos antigos quartos, a área livre no entorno e sobre a casa original também passou a ser ocupado por novas construções, abrigo no mesmo terreno quatro famílias, algumas inclusive em moradias com acessos independentes. Nos desenhos abaixo, cada cor ilustra uma das moradias construídas a partir da original:

1)- Planta-baixa da casa original (antigo alojamento da ECEX).



1º pavimento: modificações internas no espaço da casa original e construção de outra moradia para neta nos fundos do terreno



2º pavimento: uma nova moradia para a família do filho sobre a casa original e outra  
Ilustrações: Luisa da Cunha Teixeira, 2010.

Como em muitos assentamentos de baixa-renda, evidencia-se na Vila Residencial a tendência à verticalização dos imóveis, com até três pavimentos, incluindo-se aqui a plasticidade das lajes, espaço que representa um capital extremamente flexível na economia local, seja para ampliar a própria residência, seja para a construção de outra residência independente ou mesmo de um quarto para alugar. Em alguns casos, menos frequentes na Vila Residencial do que nas favelas da cidade, é o “direito” de se construir sobre sua laje que passa a ser comercializado pelo morador, configurando uma forma de especulação imobiliária particular<sup>133</sup>.

O caso de Mauro ilustra a perspicácia de alguns moradores que souberam tirar proveito da demanda por moradia na localidade. Nos fundos de sua casa à margem da baía, onde antes mantinha o Maré Bar, Mauro construiu nove quitinetes, que aluga, entre outros, para estudantes da UFRJ que não obtiveram vaga no alojamento estudantil e trabalhadores das diversas empresas sediadas no *campus*, constituindo com esse comércio informal a principal fonte de renda da família. Como ele, muitos moradores passaram a alugar quartos para estudantes, cobrando entre R\$200,00 e R\$350,00 por mês, de acordo com as instalações oferecidas.

A disponibilidade de quartos para alugar na localidade segue o fluxo do calendário escolar, sendo praticamente impossível encontrar um disponível no meio do período letivo. E quando a oferta existe, a grande demanda faz com que muitos moradores optem alugar para aqueles que pretendem permanecer por mais tempo. Ainda de não haja qualquer tipo de formalização, sendo o contrato estabelecido com base apenas na confiança, alguns desses moradores, por exemplo, tinham a exigência de alugar os quartos por um período mínimo de três meses e/ou tinham preferência por abrigar mulheres. A indicação de alguém ou a simpatia prévia cultivada pelo estudante que se candidata à vaga também é um fator relevante na seleção daquele que passará a ser seu vizinho, morando num “puxadinho” na laje ou ao lado da residência, ou, ainda, a ser o novo morador da casa – o que foi, aliás, o meu caso.

Mesmo contando com a ajuda de vários moradores, tive grande dificuldade de encontrar um quarto disponível para alugar no segundo semestre de 2008 e, somente após dois meses de procura, uma moradora me indicou falar com o senhor Jonatas, que estava temporariamente residindo sozinho numa ampla casa de dois quartos e que foi

---

<sup>133</sup> Sobre a dinâmica do comércio existente em torno do “direito de laje”, tomando como caso de estudo a favela de Rio das Pedras, na Zona Oeste da cidade, consultar a pesquisa de Corrêa (2010).

convencido por ela a alugar o quarto que era de sua filha para mim. Embora nunca tenha feito isso antes, a proposta de alugar-me o quarto pareceu-lhe oportuna, uma vez que pretendia vender o imóvel no final daquele ano.

Ainda que tenha morado nessa casa apenas por dois meses, em função da minha pesquisa creio que convivi na localidade mais intensamente do que grande parte dos estudantes que nela residem apenas por razões práticas que viabilizem a continuidade de seus estudos (a garantia de uma moradia barata, segura e próxima da universidade), evitando cultivar amizades e permanecer ali mais do que o necessário, como nos finais de semana e durante o período de férias. Mas há exceções, certamente, como o caso de um jovem angolano, que havia migrado para o país para cursar a pós-graduação na UFRJ e logo que passou a morar na localidade foi “adotado” por uma antiga moradora.

#### **4.4. Rede de serviços e comércio**

Quando iniciei a pesquisa de campo, logo percebi que toda a estrutura urbana existente na Ilha do Fundão – da iluminação ao transporte - visava atender quase que exclusivamente as demandas da comunidade universitária, sendo o funcionamento de muitos serviços públicos no bairro pautado pela rotina de funcionamento do *campus*.

Ocupando uma área de pouco mais de 120.000m<sup>2</sup>, a Vila Residencial sofria, entretanto, diversos problemas de infraestrutura, dentre os quais se destacam a urbanização precária e a ausência de um sistema de saneamento básico.

Todas as 413 residências possuem água canalizada, mas o abastecimento provém de uma única ramificação feita a partir da rede que atende a UFRJ, o que impossibilita a cobrança do consumo por domicílio. Além de inconstante, o abastecimento de água oferecido pela CEDAE não é acompanhado de tratamento do esgoto, sendo os detritos das residências despejados *in natura* na baía, desde o final dos anos 1970<sup>134</sup>.

---

<sup>134</sup> Em 1995, os moradores passaram a receber da CEDAE contas residenciais referentes ao consumo médio de água da localidade distribuído pelo número de domicílios, cobrando, porém, também o serviço de esgoto. Como muitos moradores recusaram-se a pagar pelo serviço não prestado, as contas deixaram de ser enviadas durante anos. Em 2009, os moradores foram surpreendidos com o recebimento de faturas da CEDAE referentes a dívidas dos últimos quatorze anos de fornecimento do serviço de água. Sob a ameaça de terem o abastecimento cortado, cada morador teria que pagar, em parcelas, o valor total em torno de R\$2.000,00. Em relação ao consumo mensal, negociou-se, entretanto, o pagamento da chamada tarifa-social, destinada a moradores de assentamentos de baixa-renda.

No que se refere ao fornecimento de energia elétrica, no início dos anos 1980 a concessionária Light instalou medidores em todos os domicílios, enquanto a iluminação pública das ruas foi incorporada à rede de iluminação que abastece toda a Cidade Universitária. Alguns velhos postes de luz de madeira, no entanto, ainda persistem na localidade como herança do antigo canteiro da ECEX, e, visivelmente inclinados em função da instabilidade do terreno, colocam em risco a vida dos moradores.

Com relação ao transporte público, o único meio existente na localidade são os ônibus fretados pela UFRJ, o que limita bastante a circulação dos moradores, sobretudo à noite e nos finais de semana, tendo em vista que a sua frequência é estabelecida em função da rotina de funcionamento do *campus* universitário. Somente em 2007, após a realização da primeira audiência pública sobre o transporte interno da UFRJ, que contou com a participação de representantes dos moradores, é que a linha que faz o trajeto Alojamento-Vila Residencial passou a circular após as 24hs, ainda que com intervalos de hora em hora<sup>135</sup>. Embora os moradores possam ter acesso a outras regiões da cidade através das demais linhas de ônibus que trafegam pela Cidade Universitária, a sua circulação também é muito atrelada ao movimento do *campus*, sendo os intervalos entre os veículos bastante longos nos finais de semana<sup>136</sup>.

Uma pequena parcela dos moradores possui, entretanto, automóveis próprios, o que lhes confere maior independência em relação ao transporte oferecido pela UFRJ. Sendo o ponto de ônibus localizado na única via de acesso da localidade, a Rua das Papoulas, é comum ver alguns destes moradores oferecendo “carona” aos seus conhecidos que estão aguardando o ônibus chegar ou, ainda, um ambicioso comerciante da localidade realizando “lotação” até a saída do *campus* durante as greves e/ou interrupções temporárias do serviço de transporte da UFRJ<sup>137</sup>.

No que tange a educação formal, além da própria UFRJ, cujo acesso aos cursos de graduação se dá através de seleção pública (o chamado Vestibular), o bairro da

---

<sup>135</sup> Nos demais turnos, os intervalos da linha são respectivamente: de segunda a sexta-feira, a cada 10 minutos de 6hs às 18hs e de 30 em 30 minutos de 18hs às 24hs; aos sábados, a cada 15 minutos nos horários de entrada e saída dos cursos de idiomas da Faculdade de Letras e de hora em hora nos demais períodos; aos domingos e feriados, de hora em hora.

<sup>136</sup> Algumas linhas, como a que faz o trajeto Charitas-Galeão, da Viação 1001, costumam inclusive mudar a rota nos finais de semana, passando por dentro da Cidade Universitária nos fins de semana apenas em situações específicas de grande movimento de pessoas no *campus*, como a realização de exames de vestibular ou concursos públicos.

<sup>137</sup> Dos serviços urbanos, apenas a coleta de lixo é realizada regularmente pela Prefeitura do Rio duas vezes por semana.

Cidade Universitária possui apenas a antiga Escola Municipal Tenente Antônio João. Em 2009, esta escola tinha 774 alunos matriculados na pré-escola e ensino fundamental, mas, de acordo com a diretora, apenas 20% são oriundos da Vila Residencial e da Vila Militar, sendo os demais 80% oriundos de Pinheiros e Vila do João, na Maré.

Em relação à educação infantil, foi criada, em 1992, a Creche Comunitária Peteleco, que recebia subsídios da Prefeitura do Rio de Janeiro e atendia as crianças da Vila Residencial na Rua Paulo Emídio Barbosa, próximo à entrada da localidade. Com a construção do Parque Tecnológico, a creche passou a funcionar em um espaço anexo à sede da Associação de Moradores, mas devido a problemas administrativos e financeiros, acabou sendo desativada pela Prefeitura em 2005. Para as 52 crianças entre 0 e 6 anos que residem na localidade, existe hoje apenas a Creche Smilinguido, administrada por uma moradora, onde os pais podem deixar seus filhos durante meio período ou horário integral, pagando uma mensalidade entre R\$ 75,00 e R\$ 140,00. Além desta creche e de algumas moradoras que prestam serviço, de forma autônoma, como “explicadoras”<sup>138</sup>, não há estabelecimentos de educação formal na localidade, senão o projeto de uma creche formulado por estudantes da FAU-UFRJ, aguardando recursos para edificação<sup>139</sup>.

No que se refere aos serviços de saúde, a instituição mais próxima é o HUCFF, mas como este não possui atendimento de emergência, os mais procurados nessas situações pelos moradores são o Hospital Paulino Werneck, na Ilha do Governador, e o Hospital Geral de Bonsucesso, situado à margem da Avenida Brasil. Ações de prevenção e assistência aos casos de menor complexidade, no entanto, são realizadas regularmente na própria Vila Residencial por estudantes de Enfermagem, Nutrição e Medicina, através de projetos de extensão da UFRJ. Tais atendimentos vão desde o acompanhamento de rotina dos moradores com enfermidades crônicas (hipertensão, diabetes, etc.) à realização de campanhas de vacinação e exames ginecológicos nas

---

<sup>138</sup> Embora se assemelhe à função de professora particular, o termo *explicadora* é usual apenas nos meios populares. Na prática, a “explicadora” se difere da professora particular sob vários aspectos, tais como o fato de ser um ofício predominantemente feminino, a forma de atuação contínua, sistemática e não especializada, e a relação quase familiar estabelecida com seus alunos. Conforme destaca Mattos (2008) em sua pesquisa na favela de Nova Holanda, as explicadoras suprem nessas localidades muitas outras demandas além do reforço do processo de aprendizagem escolar dos alunos, desempenhando um papel fundamental na socialização das crianças e no projeto de ascensão social das famílias.

<sup>139</sup> O projeto que venceu o concurso realizado pela FAU-UFRJ prevê a construção da creche na área ao lado das novas residências da Vila dos Solteiros, onde se situa hoje o campo de futebol. Um outro projeto, também formulado por estudantes da FAU-UFRJ, prevê o deslocamento de 180° da posição do campo de futebol, incluindo a construção de arquibancadas e pista de corrida ao seu redor.

instalações recém-construídas para esse fim junto à sede da Associação de Moradores. Ainda que estes atendimentos supram, em certa medida, as demandas básicas em relação à saúde, a queixa mais comum, tanto dos moradores quanto dos demais usuários do *campus*, refere-se à inexistência de farmácia na Ilha do Fundão. Sendo este tipo de comércio proibido no interior das instalações universitárias, a única farmácia comercial que já existiu funcionava na Vila Residencial, mas fechou as portas pouco tempo depois, tendo o proprietário alegado que o número de clientes atendidos não era suficiente para manter o estabelecimento na localidade.

A despeito do que se isso parece supor, porém, a Vila Residencial possui uma rede comercial razoavelmente ativa e diversificada para atender a demanda local, sobretudo no que se refere à alimentação e ao lazer. O levantamento feito por mim, juntamente com a bolsista de extensão da UFRJ Carolina Cardoso, entre agosto e setembro de 2008, constatou a presença de pelo menos vinte estabelecimentos comerciais na localidade, dentre os quais um restaurante *self-service*<sup>140</sup>, sete bares, um mercadinho, uma padaria, um aviário, duas lojas de material de construção, um lava-jato, uma academia de ginástica, uma barbearia, um armarinho, uma videolocadora, uma loja de jogos eletrônicos e uma *lanhouse*. No ano seguinte, enquanto alguns serviços comerciais deixaram de funcionar, como a *lanhouse* e o lava-jato, dois novos estabelecimentos voltados à alimentação foram inaugurados na praça, uma lanchonete e restaurante que também vende refeições a peso e “quentinhas” e um *trailer* especializado em caldos.

Em alguns estabelecimentos locais é comum a presença de mais de uma atividade comercial, tais como o Aviário da Neuda, que vende, além de carne (não possui mais, de fato, um aviário, embora ainda seja assim identificado), bebidas, enlatados, legumes, biscoitos, materiais de limpeza, botijões de gás, carvão, rações e jornais, e o Bar do Paulo Galinha, onde o morador, além de vender bebidas e servir refeições em “quentinhas”, também presta serviço de serralheria.

---

<sup>140</sup> Não estamos contando, nesse caso, com o bar/restaurante do casal de moradores Tânia e Reginaldo, localizado na Rua Paulo Emídio Barbosa, próximo à entrada da localidade. Embora a história desse comércio informal, que inicialmente atendia os funcionários da UFRJ num pequeno *trailer* no lado da avenida hoje ocupado pelo Parque Tecnológico, permita reconstituir uma parte da história da ocupação da região, Tânia ressaltou, durante o levantamento que fizemos dos estabelecimentos comerciais da Vila Residencial, que seu comércio “nada tem a ver” com a localidade, uma vez que se situa “fora” dela.



A foto à esquerda ilustra a diversidade de produtos vendidos nos pequenos estabelecimentos locais. No bar do Valdir (cuja placa indica que o nome real é Lanche do Valdir), além de bebidas alcoólicas e refrigerantes são vendidos produtos de limpeza, biscoitos, balas, ovos, leite, vinagre, arroz, azeitonas, queijo ralado, etc. No horário de maior movimento as mesas e cadeiras plásticas coloridas são dispostas na rua, estendendo a área de atuação do comércio. À direita, o bar visto da Rua Orquídeas, com a residência do comerciante nos fundos. Fotos: Leticia de Luna, 2008.

O nome dos estabelecimentos comerciais ou a forma como são identificados pelos moradores refere-se quase sempre ao nome ou apelido de seu proprietário, sendo geralmente também um morador e a mesma pessoa que atende os clientes: Bar do Formiga, Bar do Valdir, Armazinho da Geórgia, Bazar da Consuelo, etc. Muitas vezes, a referência utilizada é o próprio nome do responsável pelo comércio, sendo comum, por exemplo, os moradores marcarem encontros “no Tílson”, comprar um refrigerante “no Baixinho” ou um jornal “na Neuda”. Outros nomes ou referências aludem ainda à própria história do sistema construído local, como a Lanhouse R7, cuja sigla indicava a antiga numeração da Rua das Margaridas, e o bar conhecido por todos como “Cobal”, cujo apelido indica a existência anterior, no mesmo espaço, do mercado de hortigrutگرانjeiros do antigo canteiro da ECEX.

Dos estabelecimentos que identificamos no final de 2008, apenas os responsáveis pelo mercadinho, pela “Cobal” e pela videolocadora não são moradores da Vila Residencial, possuindo uma relação meramente profissional com o lugar. Embora estes três comerciantes (Sebastião, Jorge e Eliane) residam, respectivamente, em Jacarepaguá, Bonsucesso e Parque União, trabalham na Vila Residencial quase que diariamente, tendo o interesse pelo negócio sido motivado por amigos ou conhecidos

que ali residem<sup>141</sup>. Sendo pessoas “de fora” do lugar, seus estabelecimentos são também aqueles que menos empregam moradores da Vila Residencial. No mercadinho, por exemplo, trabalham, além do próprio Sebastião, um morador de Inhaúma, uma moradora de Parque União (a mesma Eliane que administra a videolocadora, onde emprega a irmã) e apenas um morador da Vila Residencial. Não por acaso, estes são também alguns dos poucos estabelecimentos estritamente comerciais, ou seja, que não agregam, no mesmo terreno, a residência de seus proprietários.

Juntamente com o aviário e a padaria – cujos responsáveis (Neuda e Jairo) possuem suas residências em outras áreas da localidade - o mercadinho e a videolocadora fazem parte das lojas acopladas ao prédio da Associação de Moradores, que são por ela alugadas mensalmente pelo equivalente a um salário mínimo<sup>142</sup>.



A padaria do Jairo, onde trabalham suas filhas Érica e Eliane, Sebastião arrumando os legumes e as frutas na frente do seu mercadinho e a videolocadora nos fundos, à direita. Fotos: Leticia de Luna, 2008.

Além das pessoas de fora que estabelecem uma atividade comercial na localidade, há, por outro lado, também casos de moradores da Vila Residencial que possuem atividades comerciais em outras localidades, como Roberto, que além de gerenciar a loja de jogos eletrônicos na sua residência, também aluga máquinas de fliperama para outras lojas na Maré. Roberto, que possui inclusive outra residência na favela Baixa do Sapateiro, diz que costuma “dormir no local mais próximo de onde

<sup>141</sup> No caso da “Cobal”, Jorge, que já era comerciante no bairro de Ramos, conta que herdou o comércio do pai, que inicialmente vendia cereais na localidade.

<sup>142</sup> O valor nacional do salário mínimo, em janeiro de 2010, era de R\$510,00. Apenas a videolocadora, por ser a menor loja, paga o equivalente a metade de um salário mínimo.

estiver trabalhando”. Outro caso é o do morador Enéas, que possui uma loja de material de construção na Vila Residencial e outra em Pinheiros, também no bairro da Maré. Seu único funcionário, durante o levantamento, era um morador dessa favela, que já trabalhava na loja que Enéas possui lá. Ele era, entretanto, um dos poucos moradores da Vila Residencial que empregavam moradores de outras localidades em seus estabelecimentos comerciais.

Enquanto alguns estabelecimentos funcionam regularmente em horário comercial, como o mercadinho e a padaria, abrindo todos os dias da semana, outros funcionam em horários variáveis, atendendo uma clientela específica, como o Bar do Raimundo, que só abre das 17:30hs às 24hs, servindo bebidas e petiscos a funcionários após o expediente de trabalho ou a estudantes do alojamento nos finais de semana, e o *Trailer* da Ângela, estrategicamente localizado ao lado do ponto de ônibus e que só abre no início da noite, servindo salgadinhos e sanduíches aos moradores que chegam do trabalho ou da escola e, como ela diz, “estão cansados, não querem ter trabalho de preparar algo para comer em casa”. Fora de seu uso comercial, é comum os amplos espaços de alguns estabelecimentos, como o restaurante do Tílson, serem ainda cedidos para outras atividades, como a realização de festas infantis de aniversário, confraternizações de fim de ano e reuniões comunitárias.

A maior parte dessas construções locais é de uso misto, no qual coexistem as funções de moradia e comércio. Como exemplos, podemos citar os casos do Tílson, que mora no segundo pavimento de seu restaurante na Rua das Papoulas, e dona Elza, que complementa sua aposentadoria vendendo bebidas de açaí e morango com leite na varanda de sua casa, na Rua das Margaridas. À diferença do primeiro, cuja estrutura abrange a necessidade de contratar funcionários e manter horários determinados de funcionamento, as pequenas atividades comerciais desenvolvidas sobretudo por mulheres na própria residência como forma de complementar a renda familiar passam a ser reguladas de acordo com a disponibilidade e a vontade das moradoras. Assim, da mesma forma que as vendas de doces, bebidas e sacolés podem acontecer durante todo o dia enquanto a moradora estiver em casa, a atividade comercial pode ser momentaneamente paralisada caso ela precise sair para algum compromisso pessoal ou desejo, num determinado dia, manter-se recolhida, sem contatos com sua clientela.

Para Neide, no entanto, que começou a preparar e vender empadas e empadões para outros moradores da própria localidade, em 2006, a atividade comercial tornou-se praticamente uma profissão, através da qual extrai boa parte de sua renda atual. O sucesso de seus produtos foi tanto que, meses depois, passou a receber encomendas diárias da padaria local e de dois *trailers* da Cidade Universitária, para os quais passou a ser fornecedora. Contente com o retorno financeiro rápido que a atividade lhe proporciona (cerca de R\$300,00 por semana), Neide, aos 65 anos, passou a acordar às 3hs para dar conta dos pedidos e ficou cada vez mais difícil para eu comprar um pequeno empadão em sua casa sem encomendar com antecedência.

Assim como Neide, Edvaldo foi outro morador que teve grande senso de oportunidade, sobrevivendo hoje da venda de salgados que ele e sua esposa preparam em sua residência, na Rua das Violetas. Diferentemente de muitos moradores, porém, Edvaldo escolheu o posto do Detran existente nas proximidades da Reitoria para vender seus produtos, uma vez que, apesar do grande número de pessoas que ali circulam diariamente para realizar exame prático de habilitação, o local não possui qualquer infraestrutura para alimentação senão aquela proporcionada pelo comércio ambulante. Há anos Edvaldo vende ali salgados e refrescos em uma bicicleta equipada com caixas de isopor e, mais recentemente, contratou outro morador da Vila Residencial para vender seus produtos também nas imediações do Parque Tecnológico.

Além de Neide e Edvaldo, poderíamos ainda citar o caso de Mauro que, como vimos anteriormente, percebeu na demanda por moradia na Vila Residencial uma vantajosa fonte de renda, levando-o a construir, nos fundos de sua residência na Rua Açucenas, nove quitinetes para alugar. Os imóveis, de tamanhos (12m<sup>2</sup> e 16m<sup>2</sup>) e preços variados (R\$170,00 e R\$210,00), são ocupados principalmente por estudantes da UFRJ, prestadores de serviço e funcionários das empresas situadas na Ilha do Fundão e raramente permanecem vazios por mais de um mês.

De modo geral, a clientela dos estabelecimentos comerciais da Vila Residencial é formada por moradores, funcionários da UFRJ que não residem necessariamente na localidade, funcionários das empresas sediadas no *campus* e estudantes da UFRJ, sobretudo aqueles que residem no alojamento e dependem deste comércio local para se abastecer com mantimentos, botijões de gás e pequenas utilidades domésticas, além de ser um local perto e barato para tomar cerveja com os amigos. Pois, se, como descrevem

muitos destes estudantes, o *campus* vira um verdadeiro “deserto” nos finais de semana, a Vila Residencial é, junto com o alojamento estudantil, um dos poucos lugares de vida urbana propriamente dita na Cidade Universitária que persiste. Assim como os estudantes, há também professores da UFRJ que frequentam alguns dos estabelecimentos da localidade para comprar cigarros e consumir cerveja, produtos que não podem ser vendidos nas instalações universitárias.

Apesar de relativamente diversificada, a rede comercial local não atende determinadas necessidades da população. Para a compra de medicamentos, roupas ou o maior abastecimento doméstico - as chamadas “compras do mês” - os moradores geralmente recorrem à rede comercial existente nos bairros da Ilha do Governador e Bonsucesso. Embora a Ilha do Fundão esteja a menos de 20km do centro da cidade, a maior facilidade de acesso e locomoção em direção aos bairros vizinhos os faz serem as verdadeiras centralidades para os moradores da Vila Residencial no que se refere ao consumo de bens e serviços. Além disso, os próprios comerciantes locais dependem do comércio maior das redondezas para se sustentar. Enquanto Sebastião e Baixinho, por exemplo, compram boa parte dos produtos para seus estabelecimentos na Central de Abastecimento do Rio de Janeiro, na Avenida Brasil, e no efervescente comércio existente na Rua Teixeira Ribeiro, na Maré, dona Neide prefere comprar os ingredientes para seus empadões no Supermercado Guanabara, em Bonsucesso. Embora nos grandes estabelecimentos comerciais destes bairros não exista a possibilidade do pagamento “fiado”, comum em vários estabelecimentos da Vila Residencial, a maior variedade de produtos e preços compensaria o deslocamento.

#### **4.5. Lazer e religião**

Assim como grande parte do consumo de bens e serviços não se esgota na pequena rede comercial existente na localidade, o mesmo se pode dizer com relação às atividades de lazer. Com exceção das lojas de jogos eletrônicos, *lanhouse* e videolocadora, que atendem sobretudo o público infantil e adolescente, e dos diversos bares frequentados pelos adultos, homens em sua maioria, não há na Vila Residencial outros estabelecimentos ou instituições voltados exclusivamente ao lazer.

Destaca-se, porém, o grande campo localizado na entrada da localidade. Este campo é mantido pelos próprios moradores e, ainda que se encontre atualmente com o gramado bastante degradado, possui, como na maioria dos bairros de trabalhadores urbanos, uma enorme importância na vida cotidiana dos moradores, particularmente nas redes de sociabilidade masculina (Guedes, 1998)<sup>143</sup>.

Vascaíno, Tílson Coelho é um dos que ajudou a construí-lo, cuidando, durante muitos anos, da sua manutenção, motivo pelo qual o espaço é com frequência referido como “o campo do Tílson”. Reconhecido por muitos como aquele com maior legitimidade para falar sobre esse espaço comunitário, Tílson conta que o projeto de construção do campo, com medidas oficiais, surgiu da iniciativa do morador e vigilante da UFRJ Caetano, hoje falecido, com a adesão de outros moradores. Em 1986, o projeto obteve o apoio do ex-Prefeito da UFRJ José dos Santos Ribeiro Coimbra e do Deputado Estadual Paulo Hermínio Duque Costa. Enquanto o prefeito autorizou a construção do campo, cedendo o maquinário necessário para preparar o terreno, o político “arrumou” a areia necessária junto aos responsáveis pelo Projeto Rio de saneamento da Maré. Aos moradores, coube contratar o operador da máquina, que recebia refeições gratuitamente no restaurante do Tílson.

Com a inauguração do campo, logo foram criados três times de futebol na localidade: Veterano (do qual o próprio Tílson ajudou a fundar, em 1987), Vila Nova e Primeiro Quadro, cada um reunindo cerca de vinte moradores. Com a organização dos times a partir das relações de vizinhança, o futebol legitimou-se como a mais importante atividade de socialização masculina na localidade. Além de participarem de campeonatos externos e da própria UFRJ, diversos campeonatos passaram a ser organizados pelos moradores no campo da Vila Residencial no início dos anos 1990, chegando a reunir quinze times, provenientes tanto da Zona Sul quanto da Zona Norte da cidade<sup>144</sup>. Com a intensificação dos conflitos entre as facções do tráfico de drogas na Maré, que era representada por cinco times de favelas distintas, o campeonato começou a sofrer a interferência dessa rivalidade e acabou sendo interrompido pelos moradores poucos anos depois.

---

<sup>143</sup> Como ressalta a autora (*op.cit.*: 85-86), “nestas redes de sociabilidade, joga-se e negocia-se, para além do futebol, valores, idéias, informações sobre o mercado de trabalho e sobre locais de moradia”.

<sup>144</sup> Além dos times da Vila Residencial, participaram times dos bairros do Flamengo, Bonsucesso, Ilha do Governador, Olaria, Penha, Oswaldo Cruz, Caju e Maré.

O primeiro e único time da Vila Residencial ainda existente, o Veterano F.C., acumulou até hoje 53 troféus, muitos dos quais ficam permanentemente expostos no restaurante de Tíson como testemunhas do seu tempo de vitórias. Embora tenha ganhado três campeonatos internos da UFRJ, durante longo período a participação do time da Vila Residencial foi recusada por não ser reconhecido pelos organizadores como um “time de funcionários”, ainda que a maioria dos seus integrantes fossem servidores públicos da universidade. Com a coordenação do campeonato atualmente nas mãos de Zeca, filho de uma antiga moradora da localidade, a participação do Veterano está provisoriamente assegurada.



No “Espaço dos Veteranos” (à esquerda) e nas paredes de dentro do restaurante (à direita), muitas referências ao time local e à paixão de Tíson pelo futebol. Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Para além dos jogos amistosos entre os próprios moradores, em 2004 o campo voltou a ter vida ativa com a implantação do Programa Segundo Tempo. Financiado pelo Ministério do Esporte, o programa visa democratizar o acesso à prática e à cultura esportiva de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente “em áreas de vulnerabilidade social”<sup>145</sup>. No núcleo da Vila Residencial,

<sup>145</sup> Informações divulgadas pelo Ministério de Esportes: <http://portal.esporte.gov.br/snee/segundotempo/>

as atividades esportivas eram coordenadas pelo professor de educação física Flávio Sant'Ana Pereira Silva, filho de Tuniquinho, com a colaboração de dois estagiários. Tílson, como em todas as atividades realizadas no campo, atuava como voluntário, cedendo o espaço de seu restaurante para os lanches das crianças participantes.

Devido à inexistência de infraestrutura local adequada para a prática das outras modalidades esportivas (handebol, basquete, voleibol e atletismo), o projeto centrava-se de modo mais efetivo no ensino dos fundamentos do futebol, envolvendo um total de 100 crianças da localidade com idades entre 7 e 14 anos<sup>146</sup>. Por problemas administrativos na organização não-governamental responsável por gerenciar o núcleo da Vila Residencial, o projeto acabou sendo encerrado em 2008.

Pouco depois, em função do início das obras de construção de novas casas para os moradores da Vila dos Solteiros próximo ao local, o campo foi entrando numa fase de suspensão enquanto espaço de socialização. Pela falta de uso e manutenção, o gramado ficou rapidamente depredado e o pouco que passou a se ver ali foram algumas “peladas” dos moradores nos finais de semana.

O campo de futebol não é, todavia, o único espaço público utilizado para fins de lazer pelos moradores da Vila Residencial. A praça e as ruas internas da localidade assumem um papel igualmente importante com relação a esse aspecto. É na praça e seus arredores, por exemplo, onde aconteciam, até o final dos anos 1990, as grandes festas juninas organizadas pelo ex-morador Juninho, com a ampla participação da população. É também neste local onde acontecem, nos finais de semana, muitos dos eventos organizados pela universidade e pelas igrejas. Em 2008 e 2009, presenciei, por exemplo, a realização do Sábado Interdisciplinar, promovido pelo programa de extensão, e da I Mostra Cultural da Vila Residencial, promovida pela Decania do CLA-UFRJ, mas também eventos religiosos, como a festa do dia das crianças, promovida por jovens da Comunidade Evangélica Universitária, e as festas de louvor promovidas pela Assembléia de Deus Ministério Monte Sinai.

Por ser simbolicamente representada como “a praça da Igreja” - no caso, da Igreja Católica<sup>147</sup> - os eventos organizados pelas igrejas evangélicas locais nunca

---

<sup>146</sup> Além das atividades esportivas, o programa oferecia aos coordenadores uma especialização à distância de 390hs. No entanto, o coordenador da Vila Residencial, formado em educação física pela UFRJ, foi o único, dos 100 núcleos do Rio de Janeiro, que concluiu o curso, com a entrega da monografia no Ministério do Esporte.

<sup>147</sup> Não apenas muitos moradores assim percebem a praça, como os responsáveis pela igreja muitas vezes

ocupam a área cimentada na qual foi erguida a estatueta da santa, mas apenas os seus arredores. Os casos de depredação da pequena estátua - cometidos, segundo uma das freiras, “por evangélicos” - podem ser interpretados como uma reação a essa apropriação do espaço por parte da igreja católica. Durante o trabalho de campo, diversas vezes vi a estátua ser retirada para conserto e restauração, sendo sempre novamente colocada na praça.

Assim como grupos ligados à universidade e às igrejas, a Associação de Moradores também costuma promover eventos na localidade, como festa junina, comemoração do dia das crianças e do Natal. Em 2010, poucos dias depois da igreja católica realizar sua tradicional festa julina na praça, a Associação de Moradores realizou a sua festa julina no campo de futebol. Mais do que evitar a sobreposição dos eventos, a escolha do local, desvinculado de qualquer alusão a crenças e valores religiosos, visou contemplar tanto a participação dos moradores quanto evitar conflitos entre os membros da nova gestão, composta por católicos e evangélicos.

Eventos menores promovidos pela Associação de Moradores também costumam ser realizados no galpão administrado por ela, anexo ao restaurante do Tílson, onde antigamente funcionava o vestiário do time de futebol Veterano F.C. Além desse galpão, uma parte do estabelecimento do Tílson, pouco utilizado pelos clientes e conhecido como “Espaço dos Veteranos”, costuma ser cedida para os moradores realizarem pequenos eventos, como festas de aniversário de crianças e festas promovidas por grupos de jovens, sendo estas batizadas com nomes bastante curiosos: “De 1 em 1”, “Chupo a sua língua”, “Neon parte” e “Cala a boca, me beija”.

Thomaz Cantuário, de 22 anos, foi um dos que criou, em 2007, junto com dois amigos a festa “Chupo a sua língua”. Segundo ele, a iniciativa surgiu para “animar” a vida dos jovens da localidade, que “nada têm pra fazer depois das 22hs”. O sucesso das festas, que contam sempre com uma “diretoria” responsável por toda a organização (música, bebidas, churrasco, iluminação, decoração e venda de ingressos), revela-se pela grande quantidade de jovens que atraem, não apenas da Vila Residencial, mas também de outras localidades do entorno e da UFRJ. Reclamações quanto à falta de limpeza do local depois das festas fizeram, porém, com que elas fossem se tornando cada vez mais esporádicas. A última que presenciei durante o trabalho de campo, em

---

se percebem como responsáveis também por este espaço.

2009, foi a “Cala a boca me beija”, organizada por um grupo formado exclusivamente por meninas.

Além das festas, as maiores atividades de lazer dos jovens costumam ser jogar futebol, sair para dançar e assistir shows de música na Maré e na Ilha do Governador. Como Thomaz, que nasceu na Vila Residencial, os jovens da localidade são, sem dúvida, os que mais reclamam da ausência de opções de lazer na Ilha do Fundão. As atividades eventualmente promovidas pela UFRJ na Cidade Universitária (shows, concertos, exposições) tampouco costumam ser usufruídas por eles. Raros são, aliás, os jovens que possuem alguma relação (escolar ou profissional) com a universidade. Apesar de estarem na mesma faixa etária da maioria dos universitários, a interação cotidiana entre esses dois grupos de jovens é, na prática, bastante restrita.

Além do campo, da praça e do galpão, as ruas internas da localidade, sobretudo aquelas de circulação quase que exclusiva de pedestres, também representam espaços coletivos importantes para as atividades de lazer dos moradores, sobretudo para as crianças. Alguns trechos, dadas suas características, destacam-se como verdadeiros pontos de encontros, como o pequeno largo formado no entroncamento das Ruas Azaléias e Tulipas, onde é possível se ver quase sempre crianças reunidas brincando.

Assim como descreveram Mello, Vogel e Santos (1981) em seu estudo sobre o uso dos espaços coletivos para fins de lazer no Catumbi, a Vila Residencial caracteriza-se pela diversidade de seu espaço urbano, conjugando uma multiplicidade de usos e significados, que permite ora a percepção da rua como limite à intimidade e pessoalidade, como no caso das barreiras improvisadas sobre a calçada, ora como extensão do ambiente familiar, por exemplo com pula-pula e mesas dispostas sobre a área pública numa festa de aniversário infantil. Nesse sentido, o espaço da Vila Residencial distingue-se fortemente daquele da Cidade Universitária, cujos usos, ditados pelo planejamento de cunho racionalista, limitam-se às funções às quais foram previamente destinados<sup>148</sup>.

---

<sup>148</sup> Segundo Mello, Vogel e Santos (*op.cit.*: 134), no discurso progressista e racionalista arquitetônico e urbanístico contemporâneos, planejar significa “distinguir e separar as funções, inventar e designar-lhes a espaços apropriados; combinar corretamente as peças para que funcionem com o mínimo de atrito possível”. O planejamento não deve, porém, ser entendido como sinônimo de racionalismo arquitetônico e urbanístico. A questão crucial deve ser sempre como planejar, a partir de que pressupostos planejar e com que objetivos. Afinal, não se pode esquecer, como dissemos, que, tal como a Cidade Universitária, o espaço da Vila Residencial também foi, originalmente, planejado como parte do canteiro de obras da ECEX.

Entre os homens de meia idade, os bares, junto com o campo de futebol, são predominantemente os locais utilizados para o seu lazer e socialização. É neles onde se reúnem com os amigos para beber cerveja, jogar cartas ou falar sobre mulheres e futebol, entre outros assuntos que costumam fazer parte do repertório das rodas de conversa nesses espaços onde a afirmação e a celebração da masculinidade estão constantemente em pauta<sup>149</sup>. Alguns bares da localidade, no entanto, costumam ser mais frequentados por homens do que outros. Um deles ganhou inclusive o jocoso apelido de “CTI”<sup>150</sup> dado o acentuado estado alcoólico com que alguns de seus frequentadores costumam deixá-lo. Outros, por sua vez vistos como ambientes mais familiares, costumam ser também frequentados, ainda que em menor número, por mulheres e estudantes. No Bar do Raimundo, por exemplo, a atmosfera que o proprietário e sua esposa desejam impor ao seu estabelecimento é explicitada numa pequena placa fixada na parede com os dizeres: “Respeite o local. Ambiente familiar”.

Mas enquanto a presença masculina predomina no campo e nos bares, é nas igrejas onde se destaca a presença feminina. Ainda que as missas e cultos sejam comandadas por homens, são elas que costumam estar em maior número entre os fiéis, estando à frente na organização dos eventos religiosos das quatro igrejas existentes na localidade: a igreja católica Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos e as igrejas evangélicas Assembléia de Deus Ministério Monte Sinai, Assembléia de Deus Terra da Promessa e Universal do Reino de Deus. Por serem as mais significativas em termos de representatividade local, concentremo-nos na descrição das igrejas Assembléia de Deus Ministério Monte Sinai e Nossa Senhora Rainha dos Apóstolos.

A Assembléia de Deus Ministério Monte Sinai foi criada pelo morador Manoel Teixeira em 1978, pouco depois de sua transferência da Ilha do Catalão para a localidade. Manoel, que tinha se casado com uma das filhas de Antônio e Maria Augusta Medeiros, foi quem “levou o evangelho” para a ilha, em 1966. Chegando na Vila Residencial, abriu logo uma pequena congregação, filiada à Assembléia de Deus do Galeão, em frente à sua residência na Rua das Camélias para realizar os cultos. Ao

---

<sup>149</sup> Em sua etnografia sobre um churrasco de esquina no subúrbio carioca, Souza (2003:90) ressalta que “a masculinidade é uma experiência coletiva desenvolvida por intermédio de ritos, testes e provas concebidas para o sujeito responder publicamente se é ou não é um homem. Esta lógica faz com que os homens busquem sistematicamente inserção em práticas coletivas, através das quais, irão pelo desempenho garantir pra si visibilidade e *status* social”.

<sup>150</sup> Sigla de Centro de Tratamento (ou Terapia) Intensivo, unidade hospitalar destinada à recuperação de pacientes potencialmente graves ou com descompensação de um ou mais sistemas orgânicos.

longo dos anos, a igreja foi crescendo e ampliando o número de fiéis, até se tornar independente, em 2000. Com mais de cem fiéis e três cultos semanais, a igreja hoje está situada num grande templo na Rua dos Cravos, em frente ao campo, podendo ser avistada por todos que chegam à localidade. Aos 78 anos e com a saúde frágil, Manoel deixou a direção dos cultos a cargo de um pastor mais jovem, morador da Ilha do Governador, atuando apenas como pastor auxiliar. Entre as atividades sociais desenvolvidas pela igreja, está a organização regular de eventos com show de música gospel e cultos de louvor nos arredores da praça. Para arrecadar fundos para a igreja, as mulheres costumam fazer mutirões para preparar grande quantidade de determinado prato (mocotó, dobradinha, etc.) e vender em “quentinhas” numa barraca durante o horário de almoço do final de semana.

Já a igreja católica começou a ser construída no início dos anos 1990 por iniciativa dos próprios moradores da Vila Residencial, que se organizaram através de mutirão. O local escolhido era onde se situava a antiga Escola Rio-Niterói, cujo terreno havia sido cedido à Associação de Moradores e esta, por sua vez, o cedeu para a construção da nova igreja. Sua inauguração, em 2003, sob a coordenação do Padre Tenente Coronel Lindenberg Freitas Muniz – o mesmo que já celebrava as missas na histórica igreja da Ilha do Bom Jesus - teria, entretanto, causado certa polêmica, já que o padre pretendia transformá-la em paróquia universitária sem obter o respaldo necessário da diocese para tal. Nos fundos da igreja, foi construído o discipulado, também conhecido como “a casa das irmãs”, onde residem o padre Lindemberg e quatro freiras. Além das missas diárias, a igreja realiza catequese, crisma, batismos e casamentos, mantendo ainda um coral formado por moradores, com ensaios semanais. Apesar de sua presença marcante na geografia do lugar, a igreja não realiza projetos sociais junto aos moradores, mas apenas “serviço de misericórdia”, como são chamadas as visitas domiciliares realizadas pelas freiras. Com menos de trinta fiéis frequentando regularmente as missas<sup>151</sup>, a participação da igreja católica na vida social da localidade restringe-se atualmente a ajudar os moradores que lhe procuram e apoiar determinadas iniciativas locais, por exemplo, contribuindo com doações de alimentos para os mais afetados pelas enchentes.

---

<sup>151</sup> Segundo uma das freiras, houve, desde a inauguração, uma grande redução do número de fiéis devido ao crescimento das igrejas evangélicas na localidade.

Segundo o relato de antigos moradores, a Vila Residencial também já teve dois centros espíritas funcionando anexo a residências, mas que, com a popularização das igrejas evangélicas, deixaram de existir. Um deles funcionava inclusive na casa ao lado de onde hoje se encontra a Assembléia de Deus Terra da Promessa, na Rua Vitória Régia. Como não conheci nenhum morador que se declarasse praticante de alguma religião espírita, não consegui obter informações sobre o funcionamento desses centros.

#### **4.6. Meio ambiente**

Com o processo de crescimento urbano e a intensa industrialização da região ocorridos a partir dos anos 1940, de “paraíso tropical” a então chamada Enseada de Inhaúma transformou-se no que o geógrafo Elmo Amador (1997) denomina de “a cloaca da Baía da Guanabara”, sendo hoje uma das áreas mais poluídas do Rio de Janeiro, para a qual convergem diariamente detritos de vários bairros e indústrias da região. Mas apesar da degradação ambiental e da grande quantidade de lixo e metais pesados dispostos nas águas que margeiam a Ilha do Fundão, é possível encontrar diversas espécies de aves (colhereiros, carcarás, bem-te-vis, sabiás, tizius, etc.), atraídas pela vegetação que ainda resta nos arredores da Cidade Universitária<sup>152</sup>.

Na Vila Residencial, dada a densidade da área, pouco se vê dessas espécies de aves. Em seu lugar, destaca-se a presença de cães e gatos, além de outros animais de pequeno porte (papagaio, pato, ganso) que são criados por alguns moradores nos quintais de suas residências. Segundo contam, é comum cães vira-latas serem abandonados na Ilha do Fundão, muitos dos quais acabam sendo acolhidos por moradores na Vila Residencial. Próximo dali, nas imediações da Divisão de Transportes da UFRJ, é possível encontrar alguns cavalos pastando livremente, cujo dono, segundo crianças da Vila, seria “o Reitor”.

Em relação à flora existente, destaca-se, na Ilha do Fundão, o Parque da Mata Atlântica da UFRJ, implantado em 1996 na área da antiga Ilha do Catalão, a única, aliás, das oito ilhas aterradas que teve sua vegetação original relativamente preservada.

---

<sup>152</sup> Segundo o levantamento de Alfredo Heleno de Oliveira, pesquisador contratado pela Secretaria Estadual do Ambiente para fazer o monitoramento da avifauna, existe na região 146 espécies de aves (Candida, 2010).

Poupada da construção de instalações universitárias, a área de 17 hectares, cujo acesso é hoje controlado pela UFRJ, serve apenas para o desenvolvimento de atividades de pesquisa relacionadas aos cursos de Biologia e Geologia, além de treinamento de soldados do quartel existente na antiga Ilha do Bom Jesus. Apesar da escassez de áreas verdes para o lazer nesta região da cidade, esse potencial ainda é muito pouco explorado, limitando-se a presença humana àqueles que, pela baía, se dirigem ao local para pescar em suas praias, poluídas, como todas que circundam a Cidade Universitária. As limitações do acesso<sup>153</sup> e o isolamento desta área em relação às atividades cotidianas do *campus* geram ainda um sentimento de insegurança que afasta possíveis usuários de finais de semana, como os moradores do alojamento estudantil (vizinho ao parque) e os moradores da Vila Residencial (na outra extremidade da ilha). Com exceção dos antigos moradores que viveram na ilha antes de serem transferidos para a Vila Residencial, poucos são os que já visitaram ou freqüentam o parque. As visitas guiadas que realizei durante o trabalho de campo foram, nesse sentido, oportunidade privilegiada para alguns moradores conhecerem com segurança o local e para os antigos moradores da ilha o apresentarem aos seus descendentes, restituindo parte da história de suas famílias.



À esquerda, os prédios da UFRJ ao fundo vistos da Ilha do Catalão. À direita, uma das praias da ilha, com pescadores de vara ao fundo. Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Diferentemente desta área, onde existem mais de cem espécies de árvores e plantas, a Vila Residencial caracteriza-se por ser pouco arborizada, o que contribui para

---

<sup>153</sup> Como não há a presença constante de vigilantes no local, o portão encontra-se quase sempre fechado.

que a sensação térmica durante o verão seja bastante elevada. As áreas mais arborizadas da localidade são a Rua das Papoulas e aquelas situadas nos fundos, próximas à baía, onde a temperatura, em geral, é mais amena. Mesmo a praça, que constitui uma das principais áreas de lazer das crianças, não possui uma única árvore, mas apenas o pequeno canteiro onde se encontra a estatueta da santa.

Destaca-se, contudo, a presença de uma área de manguezal de pouco mais de 20.000m<sup>2</sup> (17% da área total da localidade), situada nos fundos da Rua dos Cravos, próxima ao campo de futebol. Ainda que uma parte do manguezal já tenha sido aterrada, há anos, pelos moradores desta rua através de obras de expansão dos lotes, a ação de projetos de educação ambiental realizados por estudantes de extensão da Faculdade de Biologia da UFRJ e, mais recentemente, por um grupo de moradores vinculados à organização Olhar do Manguê, têm conseguido sensibilizar a população local quanto à necessidade de sua preservação para garantir a maior qualidade do ambiente do entorno.

Devido estar situada em área plana – grande parte original de um mangue aterrado pelo lixo do antigo vazadouro da Ilha da Sapucaia - sobre as mais reduzidas cotas de toda a Ilha do Fundão<sup>154</sup>, a Vila Residencial sofre com inundações periódicas decorrentes de fortes chuvas e variações do nível do mar, agravadas pela ausência de pavimentação adequada na localidade. Além de gerar inúmeros transtornos - dificuldade de locomoção, perda de móveis e eletrodomésticos, incidência de doenças, como alergias, infecções e diarreias, entre outros - as enchentes afetam diretamente a relação dos moradores com o lugar. Pois, se para muitas das antigas famílias de pescadores num primeiro momento a proximidade da baía foi decisiva na escolha da residência na localidade, permitindo-lhe construir, nos fundos, pequenos atracadouros para seus barcos, num momento posterior esta proximidade tornou-se um problema, implicando diversos riscos para sua família. Com isso, muitos desses antigos cais perderam sua função e foram tendo seu acesso bloqueado por muros, restando apenas seus esqueletos sobre as águas.

Dos diversos pequenos cais construídos pelos moradores às margens da baía, hoje cercados de lixo, apenas o da família do falecido Carioca, erguido nos fundos de sua residência na Rua Açucenas, ainda está ativado. Embora grande parte dos antigos

---

<sup>154</sup> Segundo Souza (2006), citando projeto topográfico de 2004, suas cotas oscilam entre 2.10m no início da Rua das Papoulas, o principal acesso da localidade, e 0.99m na parte mais baixa, na área da Rua Açucenas, à beira da baía.

pescadores da região tenha abandonado o ofício, seus filhos Carlinhos e Anílson ainda preservam seus barcos no local, mas apenas este último, conhecido pelo apelido de “Pelicano”, ainda vive, aos 43 anos, da pesca. Enquanto Carlinhos, como muitos, tornou-se funcionário da UFRJ e utiliza eventualmente seu barco apenas para lazer, Pelicano, que aprendeu o ofício ainda criança com o pai, pesca diariamente, na altura dos alicerces da Ponte Rio Niterói, cerca de 30 kg de pescado com seu barco a motor.



À esquerda, Carlinhos sobre o cais construído por seu pai, o único ainda em funcionamento na localidade. À direita, seu irmão, Pelicano, em seu barco a motor e a Vila Residencial ao fundo. Fotos: Leticia de Luna, 2010.

No que tange as condições ambientais, uma iniciativa pública importante tem afetado recentemente os moradores da Vila Residencial: a implementação do projeto de revitalização e recuperação do Canal do Fundão, que desemboca no Canal do Cunha, incluindo a urbanização e a recuperação dos manguezais da localidade. Este tópico, no entanto, será abordado com mais detalhes no quinto capítulo, dentro do contexto político no qual se insere.

#### **4.7. Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ**

Criada poucos anos depois da transferência das primeiras famílias para a localidade, em 1980, a Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ, designada atualmente pela sigla AMAVILA, é definida em seu mais recente estatuto, de 2007, como uma “pessoa jurídica de direito privado, com fins não

econômicos e tempo de duração indeterminado, autonomia administrativa, financeira e política”.

Além de representar os interesses comunitários perante os órgãos e autoridades governamentais, organizações da sociedade civil, entidades públicas e privadas, a AMAVILA presta diversos serviços para a população local, como a emissão de declarações de residência, a emissão de declarações de compra e venda de imóveis e a emissão de contratos sobre o estabelecimento de atividades comerciais em áreas públicas<sup>155</sup>. Para manter seu funcionamento, a AMAVILA recebe a contribuição mensal dos sócios (R\$10,00 por domicílio) e o pagamento do aluguel das quatro lojas acopladas ao seu prédio e das taxas de utilização dos *trailers* localizados na praça.

Além disso, como será visto no quinto capítulo, ela atua como principal interlocutor frente à UFRJ, seja nas situações mais conflituosas que envolvem algum tipo de risco aos moradores, como no caso da ameaça de remoção, seja no estabelecimento de parcerias, como no apoio à organização das diversas atividades (campanhas, cursos, festas, etc.) desenvolvidas pelos projetos de extensão na localidade.

O prédio hoje ocupado pela AMAVILA, situado no início da Rua das Margaridas, foi originalmente construído pela UFRJ no final dos anos 1980 para abrigar as atividades de treinamento e capacitação dos vigilantes concursados, muitos dos quais passaram, como Verinha, a fixar moradia na Vila Residencial. Com o término dos cursos, o prédio foi doado para a Associação de Moradores, que passou a alugar parte de sua estrutura para pessoas interessadas em estabelecer atividades comerciais que atendessem algumas das demandas dos moradores, como o mercadinho e a padaria. Durante a construção do Parque Tecnológico nas imediações da Rua Paulo Emídio Barbosa, a AMAVILA também passou a abrigar em suas instalações o funcionamento da Creche Comunitária Peteleco, até sua desativação em 2005.

Durante o trabalho de campo, em 2008, a sede da AMAVILA, que estava com sua estrutura física e elétrica já bastante comprometida, foi inteiramente reformada com recursos da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), melhorando as condições das salas utilizadas para reuniões e atividades de extensão, como cursos e laboratório de informática, além de permitir a construção de uma

---

<sup>155</sup> No caso do *trailer* instalado ao lado do ponto de ônibus, por exemplo, a AMAVILA emite um contrato de permissão de uso da área de 2,5m<sup>2</sup>, com validade de 30 meses, através do qual estabelece determinadas normas e o pagamento de uma taxa de utilização correspondente a 25% do salário mínimo.

secretaria e salas específicas destinadas a atendimentos de saúde, incluindo exames ginecológicos, realizados pelos estudantes vinculados ao projeto da Escola de Enfermagem Anna Nery.



A sede da AMAVILA, antes e depois da reforma. Fotos: Vera Valente, 2004; e Leticia de Luna, 2010.

No que tange a direção da AMAVILA, desde o final dos anos 1980 tem prevalecido a permanência de certos grupos durante duas ou mais gestões, seja em função da ausência de chapas concorrentes em muitas das eleições, seja pelo apoio da população à continuidade do trabalho realizado. Em todo caso, o relato de antigos e atuais diretores de que o número de eleitores nestas ocasiões seria pouco expressivo em relação ao total de moradores, parece apontar ainda certo desinteresse da população pelas atividades associativas até recentemente, quando a AMAVILA passou a protagonizar lutas importantes, como a regularização fundiária da localidade face às ameaças de remoção e a sua inclusão no projeto de despoluição do Canal do Fundão.

Diferentemente das primeiras gestões, marcadas pela eleição de uma diretoria formada por um presidente, um secretário e um tesoureiro, desde o estatuto de 2001 a AMAVILA tem sido gerida através de um conselho diretor, cujas decisões são compartilhadas por um grupo de moradores, além do conselho fiscal, responsável pela administração das despesas e recursos da organização, e das assembléias deliberativas.

No início do trabalho de campo, notei haver uma percepção bastante heterogênea dos moradores em relação à AMAVILA. Enquanto uma parte deles depositava totalmente sua confiança nas ações dos seus diretores, outra parte mostrava-se sempre desconfiada de suas ações. De todo modo, a maioria demonstrava pouco

interesse e envolvimento com as atividades associativas, o que pode constatar no reduzido número de sócios com a mensalidade em dia e na tímida presença dos moradores nas assembléias convocadas pela AMAVILA. Quando se dirigiam à organização, geralmente sua procura estava pautada pela “lógica de usuário de serviço público” (Vidal, 1998), em que a participação nas atividades associativas estaria condicionada às expectativas de se verem objetivamente recompensados, por exemplo, por sua inclusão em um projeto de capacitação profissional ou de geração de renda.

A falta de participação e união dos moradores era, por sua vez, uma queixa dos diretores expressa frequentemente nas assembléias. Com o início do processo de regularização fundiária, que afetaria substantivamente todos os moradores, a participação nas assembléias foi se ampliando conforme as etapas avançavam, dando fim a qualquer suspeita sobre a real concretização da “antiga promessa”.

#### **4.8. Vizinhos**

Como diz Alain Morel (2005), na introdução do livro *La société des voisins*, não é nada fácil definir o que seja um “bom vizinho”. Aliás, não há sequer bom vizinho em si, visto que os julgamentos das qualidades e as expectativas em relação a ele mudam de acordo com os desejos de cada residente e os diversos contextos de interação construídos no espaço coabitado. É desse ponto de vista que tratarei das relações de vizinhança da Vila Residencial, referindo-se tanto às interações dos moradores com membros das instituições que margeiam diretamente seu espaço físico, como a UFRJ e o Parque Tecnológico, quanto às interações com os moradores das favelas da Maré e entre os próprios moradores da localidade.

No que tange à UFRJ, incluo aqui tanto as interações estabelecidas nas instalações da Cidade Universitária (ambiente de trabalho de muitos moradores que também são servidores) quanto as interações com os universitários que moram ou frequentam regularmente a localidade (para os moradores em geral)<sup>156</sup>. Enquanto no primeiro caso as interações têm como um dos efeitos dar visibilidade à Vila Residencial dentro da própria universidade, visto que muitos servidores passam a conhecer e

---

<sup>156</sup> Ressalto que a análise da relação institucional entre a Vila Residencial e a UFRJ será melhor contemplada no capítulo cinco.

frequentar a localidade através de um colega de trabalho que nela reside ou um morador que lhe presta ali algum tipo de serviço (encomenda de bolos, lavagem de carro, etc.), no segundo caso as interações revelam a própria relação de complementaridade entre a Vila Residencial e a UFRJ, no sentido de que a localidade garante, através, por exemplo, de seus moradores e suas atividades comerciais, grande parte do funcionamento da Cidade Universitária. Em outras palavras, pode-se dizer que a Vila Residencial é justamente o que faz a Cidade Universitária ter aquilo que Jane Jacobs (2000) define como sendo a natureza vital da própria idéia de cidade: a diversidade.

Entre os estudantes e professores que freqüentam a localidade, devem ser destacados aqueles que integram os projetos de extensão do Programa Inclusão Social - Vila Residencial da UFRJ, muitos dos quais têm como base de suas atividades a própria interação com os moradores. É o caso, por exemplo, dos projetos desenvolvidos pelas equipes da área de saúde, cuja atuação depende da participação e do contato direto (às vezes, íntimo) com os moradores atendidos.

Acompanhando, desde 1994, o estado de saúde da população, os estudantes de enfermagem traçam o perfil dos moradores, previnem doenças e identificam aqueles que demandam atendimento médico, encaminhando-os, quando necessário, a serviços públicos especializados. Através das regulares visitas domiciliares - método já preconizado por De Gérando (1989[1820]) no início do século XIX como elemento tradicional da filantropia - os estudantes, geralmente mulheres jovens, acabam por conhecer de perto os hábitos, os comportamentos e as fragilidades das famílias<sup>157</sup>. Penetrando no ambiente doméstico, alguns moradores acabam atribuindo às estudantes o papel de confidentes e mediadoras de conflitos familiares que não são compartilhados com nenhum outro morador da localidade.

Outros estudantes, como os de antropologia, acabam por representar outro tipo de papel junto aos moradores. Demonstrando interesse em ouvir suas opiniões e valorizando os seus pontos de vista sobre a vida local, estes estudantes, na interação com alguns moradores, deixam de ser meros estranhos curiosos para se transformar naquilo que Malinowski (1990[1922]) ironicamente definiu como “um mal necessário”, alguém cuja presença, mais do que tolerada, passa a lhe conferir o papel de tradutor das

---

<sup>157</sup> A tese de enfermagem realizada por Domingos (2003) com idosos da localidade mostrou, por exemplo, a importância atribuída ao apoio-emocional para a sua vida e a sua saúde, assim como o descompasso intergeracional é uma das causas da fragilização das relações de cuidado no âmbito familiar.

histórias e fatos da localidade. Um exemplo disso é quando muitos moradores, que antes eram procurados pelos estudantes, passam a lhes procurar espontaneamente para contar coisas que acreditam ser do seu interesse.

Há, ainda, como dito anteriormente, muitos estudantes que alugam quartos na Vila Residencial. A relação dos moradores com esses residentes provisórios costuma, entretanto, ser menos intensa do que com aqueles que desenvolvem atividades de extensão e pesquisa na localidade, talvez justamente porque estes, em geral, buscam muito mais esta proximidade do que os primeiros, para os quais sua presença ali não representa senão uma solução funcional para suprir a falta de moradia no alojamento estudantil da UFRJ. Da mesma maneira, é muito mais como um potencial consumidor ou inquilino que estes estudantes da UFRJ são vistos pelos moradores.

Ainda que seja administrado pela Incubadora de Empresas de Base Tecnológica da COPPE-UFRJ, o Parque Tecnológico do Rio de Janeiro deve ser destacado como outro vizinho importante da Vila Residencial. Ocupando, desde 1994, o terreno de 350.000m<sup>2</sup> onde funcionou parte do canteiro de obras da Ponte Rio-Niterói, o Parque Tecnológico é descrito, numa publicação comemorativa dos 80 anos da UFRJ, como “o local ideal para empresas que buscam um ambiente diferenciado e a permanente convivência com pesquisadores, estudantes e outras organizações especialmente selecionadas pelo seu compromisso com a inovação” (UFRJ, 2000: 11).

Em janeiro de 2009, havia 25 empresas e laboratórios sediados no local, concentrando cerca de 700 trabalhadores. O principal critério para a implantação das empresas no Parque Tecnológico, afirmou o seu diretor Maurício Guedes, é a necessária “interação com a UFRJ”. Em entrevista, disse que há também “grande interesse” em promover a interação com a Vila Residencial no sentido de incorporar seus moradores como trabalhadores nas empresas e obras ali realizadas, destacando, ainda, a construção das novas residências da Vila dos Solteiros como expressão da política de “responsabilidade social” adotada pelo Parque Tecnológico. A sua implantação total num prazo de quinze anos, reunindo cerca de 200 empresas, será capaz, segundo ele, de incorporar quase toda a mão-de-obra ociosa da localidade.

Enquanto o seu diretor vê muitas vantagens na presença do Parque Tecnológico para os moradores da Vila Residencial, estes, em geral, vêm seu vizinho com muita reserva e, às vezes, suspeição. A própria construção do Parque Tecnológico, realizada

sobre aterro de mais de dois metros acima do nível da localidade, é apontada pelos membros da AMAVILA como a principal causa das enchentes na Rua das Papoulas. Segundo Vera Valente, antes do aterro a rua alagava com a água da chuva e logo escoava, “agora a água não tem como escoar”. A dificuldade de interagir com a administração do Parque no sentido de solucionar o problema levou a AMAVILA inclusive a contestar a regularidade do aterro, solicitando cópia do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) exigidos pela legislação<sup>158</sup>, o que, segundo os diretores da AMAVILA, nunca lhes foi apresentado.

Outro elemento gerador de conflito foi a construção do elevado muro de concreto entre a Vila Residencial e o Parque Tecnológico. Mais do que delimitar as funções de cada área (residencial e empresarial), este muro passou a simbolizar, para grande parte dos moradores, o desejo de seu vizinho de excluir a localidade de seu espaço de excelência, reforçando sua representação como “favela”, isto é, como algo a ser banido da paisagem urbana.

No que se refere às ofertas de emprego nas empresas sediadas no Parque Tecnológico, o trabalho de campo apontou uma presença ainda tímida de moradores da Vila Residencial no local. De todos moradores com os quais interagi, apenas Márcio, o filho de dona Salete, trabalha no Parque Tecnológico, porém, como vendedor ambulante de salgados e refrescos. A Superpesa, empresa que já funcionava em parte do terreno hoje pertencente ao Parque Tecnológico, parece ser, nesse sentido, mais integrada à Vila Residencial do que o Parque Tecnológico. Além de empregar alguns moradores, a presença diária de um grande número de seus operários nos restaurantes da localidade durante o horário de almoço reforça uma relação de cumplicidade inexistente com os funcionários das empresas do Parque Tecnológico.

Essas situações evidenciam aquilo que Evans-Pritchard (1978[1940]) analisou a respeito da relatividade da distância entre tribos do Sudão às margens do Rio Nilo<sup>159</sup> e Chamboredon e Lemaire (1992[1970]) a respeito da convivência entre habitantes de um

---

<sup>158</sup> Ambos documentos compõem o processo de licenciamento ambiental para a instalação e/ou operação de um dado empreendimento e sua exigência tem como base a Lei Federal n.º 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 99.274/90.

<sup>159</sup> Sobre a classificação das categorias sócio-espaciais dos Nuer, o autor (*op.cit.*:122-123) descreve que “o espaço ecológico é mais do que mera distância física, embora seja afetado por ela, pois também é calculado por meio do caráter da região que se situa entre grupos locais e por meio da relação dessa região com as exigências biológicas de seus membros”. Assim, é possível compreender como uma tribo nuer separada de outra tribo nuer por quarenta quilômetros está, estruturalmente, mais próxima desta do que de uma tribo dinka da qual está separada por apenas vinte quilômetros.

conjunto habitacional francês<sup>160</sup>, ou seja, que proximidade física não implica necessariamente proximidade social.

Outro vizinho a ser destacado, partindo dessa consideração sociológica, é o conjunto de favelas que compõem o bairro da Maré, situado na outra margem do Canal do Fundão, que, embora fisicamente mais distante, está socialmente mais próximo da Vila Residencial do que o Parque Tecnológico.

Nesse caso, esta proximidade está estreitamente ligada ao processo histórico de ocupação da região. Antes mesmo de a Cidade Universitária ser inaugurada, moradores das favelas da Maré já freqüentavam as antigas ilhas aterradas. Nascido na Baixa do Sapateiro, Iranílson Silva conta, por exemplo, que muitas crianças da Maré iam para lá em pequenas embarcações para brincar e colher frutas e que ele próprio gostava de namorar numa pedra no alto do morro da favela apreciando a bela paisagem da Ilha do Fundão, hoje parcialmente obstruída pela Linha Vermelha. Cabe ainda lembrar que muitos dos atuais moradores da Vila Residencial vieram da Maré, possuem relações familiares ou comerciais com as favelas vizinhas. O comerciante Deusli Martins, mais conhecido como Baixinho, por exemplo, morava na Vila do João, onde também tinha um bar que já fazia entregas de bebidas nos *trailers* da Cidade Universitária. Sobrinho do senhor Raimundo, morador e dono de um bar na Rua dos Cravos, Baixinho decidiu mudar-se com sua família para a localidade há quatro anos, abrindo ali também um bar e mercearia. A relação com a Maré, porém, continuou existindo, sendo a Rua Teixeira Ribeiro o local preferido para o abastecimento de produtos no seu estabelecimento, assim como para muitos outros comerciantes da Vila Residencial.

Mas a relação com a Maré não se restringe ao aspecto comercial. Durante o trabalho de campo, presenciei na Vila Residencial tanto atividades culturais, como a exibição de filmes promovida pelo Projeto Cinepop, do “shoppinho da Nova Holanda”, quanto atividades políticas, como a realização de campanhas eleitorais de candidatos a vereador provenientes dessa vizinhança.

Além disso, as favelas da Maré são frequentemente referidas pelos líderes comunitários da Vila Residencial como contraponto em situações que envolvem a reivindicação de serviços públicos na localidade. Como enunciou uma das diretoras da

---

<sup>160</sup> Como os autores (*op.cit.*: 509) chamam a atenção, as relações de vizinhança obedecem ao princípio da livre escolha que ignora as separações geográficas, não sendo, portanto, limitado pelo meio ao qual os indivíduos pertencem.

AMAVILA em uma reunião do programa de extensão: “não é justo eu passar na Linha Vermelha e ver a Vila Olímpica. Nada contra a Maré, mas a Vila não pode estar nessa condição...”. Nessa mesma reunião, outra moradora ressaltou a própria imprecisão da Prefeitura do Rio sobre a situação administrativa da Vila Residencial: “Nós temos um problema de identidade, se somos da Região Administrativa da Maré ou da Região Administrativa da Ilha do Governador. Ano passado éramos pertencentes à Maré, hoje somos da Ilha”.

Do ponto de vista subjetivo, os moradores da Vila Residencial preferem, sem dúvida, estarem vinculados à Ilha do Governador, região que, no imaginário social urbano, é considerada mais nobre do que a Maré. Por serem historicamente estigmatizadas como áreas pobres e violentas, as favelas da Maré são frequentemente referidas como tendo uma realidade muito diferente daquela encontrada na Vila Residencial, que se caracterizaria, entre outros aspectos, pela ausência de quadrilhas de traficantes de drogas controlando o território.

Ainda que no cotidiano os moradores de ambas as localidades efetuem diversas trocas sociais, há um desejo de evitação de tudo de negativo atribuído à própria idéia de *favela*. O muro erguido nos fundos da Vila Residencial pela Prefeitura da UFRJ, no início dos anos 1990, legitima o desejado distanciamento. Diferentemente do muro construído pelo Parque Tecnológico, visto como objeto de segregação, este muro é percebido pelos moradores como “proteção” das enchentes provocadas pelas variações do nível da maré. Porém, quando indagados sobre sua possível derrubada, caso as inundações fossem controladas por obras, os moradores são unânimes em dizer que não desejariam a interação visual com a “margem de lá” (Souza, 2006)<sup>161</sup>. Desejada ou não, ambos os muros reforçam a distância social da Vila Residencial em relação aos dois vizinhos e contribuem para o seu relativo ocultamento.

No âmbito local, as relações de vizinhança caracterizam-se, antes de tudo, pela heterogeneidade. Enquanto no plano discursivo prevalece, entre os moradores, a referência à localidade como “comunidade”, no plano das interações cotidianas a relação entre os moradores nada tem de igualitária.

Como procurei mostrar no terceiro capítulo, há uma hierarquização social entre os moradores mais antigos (os *estabelecidos*) e os que chegaram posteriormente (os

---

<sup>161</sup> Ainda que, na outra margem, existam também favelas do bairro do Caju, a principal referência (positiva ou negativa) dos moradores da Vila Residencial são as favelas da Maré.

*outsiders*) na localidade, cuja convivência resulta em diversos conflitos de vizinhança. A fofoca, sob esse aspecto, é um instrumento fundamental para a definição dos limites dos grupos. É aos mais recentes moradores, geralmente oriundos de favelas e sem vínculo com a UFRJ, que é atribuída, por exemplo, a responsabilidade sobre os problemas relacionados à violência e criminalidade ocorridos na localidade, como brigas, venda de drogas e até mesmo assassinatos, ainda que, em certos casos, as pessoas diretamente envolvidas provenham de antigas famílias.

Assim como na vila pobre de invasão estudada por Fonseca (2000: 41) em Porto Alegre, na Vila Residencial da UFRJ “ninguém se considera fofoqueiro, mas todo mundo concorda em dizer que há fofoca constantemente na vizinhança”. No entanto, diferentemente da Vila do Cachorro Sentado, onde a fofoca é permitida apenas às mulheres enquanto o domínio masculino residiria no uso da força física, na Vila Residencial a fofoca atua como um mecanismo de controle social mais difuso, semelhante ao encontrado no povoado inglês estudado por Elias e Scotson (2000). De modo geral, ela envolve o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio, com o intuito de informar sobre a reputação de alguém, consolidando ou prejudicando sua imagem pública. Não obstante possa a ela ser atribuída diversas funções, sua força, no interior do grupo, reside em atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si (Fonseca, *op.cit.*)<sup>162</sup>.

Era através da fofoca que os moradores frequentemente buscavam me situar no campo, apontando-me aqueles aos quais deveria manifestar respeito e aqueles os quais deveria desconsiderar. Enquanto frases do tipo “fulano é o símbolo da Vila” ou “fulana é uma santa” serviam para exaltar o respeito coletivo à dignidade de um morador, frases como “fulano vive bêbado” ou “fulana não cuida bem dos filhos” serviam para denegrir o comportamento social de outro. Mas tanto as enunciações elogiosas quanto as depreciativas serviam para me alertar para a hierarquia interna calcada nas diferentes categorias de indivíduos, fazendo girar as “rodas do moinho das fofocas” (Elias; Scotson, 2000:121), sem o qual a vida local perderia muito de seu tempero.

---

<sup>162</sup> Sem aprofundar a análise, a autora cita a função educativa da fofoca examinada por Handman, através das quais as crianças aprenderiam as nuances práticas dos princípios morais do grupo, e a função comunicativa examinada por Hannerz, que permitiria sobretudo a analfabetos descobrir, por exemplo, o novo endereço de um parente e o paradeiro de velhos amigos (Fonseca, *op.cit.*: 42).

Em algumas situações, a fofoca funcionava como um fator de integração, reforçando os vínculos existentes e agregando novos membros aos grupos. No papel do estranho que chega à localidade, também fui enredada, pelos moradores, na eficiente rede comunicativa da fofoca, o que pôde ser constatado pelo conhecimento que alguns moradores demonstravam ter sobre minha hospedagem na localidade antes mesmo que os tivesse informado a respeito. Em outras situações, a fofoca era uma importante arma política utilizada para publicizar ou deflagrar conflitos entre as lideranças comunitárias, muitas vezes baseados em antigas rixas partidárias. Através da propagação de um fato (real ou imaginário) envolvendo membros da AMAVILA, por exemplo, o enunciador da fofoca buscava destituí-los de poder e prestígio, revertendo-os ao mesmo tempo em seu benefício. Ainda que a fofoca não passasse de mera difamação, seu potencial nefasto exigia quase sempre a publicização de uma resposta por parte daqueles que eram por ela atingidos.

Quando se esgotavam os mecanismos de administração de um conflito, alguns moradores recorriam a agressões físicas ou até a artifícios materiais para demarcar sua posição e romper definitivamente a convivência com o vizinho indesejável. A criação de barreiras físicas, como a construção de anteparos ou muros que facilitassem o evitamento, era uma das estratégias utilizadas nos casos mais extremos.

A própria expansão da localidade, com a construção de moradias sobre áreas onde antes existiam ruas, também repercutiu nas relações de vizinhança. Na medida em que algumas das tampas que dão acesso à canalização da água e do esgoto de toda a localidade passaram a se encontrar no interior dessas residências, o controle privativo sobre elas reforçou conflitos e, em muitos casos, tornou-se objeto de manipulação da distância social entre moradores. Durante o trabalho de campo, presenciei, por exemplo, discussões entre dois vizinhos sobre um problema de entupimento de um cano que estava prejudicando o abastecimento de água de todos os moradores da mesma rua, cujo conflito residia justamente no fato de o morador em cuja residência se encontrava a tampa da canalização não ter autorizado o vizinho desafeto a efetuar o conserto.

Em outra situação, uma moradora da Rua Vitória Régia recorreu a um cartaz para manifestar sua indignação com a atitude de um possível vizinho e tentar solucionar o furto de um fogão, deixado por alguns minutos em frente à sua casa. No cartaz, fixado em seu portão e redigido a próprio punho, ela declarava:

Isso é um absurdo! Eu deixei um fogão de duas bocas na minha porta e fui na esquina comprar frutas. Quando voltei o fogão não estava mais. Espero que a pessoa que levou tenha dignidade de devolver porque é meu e quero de volta. O fogão não é sucata, é novo.  
Ass. Ivonete.

Assim como essa forma de administrar conflitos é menos usual na localidade do que o mecanismo da fofoca, o mesmo acontece com este tipo de ocorrência. Se na maioria dos bairros da cidade é quase impensável que um morador deixe um aparelho doméstico novo na rua, sem o risco de que seja, em poucos minutos, furtado, a indignação da moradora demonstra que, na Vila Residencial, é o comportamento daquele que usurpou seu bem, descrito como “absurdo” e “indigno”, que parece se desviar completamente das regras locais. Afinal, como será visto a seguir, a tranquilidade e segurança são, de longe, as maiores qualidades da vida na localidade apontadas pelos moradores. Apenas em raras situações de violência, como ameaças e agressões físicas, vi a força policial ser chamada a intervir nos conflitos entre vizinhos.

#### **4.8. As representações sobre o lugar**

Originário do latim, o substantivo feminino *vila* significa, entre outros, uma “povoação de categoria superior à de aldeia ou arraial e inferior à de cidade” e um “conjunto de pequenas habitações independentes, em geral idênticas, e dispostas de modo que formem rua ou praça interior, por via de regra sem caráter de logradouro público, avenida”, podendo, no Brasil, designar qualquer conjunto de casas que tenha características análogas às descritas acima (Ferreira, 2004: 2061).

Levando em conta estas definições, pode-se dizer que a Vila Residencial da UFRJ possui apenas algumas das características descritas. A observação mais refinada do modo de vida local levou-me, entretanto, a constatar o quanto esta categoria formal não dá conta de sua realidade e, exercitando o olhar e o fazer antropológicos, indagar sobre as representações e categorias utilizadas pelos próprios moradores para designar e qualificar a localidade.

Em primeiro lugar, o trabalho de campo me fez compreender que descrever a Vila Residencial implica, por vários motivos, deparar com a contradição em ela ser ou

não classificada como “favela”. Conforme indiquei brevemente ao longo desse capítulo, há uma rejeição predominante dos moradores em designar por esta categoria seu espaço de moradia. Ao fazerem isso, evitam contaminar-se com toda a carga simbólica negativa nela inculcada através de um processo cumulativo de representações sociais sucessivas que “inventou” a própria favela (Valladares, 2005).

Em seu cotidiano, os moradores referem-se à Vila Residencial sobretudo por categorias como “comunidade” ou, simplesmente, “vila”, como também é chamada pelos seus usuais frequentadores. Mesmo quando estão reivindicando ações e políticas públicas voltadas para favelas e outros assentamentos de baixa-renda, é em nome da “comunidade” que os membros da AMAVILA costumam se pronunciar em assembleias, reuniões e audiências que envolvam algum tipo de negociação, evocando a tentativa de legitimação do seu próprio papel de porta-voz de um grupo social pretensamente homogêneo, cujos interesses estaria representando (Freire, 2010)<sup>163</sup>. Sem designar propriamente uma associação humana desenvolvida com base nos sentimentos, valores e entendimento compartilhado entre seus membros, sugerida pelo conceito sociológico de comunidade emergido no século XIX (Gusfield, 1975), a operacionalização desta categoria pelos moradores visa, antes de tudo, transmitir uma imagem pública positiva da localidade, que, ao mesmo tempo em que a aproxima, em seus certos atributos, da caracterização de favela, busca desvincular seus habitantes dos estigmas a ela associados, capazes de inabilitá-los à aceitação social plena (Goffman, 1982).

Para apresentar a localidade, especialmente diante de estranhos, a Vila Residencial costuma ainda ser qualificada por alguns moradores como “uma cidade do interior” - quando buscam acentuar um estilo de vida comunitário no qual “todos se conhecem”, por contraposição à impessoalidade da metrópole - ou ainda como “um pedacinho do céu” - quando buscam acentuar sua ambiência supostamente bucólica e familiar. Apesar da precariedade de infraestrutura, o convívio social e o sentimento de segurança são descritos como as maiores qualidades do lugar, sobretudo pelos

---

<sup>163</sup> Como analisei recentemente neste artigo, o contexto brasileiro difere-se, nesse sentido, do contexto francês, onde a referência à “comunidade” é totalmente rejeitada enquanto estratégia de legitimação pública por aludir ao interesse particular, opondo-se assim ao princípio republicano francês de interesse geral. Nessa perspectiva, os dirigentes das associações de bairro francesas devem sempre buscar distanciar-se de qualquer alusão à “comunidade” para vencer a acusação de egoísmo que pesa sobre os movimentos reivindicativos (Cefaï, 2001).

moradores mais antigos. Basta constatar a grande quantidade de membros de uma mesma família residindo e se reproduzindo, há várias gerações, na localidade, como descrito no terceiro capítulo. A fala do morador José Alailton, numa assembléia da AMAVILA, também ratifica essa representação: “A minha verdade é que eu conheço o Brasil todo, mas eu não saio daqui porque eu gosto daqui. Aqui não tem violência, não tem tráfico. Mas aqui eu tenho amigos”. Outros moradores, como Inaura, dizem gostar de viver na localidade pelo ambiente de “roça”, permitindo às crianças brincar nas ruas até à noite e “dormir de porta aberta”. Embora também prevaleça, entre os mais jovens, uma representação positiva do lugar, eles são mais críticos em relação a esse sentimento de segurança, cujo custo seria o isolamento dos atrativos culturais da metrópole. A ausência ou dificuldade de acesso às opções de lazer da cidade é, como vimos, sentida por eles como a principal desvantagem de viver na localidade.

Expressões usuais como “pedacinho do céu”, contudo, idealizam a Vila como uma área privilegiada da cidade, na qual famílias com poucos recursos econômicos podem residir sem ter que se submeter àquilo que constitui hoje a marca mais negativa das favelas, ou seja, a violência ocasionada pelo controle do território por quadrilhas de traficantes de drogas ou milícias. Como me relatou dona Alice, “aqui tem aspecto de favela, mas o procedimento é completamente diferente. Em favela tem cobrança, aqui tem sossego e não tem tiroteios...”. Ainda que sua primeira impressão ao chegar na localidade, há trinta anos atrás, não tenha sido positiva – “Que fim de mundo é esse?”, perguntava-se – no final das contas, “o bom-senso venceu” e hoje, diz ela, “não saio daqui por nada”. Em outra ocasião, Joana, em uma das assembléias da AMAVILA, lamentava a falta de união dos moradores, ressaltando: “Nós moramos num pedacinho do céu e as pessoas não valorizam isso”.

“Favela”, por sua vez, é a categoria mais comum utilizada pelos moradores para se referirem, de forma hegemônica, à vizinha Maré. Internamente alguns moradores da Vila utilizam a categoria de acusação *favelado* justamente para denegrir, em situações específicas, a reputação de outros moradores oriundos de favelas ou para justificar, de modo geral, a remoção do pequeno aglomerado existente na entrada da localidade<sup>164</sup>.

---

<sup>164</sup> Uma discussão sobre o uso das categorias *favela*, *bairro* e *comunidade* no contexto de implantação de uma política urbana na favela de Acari pode ser encontrada em um trabalho publicado por mim na Revista Dilemas (Freire, 2008).

Por outro lado, essa também é, em certas ocasiões, a categoria pela qual a Vila Residencial é qualificada externamente pelas lentes dos jornais de grande circulação. Em particular, a matéria publicada no Jornal do Brasil, em 8 de outubro de 2008, foi a que teve maior repercussão entre os moradores durante a realização da pesquisa.

A manchete principal - *Próximo ao saber, longe do progresso* - e o subtítulo - *Há 30 anos moradores da Vila Residencial da UFRJ sofrem com a falta de saneamento* - revelavam o seu conteúdo principal: a denúncia da “contradição existente entre a vila e a realidade universitária” (Linhares, 2008: A15). Ainda que ressaltasse a precariedade da infraestrutura da localidade, entre os moradores a matéria foi, à primeira vista, percebida como positiva, contribuindo para dar visibilidade à luta, de décadas, por melhores condições de moradia. Em relação ao conteúdo, nada de novo despontava para eles, que, apesar de idealizarem a vida social local, não deixavam de reconhecer os problemas urbanos existentes. O que lhes causou inquietação e certa revolta, entretanto, foi a maneira pela qual a localidade foi abordada na chamada para a matéria disposta na primeira página do jornal: “FAVELA NO FUNDÃO CHOCA ALUNOS E PROFESSORES”.

A frase, ainda que curta, é plena de sentido. O mais evidente reside na associação entre a palavra “favela” e o verbo “chocar”, que, na língua portuguesa, significa abalroar, colidir, mas também ferir, ofender (Michaelis, 202:166). Nesse sentido, a chamada do jornal sugeria, de imediato, a interpretação de que a Vila Residencial é algo que colide, fere, ofende os frequentadores da Ilha do Fundão naquilo para a qual foi originalmente concebida, ou seja, para abrigar a Cidade Universitária. Mais do que atrair a atenção dos leitores, a escolha pela palavra “favela” não era em vão, visto que ela própria suscita, nas percepções simbólicas que permeiam historicamente o tratamento jornalístico dado a estes espaços, a imagem de uma “mancha” na paisagem da cidade, que, como tal, deve ser extinta (Amoroso, 2006)<sup>165</sup>.

O fato de reconhecerem que a Vila Residencial apresenta vários dos problemas urbanos enfrentados hoje por grande parte dos habitantes das favelas da cidade, como a ausência de saneamento básico e urbanização, não é suficiente, como busquei mostrar,

---

<sup>165</sup> A análise realizada pelo autor sobre a cobertura fotográfica das favelas pelo Correio da Manhã entre as décadas de 1950 e 1960 evidencia, por exemplo, o quanto que a representação do habitante das favelas predominantemente selecionada pelo jornal, ligada à noção de fragilidade e decadência moral, visava fortalecer a associação desses espaços à idéia de atraso, por oposição à concepção de progresso em voga no período.

para que os moradores se identifiquem com esta designação, por menos precisa que ela seja<sup>166</sup>. Assim como para os moradores da Cruzada São Sebastião - conjunto habitacional construído no bairro do Leblon para abrigar ex-habitantes da Praia do Pinto e da Ilha das Dragas - a “favela”, no entanto, os persegue<sup>167</sup>. Todavia, diferentemente do conjunto habitacional estudado por Simões (2008), cujo objeto de comparação continua sendo a favela de origem dos seus moradores, no caso da Vila Residencial a sua classificação como “favela” busca evocar, não um passado, mas a sua situação presente. O próprio ex-prefeito da UFRJ, Cel. Lúcio Gonçalves, responsável no final dos anos 1970 pela alocação de grande parte das famílias na localidade, reforça essa idéia, declarando-se hoje decepcionado por a Vila Residencial de Funcionários da UFRJ ter se transformado em “uma favela”.

A inscrição dessa marca estigmatizante foi, aliás, um dos pontos cardinais para que a localidade se transformasse naquilo que Turner (1996) designou como *comunidade de aflição*, sucitada pela ameaça de remoção dos moradores. Esse momento de tensão e controvérsia permitiu a emergência e explicitação dos papéis sociais dos diversos atores envolvidos na contenda. A descrição das cenas e dos atores nesse *drama social* será objeto do próximo capítulo.

---

<sup>166</sup> A esse respeito, ver, em particular, o artigo *Qu'est-ce qu'une favela?* (Valladares, 2000).

<sup>167</sup> A desagradável surpresa dos moradores da Vila Residencial com a maneira pela qual a localidade foi divulgada na matéria do Jornal do Brasil foi vivenciada, três anos antes, pelos moradores da Cruzada São Sebastião. O subtítulo da matéria, publicada no jornal O Globo em comemoração aos 50 anos do conjunto habitacional concebido por Dom Helder Câmara, resumia a intenção perversa da reportagem analisada por Simões (2008: 197) em sua tese de doutorado: “Uma ilha que destoa na Zona Sul”.

## **Capítulo 5:**

**Ser ou não ser “da UFRJ”, eis a questão**

## 5.1. O começo de uma relação

Retomemos o ponto sobre o qual discorreu o terceiro capítulo, com a descrição do processo de alocação das primeiras famílias nos antigos alojamentos dos operários do canteiro de obras da ECEX, dando origem à localidade que passou a se chamar Vila Residencial da UFRJ.

Conforme descrito, o processo de ocupação da localidade foi inicialmente conduzido pela Prefeitura da UFRJ, que foi responsável tanto por transferir famílias que residiam em moradias dispersas pelo *campus* universitário recém-inaugurado quanto por autorizar a ocupação dos alojamentos ainda disponíveis por outras famílias de funcionários que assim solicitaram. Com grande parte da população alocada, em 1978 a Prefeitura da UFRJ cadastrou os moradores e entregou-lhes um *Termo de Responsabilidade* como forma de controlar o uso e a ocupação do espaço sob sua administração. Assinando este documento, os moradores comprometer-se-iam a “cumprir fielmente as normas nele contidas”, abaixo transcritas:

- Manter em perfeitas condições, o imóvel que passo a ocupar;
- Cumprir as ordens e as determinações emanadas das autoridades da Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Pagar rigorosamente em dia, até o dia 5 de cada mês, as taxas fixadas pela UFRJ;
- Restituir o imóvel, objeto do presente termo, no prazo de 3 meses (90 dias), desde que assim o determine a UFRJ, em perfeito estado de conservação, como foi recebido, bem como as benfeitorias realizadas;
- Manter as áreas internas e externas do referido imóvel, em perfeito estado de conservação e limpeza;
- O não cumprimento destas normas concede à UFRJ o direito de retomar o imóvel objeto deste termo.

Como se pode observar, além de prezar pela conservação dos imóveis e das áreas do seu entorno – no caso, os alojamentos de madeira e demais construções deixados no local pela ECEX – este documento preza pela obediência dos moradores às

“ordens e determinações emanadas das autoridades” da UFRJ, sem, contudo, defini-las exatamente quais são. Estabelece ainda que os moradores devessem, a qualquer momento, restituir os imóveis, inclusive com as benfeitorias por eles realizadas, à UFRJ, desde que a instituição assim o determinasse, colocando-os numa situação de provisoriedade e insegurança jurídica, inclusive para aqueles que, ao serem transferidos para o local, tiveram suas residências anteriores - construídas com seus próprios recursos nas antigas ilhas - demolidas pela UFRJ. Não por acaso, somente consegui ter acesso a este documento através de um morador da Vila Residencial depois de muitos meses de trabalho de campo, quando já havia conquistado a sua confiança e o processo de regularização fundiária estava sendo consolidado, garantindo juridicamente seu direito de moradia na localidade.

Ainda que este documento estabelecesse normas gerais de uso e ocupação dos imóveis, na prática não havia um controle contínuo que garantisse, nos anos subsequentes, sua aplicabilidade. Segundo antigos moradores, ao mesmo tempo em que a Prefeitura da UFRJ não cumpria sua parte no que se refere à melhoria das condições de moradia no local, os residentes não pagavam as taxas exigidas. Diante da omissão recíproca, a localidade foi, aos poucos, vivenciando um processo de crescimento do número de residências e de moradores, independente de qualquer vínculo com a UFRJ, agravando ainda mais a precariedade da infraestrutura disponível.

Como forma de buscar soluções para as demandas da localidade, foi criada, em 02 de agosto de 1980, a *Associação de Moradores da Vila Residencial da UFRJ*. De acordo com o estatuto registrado em um cartório do centro da cidade, a entidade era definida como “uma sociedade civil, apolítica, de finalidades filantrópicas e administrativas”, à qual caberiam as seguintes finalidades:

- a) Representar a Comunidade junto às autoridades federais, estaduais e municipais;
- b) Reivindicar daquelas autoridades os melhoramentos de que necessita a Comunidade;
- c) Colaborar com as autoridades constituídas;
- d) Defender os legítimos interesses da Comunidade;
- e) Promover o conagraçamento entre os membros da Comunidade;
- f) Estimular a prática da legalidade e do espírito de civismo, através do estímulo da cultura, do esporte e demais atividades cívico-culturais.

Tendo o estatuto sido redigido e aprovado pelo Consuni, identifica-se claramente a transferência da responsabilidade pela gestão e melhoria do espaço para a Associação de Moradores, que passou a ter como parte de seu patrimônio “redes de água, esgoto e energia elétrica” e “serviços de uso público comum”. Ainda assim, permanecia no estatuto o esforço da UFRJ de transformar a localidade em uma vila funcional ao estabelecer que a admissão de sócios deveria ser feita mediante requerimento, acompanhado de cópia de alguns documentos pessoais, dentre os quais “carteira profissional ou documento equivalente que prove ser morador e funcionário da UFRJ”.

Formalmente, essa entidade não se diferia das demais associações de moradores, formadas com base em relações de vizinhança em torno de interesses comuns, geridas sem fins lucrativos pelos próprios moradores e atuando como canal de comunicação e canalização das suas demandas junto ao poder público (Diniz, 1982). Na prática, porém, a institucionalização da Associação de Moradores da Vila Residencial partiu de uma iniciativa da própria UFRJ, sugerindo que os interesses representados pela entidade deveriam estar em consonância com os daquela à qual continuaria politicamente subordinada. Desse modo, ainda que representada por uma diretoria própria, eleita democraticamente pelos moradores<sup>168</sup>, a localidade passaria a experimentar uma espécie de *autonomia tutelada* semelhante àquela vivida por muitas associações de moradores de favelas criadas nos anos 1960 por iniciativa do antigo Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Higiênicas (SERFHA)<sup>169</sup>.

Enquanto a presença da universidade na Vila Residencial resumia-se às tentativas frustradas da Prefeitura da UFRJ de gerir, através da Associação de Moradores, o lugar criado por ela mesma, no interior da universidade a Vila Residencial começava a fazer parte do cotidiano não apenas dos funcionários que nela residiam, mas

---

<sup>168</sup> Na primeira eleição para a entidade, venceu a única chapa concorrente, constituída pelos moradores Luiz Carlos Schmitz (presidente), Genival de Souza (secretário) e Roberto Dimas (tesoureiro). Depois dela, outras eleições passaram a ser realizadas a cada dois anos.

<sup>169</sup> Ao lado das associações criadas espontaneamente por lideranças locais ou um grupo de moradores das favelas para fazer frente às ameaças de remoção, um grande número de associações foram criadas nesse período estimuladas pela campanha que o SERFHA realizou, em 1961, para que as favelas se organizassem em torno de associações de moradores, sendo este inclusive um dos requisitos para que se iniciassem os programas de cooperação envolvendo o órgão e as localidades atendidas. Apesar de o SERFHA promover a cooperação entre o poder público e os moradores das favelas, o que se configurava na prática era apenas a substituição da Igreja Católica – que na década de 1950 concentrava as ações sociais nas favelas - pelo Estado, mantendo-se a tendência a subordinar politicamente os habitantes (Freire, 2010). Revelador disso era o acordo que cada uma das novas associações era obrigada a assinar com o órgão, confundindo sua identidade de representante dos moradores com a de interlocutores do Estado junto aos mesmos (Burgos, 1998).

também daqueles que, através de seus colegas de trabalho, passaram a conhecê-la e mesmo frequentá-la. Como um lugar peculiar do *campus*, aos poucos a localidade foi se tornando conhecida nos corredores e tablóides universitários pelo apelido de “Divinéia”, em referência à pacata cidade fictícia onde se passava a maior parte das cenas de *Fogo sobre Terra*, novela de Janete Clair exibida com grande sucesso pela Rede Globo entre maio de 1974 e janeiro de 1975, pouco antes das primeiras famílias serem transferidas para a Vila Residencial<sup>170</sup>.

## 5.2. O mundo social invade a universidade

A década de 1980 representou um período importante na história do país, marcado pelo fim da ditadura e a transição para o regime democrático. Mudanças que se refletiram na estrutura da UFRJ e, por conseguinte, na sua relação com a Vila Residencial.

Subordinada política e administrativamente ao governo federal, a universidade contou, durante muitos anos, com a nomeação de Reitores pelo presidente e a presença de militares à frente da Prefeitura Universitária<sup>171</sup>. Acompanhando o processo de abertura política e a redemocratização do país, a UFRJ conquistou sua autonomia administrativa e a comunidade acadêmica passou a indicar um novo Reitor a cada quatro anos.

Internamente, tais mudanças também se repercutiram na então Associação de Servidores da UFRJ (ASUFRJ), cujas atividades deixaram de limitar-se à promoção de convênios e atividades sociais, tornando-se uma entidade de representação política dos servidores, conectada com as lutas dos movimentos nacionais organizados, como a Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras

---

<sup>170</sup> A trama da novela envolvia dois irmãos separados na infância que se reencontravam, no final dos anos 1950, na condição de rivais ao decidir o destino da mesma mulher e da cidade de Divinéia, ambientada no sertão de Mato Grosso. Na produção televisiva, porém, a cidade cenográfica foi construída em uma pequena vila de pescadores em Barra de Maricá, no interior do Rio de Janeiro, que, com o sucesso da novela, se tornou atração turística e passou a adotar, na vida real, o nome de Divinéia. Fonte: <http://memoriaglobo.globo.com/Memoriaglobo/0,27723,GYN0-5273-229967,00.html>.

<sup>171</sup> Somente entre 1970 e 1980, três militares foram nomeados como Prefeito da UFRJ: General Fernando Menescal Villar, Coronel Henyaldo Silveira de Vasconcellos e Coronel Lúcio Gonçalves.

(FASUBRA)<sup>172</sup> e o Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)<sup>173</sup>. Um dos efeitos desse novo perfil da entidade foram as diversas greves realizadas no período, em particular a greve de 84 dias organizada junto com os professores, em 1984, que garantiu 40% de aumento salarial a ambas as categorias e o compromisso de isonomia com as universidades fundacionais.

Em 1985, a eleição, entre dezessete candidatos, do professor Horácio Cintra de Magalhães Macedo, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), como Reitor da UFRJ tornou-se um marco na história da universidade, abandonando definitivamente heranças do regime militar. Além de fortalecer a luta pela autonomia universitária e criar um “dinamismo explosivo” na UFRJ<sup>174</sup>, sua gestão destacou-se por uma nova perspectiva sobre o papel da universidade, expandindo as fronteiras do *campus* da Ilha do Fundão em direção às favelas da Maré, através da criação de projetos de extensão envolvendo diferentes unidades acadêmicas<sup>175</sup>.

Ao favorecer o diálogo da UFRJ com o mundo social em seu entorno, Horácio Macedo também possibilitou uma maior abertura na relação da instituição com a Vila Residencial, tornando o diálogo simétrico possível. Se por um lado a Reitoria ainda não via a localidade como um território no qual também se poderia fertilizar a tríade ensino-pesquisa-extensão, por outro lado sua existência não se constituía um problema a ser resolvido, mas algo que já estava ali e com a qual não poderia deixar de interagir. O exemplo mais banal disso é que o serviço de transporte interno do *campus* oferecido pela UFRJ já incluía, entre seus usuários, os moradores da Vila Residencial.

---

<sup>172</sup> Fundada em 1978 como Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras, a FASUBRA representa hoje mais de 150 mil trabalhadores das Instituições de Ensino Superior e das Instituições vinculadas ao ensino de 3º grau, a ela associadas, em todo o território nacional. Fonte: <http://www.fasubra.org.br>.

<sup>173</sup> Fundada em 1981 como Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, a ANDES-SN representa hoje mais de 72 mil sindicalizados de instituições de ensino superior federais, estaduais, municipais e particulares em todo o território nacional. Fonte: <http://www.andes.org.br>.

<sup>174</sup> Expressão utilizada no site da UFRJ para caracterizar seu mandato, que, entre outras ações institucionais, abriu concursos docentes em várias áreas, regularizou a situação trabalhista de centenas de funcionários, corrigiu o enquadramento de professores anistiados, aprimorou a graduação e a pós-graduação, reformou e construiu diversos prédios. Fonte: [http://www.ufrj.br/pr/conteudo\\_pr.php?sigla=EX\\_REIT\\_HCMM](http://www.ufrj.br/pr/conteudo_pr.php?sigla=EX_REIT_HCMM).

<sup>175</sup> Esta experiência inspirou posteriormente diversas outras iniciativas dentro da UFRJ, consolidando a tríade ensino-pesquisa-extensão. Em particular, deu origem, em 2006, ao Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC), criado pela PR-5 para articular as ações desenvolvidas por equipes das faculdades de Direito, Psicologia, Serviço Social e Arquitetura, pautadas na “promoção do direito à cidade, à moradia digna e à defesa jurídica e psicossocial das comunidades vizinhas à Ilha do Fundão da UFRJ”. Embora os atendimentos concentrem-se nas populações das favelas da Maré, o recente financiamento da Petrobras, através de convênio entre a UFRJ e o CENPES, tem permitido vislumbrar a ampliação de sua base de ação. Fonte: <http://www.pr5.ufrj.br/niac/historico.html>.

A convivência evidenciada no período durou, no entanto, poucos anos, pois a posição política de Horácio Macedo logo provocou as reações de seus adversários<sup>176</sup>. Mesmo o olhar generoso do Reitor em relação às favelas do entorno não o isentava de críticas relacionadas ao fortalecimento de sua base política dentro e fora da UFRJ. Muitos viam em suas ações a tentativa de aparelhar a Reitoria e transformar as populações vizinhas em “massa de manobra” que rendesse votos ao seu partido.

Em 1989, embora tivesse sido novamente eleito pela maioria absoluta dos votos da comunidade universitária, Horácio Macedo não pôde exercer o cargo devido a um parecer judiciário que declarou inconstitucional qualquer reeleição. Como ele não tinha um vice, assumiu em seu lugar o então diretor da COPPE Nelson Maculan Filho, que, como citado no terceiro capítulo, tratou logo de reverter a política de contratações implantada por Horácio Macedo, demitindo imediatamente centenas de trabalhadores em situação “irregular”, conforme a orientação do governo do então presidente Fernando Collor de Mello. Na mesma direção, muitos dos projetos concebidos pelo ex-Reitor comunista foram sendo extintos e seus antigos aliados, que passaram a ser pejorativamente conhecidos como “horacistas”, tiveram que amargar o ostracismo político dentro da universidade.

O contexto de disputas políticas também se fez presente, nesse momento, na eleição da ASUFRJ entre diferentes correntes de esquerda<sup>177</sup>. No primeiro exemplar do jornal *O Polegar*, de agosto de 1989, ao lado da divulgação da nova diretoria da associação, encabeçada pelo funcionário Ronaldo Lobão, destacava-se uma matéria sobre a “Vila Residencial dos Funcionários da ASUFRJ”, permitindo vislumbrar a defesa dos moradores como uma das bandeiras defendidas pela entidade.

O subtítulo da matéria - *Um mar de problemas* – expressava o esforço do jornal em denunciar as já precárias condições de infraestrutura e o crescimento populacional desordenado da localidade, “esquecida por todas as administrações anteriores da Reitoria e da Prefeitura da UFRJ” (Vila Residencial..., 1989). Como declarou o então

---

<sup>176</sup> De acordo com o ex-diretor do SINTUFRJ Lenin Pires, havia, por exemplo, fortes divergências entre o diretor da COPPE Luiz Pinguelli Rosa e o Reitor Horácio Macedo a respeito da formalização das relações de trabalho na universidade, que expressavam, em última instância, uma “briga moral” entre os partidos aos quais eles eram vinculados, o PT e o PCB, respectivamente.

<sup>177</sup> No caso, disputaram três chapas: 1)- “A luta continua”, representando ideologicamente a articulação do PT e do PDT; 2)- “NovAção”, composta principalmente pela Democracia Socialista do PT, a Convergência Socialista do PT e o Partido de Liberação Proletária (PLP); 3)- “Clarear”, representando o PCB e composta principalmente “por pessoas que exercem cargos de chefia na universidade” (A nova..., 1989).

diretor da Associação de Moradores, Antonio Belchior, ao jornal, lamentando o fracasso das negociações com a Prefeitura para a proposta de transformar a localidade em um “condomínio fechado”, através do uso da mão-de-obra local e da doação de material pela UFRJ: “o maior problema é a indiferença com que somos tratados pelos administradores”. A matéria citava ainda um abaixo-assinado com 800 assinaturas solicitando a volta da Polícia Militar ao posto de vigia existente na entrada da localidade, ressaltando que “a vida dos residentes caminha sozinha em seu mar de problemas” (*ibid.*).

Através dos elementos apresentados nessa pequena matéria jornalística, pode-se notar o quanto que a gestão do espaço da Vila Residencial ainda estava submetida à Prefeitura da UFRJ, reconhecida pelo próprio diretor da Associação de Moradores como a “administradora” da localidade à qual deviam ser reportadas (e negociadas) suas demandas. Ao mesmo tempo, as dificuldades em vê-las serem atendidas sugeriam que a autonomização da Vila Residencial em relação à UFRJ – ilustrada pela proposta de transformá-la em um “condomínio fechado” – seria, aos olhos dos moradores, a melhor maneira de se resolver, por ela mesma, os diversos problemas existentes.

Desejada ou não, a relação de sujeição da Associação de Moradores à Prefeitura da UFRJ expressava-se ainda na conduta dos seus dirigentes em delegar-lhe a decisão final sobre diversas questões referentes à gestão do espaço da localidade.

Em um ofício encaminhado a todos os habitantes da Vila Residencial, no dia 30 de outubro de 1990, por exemplo, a Associação de Moradores comunicava a proibição de colocação de qualquer tipo de aterro sem sua prévia autorização, estabelecendo o prazo de 30 dias para que os moradores desobstruíssem as ruas, informando a proibição de jogar ou queimar qualquer tipo de lixo nas ruas da localidade e ainda solicitando respeito ao horário de silêncio (a partir das 22hs), “conforme a Constituição Brasileira”. Apesar de, no final do documento, o presidente da Associação de Moradores orientar que toda e qualquer pessoa que se sentisse prejudicada com o não cumprimento das normas estabelecidas pela direção devesse se dirigir à sede da entidade para “apresentar queixa”, esclarecia, no parágrafo seguinte, que toda e qualquer pessoa que transgredisse estas ou quaisquer outras normas seriam primeiro advertidas pela associação, sendo o morador encaminhado por esta à Prefeitura da UFRJ em caso de reincidência. Ou seja, ainda que muitas regras locais fossem estabelecidas pela Associação de Moradores, a

Prefeitura da UFRJ era a instância superior responsável pela resolução de conflitos relacionados à gestão do espaço da Vila Residencial.

A maior expressão simbólica dessa relação de tutela parece ter sido, entretanto, a mudança do nome da localidade que passou a ser adotada durante as sucessivas gestões do morador e mestre de ofício da UFRJ Genísio Viana de Meneses nos anos 1990: *Associação de Moradores da Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ*. Como Strauss (1999: 35) chama a atenção, um nome pode revelar muita coisa, tanto de quem o deu quanto de quem o porta. Nesse caso, a mudança de nome revela que, diferentemente de Antonio Belchior, que via a subordinação da Associação de Moradores à Prefeitura da UFRJ mais como um obstáculo do que uma via de concretização das demandas coletivas dos habitantes, para Genísio, a identidade da localidade como uma vila funcional da UFRJ era justamente o que lhe conferiria a necessária segurança social, seguindo a lógica do “ruim com ela, pior sem ela”.

### **5.3. A conflagração da crise**

Do lado da UFRJ, essa vinculação voltou a ser reforçada com a institucionalização, em 1995, de uma Sub-Prefeitura da Vila Residencial, que passou a ser coordenada pela funcionária Aldenise Souza da Fonseca. Conforme ela descreve, a criação de um setor específico dentro da Prefeitura da UFRJ responsável por cuidar de todos os assuntos relativos à Vila Residencial teria sido motivada principalmente pela preocupação em garantir a segurança do *campus* diante do visível crescimento da localidade, recuperando a sua “essência” como uma “Vila de Funcionários”:

Na Prefeitura não existia um setor ou uma sessão voltada especificamente para a Vila Residencial. Quando eu recebi o convite do professor Benjamin Ernani Diaz e assumi a coordenação, eu estava me formando em administração, então eu construí minha sessão, montei uma equipe, com técnicos de edificação, assistente social, técnico em informática... Aí fui fazer o levantamento dessa vila, conhecer as pessoas, cadastrar os moradores. Não tinha nada disso. (...) Com o levantamento que eu fiz, nós vimos que eram pessoas que ficaram ali depois da construção da ponte Rio-Niterói (...), quando ficaram os barracões e as pessoas foram pedindo para ocupar aqueles barracões, aí foram ficando, foram construindo de uma forma

totalmente aleatória, irregular. Aí aconteceu um inchamento do local, sem a menor estrutura (...). Então havia uma preocupação muito grande até em termos de segurança porque ali onde era a princípio para alojar os funcionários da universidade já começava a haver um total descontrole, uma especulação. Os barracões que foram cedidos passaram a ser comercializados, vendidos. Então o objetivo de criar a Sub-Prefeitura foi justamente para haver um controle, fazer um levantamento para saber quem efetivamente estava ocupando aquele espaço e não permitir que aquilo crescesse mais.

Ao mesmo tempo em que expunha a própria inoperância da instituição em relação à Vila Residencial, propiciando que ela se expandisse desordenadamente, a Sub-Prefeitura visava reparar essa situação, concentrando novamente a responsabilidade pela gestão do espaço nas mãos da UFRJ. Como resume Aldenise: “A gente pegou uma casa desarrumada e arrumou essa casa, colocou as coisas nos devidos lugares”. O trabalho de “arrumação” desenvolvido pela Sub-Prefeitura estava pautado, por sua vez, no entendimento que a própria equipe tinha a respeito do processo de constituição da localidade, pois, segundo a ex-coordenadora,

A Vila foi algo que simplesmente aconteceu, nada foi planejado, foi uma coisa que foram deixando. Quando perceberam, a vila já tinha crescido, não era mais meia dúzia de barracões, já era uma vila com todos os problemas e necessidades de um bairro. A Vila não tinha a menor estrutura, eram pessoas que estavam ali, que existiam de fato, mas não de direito. E aí vem toda uma complicação jurídica. Você não pode simplesmente dizer “tchau, até logo”. Pra você tirar aquelas pessoas dali, você tem que dar condições àquelas pessoas. E como você vai fazer isso? (...) Eu achava que o ideal ali seria dar condições dignas para as pessoas.

Dar condições dignas para os moradores viverem na localidade implicou, porém, menos em solucionar os mais graves problemas de infraestrutura do que em promover ações que atendessem ao objetivo da Sub-Prefeitura de controlar a sua ocupação. Enquanto a realização de obras de saneamento e urbanização exigia habilidade da sub-prefeita para angariar recursos e negociar parcerias junto a outros órgãos, como as administrações regionais – “era sair com o pires na mão”, como diz Aldenise - o estabelecimento de normas para fiscalizar o uso e a ocupação do espaço concentrou boa parte do trabalho realizado diretamente pela Sub-Prefeitura, autorizando ou embargando

obras nas benfeitorias existentes, permitindo a venda ou o repasse de imóveis apenas para funcionários da UFRJ e proibindo a construção de novas moradias no local.

Ainda que a necessidade de controle fosse defendida por muitos moradores, alguns percebiam nestas ações uma dose excessiva de autoritarismo, que relacionavam à personalidade severa da Sub-Prefeita, o que lhe fez ganhar apelidos como “carne-de-pescoço” e “carrasca da Vila”. Apesar do controle rigoroso que passou a exercer para que os imóveis fossem ocupados apenas por famílias de funcionários da UFRJ, Aldenise considerava injusto desalojar aqueles que já residiam na localidade e não mantinham vinculação com a instituição, optando, assim, não intervir nas operações “irregulares” anteriormente realizadas.

Se para melhor controlar era preciso conhecer a localidade, uma das primeiras medidas tomadas pela Sub-Prefeitura foi a realização de um cadastro de todos os moradores, cujos resultados gerais foram apresentados no capítulo anterior. Como a atenção da administração voltava-se para o resgate da “origem” da localidade enquanto uma vila funcional, preservando a uniformidade e monotonia do *campus* universitário, era objetivo do documento produzido “conhecer a realidade ocupacional da Vila Residencial e com isto criar metas e objetivos realistas, que visem solucionar os problemas dos moradores e estabelecer uma política correta de ocupação do espaço universitário, sem agredir seus objetivos maiores” (Bittencourt, 1999). Apresentando, em planilhas, os nomes de todos os residentes da Vila Residencial, o cadastro classificava, portanto, em função de sua vinculação ou não com a UFRJ<sup>178</sup>. Além dos dados referentes a cada família, o documento citava, entre as principais ações da Sub-Prefeitura realizadas durante o seu período de vigência (1995-1999):

- Construção da praça Rainha dos Apóstolos;
- Fechamento dos fundos da Vila Residencial, concluindo a etapa final do projeto de controle de acesso, reduzindo o local a apenas uma entrada e uma saída;
- Construção do ponto de ônibus;
- Confecção de tampa em concreto armado para registro geral de água da localidade;
- Fiscalização de irregularidades quanto ao horário do comércio;
- Conserto elétrico da iluminação pública;
- Colocação de placas “Favor não jogar lixo neste local”;

---

<sup>178</sup> As categorias, representadas por legendas, utilizadas no cadastro eram, respectivamente: funcionário ativo (FA), funcionário inativo (FI), não é funcionário (NF), menor (ME), maior (MA) e pensionista (PE).

- Parceria com a SR-5 promovendo curso de computação gratuito para jovens da localidade;
- Conservação e limpeza (capina);
- Rondas periódicas;
- Demolição da antiga Creche Peteleco e sua transferência para o prédio da Prefeitura Universitária na localidade<sup>179</sup>

Em relação à alegada segurança do *campus*, a Sub-Prefeita apontava a existência nessa época do que chamou de “tráfico ambulante” na Vila Residencial, ou seja, de um comércio varejista de drogas ilícitas que não funcionava de modo organizado e fortemente armado como em muitas favelas da região, onde predominam as chamadas *bocas-de-fumo*, mas da atuação isolada de pequenos traficantes que atendiam sobretudo a clientela universitária. Entre 1995 e 1996, entretanto, uma quadrilha de traficantes da Maré passou a utilizar a Vila Residencial como trilha de acesso à baía para escoamento de drogas e mercadorias roubadas, aumentando a preocupação da Prefeitura da UFRJ com a segurança e levando a sub-prefeita a ordenar a construção, com autorização da polícia federal, do muro de concreto nos fundos da localidade, bloqueando o acesso pela baía e contribuindo para demarcar seus limites territoriais.

Destaca-se ainda, durante a gestão de Aldenise, a parceria estabelecida com o Grupo Comunitário Equipe Jorge Pereira (GCE) - instituição não governamental fundada em 1983, na Ilha do Governador, pela deputada estadual Graça Pereira em homenagem ao seu marido - que montou no galpão anexo ao bar do Tílson um de seus centros comunitários. Além de oferecer atendimento médico e odontológico gratuito para a população da Vila Residencial, este centro comunitário passou a sediar, de modo independente, parte das atividades de extensão desenvolvidas pela equipe de estudantes de Enfermagem da UFRJ que começara a atuar, nesse momento, na localidade.

Essa e outras ações realizadas sob a coordenação de Aldenise logo chamaram a atenção do jornal O Globo, que no caderno de bairro *Ilha*, a intitulou como “A nº1 na Vila dos Funcionários da UFRJ” (1997). Moradora de Cocotá, a sub-prefeita ressaltou, na entrevista, os benefícios de suas ações para os moradores:

---

<sup>179</sup> Como o prédio construído pela UFRJ no final dos anos 1980 na Vila Residencial havia sido cedido para a Associação de Moradores, a equipe da Sub-Prefeitura não chegou a ser alocada na própria localidade, mas se dirigia para lá quase que diariamente para realizar seu trabalho, o que exigia, segundo Aldenise, “uma relação muito direta com os moradores”.

Graças ao trabalho que estamos desenvolvendo as famílias que vivem lá estão todas cadastradas e já desfrutam de alguns benefícios, como um posto de atendimento médico e dentário gratuito, inaugurado em parceria com uma empresa.

Ao referir-se à parceria com o GCE como sendo este “uma empresa”, Aldenise evitava atribuir qualquer conteúdo político à iniciativa, defendendo-se da acusação, por parte de membros da Associação de Moradores, de que o centro comunitário estaria escamoteando uma espécie de “curral eleitoral” na localidade<sup>180</sup>. Se, para a sub-prefeita, a gestão de Chiquinho (1994-1996), que simultaneamente atuava no sindicato como delegado do Instituto de Biologia, teria sido marcada por uma “bitolação política” que o impedia de enxergar os reais benefícios do trabalho desenvolvido por sua equipe, para o presidente da Associação de Moradores a Sub-Prefeita teria subvertido o seu papel de ser um “elo” de diálogo direto entre a associação e a Prefeitura da UFRJ, passando a explorar politicamente a localidade. Na perspectiva de Chiquinho,

O prefeito criou o cargo de subprefeito da Vila Residencial pra ter um elo direto com a associação, por reivindicação da nossa gestão. Ele queria até que a associação indicasse politicamente um nome, mas a gente negou porque a gente achava que era um cargo de confiança do prefeito, não era da associação, então a gente não queria misturar as bolas. A gente deixou ele ficar à vontade para escolher alguém que pudesse ser um elo de comunicação com a comunidade, só que essa pessoa escolhida por ele, que era uma pessoa extremamente competente, era uma pessoa ideologicamente com uma formação que já sabia o que queria politicamente, então ela acabou explorando o espaço para disputar a Vila Residencial com a associação, querendo atropelar a gente, fazer convocatória da comunidade... Só que a gente não queria competição, a gente queria trabalhar em conjunto. Ela era ligada ao vereador Jorge Pereira, que acabou invadindo a comunidade. Aquele galpão que era da associação virou posto de assistencialismo dele, fez a sua exploração política lá. Ele foi se instalar lá e, como já era final da nossa gestão, a gente deixou, mas isso quase deu denúncia junto ao Tribunal Eleitoral, porque ele estava explorando área federal.

---

<sup>180</sup> Recentemente, o Tribunal Regional Eleitoral recebeu denúncias contra atividades eleitoreiras do GCE, apreendendo na sua sede, na Estrada do Galeão, formulários com informações de títulos eleitorais, dois títulos de eleitor, recibos de encaminhamento a hospitais públicos e medicamentos. Ver, a esse respeito, a matéria “Centros sociais estão na mira do MP”: <http://oglobo.globo.com/pais/eleicoes2010/mat/2010/07/31/centros-sociais-estao-na-mira-do-mp-para-coibir-compra-de-votos-ministerio-publico-eleitoral-mapeia-instituicoes-supostamente-ligadas-candidatos-917291580.asp>

Seja um embate entre interesses políticos concorrentes ou apenas o contraste entre distintos pontos de vista, o conflito suscitado entre a Sub-Prefeitura e a direção da Associação de Moradores por ocasião da instalação do centro comunitário começou a colocar em xeque a questão da responsabilidade sobre a gestão da Vila Residencial.

Ainda em 1995, quando foi criada a Sub-Prefeitura, outro conflito contribuiu para questionar a relação de tutela entre a Vila Residencial e a UFRJ, desta vez representada pela própria Reitoria. Nesse ano, o professor da FAU e então Secretário Municipal de Habitação, Sérgio Ferraz Magalhães, sugeriu a um grupo de colegas da UFRJ a elaboração de um plano de urbanização da Vila Residencial a ser financiado com recursos do Programa Favela-Bairro, do qual foi um dos idealizadores<sup>181</sup>.

O sinal verde dado pelo secretário para a inclusão da localidade na política habitacional do município de integração das favelas à cidade<sup>182</sup> estimulou os professores da FAU Pablo Benetti, Cristiane Rosa de S. Duarte e Ivan Gil de Mello e Souza a coordenarem o “projeto piloto de extensão universitária da Vila dos Funcionários”, trazendo “dignidade e melhorias fundamentais à qualidade de vida de seus moradores” (Souza, Duarte e Benetti, 1995: 2). Ao mesmo tempo em que o projeto reforçava, em sua apresentação, a vinculação histórica da localidade à própria UFRJ, enfatizava o “impacto positivo” da implantação do Parque Tecnológico ora em andamento, capaz de absorver mão de obra local e agilizar as benfeitorias voltadas para a Vila Residencial, dentre elas a construção de uma rede de esgotamento sanitário, prevista para o início de 1999 como parte das obras de instalação do Parque<sup>183</sup>.

Ressaltando o trabalho desenvolvido pela Sub-Prefeitura no sentido de controlar e fiscalizar a ocupação da localidade, o plano de intervenção propunha: relocação da Vila dos Solteiros, valorização do acesso, construção de equipamentos esportivos e de lazer, tratamento da praça da igreja, novo sistema de água/esgoto, drenagem e telefonia, construção de píer para pescadores, aumento da arborização pública, construção de ciclovia e píer de observação para consolidação dos limites, recuperação do manguezal

---

<sup>181</sup> Sérgio Magalhães foi secretário de Habitação entre 1993 e 2000, durante as gestões dos prefeitos César Maia e Luiz Paulo Conde.

<sup>182</sup> Dadas as características da ocupação, a Vila Residencial seria incluída no programa Bairrinho, destinado a favelas de pequeno porte, entre 100 a 500 unidades habitacionais. Embora o Programa Favela-Bairro seja originalmente apenas um dos vários programas criados na primeira gestão do prefeito César Maia, destinado para favelas de médio porte, seu nome passou a abranger o conjunto das ações voltadas à regularização de favelas (Freire, 2005: 77).

<sup>183</sup> Projeto elaborado pela empresa Multiservice sob responsabilidade da CEDAE que nunca foi efetivamente implantado.

e construção de escola e creche. Tais intervenções estavam sintetizadas em três propostas básicas (Souza, Duarte e Benetti, *op.cit.*: 21):

- I. Consolidar os limites, qualificando-os, construindo passeio-ciclovía em volta da comunidade;
- II. Criar “portal” de entrada através do tratamento dos espaços de lazer e esportivos localizados na entrada da Vila;
- III. Transformar o interior da Vila num oásis de beleza e tranquilidade.

Ainda que o esforço conjunto entre a UFRJ e a Prefeitura do Rio de Janeiro para a urbanização da localidade representasse “a concretização das aspirações de uma comunidade que sempre esteve ligada à vida da maior Universidade Federal do país” (*ibid*: 3), o convênio para o repasse dos recursos nunca foi assinado, mesmo após a inclusão da Vila Residencial no programa ter sido publicada no diário oficial do município em 31 de dezembro de 1996, restando ao primeiro plano de urbanização permanecer apenas no papel.

Em 1998, Aldenise foi convidada para exercer um cargo comissionado no mandato do vereador Jorge Pereira (PT do B), levando-a a afastar-se da UFRJ e, conseqüentemente, da Sub-Prefeitura. Em seu lugar, assumiu a coordenação a assistente social Genicleidy Dias Vaz Bittencourt, que já fazia parte da equipe, mas permaneceu no cargo por apenas um ano, quando a Sub-Prefeitura foi desativada, segundo Aldenise, “por falta de interesse” do então Prefeito Ivan Pereira de Abreu e do recém-empossado Reitor José Henrique Vilhena de Paiva.

Após mais uma greve nas universidades federais, a posse do novo Reitor, em julho de 1998, inaugurou um capítulo da história da UFRJ que também merece aqui ser sublinhado, inclusive por suas repercussões sobre a Vila Residencial.

Embora desde a redemocratização do país os reitores das universidades federais vinham sendo eleitos pela comunidade acadêmica e referendados pelo presidente da República, a quem cabe fazer a nomeação, a eleição do professor Aloísio Teixeira não foi respeitada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, devido a sua postura crítica à política educacional adotada pelo Ministério da Educação. Em seu lugar, o presidente nomeou o terceiro colocado na eleição, que, somado a algumas de suas propostas, como a redução da participação de estudantes e funcionários no Consuni e das instâncias de

decisão dentro da universidade, desencadeou inúmeros protestos envolvendo os diferentes setores da UFRJ, como paralisação do Hospital Universitário, piquete no Núcleo de Computação Eletrônica, fechamento da Linha Vermelha e até ocupação da Reitoria por mais de um mês<sup>184</sup>.

O novo Reitor, por sua vez, ainda que reconhecesse a “crise difícil” suscitada pela resistência às suas propostas, vislumbrava “um movimento cada vez mais forte pelo entendimento”, o que o fez permanecer no cargo até o final de sua gestão<sup>185</sup>.



Esta charge, publicada na edição nº 500 do Jornal do SINTUFRJ, ilustra o clima de disputa entre a comunidade acadêmica e a Reitoria no período da gestão de Vilhena, no qual os servidores consideraram-se, ao final, vitoriosos. Fonte: Jornal do SINTUFRJ, ano XVI, n.500, dez.2001.

Nesse contexto político turbulento da UFRJ, um grupo de moradores da Vila Residencial que à época atuava no SINTUFRJ engajava-se na Campanha *Fora Vilhena!*, marcando oposição à gestão do que passaram a chamar de “Reitor-interventor”. Como moradores, Vera Valente, Rejane Gadelha e Marcello Cantizano enfrentavam as dificuldades cotidianas decorrentes do não avanço do projeto de urbanização e saneamento e do recuo da presença da Prefeitura da UFRJ na gestão e manutenção do

<sup>184</sup> No âmbito nacional, movimentos estudantis e sindicais contrários à política do governo lançariam a Campanha “Fora FHC e o FMI”, que teria como um dos episódios marcantes a Marcha dos 500 Mil pela defesa da educação pública em setembro de 2001.

<sup>185</sup> Entrevista concedida pelo Reitor à revista *Época* em 14 de dezembro de 1998: <http://epoca.globo.com/edic/19981214/perisant.htm>.

espaço, tornando a localidade cada vez mais vulnerável à presença de pessoas estranhas ao valorizado convívio comunitário, inclusive à ação de criminosos.

Menos envolvidos com as questões universitárias, moradores como Maria Alves, que já tinha morado em Vila Valqueire e Nova Holanda e, por não ter se adaptado à “vida na favela”, mudou-se para a Vila Residencial há 25 anos atrás, passaram a cogitar a possibilidade de um novo deslocamento residencial. Foi também nesse período que Mauro e Selma resolveram fechar o bar que mantinham nos fundos de sua residência, na Rua Açucenas, após “confusões” com clientes que insistiam em consumir cocaína no seu estabelecimento, substituindo depois a atividade comercial pelo aluguel de quitinetes. Outros moradores, diante do clima de anomia social que começava a se configurar na localidade, não pensaram duas vezes em se mudar com suas famílias.

Se por um lado a situação instável da Vila Residencial como “terra de ninguém” propiciou que ela começasse a despertar o interesse de traficantes de drogas da região, foi, no entanto, os desdobramentos do que Verinha chamou de “um problema de cunho social” que desencadeou uma série de conflitos entre certos setores representativos da UFRJ e a Vila Residencial, que poderiam muito bem ser designados, na acepção de Turner (1996) como *dramas sociais*: o sequestro-relâmpago<sup>186</sup> de um professor visitante da COPPE cometido em 2000 por dois jovens, filhos de funcionários da UFRJ e residentes da localidade.

Segundo relatos de moradores, o referido professor, após sequestrado, teria sido deixado no porta-malas de seu carro na praça da Vila Residencial. Ao ouvir seus gritos, moradores teriam resgatado o professor, que em seguida registrou a ocorrência na delegacia, levando os policiais a deduzir que os criminosos eram oriundos ou mantinham alguma relação com a localidade onde ele fora encontrado. Como era de se esperar, o caso rapidamente ecoou por toda a Vila Residencial e os efeitos que sua repercussão poderia trazer naquele momento para os moradores fez com que a própria mãe de um dos rapazes os denunciasse à polícia. Outros negavam que os sequestradores fossem moradores da localidade ou minimizavam a gravidade do crime diante de sua ingenuidade em levar o sequestrado para onde viviam – “eram uns garotos bobos, amadores... Ladrão mesmo não faz isso não”. Seja qual fosse a imediata reação, o

---

<sup>186</sup> Tipo de crime em que a vítima, geralmente sequestrada em seu próprio veículo, é mantida sob controle dos bandidos por um curto espaço de tempo (geralmente poucas horas), necessário para efetuar saques bancários ou fazer compras com seus cheques ou cartões de crédito.

posterior silêncio de muitos moradores sobre o caso, comum até hoje, expressava mais a tentativa de expurgar tudo aquilo que pudesse associar o seu local de moradia às ações de criminosos, do que medo de represálias de quadrilhas de traficantes ou milícias, ausentes na localidade.

O rápido desfecho do caso, encerrado com a prisão dos seqüestradores, não foi, todavia, suficiente para evitar que ele ecoasse também entre os corredores da universidade, reforçando a representação negativa da localidade como “a favela do Fundão”. No interior da COPPE, um dos centros de maior excelência da UFRJ, o sentimento de insegurança suscitado pelo crime cometido contra um de seus professores passou a ser revertido, quase que simultaneamente, na acusação coletiva da Vila Residencial como o *locus* do qual emanava o perigo, colocando em risco toda a comunidade universitária. Embora se viesse discutindo há alguns anos entre professores da FAU a possibilidade de urbanização da localidade, professores da COPPE, que alegavam a inviabilidade do projeto diante da instabilidade do solo e do fato dela estar situada abaixo do nível do mar, começaram na ocasião a defender, ainda à boca pequena, a remoção dos moradores para um terreno da UFRJ no município de Itaguaí.

Um técnico administrativo da COPPE, José Carlos, teve acesso a uma mensagem da lista eletrônica interna que tocava no assunto e imediatamente a divulgou entre seus amigos da Vila Residencial. Apreensivos diante do que estaria por vir, aqueles moradores que atuavam politicamente dentro da universidade e do sindicato formaram uma comissão de apoio à Associação de Moradores, à época dirigida solitariamente por Alexandre Carlos Ricon Baldessarini. Solidário aos amigos, José Carlos enviou uma resposta à mensagem que circulava na lista de usuários da COPPE, na qual remetia à Holanda para ratificar a viabilidade técnica do projeto que garantiria a permanência dos moradores na Vila Residencial, denunciando haverem interesses econômicos por trás da proposta de remoção:

A VÁLVULA. Esse dispositivo foi inventado pelo homem e melhorado com o avanço da tecnologia. A válvula permite que o fluxo natural seja alterado. Põe dificuldades para uma determinada substância entrar e facilidades para esta sair. Essa substância pode ser água ou mesmo dinheiro. Usar uma válvula num sistema de esgoto, por exemplo, pode fazer com que só saia substância, e não entre. É claro que existem forças poderosas da natureza, como o mar, que exigem um esforço muito maior e uma combinação de dispositivos

para conter o seu fluxo natural. Impossível deter o mar? Não! Já foi feito na Holanda. Lá existe uma combinação de dispositivos (diques, bombas, canais, etc.) que permitem à população viver numa área situada abaixo do nível do mar. (...) Qualquer um que sentar com um holandês num bar vai ouvir a frase: “Deus fez o mundo, mas quem fez a Holanda foram os holandeses!” Deus fez a Baía de Guanabara, mas quem fez a Ilha do Fundão foram os brasileiros. Pode-se até ouvir um idioma estrangeiro na Ilha do Fundão, mas quem carregou pedra, tirou terra de um lugar para colocar em outro e edificou o *campus* da UFRJ foi o povo brasileiro. E a UFRJ foi construída por nós, professores, técnico-administrativos e alunos. Hoje querem nos tomar a UFRJ. Em todos os sentidos: nosso patrimônio, nosso trabalho, nosso acervo cultural.

Ressaltando a estreita relação entre a Vila Residencial e a história de constituição da Cidade Universitária, erguida em grande parte com a mão de obra dos moradores, o texto chamava a atenção ainda para o fato de que removê-los para um local distante de onde se estabeleceram e vinham, há décadas, se reproduzindo, poderia gerar sua própria morte social. Testemunhas desse fenômeno, Valladares (1978), em seu estudo sobre a política de remoção de favelas que se engendrou no Rio de Janeiro nos anos 1960, e Mello, Vogel e Santos (1981), ao acompanharem a implantação de um projeto de renovação urbana de um bairro tradicional da cidade no final dos anos 1970, mostraram, como vários outros pesquisadores em diferentes contextos<sup>187</sup>, o quanto que a remoção de um grupo socialmente constituído numa determinada localidade não se resume ao deslocamento espacial de pessoas e benfeitorias, mas resulta, muitas vezes, na dissolução de um estilo de vida costurado, ao longo do tempo, na interação com os outros moradores e com o próprio sistema construído. Após denunciar o processo de usurpação da função pública da universidade, o texto encaminhado por José Carlos em defesa dos moradores da Vila Residencial prosseguia, evocando esse aspecto:

Os trabalhadores que formaram a comunidade da Vila Residencial há mais de 50 anos, estão sendo expulsos sistematicamente da nossa terra. Existe uma válvula financeira que impede que sejam feitos investimentos na Vila, mas existem recursos suficientes para prover as facilidades que promoveriam o êxodo da comunidade para LONGE do seu local de trabalho, a UFRJ! E tirar moradores idosos da terra aonde

---

<sup>187</sup> Ver, por exemplo, também as pesquisas desenvolvidas por Perlman (1977) e, mais recentemente, por Simões (1998), que abordam a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro, e, ainda, o estudo etnográfico de Pétonnet (1968) sobre a política de *résorption des bidonvilles* empreendida na região parisiense na década de 1960.

criaram e criaram os seus filhos é equivalente a condená-los à morte. Nesse caso, pode-se substituir a palavra “êxodo” por “genocídio”. Práticas nazistas insistem ainda a rodear o mundo, e se encontram dificuldades em vingar por aqui, é porque o Brasil é mesmo um lugar muito especial. Temos na UFRJ o melhor Programa de Engenharia Oceânica do Brasil, quiçá do mundo! Temos um marégrafo capaz de traçar um gráfico das marés melhor que a marinha brasileira. Mas não podemos impedir o avanço do mar porque nos faltam recursos. Temos recursos para o Parque Tecnológico, mas não temos para a Vila Residencial. Querem nos colocar o rótulo “Produto Descartável”, mas somos seres humanos! O ser humano deve estar à frente do avanço tecnológico. E o ser humano é notável: pode até barrar o avanço do mar. Mesmo que um tecnocrata nos diga que o problema não está no “seu” aterro, sabemos que existe um problema na NOSSA ilha, no NOSSO estado, no NOSSO país.

O apelo à humanidade dos moradores e a prerrogativa de que os interesses gerais devem estar acima de qualquer interesse particular não foi, entretanto, capaz de impedir o alargamento da ruptura no quadro mais amplo de relações sociais relevantes ao qual as partes conflitantes pertencem (Turner, 2008).

Pouco depois, Verinha, Rejane e Cantizano, que eram militantes sindicais e membros da comissão de apoio à Associação de Moradores, presenciaram em uma reunião do Consuni a publicização da proposta de remoção, desencadeando a escalada da crise que abalaria profundamente a relação entre a UFRJ e a Vila Residencial.

De acordo com Verinha, em um documento “extra-pauta”, um professor da COPPE leu um documento no qual solicitava providências do Reitor quanto àquilo que estava “virando uma favela”, citando, em sua argumentação, o seqüestro-relâmpago cometido por dois “elementos”<sup>188</sup> da Vila Residencial e sugerindo a remoção da localidade para o terreno em Itaguaí. A apresentação do documento e a manifestação de acolhimento da proposta entre aqueles que compunham a máxima instância de decisão na universidade gerou um burburinho imediato entre os militantes que porventura assistiam à sessão, especialmente os moradores da Vila Residencial.

Sem ter sido previamente discutida com aqueles que seriam diretamente afetados, a reivindicação de uma intervenção radical da Reitoria baseada numa acusação coletiva que incriminava toda a localidade obrigava os moradores a se mobilizar diante do caminho irreversível que a instituição parecia adotar. Tal situação revelava, como

---

<sup>188</sup> Termo utilizado no jargão policial para se referir a pessoas consideradas suspeitas baseado em preconceitos (raciais, sociais, sexuais, etc.), com o objetivo de incriminá-las

pretendo mostrar, um momento de perigo e suspense que não podia ser ignorado ou desprezado, isto é, “quando se é menos fácil vestir máscaras ou fingir que não há nada de podre” (Turner, 2008: 34). Como nos *dramas sociais* estudados por Turner (1996), a proposta de remoção colocaria a Vila Residencial e a UFRJ em posições antagônicas, desencadeando um processo em que os conflitos latentes de interesses e os substratos do universo social e simbólico dessa relação se tornariam manifestos.

Apreensivas diante do que presenciaram na sessão do Consuni, Verinha e Rejane começaram a divulgar o ocorrido entre os moradores da localidade e pensar em estratégias de reação ao risco que se aventava sobre eles.

Através de um dos seguranças do Reitor que era amigo pessoal de Verinha tomaram conhecimento, dias depois, de uma reunião “a portas fechadas” a ser realizada na Incubadora de Empresas da COPPE para se discutir a proposta de remoção da Vila Residencial, com a presença do Reitor Vilhena, do Prefeito Ivan Pereira de Abreu, do diretor da COPPE Maurício Guedes e do então secretário estadual de Habitação e Assuntos Fundiários e ex-superintendente da Caixa Econômica Federal (CEF) Ayrton Xerez. Para surpresa das autoridades, um grupo de moradores, com câmera filmadora e gravador em mãos, invadiu a reunião para ficar a par do destino que ali estava sendo traçado para eles. Sem alternativa, as autoridades divulgaram-lhes o plano que viabilizaria a remoção e seria apresentado posteriormente aos moradores: aos que eram servidores da UFRJ, cartas de crédito para financiar casas próprias a serem construídas em Itaguaí; aos que não tinham vínculo com a UFRJ, apartamentos em conjuntos habitacionais populares espalhados pela cidade.

Agendada a assembléia com o Prefeito da UFRJ, a Associação de Moradores logo tratou de difundir, através de folhetos, o assunto de pauta na localidade, provocando a atenção de todos para o plano que estava sendo arquitetado pela Reitoria: “E aí, você quer morar em Itaguaí?”. Pouco antes da assembléia, membros da comissão de apoio descobriram, através de um morador vinculado à Marinha, que o terreno para o qual a UFRJ almejava transferi-los dispunha de um oleoduto subterrâneo que impossibilitava qualquer uso residencial da área, fortalecendo assim seus argumentos para fazer face ao plano de remoção.

Na assembléia ineditamente lotada, de um lado o Prefeito da UFRJ apresentou a proposta em voga, na qual os moradores receberiam gratuitamente R\$10 mil de antemão

na carta de crédito da CEF – uma proposta, segundo ele, “irrecusável” -, de outro lado, os líderes locais questionaram as “boas intenções” da universidade, expondo a leviandade de se transferir a população para um terreno distante e impróprio à moradia, informação que, apesar de negada pelo Prefeito, não deixou de provocar a indignação dos moradores presentes. Paralelamente, os representantes da localidade continuavam a tecer suas redes de apoio, dentro e fora da universidade, a fim de se fortalecerem politicamente e ganharem tempo para estruturar uma ação coletiva. Com o apoio do movimento sindical, além de professores e técnicos da UFRJ que legitimavam a sua luta, a Vila Residencial tornou-se, aos poucos, um importante foco de resistência à gestão de Vilhena. Mais do que uma briga política, tratava-se, como relata Verinha, antes de tudo, de “uma questão de sobrevivência”.

No âmbito local, a Associação de Moradores vivia um momento de transição. Com um perfil bastante distinto da gestão anterior, Alexandre assumiu a entidade, em 1999, num clima de desagregação, em que a ocorrência de eventos relacionados à violência e criminalidade na localidade inibia a participação dos moradores, sobretudo os servidores da UFRJ, nas atividades associativas. Ao mesmo tempo em que consistia em um fator de descrédito perante certos representantes da UFRJ, o fato de não possuir qualquer vinculação com a instituição deixava Alexandre bastante à vontade para expor suas opiniões como representante dos moradores e reivindicar o que lhes considerava justo, sem qualquer tipo de sujeição.

Diferentemente da posição política de outros dirigentes e líderes comunitários, para ele a dependência da Vila Residencial em relação à UFRJ foi uma ficção criada e admitida por muitos moradores como forma de protegerem sua estabilidade profissional e sua moradia. Do seu ponto de vista, a localidade nunca possuiu vinculação formal com a Cidade Universitária, devendo ser gerida e atendida pelos órgãos públicos como qualquer outro bairro da cidade:

A universidade nunca teve nada a ver com isso aqui. O que acontecia? A maioria das pessoas daqui são funcionários, mas nunca fizeram concurso, são tudo “janeleiros”. Eu na minha vida tive três empregos, sempre por concurso. (...) E o que acontece? As pessoas daqui tinham um receio da Reitoria por que o Reitor era o chefe maior. O pessoal não era concursado, não tinha estabilidade (...) Eles morriam de medo da Reitoria. Além do que a grande maioria das pessoas foram trazidas pra cá em caminhão do exército, porque eles moravam espalhados

pelo *campus*, com exceção do pessoal da prainha, que fincou o pé: “daqui não saio, daqui ninguém me tira”. (...) Os outros ocuparam os barracos da obra da ponte, e se criou essa historinha, essa fantasia da faculdade... A autoridade do Reitor se resume à universidade, fora dela ele não apita nada. Isso aqui é fora da universidade, é a mesma coisa que o Reitor querer se meter na vila militar, aqui do lado. A vila militar é Cidade Universitária? Não, ela está na Ilha do Fundão. (...) A Cidade Universitária fica dentro da Ilha do Fundão e não a Ilha do Fundão fica dentro da Cidade Universitária.

Sem hesitar, Alexandre enfrentou nesse período, além da vigente ameaça de remoção, uma das maiores enchentes da localidade. Nessa situação, contactou, com o apoio da comissão de moradores, os órgãos públicos responsáveis (Bombeiros e Defesa Civil) para socorrê-los e denunciou a parlamentares, ao Conselho Regional de Engenharia e à antiga Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente o aterro “irregular” do Parque Tecnológico que passou a acentuar o problema, além de convocar a imprensa para dar visibilidade à situação dos moradores: “tudo que pudesse nos mostrar para além do *campus* universitário e dizer que existíamos e queríamos que os órgãos públicos olhassem por nossa comunidade”<sup>189</sup>.

Nesse momento de crise, porém, Alexandre teve que se mudar para São Paulo por motivos de trabalho e, diante da ausência de candidatos na eleição de 2001 para a Associação de Moradores, membros da comissão de apoio compuseram a chapa *Transformar para mudar*, assumindo a entidade para dar continuidade às lutas que já vinham sendo travadas.

A despeito de seu enfraquecimento anterior, desta vez a diretoria era composta por nove moradores: Daniele Masello, Ivanise Corecha, Joana Angélica, José Marco, Júlio César, Marcello Cantizano, Rejane Gadelha, Tílson Coelho e Vera Valente. Ao criarem um novo estatuto, inseriram o colegiado como modelo de gestão e modificaram novamente o nome da entidade, que desde então passou a se chamar *Associação de Moradores e Amigos da Vila Residencial da UFRJ (AMAVILA)*, incluindo a palavra “amigos” e extinguindo o adjetivo “dos funcionários”.

Mais do que isso, o texto do novo estatuto explicitava o posicionamento político adotado pelos moradores no período. De acordo com o quinto artigo, seriam algumas das finalidades da AMAVILA:

---

<sup>189</sup> Trecho do texto de balanço da gestão da Associação de Moradores.

- Assegurar o direito de todos os moradores de permanecerem na área da Vila Residencial da UFRJ;
- Manter a dignidade, segurança e bem estar social de todos os moradores;
- Defender os interesses coletivos em face de quaisquer órgãos públicos ou privados;
- Conscientizar os moradores sobre a necessidade da união de todos para a conquista de melhorias comuns;
- Executar as propostas aprovadas pela comunidade, dirigindo-as, de maneira digna, às autoridades competentes;
- Cultuar o regime democrático, respeitando os poderes constituídos e as autoridades federais, estaduais e municipais.

Como em algumas gestões passadas, o novo grupo à frente da AMAVILA também reconhecia as relações históricas entre a construção da Cidade Universitária e a constituição da localidade, que passou a ser referida com frequência como “patrimônio histórico vivo da região” (Valente, 2007). Sua visão política, no entanto, aproximava-se da de Alexandre, defendendo a autonomia administrativa da Vila e o consequente rompimento com o passado paternalista construído sob a tutela da UFRJ. Afinal, tal como se apresentava naquele momento, a localidade nada tinha de vila funcional que justificasse tal relação, motivo pelo qual também a nova diretoria admitia como sócio da entidade “todos os moradores”, independente de terem ou não vínculo com a universidade. Mesmo assim, para o ex-presidente Genísio, que discordava deles politicamente, a mudança no nome da entidade significou “a pior coisa que podiam ter feito”. Pela localidade estar situada em área federal, os novos dirigentes reconheciam a necessidade de dialogar com a Reitoria para concretizar suas demandas, mas entendiam que o diálogo teria que partir de uma situação de simetria, e não de submissão de um em relação ao outro. Dessa forma, o novo estatuto, a despeito dos anteriores, passou ainda a prever a possibilidade de a AMAVILA representar os moradores perante entidades públicas ou privadas, “promovendo judicial ou extra judicialmente as medidas necessárias”.

Nessa perspectiva, por sugestão de um líder comunitário de uma localidade da Ilha do Governador e pai do morador e membro da AMAVILA Marcello Cantizano<sup>190</sup>, os representantes da Vila Residencial passaram a vislumbrar na regularização fundiária

---

<sup>190</sup> José Roberto Cantizano dos Santos, líder comunitário de Tubiacanga, ao norte da Ilha do Governador.

da área um caminho mais seguro para garantir o seu direito de moradia e limitar a difusão da crise, construindo um novo tipo de relação com a UFRJ, pautada numa espécie de *autonomia dialógica*, que só começaria a se tornar possível em 2002, com o fim da polêmica gestão de Vilhena e a posse do novo Reitor indicado pela comunidade acadêmica, professor Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa.

#### 5.4. A ação reparadora

Após o período mais tempestuoso da relação entre a Vila e a UFRJ, no qual os moradores estiveram à beira de serem removidos do *campus*, a eleição de Carlos Lessa possibilitou-lhes respirar mais aliviadamente.

Embora também identificasse a localidade com as características de “qualquer comunidade favelada do Brasil”, esta identificação estava mais relacionada, na visão de Carlos Lessa, à precariedade das condições de vida da população e à forma de ocupação do espaço do que à sua representação pejorativa como *locus* da criminalidade e da violência. Nesse sentido, colocava-se explicitamente contra a remoção – portanto, contra a posição adotada pelo Reitor anterior - e a favor da realização de trabalhos sociais na localidade, considerando, entretanto, que “quem deve prestar serviço à sociedade que a cerca é o serviço público e não a universidade”<sup>191</sup>. Para ele, que se intitulou em entrevista a mim concedida como um “neopopulista”, a Vila Residencial podia ser definida como

uma vila que se chamava Vila dos Funcionários, onde alguns funcionários da universidade estiveram e depois entraram outros. Porque eu sei que a pobreza vai abrindo puxadinhos... Todas as comunidades têm a mesma lógica. Elas podem ter iniciação diferente, mas todas elas são microcosmos.

Do mesmo modo, para Carlos Lessa, os moradores eram pessoas que viviam em condições semelhantes à grande parte da população brasileira, mas que tinham uma

---

<sup>191</sup> Considerando como a principal função da universidade “formar geração de reposição”, Carlos Lessa critica a competição de certos projetos de extensão com as ONGs e a criação de unidades de prestação de serviços de saúde em favelas como alguns desvios dessa função. Para ele, este tipo de trabalho somente se justificaria caso estivesse diretamente relacionado a alguma pesquisa na universidade, propiciando, por exemplo, a formação de melhores médicos e enfermeiros no futuro.

“natural aproximação” com a UFRJ, tanto pelo fato da localidade estar situada em suas cercanias quanto pela grande quantidade de servidores públicos que nela residiam. Esta característica propiciava “uma interlocução muito fácil” entre a Associação de Moradores e a Reitoria, que favoreceu, por sua vez, um duplo movimento na relação entre a localidade e a universidade.

Por parte da Vila Residencial, o restabelecimento da possibilidade de diálogo permitiu que os dirigentes da Associação de Moradores – alguns dos quais ingressavam também nesse período na direção do SINTUFRJ<sup>192</sup> - encaminhassem ao Reitor um documento no qual denunciavam a existência de diversos problemas de infraestrutura decorrentes da ausência do poder público na localidade e solicitavam que a demanda pela sua regularização fundiária, com base na recente legislação sobre concessão especial de uso de terras de União para fins de moradia, fosse incluída na pauta da reunião do Consuni.

Ao acolher o documento, o Reitor alegou que a regularização fundiária não era assunto de sua alçada, devendo ser diretamente tratado com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). Por outro lado, a situação descrita no documento o levou a cogitar, juntamente com os representantes da AMAVILA, a possibilidade de se criar um programa institucional que pudesse envolver diversas unidades acadêmicas da UFRJ na elaboração de projetos que coadunassem com o atendimento a algumas das demandas da localidade (urbanização, saúde, educação, saneamento, etc.) e pudessem contribuir para a formulação de políticas públicas:

Quando eu assumi a universidade, eu disse o seguinte: pra mim a extensão teve ter um grande projeto universitário que é um campo de desenvolvimento da pesquisa, da extensão e do ensino. As três funções podem estar juntas. E eu dizia assim: a Vila dos Funcionários me dá essa oportunidade. Por que me dá essa oportunidade? Porque é um conjunto de pessoas que estão lutando para sobreviver, em condições precárias, as condições mais ou menos usuais no povão brasileiro – em situação um pouquinho melhor do que o povão porque têm carteira assinada -, mas que estão muito próximas ao povão, que estão vivendo num terreno que foi da universidade ou é da universidade, que nos presta um serviço e que nós podemos junto com eles desenvolver uma variedade enorme de intervenções sociais e construir uma teoria sobre essas intervenções, e deixar receitas para

---

<sup>192</sup> Vera Valente, como diretora de políticas sociais, Marcello Cantizano como diretor de esportes, Rejane Gadelha como diretora de educação e Ivanise Corecha como coordenadora sindical.

intervir e ajudar a formulação de políticas públicas. Entende o mecanismo? Ou seja, eu tenho um laboratório onde eu posso fazer com que as três funções da universidade possam convergir: o ensino, que é a principal, e as subordinadas, a pesquisa e a extensão.

Do ponto de vista dos moradores, a percepção, por parte da Reitoria, da Vila Residencial como “laboratório” foi bem aceita, uma vez que sinalizava a possibilidade de a universidade reparar, ainda que parcialmente, sua dívida com a localidade.

Do ponto de vista institucional, começava a se instituir, nesse momento, um tipo de vínculo inédito entre a UFRJ e a Vila Residencial, que, ao invés de problema social, passaria a ser vista como terreno fértil sobre o qual se poderia alcançar a tão almejada articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, através de atividades que, ao mesmo tempo, atendessem algumas das principais demandas dos moradores. De adversários políticos, a AMAVILA e a Reitoria tornar-se-iam, assim, parceiros de um projeto comum e de interesses mútuos.

Embora a solicitação pela regularização fundiária não tenha seguido adiante naquele momento, a proposta de se construir um programa institucional contou, desde o início, com a colaboração do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Pablo Cesar Benetti, que já mantinha relações com a Vila, conquistando em seguida o apoio da professora do Instituto de Matemática e então assessora de projetos especiais da Pró-Reitoria de Extensão, Selene Alves Maia. Juntamente com os representantes da AMAVILA, os professores assumiram a função de sensibilizar diferentes unidades da UFRJ para a elaboração de projetos de extensão na localidade. Ainda que algumas unidades, como a Escola de Enfermagem e o Instituto de Biologia, já desenvolvessem atividades na Vila Residencial, articular um conjunto de projetos de diferentes áreas do conhecimento em um programa interdisciplinar que rompesse com a lógica da fragmentação dos saberes não era uma tarefa simples.

No início de 2003, ao ser convidado para presidir o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Carlos Lessa deixou a Reitoria da UFRJ, mas não abandonou a idéia de ajudar os moradores, propondo que os colegas da universidade encaminhassem um projeto para concorrer a recursos do Banco. Apesar de todos os esforços, o projeto não foi aprovado até o término da curta gestão de Carlos Lessa à

frente do BNDES<sup>193</sup>, levando os moradores a aguardarem quase um ano para ver se concretizar o referido programa na UFRJ. Como o próprio relata,

Aí eu fui ser presidente do BNDES, aí eu chamei a universidade e disse: tragam-me o projeto! Eles não conseguiram fazer o projeto. Eu fiquei dois anos como presidente do BNDES e eles perderam uma chance histórica. Porque eu tinha dinheiro na conta perdido, mas eu não podia dar dinheiro no ar, tinha que dar contra um projeto, que é analisado... Eu cheguei até a mandar um colega meu do BNDES pra ajudar a formular o projeto. Por que eles não conseguiram? Porque é muito difícil e porque a universidade é dada a gravidez de elefante<sup>194</sup>.

Ainda que a mudança de posicionamento político da Reitoria em relação à Vila Residencial, mais favorável ao diálogo e à parceria, tenha se estendido ao longo da primeira gestão do Reitor Aloísio Teixeira (2003-2007)<sup>195</sup>, foram grandes os esforços dos professores Pablo e Selene, juntamente com os membros da AMAVILA, para se ampliar a participação de diferentes unidades acadêmicas no *Programa Inclusão Social - Vila Residencial da UFRJ*, até a sua efetiva institucionalização, em 2004, com a participação de oito projetos:

Projeto de extensão	Unidade	Coordenador(a)
A Família com unidade de atenção à saúde da Comunidade	Escola de Enfermagem Anna Nery	Prof <sup>a</sup> Regina Célia Gollner Zeitoune
Grupo de convivência intergeracional da Vila Residencial da UFRJ	Escola de Enfermagem Anna Nery	Prof <sup>a</sup> Ana Maria Domingos
Campanha de multivacinação na Vila Residencial da UFRJ	Escola de Enfermagem Anna Nery	Prof <sup>a</sup> Regina Célia Gollner Zeitoune
Promovendo a saúde através de feiras de saúde - uma contribuição da Enfermagem	Escola de Enfermagem Anna Nery	Prof <sup>a</sup> Regina Célia Gollner Zeitoune
A Enfermagem Comunitária na assistência à trabalhadora do lar	Escola de Enfermagem Anna Nery	Prof <sup>a</sup> Regina Célia Gollner Zeitoune

<sup>193</sup> Após emitir várias críticas aos ministros da Fazenda, do Planejamento e ao presidente do Banco do Brasil, Lessa foi afastado do cargo em novembro de 2004.

<sup>194</sup> Segundo os representantes da AMAVILA, porém, o projeto chegou a ser encaminhado ao BNDES pela PR-5 através do ofício nº069, em 4 de junho de 2004, pleiteando recursos financeiros a título de despesas não reembolsáveis, mas não foi aprovado pela instituição.

<sup>195</sup> Este novo posicionamento político da Reitoria que passaria a vigorar desde a gestão de Carlos Lessa também se repercutiu em relação às ocupações da família Silva na Praia do Oi. Após anos de conflito, a Reitoria desistiu de levar adiante o processo de reintegração de posse contra os moradores, autorizando, em 2005, a instalação de medidores de luz para “finalidade residencial”.

Informática para a educação e formação profissional	Escola Politécnica	Profº Antônio Cláudio Gomes de Sousa
É a Vila! Projeto de educação ambiental na Ilha do Fundão	Instituto de Biologia	Prof. Sérgio Bonecker
Inclusão Urbana da Vila Residencial da UFRJ	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo	Profº Pablo Cesar Benetti

Como Selene relata o processo de consolidação do programa, a convite do novo Reitor, foi realizada uma reunião com decanos e diretores de diversos centros para a apresentação das idéias centrais de cada projeto em andamento na localidade, resultando, aos poucos, na incorporação de novas unidades, inclusive para além do *campus* da Ilha do Fundão.

Em 2006, quando a PR-5 passou a destinar recursos ao programa, destacou-se, entre outros, a inserção da Escola de Serviço Social (ESS), que, sob a coordenação da professora Ilma Rezende, desenvolveu um Perfil-Diagnóstico da Vila Residencial, reunindo uma diversidade de dados quantitativos e qualitativos sobre a realidade social da localidade que orientassem a intervenção objetiva das diversas áreas temáticas do programa. De acordo com a apresentação do documento, o diagnóstico visava subsidiar as propostas de intervenção na localidade, “numa perspectiva de recuperação do falar qualitativo da população, do seu imaginário e sonhos” (Rezende, 2006).

Além do CFCH, o IFCS também aderiu ao programa, através do projeto “História de Morador, Histórias de Ocupação: etnografia e história da Vila Residencial da UFRJ”, coordenado pelo professor Marco Antonio da Silva Mello. Contando com a participação de Verinha, que, motivada por sua militância política e sindical, ingressara no curso de Ciências Sociais da UFRJ e tivera anteriormente a iniciativa de entrevistar alguns moradores antigos para reunir material sobre a história da Vila Residencial<sup>196</sup>, o projeto do Departamento de Antropologia deu novo fôlego ao programa de extensão, reforçando a articulação das atividades desenvolvidas na localidade aos interesses acadêmicos de pesquisa e desconstruindo, assim, a representação negativa existente da extensão universitária entre alguns setores da própria UFRJ. No âmbito local, o projeto

<sup>196</sup> Segundo Verinha, sua iniciativa partiu da constatação de que nenhum dos diretores da AMAVILA sabia contar apropriadamente a história da localidade para os demais integrantes do programa. Sem recursos institucionais, sua proposta encontrou apoio dos professores Olívia Maria Gomes da Cunha e Emerson Giumbelli, além de contar, em 2004, com a participação voluntária das colegas e também estudantes do curso de Ciências Sociais, Viviane de Oliveira e Cláudia Aguiar.

conseguiu aos poucos vencer a resistência dos moradores, que ainda se mostravam traumatizados com a ameaça de remoção levada a cabo pela Reitoria durante a gestão de Vilhena. Reunindo narrativas, documentos e fotografias das famílias, o projeto pôde constituir um significativo espectro da história local, suprimindo, em parte, a grande quantidade de arquivos do ETU levemente despejados no lixo durante a gestão de Vilhena<sup>197</sup>. Sem que fosse sua intenção original, o projeto preparava, assim, o terreno para o momento posterior que estava por vir, em que o registro da história da Vila deixaria de ser uma demanda local para se tornar uma exigência legal que garantiria o direito dos moradores à moradia.

Aproveitando a clima favorável ao diálogo com a Reitoria, os membros da AMAVILA continuavam a se articular com os movimentos sociais, políticos e sindicais, no sentido de se instruírem adequadamente para levar adiante a proposta de regularização fundiária que permitisse resolver o imbróglio em torno da realização das necessárias obras de infraestrutura na localidade. Pois se a Reitoria alegava não ter recursos nem condições legais para realizar tais obras de responsabilidade do poder público, a Prefeitura do Rio de Janeiro alegava não poder realizá-las em função da área ser de domínio da União.

Ainda em maio de 2003, a AMAVILA já havia apresentado uma carta-proposta ao então candidato a Reitor Aloísio Teixeira na qual expunha, dentre suas principais reivindicações, a regularização fundiária da localidade e a busca de parcerias da UFRJ com o poder público para viabilizar as obras de urbanização.

Um ano depois, a AMAVILA solicitou a concessão de uso especial da terra para fins de moradia. No documento encaminhado ao Ministério Público (MP), alegava que a UFRJ teria vetado a implantação do Programa Favela-Bairro na localidade, prevista pela Prefeitura do Rio desde 1996<sup>198</sup>. Em agosto de 2005, o MP solicitou à UFRJ que se pronunciasse sobre o caso. A Prefeitura Universitária contestou as alegações apresentadas pela AMAVILA e anexou um documento da Subprefeitura da Ilha do

---

<sup>197</sup> Segundo o funcionário Augusto Gonçalves de Lima, após uma forte chuva que, em 1999, inundou parte da sala onde os arquivos estavam armazenados, o então diretor do ETU mandou despejar no lixo o equivalente a seis caminhões de documentos, boa parte deles sobre a Vila Residencial, em um único final de semana, impedindo, desse modo, qualquer reação dos funcionários.

<sup>198</sup> Embora o Favela-Bairro também se constituísse como um programa de regularização fundiária, na prática o que se evidenciava nas áreas beneficiadas era quase que somente ações de urbanização, sendo pouquíssimos os casos de favelas que foram regularizadas através dessa política pública.

Governador no qual argumentava que a localidade não havia sido incluída no programa da Secretaria Municipal de Habitação por falta de recursos orçamentários. Diante disso, o processo foi arquivado pela Procuradoria da República em janeiro de 2006.

Embora os procedimentos burocráticos fossem essenciais para o processo de regularização fundiária ser efetivado, foi uma situação peculiar ocorrida meses depois com uma moradora que deu novo rumo à história da Vila Residencial.

Como de hábito, numa tarde de outubro de 2006, a moradora e membro da AMAVILA, Joana Angélica Pereira, ouvia a sua estação de rádio preferida, a emissora oficial da Arquidiocese do Rio Catedral FM. O programa deste dia abordava como tema de debate a regularização fundiária de favelas, tendo como convidado o Ministro das Cidades (MC), Márcio Fortes. Preocupada com a situação ainda indefinida da localidade, a moradora telefonou para a rádio e conversou ao vivo sobre o caso com o ministro, que demonstrou grande interesse em ajudar. Pouco depois, quando Joana se dirigia ao *campus* da Praia Vermelha, na Urca, soube que o ministro estava com sua equipe nos arredores do Canecão<sup>199</sup> e não hesitou em encontrá-lo pessoalmente, reforçando o compromisso assumido durante o programa da rádio. A artimanha deu tão certo que, em menos de um mês, o ministro destinou uma visita oficial à Ilha do Fundão do Gerente de Projetos responsável pelo setor de regularização fundiária de terras da União, Sr. Raymundo Sérgio Borges de Almeida Andréa, que, por uma feliz coincidência, também era colega do professor Pablo Benetti da época em que ambos atuavam em associações de moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro<sup>200</sup>.

Conforme Joana relatou ao Jornal do SINTUFRJ (Governo..., 2006), um aliado constante dos moradores, durante a visita do representante do MC:

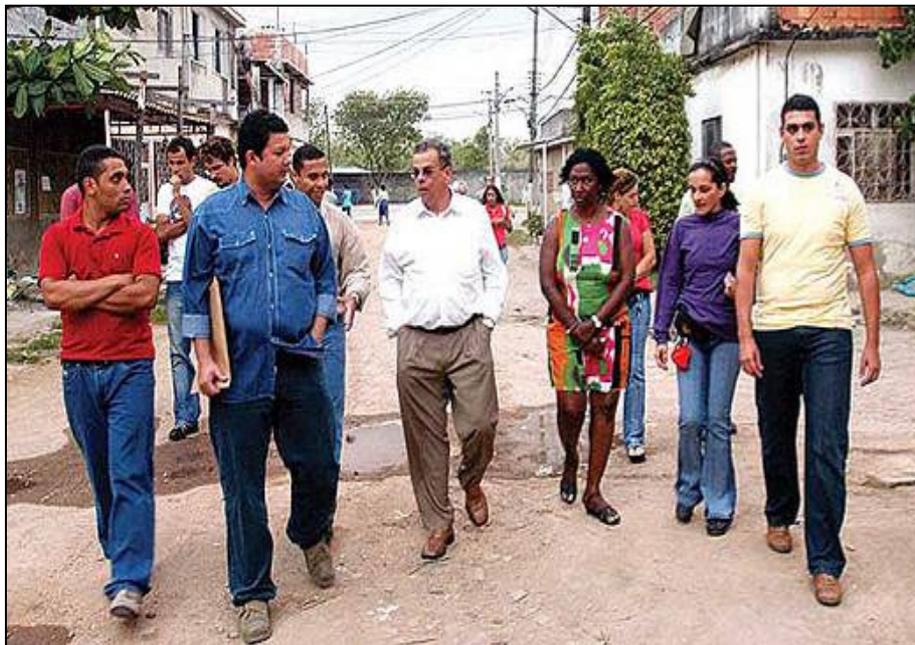
Eu estava ouvindo o rádio quando o locutor disse que o ministro estava na programação para responder às perguntas dos ouvintes. Depois de consultar alguns integrantes da AMAVILA, liguei para a rádio e falei ao vivo com o Márcio Fortes e lhe disse que tínhamos um problema de legalização fundiária. Ele me pediu para enviar uma carta com a história da Vila, e ainda anexei a série de matérias publicadas no Jornal do SINTUFRJ sobre a Vila Residencial. E deu certo.

---

<sup>199</sup> Tradicional casa de espetáculos vizinha ao *campus* da Praia Vermelha.

<sup>200</sup> Pablo Benetti e Sérgio Andréa conheceram-se nos anos 1980, quando eram, respectivamente, presidentes da Associação de Moradores e Amigos dos bairros de Laranjeiras e de Botafogo.

Na ocasião, Sérgio Andréa reuniu-se com o Reitor Aloísio Teixeira para estabelecer uma ação conjunta entre o Ministério das Cidades, a UFRJ e a AMAVILA a fim de dar início ao processo de regularização fundiária, dirigindo-se em seguida à localidade, onde foi recebido pelos membros da Associação de Moradores.



Sérgio Andréa (ao centro) caminhando pelas ruas da localidade com membros da AMAVILA.  
Fonte: Jornal do SINTUFRJ, 07/11/2006.

De acordo com a matéria publicada no Jornal do SINTUFRJ, na sede da Associação de Moradores foram apresentados ao representante do MC *slides* e vídeos que mostravam “a história de luta e resistência da comunidade”. Elogiando a apresentação, Sérgio Andréa reafirmou o compromisso acordado com a UFRJ, destacando que o caso da Vila Residencial comportaria, no entanto, certa especificidade em relação às demais áreas regularizadas através da legislação vigente:

A nossa obrigação é fazer com que se exerça a função social da propriedade. No nosso programa, a participação da comunidade é muito importante. E o primeiro passo é a regularização fundiária e, conseqüentemente, a urbanização. (...) Estamos tratando de um problema diferente, já que a área ocupada fica na Universidade. Temos a sensibilidade de que é possível a permanência dos moradores, mas por se tratar de um terreno de estudos, temos que definir um marco para o número de famílias. E isso será discutido com muita transparência com a comunidade.

Da parte da Reitoria, o compromisso foi reafirmado pelo professor Aloísio em uma entrevista concedida ao Jornal da UFRJ (Solução..., 2006), na qual informou que o MC liberaria recursos para a realização de um estudo topográfico da localidade, sendo em seguida formado um grupo de trabalho com representantes do MC, da UFRJ e da AMAVILA para formular propostas para a regularização fundiária da localidade. Reconhecendo as dificuldades anteriores enfrentadas pela UFRJ e pelos moradores para melhorar as condições de vida na Vila Residencial, o Reitor mostrou-se otimista, mas ao mesmo tempo cauteloso, diante da possibilidade de resolução de um antigo problema.

É a primeira vez que temos uma real possibilidade de resolução para a Vila, que é uma história antiga. A UFRJ sempre teve dificuldades para fazer algo concreto pela Vila, mas já apoiamos dois movimentos. O primeiro foi o projeto Bairrinho junto com a Prefeitura do Rio de Janeiro, mas ele não foi efetivado porque a Prefeitura alegou que não havia mais recursos. A nossa segunda tentativa foi com o BNDES. O Lessa, então presidente do BNDES, apoiou alguns projetos, no final de 2003. Então levamos um projeto que começou a tramitar, mas o Lessa saiu do Banco e não conseguimos dar andamento com o outro presidente. (...) O nosso interesse é que tudo seja resolvido no prazo mais curto possível, mas ainda não sabemos como se dará a solução legal, porque há variadas possibilidades. Queremos uma solução que contemple os interesses da Vila e da UFRJ. E é claro que isso vai envolver os colegiados da universidade. O Conselho Universitário vai ter que aprovar as resoluções porque não se pode passar por cima dos colegiados da UFRJ.

No Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado entre a UFRJ e a União, por intermédio do Ministério das Cidades e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, a Vila Residencial seria incluída no *Programa Papel Passado*, criado pelo governo Lula com base no reconhecimento do direito à moradia e da função social da propriedade estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e viabilizados pelo Estatuto das Cidades, em 2001<sup>201</sup>.

Coordenado pela Secretaria Nacional de Assuntos de Programas Urbanos, o programa visa apoiar Estados, Municípios, entidades da administração pública indireta e

---

<sup>201</sup> Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabeleceu as diretrizes gerais da política urbana, pautadas, segundo o primeiro artigo do Capítulo I, por “normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001a).

associações sem fins lucrativos e defensorias públicas na promoção da regularização fundiária sustentável<sup>202</sup> de assentamentos informais em áreas urbanas, por meio da aplicação de recursos financeiros do Orçamento Geral da União e pela transferência, a municípios ou estados, de imóveis pertencentes a órgãos do governo federal, com o objetivo de se proceder a regularização da posse em favor dos moradores. Além do apoio financeiro, o programa busca remover obstáculos jurídicos e legais a fim de agilizar o processo de regularização e promover a autonomia e capacitação dos agentes locais envolvidos, através da elaboração de cursos, do fomento à troca de experiências e da sistematização e divulgação de material de apoio (Carvalho, 2007).

Além de incluir a Vila Residencial no programa, o acordo propunha a constituição de um Grupo de Trabalho para o acompanhamento das ações a serem implementadas, composto por dois representantes de cada partícipe - UFRJ, Ministério das Cidades e Ministério do Planejamento, representado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) - sendo facultada a indicação de representantes de outros órgãos ou entidades. Estabelecia, ainda, as atribuições de cada instituição envolvida, de modo que a UFRJ ficaria responsável por:

- a) Elaborar plano de trabalho para desenvolver o processo de regularização fundiária do assentamento denominado Vila Residencial - UFRJ, localizada na Ilha do Fundão, Município de Rio de Janeiro, com área aproximada de 120.000 metros quadrados;
- b) Executar as atividades previstas no Plano de Trabalho, quais sejam: levantamento cartográfico, mobilização comunitária, elaboração de cadastro físico, elaboração de cadastro social, coleta de documentação, seleção e emissão de instrumentos jurídicos aptos à regularização fundiária, instrução dos processos administrativos em favor das famílias;
- c) Considerar e propor revisão necessária ao Plano Diretor do *campus* universitário de forma a adequá-lo ao objeto deste ACT, respeitando a legislação incidente na área;
- d) Colaborar com a atuação da Secretaria do Patrimônio da União, por meio da Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro, nos procedimentos necessários junto aos órgãos federais, estaduais e municipais, responsáveis por licenças e autorizações de projetos, serviços e obras;

---

<sup>202</sup> A regularização fundiária sustentável compreende a regularização urbanística, ambiental, administrativa e jurídica da localidade beneficiada. Mais detalhes sobre o programa, consultar em: [http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/regularizacao-fundiaria/textos-diversos/regularizacao-regularizacao-fundiaria-e-governo-federal/programa\\_papel\\_passado.pdf](http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/regularizacao-fundiaria/textos-diversos/regularizacao-regularizacao-fundiaria-e-governo-federal/programa_papel_passado.pdf)

- e) Convocar e participar de reuniões técnicas do Grupo de Trabalho.

Como em outros assentamentos implantados em terrenos de marinha e em outras terras sob domínio da União, a regularização fundiária da Vila Residencial dar-se-ia a partir da atuação conjunta do Ministério das Cidades com a SPU, com vistas a garantir a função socioambiental das terras que constituem patrimônio público da União.

Do ponto de vista jurídico, a natureza do título a ser conferido aos moradores enquadraria-a-se na Concessão de Uso Especial para fins de Moradia (CUEM), através da Medida Provisória nº 2.220 de 4 de setembro de 2001, segundo a qual o direito à moradia estaria assegurado, de forma gratuita, àquele que

até 30 de junho de 2001, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família (...), desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

Inspirada no artigo 183 da Constituição Federal, que estabeleceu o Usucapião Especial Urbano para a regularização de ocupações em terrenos privados, a CUEM assemelha-se a uma propriedade, também registrada no Cartório de Registro de Imóveis, podendo ser individual ou coletiva. Por se tratar de um direito subjetivo voltado especificamente para a moradia, o uso do imóvel pode ser transmitido por herança, vendido e/ou alugado, mas o concessionário perde o direito se der ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família, ou adquirir a propriedade ou a concessão de uso de outro imóvel urbano ou rural (Brasil, 2007).

Analisando o panorama atual da regularização fundiária no Brasil, Gonçalves (2009) descreve que enquanto a nossa legislação urbanística tem feito consideráveis progressos nas últimas décadas, os procedimentos de legalização do solo ainda permanecem bastante complexos, dificultando os êxitos de muitas iniciativas<sup>203</sup>. A

---

<sup>203</sup> Para o autor, a complexidade da gestão fundiária no Brasil se explica, em grande parte, pelos inúmeros procedimentos formais constituídos justamente para evitar possíveis fraudes e pelo zelo desproporcional pela proteção dos direitos de propriedade, o que dificulta toda e qualquer releitura mais social do exercício desses direitos. De acordo com Fernandes (2001), há com frequência um descompasso significativo entre os objetivos dos programas de regularização e as políticas e instrumentos adotados,

despeito de todas as dificuldades de se aplicarem plenamente certos princípios da legislação, a Medida Provisória nº 2.220 representou um de seus maiores avanços, criando instrumentos para consolidar definitivamente a regularização fundiária e urbanística de favelas como política urbana no país.

Como a precariedade jurídica do acesso ao solo sempre serviu como justificativa tanto para as remoções arbitrárias quanto para a ausência de serviços públicos adequados nesses espaços, a regularização fundiária pode se constituir, segundo Gonçalves (*op.cit.*), em um elemento imprescindível para se materializar o direito à moradia, integrando-o ao leque mais amplo de direitos que constitui o direito à cidade. Nesse sentido, a regularização fundiária deve ser compreendida, como ressalta o autor, não somente como um meio de suprimir o *status* fundiário ilegal dos espaços favelizados, mas sobretudo como um meio de garantir a integração socioespacial das camadas mais desfavorecidas no tecido urbano.

Se foi justamente no intuito de garantir o seu direito à moradia e possibilitar a urbanização da localidade que os moradores da Vila Residencial reivindicaram a regularização fundiária, proponho examinar, a partir de agora, de que forma o processo se desenvolveu na prática e quais efeitos tem produzido na sua relação com a UFRJ.

### **5.5. O desfecho do drama**

Como havia alegado o Reitor, na ocasião do estabelecimento do acordo da UFRJ com o MC, para a regularização fundiária da Vila de fato ocorrer era necessária a sua aprovação pela instância máxima decisória da universidade, o Consuni, o que veio a acontecer pouco depois, na sessão do dia 21 de dezembro de 2006.

Em resposta ao processo nº 23079.047831/06-23 sobre a concessão de uso especial para fins de moradia em nome dos moradores da Vila Residencial da UFRJ, com base na Medida Provisória n 2.220, a resolução publicada pelo Consuni aprovou, por unanimidade, o parecer favorável da Comissão de Desenvolvimento. Ainda que um longo processo estivesse por vir, a aprovação da regularização fundiária anunciou o começo de um novo horizonte nas relações entre a Vila Residencial e a UFRJ, pois se

---

fazendo com que esses programas sejam muito mais bem-sucedidos em relação às políticas de urbanização do que em relação às políticas de legalização.

antes o Consuni foi o palco onde começou a se desencadear todo o drama social dos moradores, desta vez ele foi o espaço em que a crise pôde concretamente começar a se dissipar.

No início de 2007, o professor Aloísio Teixeira se reelegeu como Reitor, consagrando a sua gestão frente à comunidade acadêmica e aos moradores da Vila Residencial, que sentiam trilhar um caminho cada vez mais seguro.

Otimistas diante das possibilidades que o contexto atual abria no sentido de preservar sua permanência na localidade e garantir o acesso aos serviços públicos, os moradores elegeram, com 442 dos 471 votos, a chapa *Ousar para conquistar* nas eleições de 2007, consagrando igualmente a gestão anterior à frente da AMAVILA, já que muitos dos diretores permaneceriam na nova gestão<sup>204</sup>. Reeleitos, os membros da entidade logo trataram de modificar, mais uma vez, o seu estatuto, legitimando aquilo que passaria a ser, desde então, a sua principal finalidade:

a defesa intransigente do direito de moradia dos moradores da Vila Residencial - UFRJ, congregando seus associados para a defesa dos interesses comunitários, e promover atividades de caráter social, cultural, desportivo, assim como defender o meio ambiente ou qualquer interesse coletivo *lato sensu* (difuso, coletivo e individual homogêneo), realizando o direito essencial a uma qualidade de vida saudável<sup>205</sup>.

Enquanto aguardavam a liberação dos recursos para a regularização fundiária, os membros da AMAVILA começavam a estudar a legislação e estabelecer contatos com organizações não-governamentais, pesquisadores da universidade e técnicos da SPU que pudessem lhes ajudar a se qualificar para a inédita experiência. Em 19 de dezembro de 2007, foi publicada a Portaria nº682, aprovando a dotação de recursos do Ministério das Cidades em favor da UFRJ, no valor de R\$50.000,00, para “viabilizar atividades específicas de regularização fundiária da comunidade Vila Residencial” (SPU, 2007).

Paralelamente, no contexto universitário, o debate iniciado na gestão anterior sobre as transformações de que a instituição necessitava começava a ganhar força e concretude com o processo de formulação do novo Plano Diretor da UFRJ.

---

<sup>204</sup> A chapa vencedora era composta por: Cláudio Corrêa da Silva, Joana Angélica Pereira, Marcello Cantizano dos Santos, Rafael Vargas Coelho, Vera Valente de Freitas e Wagner Vinícius Neves da Silva.

<sup>205</sup> Artigo 4º do Estatuto da AMAVILA, de 01 de setembro de 2007.

Diante do diagnóstico produzido pelo Plano de Desenvolvimento Institucional encaminhado, em 2005, pelo Reitor à comunidade universitária, apontando a fragmentação como um dos principais obstáculos a serem enfrentados, o Programa de Reestruturação e Expansão, aprovado em outubro de 2007, buscou justamente delinear caminhos que contemplassem a integração universitária como prioridade tanto na estruturação institucional quanto nas concepções pedagógicas. Dentre uma das propostas aprovadas pelo Consuni estava a atualização do Plano Diretor de ocupação da Cidade Universitária e o reordenamento espacial das unidades acadêmicas e administrativas (UFRJ, 2009).

A relevância que o Plano Diretor assumiria nesse período - expresso na grande difusão dada pela imprensa universitária e pelo jornal sindical - residia, por sua vez, no desejo de se consolidar uma universidade pública, de qualidade e democrática, mas também engajada na construção de um país que contemplasse a autonomia científico-técnica, a justiça social e a responsabilidade ambiental. Em outras palavras, o Plano Diretor significaria

expressão e projeção, no tempo e no espaço, de uma vontade coletiva, democraticamente construída, de fazer da UFRJ uma universidade contemporânea de seu próprio tempo, consciente dos desafios que lhe são lançados pelo desenvolvimento científico e tecnológico, assim como por uma sociedade que traz as marcas tanto da condição periférica à globalização quanto de perversas e inaceitáveis desigualdades e injustiças (UFRJ, 2009).

A exemplo das antigas comissões instauradas, ao longo dos anos 1950, para elaborar o projeto de construção da Cidade Universitária, o Reitor instituiu, em janeiro de 2008, o Comitê Técnico do Plano Diretor (CTPD), composto por professores de diferentes unidades da UFRJ e presidido por Pablo Cesar Benetti<sup>206</sup>. O primeiro passo nos trabalhos do CTPD foi a definição e a aprovação, pelo Consuni, das diretrizes gerais do plano, dentre as quais merecem ser destacadas (UFRJ, 2008: 10):

- **A dupla dimensão da integração:** integração interna da UFRJ e a integração da UFRJ com a cidade (e, por extensão, ao Estado e ao país);

---

<sup>206</sup> Além dele, compuseram o comitê os professores Carlos Bernardo Vainer (IPPUR), Ivana Bentes Oliveira (ECO), Luiz Pinguelli Rosa (COPPE), Roberto Lent (CCS) e João Ferreira da Silva Filho (CCS).

- **Visão de conjunto dos espaços e edificações disponíveis:** visão integrada do patrimônio fundiário e edificado da UFRJ, preservando sua integridade e inalienabilidade;
- **Horizonte de longo prazo:** estratégias e definições para o horizonte 2020, com metas intermediárias para os anos de 2012 e 2016.

Conforme estabelecido pelas diretrizes, o Plano Diretor deveria constituir um conjunto que articulasse o Plano de Desenvolvimento da Cidade Universitária, o Plano de Ocupação e Uso da Praia Vermelha e o Plano de Ocupação e Uso das Unidades Isoladas, ainda que tenha concentrado inicialmente sua atenção no *campus* da Ilha do Fundão pela sua dimensão e importância como eixo estruturante do Plano Diretor como um todo. Por serem diretamente afetados pela reestruturação espacial da Cidade Universitária, os representantes da Vila Residencial participariam de todo o ciclo de discussões iniciado em torno da Proposta Preliminar do Plano Diretor formulada pelo CTPD, inclusive do Conselho Participativo criado para promover o diálogo sistemático com órgãos governamentais e representações da sociedade civil.

Nesse ínterim, o então gerente de projetos que acompanhava, desde o início, o processo de regularização fundiária da Vila Residencial, Sérgio Andréa, deixou o Ministério das Cidades para ser nomeado secretário executivo da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH), chefiada por Benedita da Silva no início do primeiro governo de Sérgio Cabral (2007-2010).

Ao tomar posse, Sérgio Andréa logo se deparou com o projeto da SEASDH de empreender uma política integrada de promoção da cidadania através da criação de espaços nos quais fossem oferecidos serviços como emissão de documentos, mediação de conflitos, balcão de empregos, núcleos de informática, cursos de qualificação profissional e atividades culturais para jovens em situação de vulnerabilidade social: os chamados Centros de Referência da Juventude (CRJ's)<sup>207</sup>. Com esse novo projeto em vias de ser implantado e a preocupação em fazê-lo com pessoal qualificado, evitando transformar estes espaços institucionais em “condomínios”, ocupados de forma

---

<sup>207</sup> Em muitas localidades, os CRJ's substituiriam os antigos Centros Comunitários de Defesa da Cidadania (CCDC's), criados durante a segunda gestão do governador Leonel Brizola (1990-1994), e as Casas da Paz, criadas durante a gestão da governadora Rosinha Garotinho (2003-2007), ambos construídos em áreas favelizadas da região metropolitana do Rio de Janeiro com o objetivo de assegurar direitos básicos de cidadania, prevenindo a violência e a criminalidade nestes espaços.

fragmentada por diversas organizações não-governamentais, Sérgio Andréa convidou a equipe do Programa Inclusão Social - Vila Residencial da UFRJ a adaptar os projetos de extensão ali desenvolvidos às vinte e uma áreas a serem atendidas pelos CRJ's na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Afinal, como disse em uma reunião realizada no Palácio Guabanara, acreditava que “o que faz um projeto ser grande não é um profeta, mas a soma e a unificação dos trabalhos”.

A proposta, que foi sendo delineada após muitas reuniões com os integrantes do programa e membros da AMAVILA, era de que a equipe da UFRJ emprestasse o seu conhecimento e a sua experiência para a constituição desses centros em outras localidades do Rio de Janeiro, em troca de recursos financeiros que pudessem contribuir para o fortalecimento das ações do programa na própria Vila Residencial, tanto através da concessão de bolsas aos estudantes e auxiliares que trabalhassem nas outras localidades quanto propiciando a compra de material de consumo e equipamentos, além de subsidiar a almejada reforma da sede da AMAVILA, onde muitos dos projetos de extensão, sobretudo aqueles da área de saúde, desenvolviam suas atividades<sup>208</sup>.

Após ampla discussão da proposta entre os integrantes do programa, decidiu-se, num primeiro momento, que sete das dez equipes que atuavam na Vila Residencial<sup>209</sup> também desenvolveriam atividades nos três primeiros CRJ's a serem inaugurados, na Baixada Fluminense, dando início a uma série de reuniões e visitas aos municípios de Duque de Caxias, Belford Roxo e Mesquita, a fim de conhecerem a realidade local na qual suas atividades estariam inseridas.

---

<sup>208</sup> Do total de cerca de R\$400 mil, mais da metade dos recursos da SEASDH seriam destinados ao pagamento de bolsas de estágio através do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), sendo o restante repassado à UFRJ distribuído para a compra de material de consumo e permanente, incluindo, ainda, a taxa de administração da Fundação José Bonifácio (FUJB).

<sup>209</sup> Em 2008, passaram também a desenvolver projetos de extensão na localidade a Escola de Comunicação e a Faculdade de Letras. Posteriormente, a Faculdade de Medicina também se incorporou ao programa, através do projeto “Ambulatório de Prevenção e Promoção da Saúde”.



Parte da equipe da UFRJ visitando um dos CRJ's da Baixada Fluminense. No canto, à direita, a professora Selene Alves (de casaco verde) e a assessora especial da SEASDH, Daniela Mothci (de blusa branca). Foto: Leticia de Luna, 2008.

Com o objetivo de “criar um modelo de cooperação com moradores de espaços populares vinculados à SEASDH e a comunidade da Vila Residencial da UFRJ”, o Convênio de Cooperação Acadêmica e Intercâmbios Técnicos, Científicos e Culturais com a UFRJ contemplava os seguintes subprojetos:

- Diagnóstico e Elaboração de Projetos na área de Arquitetura e Urbanismo (FAU)
- A Família como Unidade de Serviço em um Programa de Atenção à Saúde da Comunidade (EEAN)
- Gerenciamento de Resíduos Sólidos Residenciais: minimização de desperdício de alimentos e melhoria da qualidade de vida (INJC)
- Diagnóstico e Promoção Nutricional e de Saúde dos Idosos (INJC)
- Fala, Comunidade! Mostra a tua cara! (ESS)
- História de Morador, Histórias de Ocupação: etnografia em assentamentos de baixa renda no município do Rio de Janeiro (IFCS)
- Inclusão Digital e Informática para a Educação (Escola Politécnica)

Embora o convênio tenha sido assinado no final de 2007, apenas em abril de 2008 parte dos recursos da SEASDH foram liberados para as equipes darem início às atividades. Nesse novo contexto, entretanto, os prédios recém-construídos na Baixada

Fluminense já haviam sido “tomados”, numa disputa política, pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para implantação de um de seus projetos, obrigando a equipe da UFRJ a direcionarem suas atividades para outras localidades do Rio de Janeiro nas quais os CRJ’s ainda seriam instalados: Jacarezinho, Maré (Zona Norte), Cidade de Deus, Vila Paciência (Zona Oeste) e Chapéu Mangueira (Zona Sul)<sup>210</sup>. Como antes, a mudança deu início a uma nova série de visitas da equipe da UFRJ às localidades onde atuaria.

A parceria entre a UFRJ e a SEASDH, tendo a Vila Residencial como ponto de conexão, foi lançada oficialmente em evento realizado no Salão Nobre do CCMN, no qual estiveram presentes a secretária estadual de Assistência Social e Direitos Humanos, Benedita da Silva, o reitor Aloísio Teixeira e a superintendente geral da PR-5, Isabel Cristina Alencar de Azevedo. Ao debaterem o fortalecimento da articulação entre as universidades e as diferentes esferas do poder público, Benedita indicou que a SEASDH buscava complementar suas atividades com o conhecimento produzido por iniciativas prósperas como as desenvolvidas na Vila Residencial: “Quando a universidade vai à comunidade e a comunidade vai à universidade, aí trabalhamos com a realidade; unimos a teoria à prática”. O reitor, por sua vez, ressaltou a importância das atividades de extensão para integrar a universidade à sociedade. “Nos defrontamos com os muros da universidade e vimos que há todo um mundo além deles. O que nos permite ver isso é a extensão”, disse o reitor, indicando que a visita de Benedita permitia-lhes “retomar o fio da meada, que perdemos por diferentes motivos”. Na mesma direção, Isabel destacou a relevância da iniciativa, afirmando que o desafio da PR-5 é justamente articular a extensão universitária com as políticas públicas governamentais (Franco, 2008).

Nascia, assim, o *Projeto Inclusão Social - Vila Residencial da UFRJ/Centros Comunitários de Defesa da Cidadania/Casas da Paz*, que envolveria, ao longo de um ano, dezenas de professores, estudantes e técnicos da UFRJ, estudantes e colaboradores externos, além de moradores da localidade.

---

<sup>210</sup> Com exceção da favela do Chapéu Mangueira, no Leme, em todas as demais localidades os CRJ’s seriam implantados nos prédios dos antigos CCDC’s e Casas da Paz existentes. Em geral, cada subprojeto passou a atuar em duas ou três destas localidades.

Enquanto isso, na Vila Residencial, a liberação dos recursos do Ministério das Cidades dividia a atenção dos integrantes da AMAVILA para a implantação do plano de trabalho com fins à regularização fundiária da localidade, que previa, no prazo de um ano, as seguintes atividades:

ETAPA	ATIVIDADES	DURAÇÃO
Mobilização comunitária	Divulgação na comunidade dos benefícios da regularização fundiária/ elaboração de cartilhas/ realização de reuniões por quadra/ realização de assembléias gerais	Mês 1 a mês 3
Levantamento cartográfico	Levantamento em meio digital da área destinada a Vila Residencial/ descrição dos limites/ delimitação das quadras	Mês 1 a mês 3
Cadastro social	Identificação de organização social/ recuperação da história da Vila e dos moradores/ levantamento de dados sobre o perfil da população/ ficha por residência	Mês 1 a mês 4
Cadastro físico	Levantamento casa a casa para cada quadra do assentamento/ elaboração de ficha padrão para cada residência.	Mês 2 a mês 5
Coleta de documentação	Coleta de documentos comprobatórios da relação de cada morador com o local / cópia dos documentos.	Mês 3 a mês 5
Discussão sobre os instrumentos de regularização	Discussão entre a comunidade e operadores do direito sobre as características e peculiaridades dos instrumentos de regularização fundiária indicados à situação.	Mês 5 a mês 6
Instrução dos processos	Organização do material necessário à instrução dos processos em favor das famílias. O material deverá conter, no mínimo: a) em relação ao assentamento: planta topográfica, quadro de áreas; memorial descritivo contendo origem e constituição da ocupação, além da descrição da organização social; b) em relação às famílias: cadastro social, croqui do lote, cópias dos documentos do beneficiado. Esta etapa finaliza com o protocolo dos processos instruídos junto aos órgãos públicos responsáveis pelos procedimentos da regularização fundiária.	Mês 5 a mês 12

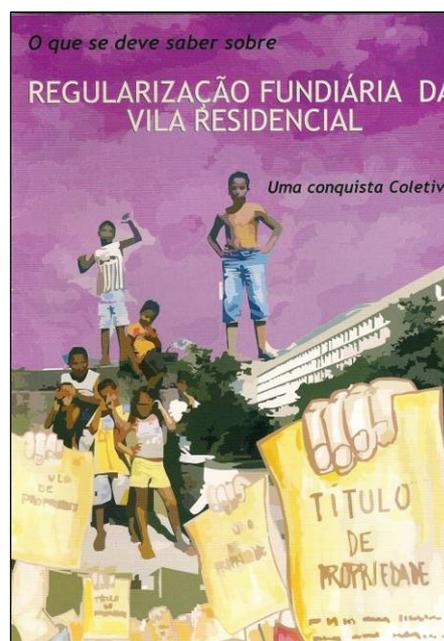
Com a liberação dos recursos, em meados de 2008 o programa de extensão produziu, através do projeto de Inclusão Urbana, a cartilha *O que se deve saber sobre a regularização fundiária da Vila Residencial*, com o objetivo de “informar à comunidade o que será feito e como serão as etapas desse processo, em que todos devem participar”<sup>211</sup>. Elaborado por uma equipe formada por seis estudantes da FAU, com a

<sup>211</sup> Texto de apresentação da cartilha, p.1.

colaboração de dois membros de outros projetos de extensão e quatro diretores da AMAVILA<sup>212</sup>, o conteúdo das vinte páginas da cartilha era dividido em duas partes, uma que apresentava ao morador, de forma bastante sintética, o percurso trilhado até ali e uma na qual se contextualizava o instrumento jurídico da regularização fundiária, apresentando todas as etapas que compreenderia o processo.

A primeira parte constava de uma apresentação de dados gerais sobre a Vila, um resgate da sua história a partir da construção da Cidade Universitária e do canteiro de obras da Ponte Rio-Niterói, seguida de uma rápida citação de que “mais recentemente houve ameaças de uma possível remoção”, para então destacar o posterior reconhecimento, no Consuni, da “legitimidade dos moradores tornarem-se proprietários de suas casas”.

Já a segunda parte, iniciada ainda na página 6, buscava, sem muitas palavras, traduzir para o morador o contexto do Movimento Nacional da Reforma Urbana que originaria, em 2001, o Estatuto da Cidade e a CUEM, que, por sua vez, permitiria a “regularização fundiária de ocupações em áreas públicas, como é o caso da Vila Residencial”. De forma didática e em linguagem acessível, explicava-se ao morador que “a CUEM destina-se exclusivamente à garantia da MORADIA”, incorporando os casos de imóveis de uso misto em que predomina a função residencial. Já nos casos de imóveis comerciais ou de uso não-residencial, como igrejas, templos e outros, o interessado não poderia receber a CUEM, mas “uma AUTORIZAÇÃO DE USO”. Na página 10, definia-se a regularização fundiária como



o processo que permite se obter um título de propriedade. Não é um processo muito simples, mas será muito importante e valerá para sempre. A AMAVILA ajudará a todos a seguir as instruções para que o título de propriedade seja entregue mais rapidamente. **Mas todos precisam colaborar e participar**<sup>213</sup>.

<sup>212</sup> Bruno Caio, Felipe Moulin, Maria Cecília Bodas, Gabriel Soares, Núbia França, Rodrigo Bertamé (bolsista FAU), Eduardo Lacerda (bolsista IFCS), Prof<sup>a</sup> Inês Maciel (ECO), Joana Angélica, Vera Valente, Marcello Cantizano e Rafael Coelho (AMAVILA).

<sup>213</sup> Grifos do original.

Após convocar o engajamento dos moradores, a cartilha prosseguia explicando as quatro etapas do processo: 1)- levantamento das casas, 2)- documentação, 3)- exame pela SPU e 4)- entrega dos títulos de propriedade. Por fim, destacava que “a regularização fundiária não termina aí”, mas que incluía ainda a melhoria do espaço urbano da Vila, através de duas outras ações: a “implantação de infraestrutura”, que compreenderia a instalação e reforma da rede elétrica, pavimentação das vias, rede de drenagem e esgotamento sanitário, e a “regularização urbanística”, que dotaria a localidade de uma legislação urbanística, criaria e melhoraria os locais públicos da localidade, como creche, área de lazer e posto de saúde. Se ambas, descreve a cartilha, dependeriam “da nossa capacidade de organização para levantar recursos junto aos órgãos públicos”, a regularização urbanística incluiria várias das propostas já elaboradas pelo projeto de extensão desenvolvido pela FAU na localidade, como a reforma da praça, a reforma da sede da AMAVILA e a construção de uma creche comunitária.

Além da elaboração e divulgação da cartilha, com apoio do MC e da SEASDH, a primeira etapa do processo de regularização fundiária compreendeu a contratação de um topógrafo para efetuar o levantamento cartográfico e a compra de equipamentos a serem utilizados para a realização dos cadastros, de acordo com a divisão de tarefas acordadas entre os integrantes do programa de extensão e os membros da AMAVILA. Assim, enquanto o cadastro físico das residências, incluindo a planta e a medição dos imóveis, ficou a cargo da equipe de estudantes da FAU coordenada pelos professores Pablo Benetti e Maria Julieta Nunes, a realização do cadastro social, incluindo o recolhimento de cópia dos documentos de identidade e comprovantes de residência dos moradores, ficou sob a responsabilidade da AMAVILA.

Para a realização do cadastro social, foi ainda elaborado um questionário com 36 questões a ser aplicado em todas as residências da localidade. Tais questões foram formuladas de modo a abranger não apenas informações gerais como idade, escolaridade e ocupação dos moradores, mas também sua situação econômica e social (aparelho domésticos existentes na residência, casos de deficiência entre os familiares, hábitos de lazer, interesses culturais, acesso a serviços de saúde, etc.), no sentido de se construir um banco de dados com o perfil da população que pudesse ser utilizado não só

para melhor encaminhar o processo de regularização fundiária, como também para subsidiar a futura elaboração de projetos e busca de parcerias com outras instituições.

Em junho de 2008, a AMAVILA selecionou quinze moradores da localidade para aplicarem os questionários, após serem treinados pela professora Maria Julieta e o técnico do Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ Sérgio Rocha. Enquanto a participação de Sérgio visava discutir o questionário e orientá-los a respeito do preenchimento da planilha de respostas, a professora da FAU visava muni-los de informações qualificadas sobre o processo de regularização fundiária, tratando das formas de acesso e legalização da moradia. Afinal, dizia ela, “todos vocês são moradores e, mesmo sem querer, participam desse processo”.

No contexto local, contudo, tanto os estudantes da FAU quanto os moradores contratados enfrentaram diversas dificuldades para realizarem os cadastros, pois, mesmo com a regularização fundiária oficialmente reconhecida, muitos moradores, após o trauma da ameaça de remoção, ainda se mostravam resistentes em ceder informações sobre sua família ou sua residência, demonstrando pouco interesse em colaborar com o trabalho dos cadastradores.

Em relação ao cadastro físico, a dificuldade residia ainda em localizar a pessoa responsável pelos imóveis vazios, alugados ou desocupados durante o dia, tendo em vista que os estudantes somente realizavam o trabalho durante o período de suas atividades habituais na universidade<sup>214</sup>. Em relação ao cadastro social, se, por um lado, este problema parecia não existir, uma vez que, sendo moradores, os cadastradores poderiam facilmente encontrar os responsáveis pelos domicílios à noite ou nos finais de semana, por outro, foi justamente essa condição que criou outras dificuldades. Tendo em vista que o trabalho era dividido por ruas e quadras, era comum, por exemplo, casos em que o cadastrador “não se dava” com um morador da área a ser por ele cadastrada, de maneira que ora seu vizinho desafeto recusava-se, por questões absolutamente pessoais, a colaborar com o trabalho ora o próprio cadastrador recusava-se a visitar a residência daquele pelo qual não nutria bons sentimentos, exigindo um constante rearranjo por parte da equipe.

---

<sup>214</sup> Para diluir esta dificuldade, agilizando o trabalho de descrição e medição de todos os imóveis, foram selecionados dez jovens moradores, que receberiam uma bolsa de R\$200,00 a R\$300,00 de acordo com o seu grau de instrução (ensino médio ou superior) para auxiliarem os estudantes da FAU durante os dois meses previstos.

Foi durante essa etapa de cadastramento que teve início também a reforma da sede da AMAVILA subsidiada com recursos da SEASDH, através do convênio firmado com a UFRJ, processo que, tal como a regularização fundiária, não transcorreu num vazio político. Ambos os processos foram afetados e afetados pela realidade local, perdurando mais tempo do que o previsto.

No caso da reforma do prédio da AMAVILA, as constantes paralisações da obra em decorrência de atrasos do repasse dos recursos e a lentidão burocrática de sua administração pela FUJB, fizeram com que o espaço, em estado quase de abandono, ficasse, num primeiro momento, sujeito ao mau uso por alguns moradores, que passaram a realizar, sobretudo à noite, atividades totalmente diversas das quais se destinava o local, como fumar maconha, praticar atos sexuais e despejar lixo, além de ter havido alguns casos de furto de materiais de construção ali estocados. Longe de representar um comportamento comum entre os moradores da localidade, tais situações expressavam, em certa medida, a sua frágil relação ainda mantida com a associação e o desconhecimento sobre os meandros que envolviam a reforma do prédio. Enredados nas fofocas que permeiam a vida social na localidade, membros da AMAVILA chegaram a ser acusados de estarem financiando obras em suas residências com parte dos recursos públicos. Não por acaso, conforme o processo avançasse, as fofocas se dissipariam, dando lugar à maior participação dos moradores nas assembléias e demonstração de respeito com o espaço construído para seu uso coletivo.

Ainda em 2008, a Vila Residencial também despertou a atenção de diversos candidatos que passaram pela Ilha do Fundão durante as eleições municipais. Além dos políticos oriundos da Maré, já acostumados a estender pelas adjacências suas campanhas eleitorais, visitaram a localidade os candidatos a prefeito do Rio de Janeiro Fernando Gabeira (PV) e Jandira Feghali (PCdoB).

Questionados sobre como tratariam, se eleitos, o problema da falta de saneamento e urbanização da Vila Residencial, Gabeira e Jandira, em entrevistas concedidas ao Jornal do SINTUFRJ, se comprometeram a buscar soluções. Com maior conhecimento de causa, Jandira assumiu o compromisso de propor mudanças no projeto de dragagem do Canal do Cunha, incluindo o saneamento de todas as comunidades que o circundam, e acelerar, em parceria com a União, a regularização fundiária da

localidade (Jandira..., 2008), motivo pelo qual os diretores da AMAVILA passaram a apoiar publicamente sua candidatura.

Mesmo sem ser eleita, as propostas de Jandira se concretizariam no ano seguinte, menos pelo comprometimento do novo prefeito, Eduardo Paes (PMDB), do que pelo engajamento político do grupo de moradores da Vila Residencial, que, paralelamente às atividades relacionadas à regularização fundiária e ao convênio com a SEASDH, participavam de variados fóruns de debates sobre o projeto de recuperação do Canal do Cunha, através dos quais conquistavam novos aliados, dando cada vez mais visibilidade pública à Vila Residencial e às suas demandas.

Como efeito desse processo, pouco depois das eleições foi publicada a matéria do Jornal do Brasil (Linhares...2008) referida no capítulo anterior. Ao lado de fotos que mostravam ruas alagadas como expressão de “abandono” e a praça da localidade como “única opção de lazer”, a declaração do diretor da AMAVILA, Marcello Cantizano, enfatizava a abordagem da matéria:

Vivemos a oposição do luxo e do lixo. Vivemos sem nenhuma estrutura, no meio do lixo, enquanto aqui do lado se formam os maiores profissionais do país. A nós resta ficarmos sujeitos às doenças. Ninguém se responsabiliza pela vila. A prefeitura diz que não é responsável porque o terreno é federal e a universidade diz que não compete a ela as melhorias no local.

Ao lançar mão das expressões “lixo” e “luxo” para ressaltar o contraste existente entre a precariedade de infraestrutura da Vila Residencial e a excelência acadêmica da UFRJ, o morador parecia aludir ao tempo em que funcionava na localidade o antigo aterro sanitário do Distrito Federal, como se o “progresso” que intitula a matéria ainda não tivesse ali chegado, mas teria sido reservado apenas para a universidade.

Já a declaração do Prefeito da UFRJ, professor Hélio de Mattos Alves, ia na direção contrária ao remeter ao processo de regularização fundiária em curso na localidade e isentar a universidade de responsabilidade sobre a área:

Com a conclusão do processo, os moradores na vila terão que pagar IPTU, mas também poderão cobrar das autoridades os serviços públicos básicos. (...) Diferentemente do alojamento de estudantes da universidade, a UFRJ não pode interferir na vila, pois ela não pertence à instituição e só tem o nome da universidade por estar em seu terreno.

Como se pode ver, a posição da Prefeitura da UFRJ nesse momento diferia-se totalmente daquela apresentada anteriormente, quando se criou um setor exclusivo para tratar dos assuntos relativos à Vila Residencial. O discurso do prefeito, no entanto, não deixou de causar indignação entre os moradores. Logo após a publicação da matéria no *Jornal do Brasil*, algumas velhas tubulações de esgoto da localidade explodiram, inundando com dejetos sanitários várias ruas e residências. Na matéria publicada em seguida no *Jornal do SINTUFRJ* (Esgoto..., 2008), a moradora Marli Lima declarou-se inconformada com a atitude omissa da Prefeitura da UFRJ diante da situação calamitosa enfrentada pelos moradores:

O esgoto está estourando e invadindo nossas casas. Fezes bóiam entre os móveis. É desumano o que está acontecendo com a gente. O mais absurdo foi o prefeito Hélio declarar ao *Jornal do Brasil* que a Vila não pertence à UFRJ. Como ele pode dizer isso se foi a Universidade quem trouxe a gente pra cá?

Embora o prefeito tenha dito, em entrevista a mim concedida três meses depois, que 80% dos moradores são servidores da universidade, a gestão sobre a área escaparia da função institucional da Prefeitura, que, segundo ele, seria a de cuidar da manutenção do espaço físico e da segurança de todos os *campi* da UFRJ, não tendo, entretanto, poder de polícia para agir em casos como acidente de trânsito, tráfico de drogas, etc. Segundo o professor, se no passado a Prefeitura da UFRJ chegou a administrar a área, naquele momento a sua atuação restringia-se a “dar apoio” aos moradores em determinadas situações, como fazer a capina da praça e prestar serviço de transporte coletivo durante eventos esportivos ou culturais.

A Prefeitura não é responsável pela Vila, mas ela a apóia como pode, porque ela é muito carente. Nós cuidamos dos espaços acadêmicos da UFRJ. A Vila não é um espaço acadêmico, não é uma unidade acadêmica. (...) Eu vejo a Vila como um local, um bairro, que necessita com urgência efetivar sua regularização para que os poderes públicos na área federal, municipal e estadual, possam entrar com políticas públicas de saneamento básico, educação, urbanismo... A regularização fundiária é fundamental para que os próprios moradores possam cobrar dos poderes essas políticas, é um processo muito importante de cobrança. Eu gostaria que a nossa Reitoria, antes do fim do nosso mandato, fizesse.

Se para a Prefeitura da UFRJ o avanço do processo de regularização fundiária da Vila Residencial significava a isenção definitiva de qualquer responsabilidade sua sobre a área, para os diretores da AMAVILA ela devia responder pela gestão do espaço até a CUEM ser concluída e a área passar à administração da Prefeitura do Rio. Reconhecendo suas limitações, os diretores da AMAVILA, com o apoio dos coordenadores do programa de extensão, cobravam, por exemplo, providências da instituição para controlar as alterações nas estruturas dos imóveis e as construções irregulares na localidade, dificultando a posterior titulação. O trecho reproduzido abaixo do documento encaminhado ao Reitor e ao Prefeito da UFRJ no dia 15 de abril de 2008 ilustra claramente esse aspecto:

Tendo em vista a regularização de suas casas e com a perspectiva da melhora das mesmas, surgiu um movimento muito sadio de reformas e ou construção de mais cômodos das residências existentes. Nada seria de todo preocupante se estas obras fossem acréscimos dentro dos lotes já existentes e obedecendo ao perímetro permitido pela lei. No entanto, o que vem ocorrendo são obras irregulares que comprometem o processo em curso, além de acabar com uma uniformidade do arruamento existente. São escadas que pegam as calçadas, muros que dividem as calçadas de uma casa para outra, são terceiros andares sendo construídos, o que o terreno não suporta. Cabe resgatarmos que enquanto não for dada a regularização de fato da área a responsabilidade da mesma é da administração da UFRJ. Nesse sentido, fazemos aqui um apelo para que a Prefeitura da UFRJ notifique estas obras registrando que as mesmas não terão direito a regularização de suas casas podendo a universidade fazer a reintegração de posse deste terreno em questões.

Outro recurso utilizado pela AMAVILA para intimidar os moradores que, animados com a possibilidade de terem sua posse reconhecida, insistiam em realizar obras nos imóveis, foi a divulgação, nos pontos centrais de circulação da localidade, da ata de uma das reuniões realizadas na Gerência Regional de Patrimônio da União no Rio de Janeiro (GRPURJ), informando que “as obras irregulares, se estiverem em área pública, deverão ser removidas quando do advento da urbanização da área”<sup>215</sup>.

---

<sup>215</sup> Trecho final da ata da reunião realizada no dia 24 de outubro de 2008, com a presença do chefe do setor de regularização fundiária, de duas representantes da GRPURJ, de três representantes da AMAVILA e duas representantes do Projeto de Inclusão Urbana da UFRJ.

Diante das diversas dificuldades encontradas no processo de regularização fundiária, a AMAVILA também realizava assembleias gerais. Em um de seus informativos, a convocação dos moradores para a assembleia na qual se discutiria a finalização da primeira etapa expressava, em tom quase ameaçador, o desgaste já vivenciado pelos diretores da associação no final daquele ano:

Quem por ventura não fizer seu cadastro estará fora do processo e nós não nos responsabilizaremos por qualquer problema futuro que possa vir a ter. Anunciamos bem o processo, selecionamos e capacitamos pessoas da comunidade para fazer o cadastro físico (planta das casas) e social (recolhimento de comprovantes de residência e dependentes para ação de herança). Estamos nessa semana comunicando pessoalmente os que ainda não fizeram o cadastro. Assim que entregarmos os documentos à SPU (Secretaria do Patrimônio da União) não poderá mais ocorrer transação de passagem de casas em um período de cinco anos. Os casos que transgredirem esse processo não estarão respaldados por lei<sup>216</sup>.

A reduzida participação dos moradores e a falta de reconhecimento do trabalho incessante dos diretores compunham, aliás, a tônica de quase todas as assembleias da AMAVILA realizadas em 2008. Em uma delas, a diretora Vera Valente queixava-se do excesso de cobranças sobre a AMAVILA em relação ao pouco envolvimento dos moradores no processo: “gostando ou não da associação, o processo de regularização fundiária em áreas como a nossa deve passar pela associação”. A diretora Joana Angélica, por sua vez, complementava, em tom de desabafo, a fala de Vera: “as pessoas querem que a gente esteja disponível 24 horas, mas uma associação para funcionar precisa dos associados, precisa ter a retaguarda dos moradores. Às vezes a gente até pensa em desistir, mas o barco está em alto mar, não tem como voltar”<sup>217</sup>.

Apesar do intenso desgaste, que também passou a se refletir nas reuniões do programa de extensão, os diretores da AMAVILA tinham muitas razões para mostrarem-se otimistas em relação ao ano seguinte.

Paralelamente ao andamento do processo de regularização fundiária, 2009 começou com a concretização da parceria com a FAU, o Parque Tecnológico e a

---

<sup>216</sup> Informativo distribuído na localidade convocando para a assembleia do dia 15 de novembro de 2008.

<sup>217</sup> Assembleia realizada no dia 29 de novembro de 2008.

Petrobras para a construção das novas residências da Vila dos Solteiros<sup>218</sup> e a inclusão da Vila Residencial no projeto de revitalização e recuperação do Canal do Fundão, no qual se previa a drenagem pluvial e a instalação de 250m de rede de esgoto e 3.850m de rede de distribuição de água na localidade.

Em relação às novas moradias dos quase cinquenta moradores da Vila dos Solteiros, após a anulação, por preços abusivos, de uma licitação realizada ainda em julho de 2008, foi feita uma revisão do projeto elaborado pela equipe da FAU a fim de diminuir os custos da obra, até uma empresa construtora ser contratada, por meio de nova licitação, iniciando três meses depois o serviço.

Em relação ao projeto de revitalização e recuperação do canal, as obras foram iniciadas em fevereiro de 2009. A solenidade realizada no canteiro da Ilha do Fundão contou com a participação dos ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Márcio Fortes (Cidades), do prefeito Eduardo Paes, do presidente do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) Luiz Firmino Martins, do presidente da CEDAE Wagner Victor e de dezenas de outras autoridades, além de representantes da Petrobras e da UFRJ. O discurso do governador Sérgio Cabral na ocasião evocou tanto os ganhos sociais quanto políticos da iniciativa, destacando sua preocupação em atender às exigências internacionais para que a cidade possa sediar os Jogos Olímpicos em 2016:

Queremos transformar este anticartão postal do Rio, de inundação e mau cheiro que é o Canal do Fundão, atualmente com apenas 40 cm de profundidade. A recuperação do Canal do Fundão não representará ganhos apenas para o meio ambiente. Também propiciará melhoria da qualidade de vida para a população. Além disso, sua recuperação é um pré-requisito para que a cidade possa disputar a chance de sediar as Olimpíadas de 2016<sup>219</sup>.

A despeito do que aconteceu com a família Silva, em que a candidatura da cidade como sede dos Jogos Olímpicos de 2004 teria sido uma das motivações para a

---

<sup>218</sup> A parceria foi firmada a partir da seguinte divisão de funções: o projeto arquitetônico foi desenvolvido pela equipe de estudantes de arquitetura da UFRJ que já atuava em atividades de extensão na Vila, os recursos para as obras foram pagos pela Petrobras sob a forma de compensação por multas ambientais na região e a realização das obras ficou a cargo de uma construtora licitada, sob a supervisão de técnicos do Parque Tecnológico.

<sup>219</sup> Notícia divulgada no dia 09 de fevereiro de 2009 no *site* da Secretaria do Ambiente: [http://www.ambiente.rj.gov.br/pages/imprensa/detalhe\\_noticia.asp?ident=588](http://www.ambiente.rj.gov.br/pages/imprensa/detalhe_noticia.asp?ident=588)

tentativa de desocupar a área, esse novo contexto social e político seria favorável para a permanência dos moradores na Vila Residencial.

No segundo semestre de 2009, ao mesmo tempo que viam avançar as obras de construção das novas residências da Vila dos Solteiros e de despoluição do canal, alguns diretores da AMAVILA começavam a coletivizar e discutir as ações em curso na localidade com integrantes da organização local Olhar do Mangue e outros moradores interessados, constituindo o que ficou conhecido como Movimento Pró-Vila.

Paralelamente, continuavam a participar dos debates e oficinas temáticas realizadas na UFRJ acerca do Plano Diretor 2020. Foi assim que conseguiram ter suas reivindicações incorporadas ao projeto, de modo a promover “as transformações necessárias para uma Vila saudável e sustentável e fazendo justiça corrigindo o passivo acumulado por muitos e dolorosos anos”<sup>220</sup>. Um dos artigos do capítulo referente à política de residência universitária da proposta final do Plano Diretor (UFRJ, 2009: 35) anunciava explicitamente o apoio à regularização fundiária da localidade e o seu reconhecimento como um bairro integrante da Cidade Universitária:

É necessário, e mesmo urgente, levar adiante a incorporação da Vila Residencial ao espaço e convívio da CidUni. Nesta direção, dever-se-á promover a regularização fundiária e fazer deste núcleo um bairro, ele também, de nossa Cidade Universitária. Uma atenção particular deve ser consagrada para assegurar que todas as redes de infraestrutura e serviços – transporte público, ciclovias, saneamento básico, transmissão de dados, etc. – atendam de maneira integral e integrada à Vila Residencial. Como parte da CidUni, a Vila Residencial deverá ter acesso a equipamentos culturais e esportivos, assim como a comércio e serviços em geral.

Apesar das diversas dificuldades enfrentadas<sup>221</sup>, o final de 2009 seria marcado também pela confirmação do interesse da SEASDH em renovar o convênio firmado com a UFRJ, através do programa de extensão, possibilitando novos investimentos nas atividades de extensão desenvolvidas na Vila Residencial.

---

<sup>220</sup> Proposta da AMAVILA para o Plano Diretor UFRJ 2020, 24/09/2009.

<sup>221</sup> Problemas sobretudo gerenciais e financeiros, que resultaram em atrasos no pagamento das bolsas pelo CIEE, no repasse dos recursos por parte da SEASDH e na sua aplicação pela FUJB, atrasando enormemente a conclusão da reforma da sede da AMAVILA.

As diversas conquistas obtidas pelos moradores desde a aprovação da regularização fundiária puderam ser celebradas num grande evento realizado nos dias 28 e 29 de novembro de 2009, a *I Mostra Cultural da Vila Residencial*.

Realizado pela coordenadoria de extensão do CLA, em parceria com a AMAVILA, a organização Olhar do Mangue e o Laboratório de Informática para a Educação (LIpE), o evento tinha como objetivo articular “as iniciativas que já acontecem na Vila com os saberes e fazeres artísticos da Universidade e das comunidades da Maré e São João de Meriti”, promovendo atividades de música, dança, teatro, poesia, artes visuais, entre outras<sup>222</sup>. Como a maior parte dos eventos sociais e culturais realizados na localidade, as atividades da mostra concentraram-se numa grande tenda montada na praça, em frente à igreja católica.

Buscando construir um movimento cultural amplo e autônomo dos moradores da Vila, a proposta dos idealizadores assentava-se na concepção de que “a Arte é uma forma de ver o mundo e expressar sonhos de uma vida que pode ser outra. Faz parte de cada um e resgata a capacidade de ver, ouvir, falar, se emocionar, refletir, questionar, interagir”<sup>223</sup>. Nesse sentido, pode-se dizer que, da parte dos integrantes da AMAVILA e do programa de extensão participantes, o evento também tinha um cunho político, pois visava sensibilizar os moradores a respeito das mudanças em curso na localidade, conquistando e fortalecendo o seu apoio. Não por acaso, além de representantes da UFRJ, foram convidados para o evento tanto o secretário executivo da SEASDH quanto o ministro das Cidades.

Enquanto Sérgio Andréa esteve presente no primeiro dia do evento, juntamente com duas de suas assessoras, para prestigiar a inauguração do Centro Comunitário da AMAVILA subsidiado com recursos provenientes do convênio entre a SEASDH e a UFRJ, Márcio Fortes esteve no segundo dia para verificar o andamento do processo de saneamento da localidade<sup>224</sup>.

---

<sup>222</sup> Texto do folder de divulgação da I Mostra Cultural da Vila Residencial.

<sup>223</sup> *Id.*

<sup>224</sup> Assim como Sérgio Andréa, esta não era a primeira vez que o ministro visitava a Vila. Morador da cidade, já tinha visitado a localidade quando estava a caminho do aeroporto, pouco depois, aliás, de ter descoberto que seu motorista, Haroldo Henrique das Chagas, havia vivido no local no início dos anos 1970, quando trabalhava como motorista do presidente da ECEX. Ao conhecer Joana Angélica, o motorista também acabou se tornando um aliado importante dos moradores, fortalecendo sua relação direta com o ministro.

Em ambas as ocasiões, os diretores da AMAVILA agradeceram publicamente seu apoio, aproveitando para apresentar novas solicitações. Para o secretário executivo da SEASDH, pediram sua ajuda para solucionarem, junto à Light e à CEDAE, problemas de energização e abastecimento de água das novas residências construídas para os moradores da Vila dos Solteiros, além de auxiliar no contato com o secretário municipal de Habitação para negociarem obras de infraestrutura na localidade. Para o ministro, solicitaram a complementaridade do saneamento básico, considerando o sistema separador de drenagem pluvial, controle das enchentes e pavimentação das ruas, “de forma que haja melhorias sanitárias e ambientais sustentáveis na Vila Residencial”.

Após o diretor Marcello Cantizano ler o documento a ser entregue ao ministro, uma criança pediu o microfone e disse, perante o grande número de moradores que assistiam o que se passava no palco principal: “ministro, a gente precisa muito de você”. Como um ritual, o evento transcorria como se tudo tivesse sido previamente ensaiado.



Nas imagens acima, algumas das atividades realizadas no evento: oficina de grafite no muro que separa a localidade do Parque Tecnológico e oficina de cerâmica. Na imagem abaixo, da direita para a esquerda, à frente: Verinha, Joana, Moacir, o ministro Márcio Fortes, o motorista Henrique e a professora Selene. Atrás, Rejane, professor Alexandre Pessoa e Marcello Cantizano. Fotos: Leticia de Luna, 2009.

Nos intervalos das atividades, as caixas de som tocavam o samba recém-composto por Moacir Gadelha, resgatando a história da localidade e exaltando seu momento atual:

Vila Residencial  
Investe no clamor da sua voz ô ô  
Para nós a luta continua  
Só devemos calar se alguém escutar, intervindo por nós

Crescemos!  
Crescemos com a universidade  
Construindo os alicerces do saber  
Nossa história se confunde de verdade  
Em tempo algum não se tem como esquecer

Surpreendido um dia fomos obrigados  
Concentrar moradia num mesmo lugar  
E defendendo o nosso pão de cada dia  
Hoje em harmonia todos queremos ficar

Regular!  
Regularização fundiária  
Não brinque com nós de pique esconde  
Para todos moradores és um sonho  
Um sonho lindo... que já vem de muito longe

No dia seguinte, o estado geral dos participantes do evento era de satisfação plena. Numa mensagem eletrônica coletiva, a professora Selene assim escreveu suas impressões sobre “a festa”<sup>225</sup>:

Prezadas parceiras e prezados parceiros,  
Vivemos momentos de grande emoção neste fim de semana. Nunca eu tinha me sentido e nem me percebido com tudo o que eu vi. Pessoas dançando, cantando, orando, sorrindo, chorando de emoção e aplaudindo seus filhos, seus netos, seus conhecidos a cada apresentação. Eu só vi a admiração dos olhos brilhantes e emocionados no rosto de cada um de nós quando no palco as pessoas se expressavam. Eu vi diversas manifestações de arte, cultura e de valores da comunidade que eu desconhecia. Eu senti que para muito além muitos anônimos participaram da festa e fizeram a festa

---

<sup>225</sup> Mensagem enviada a todos os integrantes do programa de extensão no dia 1 de dezembro de 2009.

acontecer. Eu vi pessoas de religiões opostas se congratulando. Eu vi os jovens do hip-hop serem aplaudidíssimos e a Camila [uma moradora transexual] com a sua beleza exuberante se sentindo acolhida e admirada. Eu vi os jovens poetas da comunidade exaltando o amor. Eu só vi e senti aconchego, carinho, respeito e porque não dizer a amizade. Eu vi cada um de nós se esmerando e se empenhando em fazer o que era importante fazer naquele momento. Ninguém vacilou. Ninguém também combinou o que cada um deveria fazer. Se combinasse não daria tão certo. E aí com meu coração cheio de emoção eu diria: benditos aqueles que são comprometidos com a vida; benditos aqueles que conseguem desprezar e pisotear os preconceitos; benditos todos nós por tudo isto. Me despeço com muito carinho e proveito para deixar um pensamento de Paulo Freire: "Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda".

Para os moradores que participaram da organização do evento, as palavras de Selene traduziam perfeitamente também suas impressões. Para Rejane Gadelha, a mostra não representou nem o início nem o fim do trabalho do grupo, mas “fez com que melhorássemos nós mesmos”<sup>226</sup>. Já para Marcello Cantizano, o evento superou as expectativas mais otimistas, representando “mais um passo em direção à emancipação, no sentido *lato*, da querida Vila Residencial”<sup>227</sup>.

O clima de harmonia e realização que predominou durante a mostra cultural seria, no entanto, interrompido no mês seguinte, quando a Vila Residencial foi abatida por uma enchente que transtornou totalmente a vida dos moradores, trazendo à tona as marcas de um passado que acreditavam estar sendo apagado de sua história.

O prolongado temporal que castigou toda a cidade começou nas primeiras horas do dia 31 de dezembro, data em que os moradores celebrariam a chegada de um promissor ano novo para a localidade<sup>228</sup>. Como das outras vezes, os mais afetados foram os moradores da Vila dos Solteiros, que ainda permaneciam em suas moradias na Rua das Papoulas, aguardando a autorização para ocupar as novas residências, concluídas nove meses depois do início das obras. Acordados com o nível de água na altura dos

---

<sup>226</sup> Mensagem coletiva encaminhada por Rejane Gadelha no dia 2 de dezembro de 2009.

<sup>227</sup> Mensagem coletiva encaminhada por Marcello Cantizano dia 2 de dezembro de 2009.

<sup>228</sup> De acordo com divulgação nos jornais, o Rio de Janeiro registrou, nesse único dia, o maior volume de chuva em pelo menos 44 anos, causando estragos, deslizamentos e mortes em vários locais da região metropolitana, atingindo sobretudo as zonas Oeste e Norte da capital e a cidade de Niterói.

joelhos, vendo a chuva cair sem trégua e parte do aterro do Parque Tecnológico deslizando em direção às suas residências, os moradores começavam a contabilizar a perda de móveis e aparelhos domésticos – muitos recém-comprados para equipar a nova moradia – quando resolveram pedir ajuda aos diretores da AMAVILA. Constatando a emergência da situação, estes pediram abrigo para os moradores nas igrejas locais e bloquearam o acesso da Rua das Papoulas com galhos de árvores e um sofá velho, impedindo o trânsito de veículos, inclusive do ônibus da UFRJ. Da Defesa Civil, ouviram que, tendo em vista a situação de calamidade instalada em toda a cidade, teriam que entrar numa “fila de prioridades” para serem atendidos. Ao contatarem o Prefeito da UFRJ, ele, mesmo estando fora da cidade, autorizou a “ocupação pacífica” das novas residências pelos moradores, que nesse momento de urgência receberam as respectivas chaves.

Aflitos, os moradores atravessaram o campo carregando alguns pertences sobre os ombros, rumo às novas residências. Para sua maior indignação, diversos problemas (infiltrações, goteiras, janelas emperradas, etc.) também foram identificados nas residências recém-construídas e pretensamente mais seguras. Conforme os imóveis iam sendo ocupados, membros da AMAVILA registravam, com caderno e máquina fotográfica, os problemas encontrados. Após o triste *réveillon*, encaminharam o relatório aos técnicos do Parque Tecnológico responsáveis pela fiscalização das obras, cobrando a imediata correção das falhas cometidas pela construtora. A indignação dos moradores com a qualidade da obra foi expressa pouco depois em faixas erguidas sobre o painel de divulgação da Mostra Cultural ainda exposto na entrada da localidade e sobre a fachada das novas residências como forma de denunciar o tratamento desrespeitoso não apenas em relação aos moradores da Vila dos Solteiros, mas à toda a localidade: “A Vila merece respeito. Exigimos moradia digna já”.



Faixas de protesto exibidas na entrada da localidade e nas novas residências. Fotos: Leticia de Luna, 2010

Somente após a realização dos reparos exigidos os moradores puderam, meses depois, mudar-se definitivamente para as novas residências, as únicas da localidade que seguiam um mesmo padrão arquitetônico.

Embora o projeto elaborado pela equipe da FAU tivesse sido aprovado em assembléia pelos moradores, buscando contemplar suas principais demandas (preservação das diferenças de tamanho das edificações, das relações de vizinhança e da possibilidade de expansão futura das residências), as reações após a mudança definitiva foram as mais diversas. Enquanto alguns se diziam felizes por verem o sonho da nova moradia concretizado e com a esperança de dar fim aos transtornos provocados pelas enchentes, outros se diziam insatisfeitos com a estrutura física das residências, alegando que a anterior era, sob certos aspectos (dimensões, divisão dos cômodos, etc.), melhor para sua família.

Em ambos os casos, este deslocamento, por menor que fosse, implicava mudanças no estilo de vida dos moradores, seja pela adaptação ao novo espaço de moradia, seja pelo novo lugar que passaram a ocupar na Vila Residencial, mais próximos das demais residências, ou, ainda, pelo novo ângulo a partir do qual passaram a ver a localidade. Para Fátima e Brito, por exemplo, a nova moradia já lhes proporcionava fazer novos planos, como a construção de um “puxadinho” na área livre dos fundos para abrigar sua filha, com o genro e o neto, unindo ainda mais a família. Já para o senhor José Justino, que antes vivia em uma residência de dois cômodos com pouco mais de 20m<sup>2</sup> e passou a morar num lote em torno de 200m<sup>2</sup>, compreendendo

dois quartos, cozinha e banheiro, além do quintal, a melhoria na qualidade da moradia não deixou de vir acompanhada de certa tristeza por “perder” a mangueira que havia em frente à sua casa na Rua das Papoulas, da qual costumava cuidar, evitando que crianças pegassem as frutas antes de estarem maduras, e onde pendurava a tarrafa com a qual saía para pescar todas as tardes nas imediações do Parque Tecnológico.

Pouco tempo depois, as antigas residências começariam a ser demolidas por operários da firma contratada pelo Governo do Estado para realizar as obras de saneamento e urbanização da localidade. No lugar das casas de Fátima, José Justino e todos os outros moradores da Vila dos Solteiros, seria construída a adutora para a qual seria direcionado todo o esgoto produzido na localidade.

## **5.6. O começo do futuro**

Passado o conturbado episódio da enchente, o ano de 2010 na Vila Residencial seria afetado também por mudanças no contexto político decorrentes tanto das eleições estaduais quanto das eleições para a diretoria da Associação de Moradores.

No que se refere às eleições estaduais, embora o governador Sérgio Cabral fosse novamente candidato, a estrutura de seu governo sofreu muitas mudanças por conta da candidatura de alguns de seus aliados. Foi o caso de Benedita da Silva, que deixou o seu cargo à frente da SEASDH para tentar disputar uma vaga no Senado<sup>229</sup>, o que acabou gerando a destituição de Sérgio Andréa quando o novo secretário, Ricardo Henriques, assumiu a pasta.

Apesar de verem com maus olhos a saída de Sérgio Andréa, os diretores da AMAVILA e os integrantes do programa de extensão da UFRJ não viram todo o seu empenho com vistas a renovar o convênio desmerecido. Após meses de sucessivas adaptações às novas exigências burocráticas e com metade dos recursos inicialmente previstos, que desta vez passariam a ser administrados pela Fundação COPPETEC<sup>230</sup>, o

---

<sup>229</sup> Como resultado de disputas internas no partido, o PT acabou optando pela candidatura de Lindberg Farias ao senado, legando à Benedita a candidatura à deputada federal.

<sup>230</sup> A COPPETEC (Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos) é uma instituição de direito privado, sem fins lucrativos, destinada a apoiar a realização de projetos de desenvolvimento tecnológico, de pesquisa, de ensino e de extensão, da COPPE e demais unidades da UFRJ.

convênio foi renovado em fevereiro de 2010, com a participação de sete dos onze projetos de extensão atualmente realizados na Vila Residencial.

No que se refere às eleições para a AMAVILA, o processo ocorreria, entretanto, de modo ainda mais complicado. Nos dois anos de realização do trabalho de campo, tive a oportunidade de presenciar um processo de eleição que culminou na mudança da gestão à frente da AMAVILA.

No início de 2008, a Associação era comandada por quatro diretores: Vera Valente Freitas, Marcello Cantizano, Joana Angélica Pereira e Rafael Coelho. Todos, com exceção deste último, eram servidores da UFRJ e já participavam das quatro gestões anteriores. No balanço da gestão *Transformar para mudar*, apresentado pelos dirigentes, destacavam-se, entre as maiores conquistas no período de 2008 a 2010, a construção das novas residências para os moradores da Vila dos Solteiros, a conclusão do cadastro das residências e dos titulares com vistas ao andamento do processo de regularização fundiária e o estabelecimento do convênio com a SEASDH que possibilitou a almejada reforma do prédio onde se situa a sede da AMAVILA.

Com os desdobramentos do processo de regularização fundiária, os anos de 2008 e 2009 foram, como procurei mostrar, bastante turbulentos na Vila Residencial, exigindo cada vez mais dedicação e jogo de cintura por parte dos membros da AMAVILA. Ao mesmo tempo em que a localidade ganhou cada vez mais projeção política, o processo acabou por gerar e acentuar conflitos internos, levando à divisão dos diretores em chapas opostas na eleição de março de 2010. Nesta eleição, concorreram, num clima de tensão e acirrada disputa, as seguintes chapas:

A chapa 1, intitulada *Re-Nova-Vila* era composta pela então diretora Joana Angélica Pereira, pelo ex-presidente Francisco de Assis Freitas, mais conhecido como Assis, pelo motorista do ônibus da UFRJ José Rufino de Farias Neto e pelos jovens Edney Peixoto Gonçalves e Rodrigo de Azevedo, estes três candidatos pela primeira vez. Contando com o apoio do também ex-presidente da associação e atual diretor do SINTUFRJ Francisco de Assis, o Chiquinho, esta chapa defendia como principais propostas dar continuidade aos programas e projetos existentes, buscar novas parcerias com instituições públicas e privadas, lutar pelo retorno da guarita da entrada da localidade, oferecer acesso gratuito à internet e dar maior visibilidade à AMAVILA.

Já a chapa 2, intitulada *Responsabilidade Vila*, era composta pelo então diretor Marcello Cantizano, por Tílson Coelho, por José “Mestre”, por “Cida”, por Beto “Aranha”, por Djalma Júnior, pela jovem Thaís Christiane e por Carla Francisco de Oliveira, única representante da Vila dos Solteiros na eleição. Contando com o apoio da também diretora Vera Valente, que, após longos e fatigantes anos, optou afastar-se da direção da entidade, a chapa tinha como principais propostas dar continuidade ao processo de regularização fundiária e às obras de saneamento e urbanização da localidade, garantir que os problemas identificados nas novas residências da Vila dos Solteiros fossem solucionados, garantir que os programas e projetos de atuação na localidade tivessem uma maior participação e resultados para os moradores, e promover atividades ambientais de revitalização do mangue, com a participação dos moradores e a geração de oportunidades de emprego<sup>231</sup>.

Devido ao inusitado contato com o ministro no programa de rádio que gerou o salto no processo de regularização fundiária que andava adormecido, Joana Angélica, com seu jeito tímido e fala mansa, conquistou grande carisma entre os moradores. Ainda que não tivesse agido sozinha, seu protagonismo foi reforçado pela chapa 1, na qual era apresentada, num de seus panfletos, como “atual diretora da AMAVILA responsável pelo contato direto com o Ministro das Cidades, possibilitando assim maior peso no apoio para execução das obras na comunidade”. O destaque adquirido por Joana também resultou do fato dela ter sido escolhida pelos demais diretores para permanecer, de modo mais sistemático, na sede da AMAVILA atendendo os moradores e auxiliando as atividades das equipes de extensão, enquanto eles se dividiam para representar os interesses da localidade nas outras arenas públicas em que já estavam mais ambientados em função de sua experiência como militantes políticos e sindicais.

Longe de fortalecer o trabalho coletivo desempenhado pela diretoria, tal estratégia acabou, contudo, por reforçar fissuras entre seus integrantes, que passaram a ser alimentadas pelos inevitáveis canais de fofoca existentes na localidade<sup>232</sup>.

---

<sup>231</sup> Propostas divulgadas em panfletos distribuídos aos moradores durante a campanha eleitoral.

<sup>232</sup> Uma das fofocas que passou a circular e dividir o grupo era de que o Movimento Pró-Vila, do qual Joana deixou de participar após ser acusada pelos colegas de monopolizar informações, representaria a tentativa da organização Olhar do Mangue de controlar politicamente a AMAVILA, o que levou Vera Valente, por outro lado, a difundir na localidade um informativo rebatendo a acusação que pesava sobre o movimento.

A eleição ocorreu num sábado, dia 27 de março, e contou com uma das mais expressivas votações já realizadas. Motivados pelo início das tão esperadas obras de urbanização na localidade, os 686 moradores que compareceram às urnas elegeram a chapa 1 com 439 votos, contra 241 votos para a chapa 2, restando apenas 4 votos nulos e 2 brancos<sup>233</sup>. Na cerimônia de posse, que teve como convidados os coordenadores do programa de extensão, o discurso da nova diretoria, lido por Francisco de Assis, enfatizou a conjuntura especial que a localidade estava vivendo:

Ficamos felizes por estar vivenciando esse momento único de democracia e participação que foi a eleição com a chapa 1 e a chapa 2. Isto é história, mudança, que traz consigo seu referencial, que vem de encontro com a transparência, a responsabilidade, a unidade e a boa vontade de todos. (...) Todos nós, componentes da Re-Nova-Vila, vamos desempenhar o máximo pela nossa comunidade. (...) Estamos tomando conhecimento da situação da comunidade e agradeço desde já aos companheiros da diretoria anterior pela disponibilidade que tem nos prestado em relação a mesma. Finalizamos, deixando nosso grande estima e carinho que temos pela comunidade. Com certeza, obstáculos foram muitos, mas não deixamos de acreditar em dias melhores. Mas isso só é possível através do diálogo e do entendimento entre as pessoas. Meu muito obrigado.

O contexto de mudança ao qual todos os participantes da cerimônia se referiram estava, de fato, ligada ao início das obras de saneamento e urbanização da localidade. Apesar dos diversos transtornos que as obras de drenagem nas ruas causavam em seu cotidiano, os moradores passaram a mostrar-se cada vez mais interessados pelas ações desenvolvidas, exibindo um otimismo nunca antes visto com relação ao futuro da Vila Residencial.

A mobilização coletiva passou a ser, aliás, a ênfase da primeira audiência pública realizada, em maio, na localidade, com representantes da AMAVILA, da Secretaria Estadual do Ambiente, da Construtora Queiroz Galvão e da UFRJ sobre o andamento das obras. Diferentemente do discurso do governador proferido na solenidade de inauguração das obras de despoluição do canal, o discurso das autoridades presentes destacava a necessária participação dos moradores no processo e sua responsabilidade na manutenção das obras, identificando-se a necessidade de

---

<sup>233</sup> Para se ter uma idéia, n momento delicado em que Alexandre foi eleito presidente da associação, compareceram às urnas apenas 218 moradores.

provocar uma verdadeira “mudança na cultura local”. Mas para essa mudança acontecer, enfatizava o Reitor da UFRJ, “os moradores precisam ver isso como uma coisa deles”.



A Rua das Rosas, antes e depois das obras de drenagem e pavimentação. Fotos: Leticia de Luna, 2010.

No mês seguinte, outra solenidade marcaria o início da segunda etapa das obras no canal, incluindo as obras de saneamento e urbanização da Vila Residencial. Desta vez, a AMAVILA também foi convidada, estando representada no palanque por Joana Angélica. Após destacar algumas das mais recentes conquistas da Vila Residencial, como o processo de regularização fundiária e a inclusão da localidade na proposta do Plano Diretor da UFRJ, em seu discurso – o mais longo e emocionado de todos - Joana agradeceu ao governador as tão sonhadas benfeitorias, sem deixar de cobrar outros investimentos na localidade:

O que presenciamos aqui é a concretização de um sonho que está por se realizar com a presença efetiva do poder público planejando e executando ações sociais de grande porte. Esperamos por este momento há muito tempo. As obras de saneamento já iniciadas contemplam o desejo dos moradores de ver resolvido problemas de esgoto, drenagem, urbanização e pavimentação da Vila. Essa obra já proporcionou a contratação de muitos pais de família e de jovens que se encontram desempregados. Precisamos urgentemente de uma creche, da construção de áreas de esporte e de lazer, de praças, de área de convivência para os idosos e fundamentalmente de um posto de saúde. Há ainda a necessidade de políticas públicas na área da educação e qualificação profissional e programas de geração de trabalho e renda. (...) Mais uma vez muito obrigada!



Joana lê seu discurso ao lado do governador Sérgio Cabral, assistida pelo vice-governador Luiz Fernando Pezão e o reitor da UFRJ Aloísio Teixeira, entre outros. Foto: Jornal do SINTUFRJ, 2010.

Ao passo que a Vila Residencial transformava-se novamente em um canteiro de obras, desta vez em benefício dos próprios moradores, os diretores da AMAVILA tentavam prosseguir com o processo de regularização fundiária.

Sob a coordenação da professora Julieta, buscavam encaminhar o Memorial Descritivo da Vila Residencial para a SPU, documento que compreenderia tanto os cadastros físico e social quanto o registro da história da localidade que confirmasse o tempo e a pacificidade da ocupação da área a ser regularizada. Para tanto, tiveram que “congelar” no tempo a vida dinâmica da localidade, optando por desconsiderar qualquer alteração realizada a partir de então, uma vez que cada obra realizada nos imóveis, cada mudança de endereço de um morador, cada transação de compra e venda de residências ocorridos ao longo desse período, criava uma nova situação a ser incorporada no cadastro, levando a um processo de atualizações ilimitado. Afinal, como constatou Julieta, “o tempo da regularização é longo e a realidade não pára”.

Em agosto de 2010, o Memorial Justificativo da Regularização Sustentável da Vila Residencial foi finalmente entregue na SPU. Após a análise do documento, espera-se serem concluídos os procedimentos jurídicos que possibilitarão a concessão de uso da área para os moradores. Este procedimento depende, entretanto, de outro em que a área seja legalmente revertida para a União, pois, quando os moradores deram entrada

com o pedido de regularização fundiária, constatou-se - para surpresa destes e do próprio Reitor - que a UFRJ não tinha, até aquele momento, a concessão de uso da área concedida pela União. Isto significa que, apenas em outubro de 2006, para viabilizar o processo de regularização fundiária da Vila Residencial, a UFRJ passou a ser legalmente reconhecida como usuária do terreno da Cidade Universitária. Ou seja, a regularização fundiária da Vila teve como efeito a própria regularização da situação jurídica da UFRJ. Antes disso, a universidade não tinha nenhum direito legal sobre a área ocupada pela localidade, sequer o direito de remover os moradores!

Para concluir o processo, a UFRJ deve, portanto, reverter a área novamente ao domínio da União, para que esta então conceda o direito de uso aos moradores, já que um aforeamento não pode ser transferido diretamente para outro aforeamento. Com a conclusão dessa etapa, a Vila Residencial passará a ser reconhecida pela Prefeitura do Rio de Janeiro como uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)<sup>234</sup>, categoria utilizada por muitos municípios para designar

zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação (Brasil, 2009: 17).

A exemplo das *Zones de Urbanization Prioritaire* (ZUP's) francesas, criadas nos anos 1960<sup>235</sup>, as ZEIS tornaram-se o símbolo de sucesso das políticas habitacionais brasileiras fundadas no princípio da função social da propriedade. Este tipo especial de zoneamento tem como objetivo promover a inclusão da população de menor renda no direito à cidade e à terra urbana servida de equipamentos e infraestrutura, tanto por meio da delimitação de áreas previamente ocupadas quanto por meio da delimitação de vazios urbanos e de imóveis subutilizados, destinados à produção de novas moradias populares. Legalmente, as ZEIS são áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo, no sentido de viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis, como é o caso da Vila Residencial, e facilitar a produção de moradias de interesse social (*ibid.*).

---

<sup>234</sup> Para que a área passe a existir juridicamente para a Prefeitura do Rio de Janeiro, após ela ser registrada como uma ZEIS, é preciso aprovar e registrar o Plano de Alinhamento.

<sup>235</sup> Segundo o sociólogo Abdelhafid Hammouch, em conferência proferida no LeMetro no dia 19 de agosto de 2010, as ZUP's surgiram para promover a urbanização e a construção de moradia em cidades devastadas pela Segunda Guerra, gerando inicialmente uma grande mudança econômica nessas áreas.

Diante do futuro da Vila Residencial, as expectativas, tanto entre os moradores quanto entre representantes da UFRJ são, em geral, positivas, prevalecendo a crença de que a regularização fundiária e urbanística propiciará a melhoria efetiva das condições de vida da população<sup>236</sup>.

“O primeiro progresso foi ter o ônibus, o segundo foi ter o ônibus rodando dia e noite e o terceiro progresso é a revitalização da Vila” (Lílian, moradora da Rua Orquídeas).

“Espero que o poder público entre lá dentro e faça as obras públicas que eles precisam” (Hélio Mattos, atual prefeito da UFRJ)

“Vai ser melhor em caso de limpeza. A diferença é que meu filho não vai mais botar os pés na lama.(...) Porco não sente o cheiro do seu chiqueiro, eu já estou acostumada com esse mundinho...” (Maria Emília, moradora da Rua Flor-de-Lis).

“Estamos indo para um patamar muito melhor do que antes. A regularização fundiária é o reconhecimento legal da existência dessa localidade que está há 40 anos no limbo jurídico” (Pablo Benetti, coordenador do Programa Inclusão Social - Vila Residencial)

“Isso aqui vai virar a menina dos olhos da cidade, todo mundo vai querer vir morar aqui” (Joana Angélica, diretora da AMAVILA)

Alguns, no entanto, vêm com ressalvas a possível valorização da localidade no mercado imobiliário carioca, o que poderia gerar o efeito contrário ao esperado. Para Chiquinho, por exemplo, a titulação poderá provocar uma especulação que resulte na expulsão dos moradores mais pobres da localidade. Da mesma forma, o prefeito da UFRJ, embora considere que a Vila seja “um bairro tranquilo pra morar”, que se beneficia da segurança do *campus* universitário, teme que haja uma mudança do perfil dos moradores, fazendo com que a localidade passe a apresentar problemas de violência e criminalidade semelhantes à maioria das favelas da cidade.

Ainda que não se possa prever o futuro, de fato, a Vila Residencial não deixou de vivenciar este processo de maneira tão díspar das demais localidades a sofrerem intervenções públicas deste tipo. Tal como na pesquisa que realizei anteriormente em

---

<sup>236</sup> A grande adesão dos moradores na etapa final do processo pode ser vista como ilustração desta expectativa. Da população total, apenas as famílias de duas residências recusaram-se a entregar cópias dos documentos exigidos. A recusa destes moradores não se pautava, entretanto, em qualquer argumento contrário à regularização fundiária da localidade, mas expressava mero desinteresse pelo assunto.

Acari durante a implantação do Programa Favela-Bairro (Freire, 2005), constatei nesses dois anos em que estive na Vila Residencial uma gradual valorização dos imóveis, mesmo antes de ser concedida a titulação aos moradores. Para ilustrar, se, no início de 2008, a venda de uma residência girava em torno de R\$15.000,00, um ano depois seu valor já custava entre R\$20.000,00 e R\$30.000,00. O mesmo ocorreu com os valores dos aluguéis de residências e quartos na localidade, que, em poucos meses, sofreu um aumento de 20 a 50%. Ao mesmo tempo em que a regularização fundiária propiciava a alguns moradores manter-se com melhores condições, aumentando seu capital com a venda e o aluguel de outros imóveis na localidade, representava, para outros, a oportunidade de deixar a localidade também em melhores condições para adquirir outro imóvel em outro bairro da cidade. Um exemplo dessa situação é o caso do senhor Jonatas, que vendeu, por R\$40.000,00, sua residência para o vizinho, mudando-se em seguida para Bonsucesso.

No que se refere à relação com a UFRJ, a regularização fundiária da localidade significaria, para os moradores que estiveram à frente da AMAVILA durante a maior parte do processo, a conquista de sua autonomia, inclusive para se relacionar diretamente com as diversas instâncias da administração pública, rompendo com o vínculo paternal e tutelar que, durante anos, caracterizou a sua relação com a universidade. Para os representantes da UFRJ entrevistados, esta autonomização possibilitaria, por sua vez, uma interação mais justa e solidária entre a Vila Residencial e a Cidade Universitária. A ex-subprefeita Aldenise, por exemplo, espera “que a relação agora seja de convívio, de interação mesmo com a UFRJ”. Da mesma forma, para a moradora e diretora da AMAVILA Joana Angélica, a regularização fundiária da localidade não implicará o rompimento de sua relação com a UFRJ, mas uma efetiva reintegração, na qual ambas as partes só têm a ganhar:

Não tem sentido falar que a gente não quer a UFRJ aqui, que nós não somos ratos de laboratório. Eu vejo assim: que a UFRJ tem que estar aqui conosco porque, querendo ou não, para entrar e sair, a gente tem que passar por dentro da UFRJ. E a UFRJ estando aqui com seus alunos, fazendo trabalho de extensão, é um trabalho que tá ajudando a sua formação, porque, quando formados, eles vão estar na sociedade e vão ter uma outra visão para exercer a sua profissão. Vai ser um profissional que já viveu numa comunidade e sabe o que é lidar com as pessoas. Essa comunidade aqui é um pedacinho do céu – eu

continuo afirmando – porque não temos violência, não temos tráfico de drogas, então tem como fazer um trabalho de extensão da universidade. Hoje temos onze unidades da UFRJ atuando aqui. Muitos alunos estão vindo morar aqui porque sabem o que é morar numa comunidade tranquila. Um dos melhores lugares para se morar no Rio de Janeiro tá sendo aqui na Vila Residencial. E eu convido a todos para vir conhecer, almoçar no restaurante que aqui tem porque é como se fosse uma cidade do interior. Sejam bem vindos.

## **Considerações finais**

A narrativa, que durante muito tempo floresceu num meio de artesanato é, ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o “puro em-si” da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (Benjamin, 1991[1936])

De acordo com os trabalhos produzidos por Mello e Vogel (2000, 2002, 2004) sobre o povoado de Zacarias (Maricá-RJ), os estudos antropológicos foram desde sempre tributários, em maior ou menor grau, das narrativas em seus diversos avatares, e seu caráter estratégico para a constituição do *corpus* etnográfico ultrapassa os limites da tradição oral. A forma narrativa perpassa todo o empreendimento etnográfico, até mesmo quando este se materializa sob a espécie do texto descritivo, ficando também o antropólogo enredado no campo gravitacional da narração.

Como toda etnografia, esta tese esteve atravessada, do início ao fim, pelas narrativas, aqui concebidas, como sugere Walter Benjamin, enquanto uma forma de comunicação fabricada artesanalmente pelo narrador em que o que está em jogo não é a transmissão pura e simples de uma informação, mas a produção e a reprodução das histórias (Schapp, 2007). Se, como afirmam Mello e Vogel (2000: 7), as narrativas são, em última instância, “tudo que o etnógrafo pode verdadeiramente alcançar, antes, durante e depois de sua empreitada”, espero que o caminho que tracei para contar a história da Vila Residencial tenha permitido que o leitor me acompanhasse até o final sem tropeçar em muitas pedras ou encontrar buracos suficientemente grandes a ponto de interromper ou desviar o rumo.

Tendo obtido êxito nessa empreitada, espero ter mostrado de que forma o processo de constituição da Vila Residencial está intimamente ligado ao da Cidade Universitária na hoje designada Ilha do Fundão. E ainda o quanto a memória da história (vivida) da região que precede a universidade dá suporte ao sentimento de pertencimento local de grande parte dos moradores, especialmente os que habitavam as antigas ilhas que, aterradas, deram lugar ao *campus* universitário.

A memória enquanto reconstrução psíquica e intelectual que acarreta uma representação seletiva do passado – “um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional”, como diz Rousso (1996) em consonância com Halbwachs (2004) - também dá suporte, no presente, à reivindicação dos moradores para sua permanência na área. Sustenta, ainda, a forte rejeição a serem vistos como “invasores”, bem como a sua localidade ser representada como “favela”. Afinal, como muitos moradores da Vila Residencial costumam anunciar: “nós estávamos aqui muito antes da universidade chegar!”.

Levando em consideração o fato de que nenhuma narrativa é desinteressada, mas que é sempre endereçada a alguém e visando cumprir algum intento, pode-se dizer que, assim como os *Narradores de Javé*<sup>237</sup>, os narradores da Vila Residencial buscam o reconhecimento do ouvinte enquanto uma testemunha viva que teria legitimidade para contar a história do lugar. Esta legitimidade, por sua vez, somente pode ser conquistada se outros narradores forem desqualificados enquanto tal. É nesse sentido que se pode também compreender a diferenciação interna entre “os que chegaram antes” e “os que chegaram depois”, organizando simbolicamente a vida social da localidade.

No que se refere à relação entre a Vila Residencial e a UFRJ, a ambiguidade é, desde o início, a marca predominante, dando margem a diversos conflitos envolvendo a gestão sobre a área. Essa ambiguidade reflete-se, como procurei mostrar, na própria inexistência de um consenso entre os moradores e os representantes da universidade sobre o caráter dessa relação, evidenciada, por exemplo, nas mudanças do nome e do estatuto da Associação de Moradores, na criação e extinção de uma subprefeitura dedicada a administrar a área, assim como na indefinição de responsabilidades jurídicas sobre ela, dificultando a realização das sonhadas obras de infraestrutura urbana no local.

Nas diferentes arenas públicas que se configuraram em torno dessa relação ao longo das quatro últimas décadas, a identidade da Vila Residencial tem sido objeto constante de negociação<sup>238</sup>. Por um lado, a presente etnografia indicou a existência de uma permanente “crise de identidade” da Vila Residencial entre ser ou não parte

---

<sup>237</sup> Filme de Eliane Caffé (Brasil, 2003) sobre um vilarejo no nordeste chamado Javé, onde os moradores, ao serem surpreendidos pela notícia de que a construção de uma barragem na região inundaria a localidade, começam a se empenhar em construir uma história do lugar que possibilite valorá-lo a ponto de interditar a obra e impedir o seu desaparecimento.

<sup>238</sup> Assim como Strauss (1999), rejeito aqui uma visão estática de identidade, optando pensá-la como algo dinâmico, associado ao desempenho de diferentes papéis articulados a experiências específicas de vivências em mundos sociais particulares.

integrante do *campus*, entre querer ser ou não “da UFRJ”, pois, dependendo da situação, pode ser ou não vantajoso estar associada à universidade. Por outro lado, embora tenha sido gerada pela própria universidade, esta sempre resistiu em reconhecê-la, tratando-a muitas vezes como uma espécie de “filha bastarda”.

No caso que busquei analisar, o contexto em que essa relação tornou-se mais crítica foi justamente aquele no qual os moradores se viram ameaçados de serem removidos da área pela UFRJ, transformando a localidade naquilo que Turner chamou de *comunidade de aflição*. Para fazer face a essa ameaça, os moradores mobilizaram diversas redes, dentro e fora da universidade, através das quais atualizaram uma refinada inteligência sociológica no sentido de conquistar aliados e fortalecer sua luta, tirando ainda partido de relações pessoais estratégicas e das virtualidades positivas das situações e oportunidades oferecidas. Seu protagonismo expressa-se através de personalidades as quais, como suas pretensões, foram aqui descritas como não ficcionais. A opção por trazê-los na etnografia desse modo sublinha seu desejo explícito de se reconhecerem e serem reconhecidos como protagonistas, vale dizer, como figuras de pleno direito, enfatizando sua concepção deste trabalho de pesquisa acadêmico-científica como peça probatória importante no contexto da disputa em curso e da controvérsia dos argumentos.

Na lide travada com a Reitoria da UFRJ para garantir a sua permanência no *campus*, o principal recurso utilizado pelos moradores foi o instrumento jurídico da regularização fundiária. Para além do direito à moradia e a serviços urbanos básicos, um aspecto simbólico perpassa, porém, quase todas as histórias aqui narradas, sobretudo a mobilização que desencadeou o processo de regularização fundiária e urbanística da localidade: a demanda por reconhecimento - não de uma identidade diferenciada simplesmente, como no caso dos indígenas ou dos quilombolas, mas da própria existência da Vila Residencial e da dignidade moral dos seus moradores. Gesto ético-político que “não é mera cortesia que devemos conceder às pessoas, mas uma necessidade humana vital” (Taylor, 2000: 242). Uma obrigação moral cuja não observância pode ser vista como uma agressão, ainda que não intencional, por parte daquele que desconsidera *in limine* tal demanda (Cardoso de Oliveira, 2002: 110).

De acordo com o filósofo canadense Charles Taylor (*id.*), o reconhecimento está estreitamente relacionado à autopercepção de si, ou seja, à constituição de um *self*. Para

compreender essa relação, deve-se, no entanto, levar em conta o caráter fundamentalmente relacional da vida humana. Pois, se definimos nossa identidade sempre em diálogo (*dia-logos*) com as coisas que as outras pessoas que têm importância para nós desejam ver em nós e, por vezes, em luta contra essas coisas, no caso da Vila Residencial, a maneira como ela é percebida pela UFRJ – como objeto de sua tutela, como corpo estranho ao *campus* ou como potencial laboratório de atividades acadêmicas – interfere diretamente na percepção que a localidade tem sobre si mesma.

A articulação entre o reconhecimento e a identidade constitui, ao mesmo tempo, o jogo da luta moderna pelo tratamento digno que considera o respeito como elemento central das demandas<sup>239</sup>. Como diversos eventos descritos na tese evidenciam, é, antes de tudo, a demanda por respeito – ou o seu corolário, a denúncia da falta de respeito – e o reconhecimento da dignidade dos moradores da Vila Residencial que pauta grande parte das suas argumentações perante a UFRJ nas situações de conflito. As metáforas evocadas publicamente pelos moradores para contrapor a excelência acadêmica da universidade - representada como “o luxo”, por exemplo - à precariedade urbana da localidade - o “lixo” - nada mais fazem do que sublinhar este aspecto.

O ato de contar uma história para seu interlocutor está enredado por uma gama de significados que propiciam uma releitura das representações e a produção da identidade coletiva. A intersubjetividade inerente ao processo de contar uma história proporciona a (re)interpretação do mundo através do recorte da história, produzido pela memória. Este recorte decorre dos processos sociais que, no caso particular, se deu a partir do conflito com a Reitoria da UFRJ. O contar e o ouvir tem, por sua vez, como objetivo explícito a continuidade das histórias (Schapp, 2007). É nesse sentido pragmático da narrativa que busquei abordar a história da Vila Residencial da UFRJ, como uma história em aberto que é constantemente construída por seus moradores com vistas a fortalecer sua importância histórica no processo de construção da Cidade Universitária e a garantir a sua permanência na área.

---

<sup>239</sup> Segundo Taylor (2000) a modernidade trouxe, com o fortalecimento das ideologias igualitárias e individualistas, duas grandes modificações no Ocidente. A primeira diz respeito à passagem da noção de honra – própria do Antigo Regime, correspondendo ao status de cada membro – à de dignidade, própria de uma ideologia que concede igual dignidade a todos os cidadãos. Nas palavras do autor (2000: 243), “a democracia introduziu uma política de reconhecimento igual que assumiu várias formas ao longo dos anos e que agora voltou na forma de exigências de igual status de culturas e de gêneros. Mas a importância do reconhecimento se modificou e se intensificou a partir da nova compreensão da identidade individual que surgiu no final do século XVIII”.

A memória, por sua vez, consubstancia um direito. Assim como na saga de Juca Tomás analisada por Mello e Vogel (2000, 2002, 2004), no caso da Vila Residencial a narrativa, tomada em sua oposição com a escritura, é uma forma igualmente válida de vindicação de direitos. Em ambos os casos, trata-se de uma série de episódios em que o que está em jogo é a posse de um lugar. Em outras palavras, o direito de ali permanecerem. A forma pela qual tais episódios são documentados é essencialmente oral e consiste na sua elaboração e recordação por meio de narrativas que ultrapassam o simples registro de caráter memorialista. São narrativas que relatam embates criados em torno do patrimônio, constituindo-se, dessa forma, como “narrativas vindicatórias” (Mello; Vogel, 2000: 42).

Assim como no caso estudado pelos autores, as narrativas com as quais me deparei na Vila Residencial podem ser entendidas como o registro - e, portanto, documento, tal como o Memorial Justificativo exigido no processo de regularização fundiária - oral de gestos verbais instauradores e legitimadores de direitos. Os futuros títulos de propriedade nada mais seriam, em certo sentido, do que o reconhecimento jurídico dessas narrativas vindicatórias. Afinal, como me disse certa vez uma jovem moradora da localidade, “com a regularização fundiária, a gente vai ganhar o direito de exigir mais nossos direitos”.

## **Referências bibliográficas**

- ALBERTO, Klaus Chaves (2003). *Três projetos para uma Universidade do Brasil*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 275p.
- \_\_\_\_\_ (2007). Três projetos para uma Universidade do Brasil. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, pp.81-108.
- AMADOR, Elmo da Silva (1997). *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem e Natureza*. Rio de Janeiro. 539p.
- AMPHOUX, Pascal (2002). L'observation récurrente. In: JOLÉ, Michele (org). *Espaces publics et cultures urbaines*. Actes du séminaire du CIFP de Paris 2000-2001-2002. Collection du Certu, n.38. Paris: Institut d'Urbanisme de Paris, pp. 271-282.
- AMOROSO, Mauro (2006). *Nunca é tarde para ser feliz? A imagem da favela pelas lentes do Correio da Manhã*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 172p.
- BARBOSA, Luiz Hildebrando de Horta (1945). *A localização da Universidade do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. Separata da Revista do Serviço Público, ano VIII, vol. II, n. 3, Junho.
- \_\_\_\_\_ (1946) *Ainda a localização da Cidade Universitária*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional Separata da Revista do Serviço Público, ano VIII, vol. III, n. 3.
- BELTRÃO, Sonia Maria de Arruda (1978). *Estudo da política de habitação provisória e sugestões para o seu planejamento: CHP de Paciência como referência*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 120p.
- BENJAMIN, Walter (1991[1936]). Le Narrateur. Réflexions à propos de l'œuvre de Nicolas Leskov. In : BENJAMIN, Walter. *Écris Français*. Paris : Gallimard.
- BERREMAN, Gerald D. (1990[1962]). Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do himalaia. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, pp.123-174.
- BITTENCOURT, Genicleidy Dias Vaz (1999). *Coordenação da Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ (cadastramento dos moradores)*, volume 5. 120p.
- BOSI, Ecléa (1994). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras. 484p.
- BURGOS, Marcelo Baumann (1998). Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, pp.25-60.

- CARDOSO, Elisabeth Dezouart (2010). Estrutura urbana e representações: a invenção da Zona Sul e a construção de um novo processo de segregação espacial no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. *Geotextos*, vol.6, n.1, julho de 2010, pp.73-88.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto (2000). *O trabalho do antropólogo*. 2ª edição. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP. 220p.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (2002). *Direito legal e insulto moral. Dilemas da Cidadania no Brasil, Quebec e EUA*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 157p.
- CARVALHO, Celso Santos (2007). O Programa Papel Passado. *Regularização Fundiária Plena: referências conceituais*. Publicação da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Ministério das Cidades, pp.12-17.
- CEFAÏ, Daniel (2002). Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In : CEFAÏ, Daniel ; JOSEPH, Isaac (orgs). *L'heritage du pragmatisme: conflits d'urbanités et épreuves de civisme*. Paris: Éditions de l'Aube, pp.51-82.
- CEFAÏ, Daniel; Lafaye, Claudette (2001). Lieux et moments d'une mobilisation collective. Le cas d'une association de quartier. In: CEFAÏ, Daniel; TROM, Danny (orgs). *Les formes de l'action collective. Mobilisations dans des arènes publiques*. Paris: Éditions de l'École de Hautes Études en Sciences Sociales, pp.195-228.
- CERTEAU, Michel de (2008). Caminhadas pela cidade. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp.169-191.
- CHAMBOREDON, Jean-Claude; LEMAIRE, Madeleine (1992[1970]). Proximité spatiale et distance sociale: les grands ensemble et leur peuplement. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry (orgs). *Villes et Civilization /urbaine – XVIIe - XXe. siècle*. Paris : Larousse, pp. 503-520.
- CICOUREL, Aaron (1990[1969]). Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, pp.87-121.
- CLIFFORD, James (2008). Sobre a autoridade etnográfica. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 3ª edição, pp.17-58.
- CORRÊA, Cláudia Franco (2010). *A invisibilidade do direito fundamental de morar nas favelas cariocas: modo de vida e de reprodução social em mercados informais e no "direito de laje"*. Trabalho apresentado na 27ª Reunião Brasileira de Antropologia. Belém, 1 a 4 de agosto de 2010. 14p.
- COSTA, Renato Gama-Rosa (2008). Arquitetura e Saúde no Rio de Janeiro. In: PORTO, Ângela et al (orgs). *História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e*

- patrimônio arquitetônico (1808–1958). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp.117–142.
- CRULS, Gastão (1949). *Aparência do Rio de Janeiro* (notícia histórica e descritiva da cidade), vol. 2. Coleção Documentos Brasileiros. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora.
- CUNHA, Neiva Vieira da (2005). *Viagem, experiência e memória: narrativas de profissionais de Saúde Pública dos anos 30*. Bauru, SP: EDUSC. 328p.
- DAMATTA, Roberto (1987a). *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco. 5ª edição. 246p.
- \_\_\_\_\_ (1987b). *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara. 181p.
- DE GÉRANDO, Joseph-Marie (1989[1820]). *Le visiteur du pauvre*. Paris: Éditions Jean-Michel Place (Cahier de Gradhiva 15). 546p.
- DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs) (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes. p.
- DINIZ, Eli (1982). Favela: associativismo e participação social. In: BOSCHI, Renato Raul (org). *Movimentos coletivos no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp.27-74.
- DOMINGOS, Ana Maria (2003). *O cuidado familiar como questão do envelhecimento e da enfermagem gerontológica*. Tese de Doutorado em Enfermagem, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 213p.
- DOUGLAS, Mary (1976). *Pureza e Perigo*. São Paulo: Editora Perspectiva. 232p.
- ECO, Umberto (1986). *Como se faz uma tese*. São Paulo: Editora Perspectiva. 184p.
- \_\_\_\_\_ (1985). *Pós-escrito a O Nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 66p.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 224p.
- ETUB (1952). *Cidade Universitária da Universidade do Brasil*. Relatório do Escritório Técnico da Universidade do Brasil.
- ETUB (1954). *Ilha Universitária*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional. Separata da Revista do Serviço Público, ano XV, vol. I, n. 2, Fevereiro.

- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. (1978[1940]). *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Editora Perspectiva. 276p.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque (2007). A Universidade Federal do Rio de Janeiro: origens e construção (1920-1965). In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org). *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, pp.13-42.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Universidade do Brasil: das origens à construção*. Rio de Janeiro: EdUFRJ/Comped/Mec/Inep.184p.
- FAVRET-SAADA, Jeanne (2005). Ser afetado. Tradução de Paula Siqueira. *Cadernos de Campo*, ano 14, n.13, pp.155-161.
- FERNANDES, Tânia; COSTA, Renato Gama-Rosa (2009). *Histórias de Pessoas e Lugares: memórias das comunidades de Manguinhos*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ. 232p.
- FERNANDES, Edésio (2001). Perspectivas para a renovação das políticas de legalização de favelas no Brasil. *Cadernos IPPUR*, ano XV, n.1, jan-jul, pp.9-38.
- FERREIRA, Arthur Arruda Leal; FREIRE, Leticia de Luna; MORAES, Márcia; ARENDT, Ronald João Jacques (orgs) (2010). *Teoria Ator-Rede e Psicologia*. Rio de Janeiro: NAU. 256p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (2004). *Novo Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*, 3ª edição. Curitiba: Positivo. 2120p.
- FONSECA, Cláudia (2000). *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 245p.
- FREIRE, Leticia de Luna; SOUZA, Mônica Dias de (2010). *Trocando o pneu com o carro andando: uma etnografia do processo de intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no Complexo de Manguinhos*. Relatório final da pesquisa de campo do projeto “Manguinhos: Diagnóstico histórico-urbano-sanitário. Subsídios para políticas públicas sustentáveis em saúde” (Coord. Renato da Gama-Rosa Costa). Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. 87p.
- FREIRE, Leticia de Luna (2011). “Em nome da comunidade”: o papel das Associações de Moradores no processo de implantação de uma política urbana em uma favela do Rio de Janeiro. In: CEFAI, Daniel; MELLO, Marco Antonio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (orgs). *Arenas públicas: por uma etnografia da vida associativa*. Niterói: EDUFF (no prelo).
- \_\_\_\_\_. (2008). Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. In: *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, n.2, vol.1, out-nov-dez, pp.95-114.

- \_\_\_\_ (2005). *Tecendo as redes do Programa Favela-Bairro em Acari*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 152p.
- GOFFMAN, Erving (1982). *Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, quarta edição. 158p.
- GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna (2010). A contribuição da Igreja Católica na transformação da habitação popular em problema público na França e no Brasil. *Cuadernos de Antropología Social*, n.31, Buenos Aires, jan/jul, pp.97-120.
- GONÇALVES, Rafael Soares (2010). *Les Favelas de Rio de Janeiro: Histoire et droit XIXe et XXe siècles*. Paris: L'Harmattan. 295p.
- \_\_\_\_ (2009). Repensar a regularização fundiária como política de integração socioespacial. *Estudos Avançados*, n.66, vol.23, 237-250.
- GUEDES, Simoni Lahud (1998). *O Brasil no campo de futebol: estudos antropológicos sobre os significados do futebol brasileiro*. Niterói: EdUFF. 136p.
- GURAN, Milton (2000). Fotografar para descobrir, fotografar para contar. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, nº 1, vol.10. Rio de Janeiro: EdUERJ, pp.155-165.
- GUSFIELD, Joseph R. (1975). *Community*. Toronto: Harper & Row. 120p.
- HALBWACHS, Maurice (2004). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro. 227p.
- \_\_\_\_ (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Éditions Albin Michel. 367p.
- \_\_\_\_ (1970). *Morphologie sociale*. Paris: Librairie Armand Colin. 190p.
- JACOBS, Jane (2000). *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes. 510p.
- JOLÉ, Michèle (2005). Reconsiderações sobre o “andar” na observação e compreensão do espaço urbano. In: *Caderno CRH*, Salvador, v.18, n.45, set/dez, pp.423-429.
- JOLLES, André (1976). *Formas Simples: legenda, saga, adivinha, ditado, caso, memorável, conto, chiste*. São Paulo: Cultrix. 222p.
- JORGE, Luís Antônio (1995). O significado da janela (Capítulo V). *O desenho da janela*. São Paulo: Annablume editora.comunicação, pp. 93-103.
- LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean Bertrand. Atenção (uniformemente) flutuante. *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, pp.40-42.
- LAPLANTINE, François (2004). *A descrição etnográfica*. São Paulo: Terceira Margem.137p.

- LATOUR, Bruno (2004). Por uma antropologia do centro (entrevista do autor à revista). *Mana* 10(2), pp. 397-414.
- \_\_\_\_\_. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP. 438p.
- \_\_\_\_\_. (1994). *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34. 152p.
- LEITÃO, Wilma Marques (2003). *Ilha de Paquetá: cotidiano e história social de um bairro carioca*. Tese de Doutorado em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 227p.
- LIMA, Augusto Gonçalves de (2007). *Implantação da Cidade Universitária*. (Digit.).
- LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira (1998). *Servidor Público: a serviço do Estado ou a serviço do público?* Monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense. 61p.
- LUHMANN, Niklas (2006). *La confiance: un mécanisme de réduction de la complexité sociale*. Paris: Economica. 123p.
- LUZ, Celina; BARROSO, Manoel Antônio (1972). Cidade Universitária: um sonho de 37 anos. Brasília, DF: *Publicação oficial do Ministério da Educação e Cultura*, abril a junho, ano II, n° 5.
- MALINOWSKI, Bronislaw (1978[1922]). *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Abril Cultural. 424p.
- MATTOS, Beatriz Arosa (2008). *“Explicadoras” na Nova Holanda: um estudo sobre processos informais de escolarização*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense. 147p.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; SIMÕES, Soraya Silveira; FREIRE, Leticia de Luna (2010). Um endereço na cidade: a experiência urbana carioca na conformação de sentimentos sociais e de sensibilidades jurídicas. KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; PIRES, Lenin (orgs). *Conflitos, direitos e moralidades em perspectiva comparada*. Rio de Janeiro: Garamond, vol. 2, pp.51-86.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VEIGA, Felipe Berocan; COUTO, Patrícia Brandão; SOUZA, Mirian Alves de. (2009). Os ciganos do Catumbi: de “andadores do Rei” e comerciantes de escravos a oficiais de justiça na cidade do Rio de Janeiro. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n° 18. Lisboa: CET-ISCTE, jun, pp.79-92.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno (2004). *Gente das Areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro*. Maricá-RJ – 1975 a 1995. Niterói, EdUFF. 419p.

- \_\_\_\_\_ (2002). Narrativa *versus* escritura na restinga de Maricá. Segundos pensamentos sobre o fenômeno jurídico e o conflito das formas na vindicação dos direitos. *Comum*, v.7, n.19, ago/dez, pp.112-148.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Verdade e Narrativa: A Filosofia das Histórias e a Contribuição de Wilhelm Schapp para a Questão da Narrativa e Fundamentação de Direitos*. Atas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Universidade do Porto, v. 1, pp. 85-97.
- \_\_\_\_\_ (1984). Sistemas construídos e memória social: uma arqueologia urbana? *Revista Arqueologia*, 2(2). Belém, jul/dez, pp. 46-50.
- \_\_\_\_\_ (1983). Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. *Arquitetura Revista*, Vol.1, nº1, Rio de Janeiro, FAU-UFRJ, pp.67-79.
- MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno, SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (1981). *Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. Rio de Janeiro, IBAM. 156p.
- MELLO JR., Donato (1985). Um campus universitário para a cidade. (Do histórico campus da Praia Vermelha à ilha universitária da UFRJ: a busca de um corpo para alojar a alma da universidade-mater brasileira). *Arquitetura Revista*, FAU/UFRJ, vol.2, 1º semestre.
- MICHAELIS (2002). *Dicionário escolar língua portuguesa*. São Paulo: Editora Melhoramentos. 869p.
- MOREL, Alain (2005). Introduction: La civilité à l'épreuve de l'altérité. HAUMONT, Bernard; MOREL, Alain (orgs). *La Société des Voisins*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, pp.1-20.
- OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (2005). *Das Ilhas à Cidade: a universidade visível. A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1935-1950)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Comparada. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 139p.
- \_\_\_\_\_ (2007). Das ilhas à cidade: a materialização da Cidade Universitária da Universidade do Brasil (1945-1950). In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org). *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, pp.109-136.
- PERLMAN, Janice (1977). *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 749p.
- PETITEAU, Jean-Yves (2002). Déconstruction méthodologique: la méthode des itinéraires. In: JOLÉ, Michele (org). *Espaces publics et cultures urbaines*. Actes du séminaire du CIFP de Paris 2000-2001-2002. Collection du Certu, n.38. Paris: Institut d'Urbanisme de Paris, pp.283-293.

- PÉTONNET, Colette (2002). *On es tous dans le brouillard*. Paris: Éditions du CTHS. 394p.
- \_\_\_\_\_ (1982). L'Observation Flottante: l'exemple d'un cimetière parisien. *L'Homme*, oct-déc, XXII (4), pp.37-47.
- \_\_\_\_\_ (1968). *Ces gens-là*. Paris: François Maspero. 253p.
- PFEIL, Walter (1975). *Ponte Presidente Costa e Silva, Rio-Niterói: métodos construtivos*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 144 p.
- PONTE Presidente Costa e Silva (1974). [Rio de Janeiro]: ECEX. 48p.
- REZENDE, Ilma (coord.) (2006). *Perfil Diagnóstico Vila Residencial da UFRJ*. Dados apurados (Relatório). Rio de Janeiro: UFRJ. 96p.
- RODRIGUES, Luiz Augusto Fernandes (2001). *Universidade e a fantasia moderna: a falácia de um modelo espacial único*. Niterói: EdUFF. 226p.
- ROUSSO, Henry (1996). A memória não é mais o que era. In: Ferreira, Marieta de Moraes; Amado, Janaína (orgs). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2ª edição, pp.93-101.
- SAHLINS, Marshall (1990). *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 218p.
- SCHAPP, Wilhelm (2007). *Envolvido em histórias: sobre o ser do homem e o da coisa*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editora. 261p.
- SCHWARTZ, Stuart. B. (1979). *Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: A Suprema Corte da Bahia e seus Juízes (1609-1751)*. São Paulo: Perspectiva. 354p.
- SEGALEN, Martine (2002). *Ritos e rituais contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 164p.
- SILVA, Maurício Joppert da (1950). *As Cidades Universitárias*. Aula inaugural da Universidade do Brasil, proferida em 01 de março de 1950. Rio de Janeiro: Oficina Gráfica da Universidade do Brasil.
- SIMÕES, Soraya Silveira (2008). *Cruzada São Sebastião do Leblon: uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado em Antropologia. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 424p.
- SIMÕES, Soraya Silveira; MELO, Ana Maria (2009). *Considérations autour d'un drame: la rénovation urbaine à Lille-Sud*. Trabalho apresentado no Séminaire Villes et Démocratie, Centre d'Études et de Recherches Administrative, Politiques et Sociales (CERAPS), Université Lille 2, 22 de abril.

- SOUZA, Maria Julieta Nunes de (2006). *Espaços da razão e tolerância: o caso da Vila Residencial da UFRJ*. Trabalho apresentado no XVIII Congresso do Instituto de Arquitetos do Brasil, Salvador, Brasil. 18p.
- SOUZA, Rolf Ribeiro de (2003). *A confraria da esquina: o que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando: etnografia de um churrasco de esquina no subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Bruxedo. 128p.
- SOUZA, Ivan Gil de Mello e; DUARTE, Cristiane Rose S.; BENETTI, Pablo (1995). *Plano de Urbanização da Vila Residencial dos Funcionários da UFRJ*. 33p.
- STRAUSS, Anselm L. (1999). *Espelhos e máscaras: a busca de identidade*. São Paulo: EdUSP. 177p.
- TAYLOR, Charles (2000). A política do reconhecimento. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, pp.241-274.
- THIBAUD, Jean-Paul (2008). La méthode des parcours commentés. In: GROSJEAN, Michèle; THIBAUD, Jean-Paul (orgs). *L'espace urbain en méthodes*. Marseille: Éditions Parenthèses, pp.79-99.
- \_\_\_\_\_ (2002). Une approche des ambiances urbaines: le parcours commenté. In: JOLÉ, Michele (org). *Espaces publics et cultures urbaines*. Actes du séminaire du CIPF de Paris 2000-2001-2002. collection du Certu, n.38. Paris: Institut d'Urbanisme de Paris, pp.257-270.
- TRINDADE, Cláudia Peçanha da (2006). *Entre a Favela e o Conjunto Habitacional: Programa de Remoção e Habitação Provisória (1960-1970)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 114p.
- TURNER, Victor (2008[1974]). *Dramas, campos e metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Niterói: EdUFF. 278p.
- \_\_\_\_\_ (2005). *Floresta de símbolos: aspectos do Ritual Ndembu*. Niterói: EdUFF. 488p.
- \_\_\_\_\_ (1996 [1957]). *Schism and Continuity in an African Society: a study of Ndembu village life*. Oxford e Washington D.C: BERG. 348p.
- VALENTE, Vera (2007). A Vila Residencial da UFRJ: visões de uma trama social. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org). *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, pp.277-294.
- VALLA, Victor Vincent (org) (1986). *Educação e Favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Editora Vozes/ABRASCO. 212p.
- VALLADARES, Lícia do Prado (2005). *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV. 204p.
- \_\_\_\_\_ (2000). Qu'est-ce qu'une favela? *Cahiers des Amériques Latines*, n°34, pp.61-72.

- \_\_\_\_ (1978). *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 142p.
- VIDAL, Dominique (1998). *La Politique au quartier: rapports sociaux et citoyenneté à Recife*. Paris: Editions de la Maison de l'Homme. 229p.
- VIEIRA, Antônio Carlos Pinto (1998). *Histórico da Maré*. Rio de Janeiro, Museu da Maré (impresso).
- VILARINHOS, Maria Lúcia Ribeiro (2007). O campus da UFRJ na Ilha do Fundão: atualização da análise de sua localização e organização espacial. In: OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de (org). *A Universidade e os múltiplos olhares de si mesma*. Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Fórum de Ciência e Cultura, Sistema de Bibliotecas e Informação, pp. 137-152.
- \_\_\_\_ (2000). *O campus da UFRJ na Ilha do Fundão: análise de sua localização e organização espacial*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. 97p.
- WHITE, Willian Foote (2005 [1943]). *Sociedade de Esquina*. A estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 392p.

### **Matérias jornalísticas:**

- A NOVA diretoria da ASUFRJ (1989). *O Polegar*, ano 1, nº1, agosto de 1989, p.2.
- A Nº1 na Vila dos Funcionários da UFRJ (1997). *O Globo*. Ilha, 19 de janeiro de 1997, p.19.
- A SAPUCAIA e suas relações com a cidade (1932). *Correio da Manhã*, 20 de fevereiro, p.3.
- ANTUNES, Laura (1984). Secretaria implanta novo sistema de transportes no campus. Terminal e ônibus gratuito. Vai tudo bem na Ilha do Fundão. *Ilha*, O Globo, 17 de junho.
- CANDIDA, Simone (2010). As aves que resistem à degradação no Fundão. *O Globo*, Rio, 23 de maio, p.26.
- COMPANHIA Santa Cruz (1936). *Correio da Manhã*, 28 de junho (anúncio).
- CORRÊA, Magalhães (1936a). Águas cariocas. A Guanabara como natureza. *Jornal Correio da Manhã*, 10 de maio.
- \_\_\_\_ (1936b). Águas cariocas. A Guanabara como natureza. *Jornal Correio da Manhã*, 17 de maio.
- \_\_\_\_ (1936c). Águas cariocas. A Guanabara como natureza. *Jornal Correio da Manhã*, 24 de maio
- \_\_\_\_ (1936d). Águas cariocas. A Guanabara como natureza. *Jornal Correio da Manhã*, 07 de junho.

- \_\_\_\_ (1936e). Águas cariocas. A Guanabara como natureza. *Jornal Correio da Manhã*, 21 de junho.
- \_\_\_\_ (1936f). Águas cariocas. A Guanabara como natureza. *Jornal Correio da Manhã*, 28 de junho.
- DORIA, Escragnonle (1922). A Ilha da Sapucaia. *Revista da Semana*, março.
- ECEX só desocupa o terreno da UFRJ em março e pode ficar se pagar aluguel (1978). *Jornal do Brasil*, Cidade/Estado, 02 de fevereiro, p.5.
- ESGOTO inunda casas da Vila Residencial (2008). *Jornal do SINTUFRJ*, ano XX, n.836, outubro, p.8.
- ESTUDANTES têm mais ônibus para a Cidade Universitária (1973). *O Globo*, 31 de março.
- FRANCO, Bruno (2008). Benedita da Silva visita a UFRJ. *Jornal da UFRJ (on line)*, 9 de abril.
- FUNDÃO pede carona e providências urgentes (1983). Ilha, *O Globo*, 31 de julho.
- GOVERNO diz que vai regularizar Vila Residencial (2006). *Jornal do SINTUFRJ*, ano XX, n. 741, novembro, p.7.
- ÍNTEGRA do acordo entre servidores e UFRJ (1990). *Jornal da ASUFRJ*, novembro, p.5.
- JANDIRA promete acelerar regularização da Vila e criar Parque Ecológico e Esportivo do Fundão (2008). *Jornal do SINTUFRJ*, ano XX, n.834, setembro-outubro, p.8.
- LINHARES, Janaína (2008). Próximo do saber, longe do progresso. *Jornal do Brasil*, Cidade, 8 de outubro, p. A15.
- MENEZES, Maiá (2009). Entre ratos, cupins e vazamentos: um retrato do alojamento da UFRJ. O País. *O Globo*, 12 de abril, p.11.
- NUNES, Marcos (2000). Acusadas de crime são presas na Ilha. *O Globo*. Rio, 1º de julho, p.17.
- O PARQUE Tecnológico do Fundão (1998). *Jornal da Universidade*, ano II, n. 31, janeiro, pp.4-5.
- ÔNIBUS atrasa, carona continua (1973). *O Globo*, 03 de abril.
- REITOR Horácio Macedo (entrevista) (1986). *Jornal da ASUFRJ*, setembro/outubro, p.9.
- PARA construir o aberto (2009). *Jornal da UFRJ*, ano 4, n. 42, março, pp.11-18.
- SOLUÇÃO à vista. Reitor, otimista, diz que Ministério das Cidades vai liberar verbas para a Vila Residencial (2006). *Jornal da UFRJ*, 28/11/2006, p.8.
- UFRJ exige aluguel de funcionários que moram em barracos de madeira (1980). *Jornal do Brasil*, Cidade, 29 de julho, p.8.
- UMA CIDADE em construção (2009). *Jornal da UFRJ*, ano 4, n. 44, maio, pp.22-23.
- UMA PROVA de insegurança (2009). Bandido assalta professora e quatro alunas dentro de sala na UFRJ. Rio. *O Globo*, 18 de abril, p.10.

UM PROBLEMA sério na Ilha do Fundão: carros roubados (1974). *O Globo*, 23 de agosto, p.12.

VILA é beneficiada com as obras pagas pela Petrobras (2010). *Jornal do SINTUFRJ*, ano XX, n.911, 21 a 27 de junho, p.11.

VILA Residencial dos Funcionários da ASUFRJ (1989). *O Polegar*, ano 1, nº1, agosto de 1989, pp.1-2.

### **Documentos:**

ACORDO de Cooperação Técnica celebrado entre a União, por intermédio do Ministério das Cidades e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). 4p.

BRASIL (2009). *Guia para regulamentação e delimitação de Zonas Especiais de Interesse Social*. Brasília: Ministério das Cidades. 55p.

BRASIL (2007). *Para avançar na regularização fundiária*. Publicação da Secretaria Nacional de Programas Urbanos, Ministério das Cidades. 40p.

BRASIL (2001a). *Lei nº 10.257 (Estatuto das Cidades)*, de 10 de julho de 2001.

BRASIL (2001b). *Medida Provisória nº 2.220*, de 04 de setembro de 2001.

BRASIL (1881). *Diário Oficial do Império do Brazil*, Rio de Janeiro. Ano XX, n. 41, 11 de fevereiro.

DASP (1963). *A construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil* (Relatório preliminar da primeira sessão de permuta de informações na Divisão de Edifícios Públicos) (mimeo).

MEMORIAL Justificativo da Regularização Fundiária Sustentável da Vila Residencial da UFRJ (2010), 66p.

RODAGEM, BRASIL, Departamento Nacional de Estradas de (s/d). *Ponte Presidente Costa e Silva*. 135p.

SPU (2007). *Portaria nº 682*, de 19 de dezembro de 2007.

UFRJ (2009). *UFRJ 2020: Plano Diretor*. Proposta para deliberação do Consuni. 73p.

UFRJ (2000). *Ilha do Fundão: 80 anos de excelência*. Publicação comemorativa dos 80 anos de existência da UFRJ, 21 a 24/11/00.